

2.º CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A resistência republicana à Ditadura (1926-1938) – as redes conspiratórias do Norte

Daniel Filipe Soares da Silva

M

2025



Daniel Filipe Soares da Silva

A resistência republicana à Ditadura (1926-1938) – as redes conspiratórias do Norte

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

Sumário

Declaração de honra	3
Agradecimentos	4
Resumo.....	5
Abstract	6
Lista de abreviaturas e siglas.....	7
Introdução.....	8
1.Da queda da República à emergência da Ditadura – breve contextualização.....	23
1.1. A instabilidade da Primeira República.....	23
1.2. O golpe vitorioso contra a República	30
2.Da eclosão ao abatimento – a resistência dos republicanos entre 1926 e 1929.....	34
2.1. O primeiro sinal de oposição – a revolta de Chaves de 1926.....	34
2.2. A revolta do Porto de 1927 – planos e hesitações.....	39
2.2.1. Os antecedentes da “Semana Sangrenta”	39
2.2.2. A revolta no Norte e o clima de guerra civil	46
2.2.3. «Pela Ordem» – a afirmação da Ditadura pela derrota da insurreição.....	63
2.3. A Liga de Defesa da República perante a repressão	68
2.4. A revolta do Castelo de 1928 – origem, ações e efeitos de mais um fracasso	80
2.5. Avanços e recuos da oposição republicana em 1929.....	95
3.Da nova tentativa de união à fragmentação (1930-1934).....	101
3.1. A reconfiguração da resistência republicana em 1930	101
3.2. O papel do Norte no «ano de todas as revoltas».....	113
3.2.1. Antecedentes, decurso e consequências da Revolta da Madeira	113
3.2.2. Do debate entre a via legal e a via revolucionária ao insucesso de Beyris	128
3.3. As tentativas de concertação entre 1932 e 1933.....	137
3.4. As consequências do malogro da insurreição de Bragança de 1933	149
4.Mobilização contra Salazar – a oposição face à consolidação do regime (1934-1938).....	160
4.1. O dilema republicano num sistema de alianças políticas.....	160
4.2. A Frente Popular – o agrupamento das esquerdas e o seu colapso	164
Considerações Finais	185

Fontes e Bibliografia.....	198
Fontes.....	198
Bibliografia	202
Anexos.....	219
Anexo 1 – Carta de António Resende a Fernandes Varão, 1926	220
Anexo 2 – Carta de Jaime de Morais para Fernandes Varão, 15 de janeiro de 1927	221
Anexo 3 – Relatório militar do movimento revolucionário de fevereiro de 1927.....	223
Anexo 4 – Relatório militar do Capitão Alípio Oliveira, 1928-1935 (1.ª folha)	224
Anexo 5 – A revolução de 18 de janeiro no jornal A Verdade (p. 1).....	225
Anexo 6 – A revolução de 18 de janeiro no jornal <i>A Verdade</i> (pp. 4-5).....	226
Anexo 7 – Carta de Cunha Leal para Armando Cortesão, 29 de setembro de 1935.....	227
Anexo 8 – Processo criminal civil de Alberto Emídio Midões	228

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

Porto, 28 de maio de 2025

Daniel Filipe Soares da Silva

Agradecimentos

À Professora Doutora Conceição Meireles Pereira, por toda a orientação que me deu ao longo destes dois anos de mestrado, sempre pautada pela celeridade, pelo rigor e pela transmissão de importantes conselhos.

Aos meus avós, Irene e António, por nunca me deixarem faltar nada e por toda a criação que me deram, cujos princípios levarei para o resto da vida.

À minha mãe, Isabel, por ter feito sacrifícios para me dar uma infância feliz.

Ao meu irmão, Kevin, por me ajudar todos os dias a ser um homem melhor.

Ao João, há muitos anos a definição de melhor amigo, que lidou praticamente todos os dias com dúvidas, inquietações e ideias quanto ao que deveria fazer na dissertação.

A outros amigos tão importantes, a Cláudia, a Ana Sofia, o Vicente, o Luís, o Rafael ou a Margarida, que, mesmo sem falar diariamente ou expor tão rotineiramente o ritmo do trabalho, acabaram por me ouvir e acompanhar o trajeto do trabalho.

Aos colegas de licenciatura que se tornaram amigos, o Diogo, o Luís, o Rui e a Ana Isabel, com os quais foi mais fácil enfrentar os desafios que foram surgindo.

A alguém que surgiu numa fase bastante avançada deste processo, o Fernando, por toda a ajuda prestada.

Ao Professor Doutor Luís Farinha, pelo tempo que despendeu para se reunir comigo na fase exploratória da investigação, e ao Professor Doutor António José Queiroz pelas sugestões de fontes e bibliografia.

Deixo ainda uma palavra de apreço aos assistentes operacionais da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, da Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, do Arquivo Distrital de Vila Real, do Museu Bernardino Machado e do Museu da Memória de Matosinhos, pela simpatia e pelo cuidado com que me receberam nas respetivas instalações e me ajudaram na consulta das fontes.

Resumo

A presente dissertação estuda a resistência republicana à Ditadura, entre 1926 e 1938, focalizando as redes conspiratórias do norte do país e a sua participação nos diversos movimentos insurrecionais ocorridos nessa cronologia. Através de um grande volume de documentação já conhecida e inédita, a investigação debruça-se sobre a região nortenha que, numa primeira fase, foi mais ativa no contexto da resistência, caracterizando detalhadamente a insurreição de setembro de 1926 e densificando o que se conhecia da preparação da “Semana Sangrenta”, em fevereiro de 1927, a exemplo da importância da coluna de Vila Real e da composição heterogênea dos seus intervenientes. Mercê da atenção conferida a esta geografia, procede-se à clarificação da forma como o núcleo central do Revirinho desaproveitou um conjunto distinto de iniciativas oposicionistas que nessa região se manifestaram e vieram a apoiar movimentos militares posteriores, como a revolta da Madeira, aspeto até ao momento escassamente tratado pela bibliografia existente. Indo ao encontro da tendência da historiografia em privilegiar uma abordagem transnacional, a investigação utiliza fontes espanholas para discutir as consequências da implantação da República nesse país e a forma como a Ditadura se robusteceu, desmontando alguma da argumentação oposicionista. Discute-se também a formação e liderança da Frente Popular Portuguesa e desenvolve o argumento de que foram os republicanos que tiveram a supremacia nessa organização sincrética, tanto a partir dos ativos militares que se mantinham conotados com o revirinhismo, como na própria doutrina defendida. Esta dissertação lança ainda pistas para compreender o papel da Guerra Civil de Espanha no contexto da resistência, demonstrando que foi um evento que levou alguns setores revirinhistas a descurar as potencialidades oferecidas no território nacional.

Palavras-chave: Oposição; Revirinho; redes conspiratórias do Norte; Ditadura; Estado Novo.

Abstract

This dissertation examines Republican resistance to the Dictatorship between 1926 and 1938, focusing on the conspiratorial networks in the north of Portugal and their action in the uprisings occurred in this period. Drawing on a large volume of both known and previously unpublished documentation, the research explores the northern region, which was, in the initial phase, more active in resistance. It provides a detailed account of the September 1926 uprising and expands the existing knowledge on the preparations for the February 1927 military movement, highlighting, for example, the role played by Vila Real column and the heterogeneous composition of its participants. By paying particular attention to this geographical area, the dissertation clarifies how the central core of the *Revirinho* failed to capitalize on a distinct set of oppositional initiatives that emerged in the region and later supported subsequent military uprisings, such as the Madeira revolt – an aspect largely neglected in the existing literature. Aligning with the historiographical trend of adopting a transnational perspective, this study incorporates Spanish sources to analyze the impact of the Republic's establishment in Spain and the reinforcement of Portuguese Dictatorship, thereby deconstructing some of the opposition's arguments. The formation and leadership of the Portuguese Popular Front are also discussed, with the argument being made that Republicans held supremacy within this syncretic organization – both through the military figures associated with *revirinhismo* and in the ideology they promoted. Finally, the dissertation offers insights into the role of the Spanish Civil War in the context of Portuguese resistance, showing how this conflict led some republican sectors to overlook opportunities available within the national territory.

Keywords: Opposition; *Revirinho*; Northern conspiracy networks; Dictatorship; *Estado Novo*.

Lista de abreviaturas e siglas

AAA	AÇÃO ANTICLERICAL E ANTIFASCISTA
ARS	ALIANÇA REPUBLICANA-SOCIALISTA
BAAF	BLOCO ACADÉMICO ANTIFASCISTA
CEDA.....	CONFEDERAÇÃO ESPANHOLA DAS DIREITAS AUTÓNOMAS
CGT	CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FJCP	FEDERAÇÃO DAS JUVENTUDES COMUNISTAS PORTUGUESAS
FPP.....	FRENTE POPULAR PORTUGUESA
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
LPGCF	LIGA PORTUGUESA CONTRA A GUERRA E O FASCISMO
MUNAF	MOVIMENTO DE UNIDADE NACIONAL ANTIFASCISTA
ORA	ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA ARMADA
ORS	ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DOS SARGENTOS
PCP	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PDPS	POLÍCIA DE DEFESA POLÍTICA E SOCIAL
PIMI	POLÍCIA DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DO INTERIOR
PRED	PARTIDO REPUBLICANO DE ESQUERDA DEMOCRÁTICA
PRN	PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA
PRRN	PARTIDO REPUBLICANO DE RECONSTITUIÇÃO NACIONAL
PS	PARTIDO SOCIALISTA
PSP.....	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PVDE.....	POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO
SDN	SOCIEDADE DAS NAÇÕES
SPN	SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL
SVI	SOCORRO VERMELHO INTERNACIONAL
UAP	UNIÃO DOS ANTIFASCISTAS PORTUGUESES
ULR	UNIÃO LIBERAL REPUBLICANA
UCRAL	UNIÃO DOS COMBATENTES DA REPÚBLICA ALIANÇA LIBERAL

Introdução

Esta investigação debruça-se sobre a resistência republicana à Ditadura Militar e ao Estado Novo, entre 1926 e 1938, focalizando as redes conspiratórias a norte do Mondego e a sua participação nas revoltas de 1926, 1927, 1928, 1931 e 1933, e a ação da Frente Popular Portuguesa.

Implantada em 1910, a Primeira República foi um período de «estabilidade eleitoral e [...] instabilidade governamental»¹ que culminou, em 28 de maio de 1926, num golpe militar que instaurou a Ditadura, mas cedo surgiram as primeiras fraturas no interior do Exército², o que não impediu, todavia, o plano ditatorial militar. Logo em setembro desse ano, começou a oposição republicana que, ao longo dos anos seguintes, foi responsável por um clima de «guerra civil intermitente», particularmente até 1933. Doravante, a perda de apoio popular e o próprio esgotamento dos opositores contribuíram para a maturação de uma estratégia frentista, indo ao encontro do que, por exemplo, Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, sugeria desde 1934³, ou seja, a formação de uma confederação entre republicanos, anarquistas, socialistas e comunistas, originando-se, assim, a Frente Popular, que acabou desmontada em 1938, numa conjuntura em que os republicanos perdem os seus marcos mais marcantes.

O conceito Revirinho, cunhado pejorativamente pela própria Ditadura, tende a ser reproduzido mnemonicamente para descrever as ações dos republicanos para a retoma do constitucionalismo, vocábulo favorecido tanto pela sua utilização nos estudos existentes, como pelo seu emprego nos registos memorialísticos pelos próprios resistentes. Contudo, mais recentemente, começou a refletir-se sobre a forma como a

¹ PINTO, António Costa – Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República. *Penélope*. 19-20 (1998), p. 54.

² MADUREIRA, Arnaldo – *O 28 de Maio. Elementos para a sua compreensão*. Lisboa: Editorial Presença, 1978, Vol. 1, pp. 42-43.

³ CLÍMACO, Cristina – Portugal within the European Antifascist Movement, 1922-1939. In GARCIA, Hugo; YUSTA, Mercedes; TABET, Xavier; *et al.* (Ed.) – *Rethinking Antifascism. History, Memory and Politics, 1922 to the Present*, p. 125.

sua adoção instrumentaliza as ações da oposição a partir do ponto de vista do regime, negligenciando as intenções dos antagonistas. Neste sentido, tem sido cada vez mais aplicado o conceito de resistência republicana, que é mais neutral e compila a heterogeneidade de sensibilidades anti ditatoriais. Assim, nesta dissertação utilizar-se-á preferencialmente a ideia de resistência ou oposição republicana, sem isso implicar que não se empregue de maneira operativa a ideia do Revirvalho.

Outra ideia a ser igualmente explicitada reside na periodização deste ciclo. Se é unânime que logo em 1926 foi formado o bloco resistente, a data do seu fim não reúne concordância. Enquanto Luís Farinha considera que o efémero impulso dado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial fez este processo arrastar-se até 1940⁴, Irene Pimentel entende que a estratégia frentista adotada pelo Movimento de Unidade Nacional Antifascista (1943) e o Movimento de Unidade Democrática (1945) não implicou uma evolução substancial face ao que ocorrera anteriormente, razão pela qual remete o final do reviralhismo para 1949, com a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República⁵. A abordagem utilizada na dissertação será a de Farinha, com a nuance de a cronologia terminar em 1938 com o colapso do Plano Lusitânia.

Os principais objetivos da investigação são identificar e esclarecer o papel das redes de resistência republicana a Norte do Mondego nos diversos movimentos levados a cabo entre 1926 e 1938, aprofundando a interajuda entre republicanos portugueses e espanhóis, e compreender a atuação da Frente Popular Portuguesa, entre 1935 e 1938, no seio dessa resistência, esclarecendo a sua composição política heterogénea.

A resistência republicana à implantação da Ditadura tem vindo a receber maior atenção por parte da historiografia. Apresentando um papel precursor na análise deste tema, a obra de Luís Farinha⁶ explicita como se deu a composição do bloco reviralista na ampla cronologia de 1926 a 1940, com a caracterização e descrição dos acontecimentos mais relevantes, os seus intervenientes e os principais debates, bem como inclui uma abordagem de cariz sociológico, que se assume como pertinente para

⁴ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, pp. 265-266.

⁵ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, p. 53.

⁶ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*.

o conhecimento dos envolvidos neste bloco. Contudo, o autor foca-se em particular no sul de Portugal, deixando, portanto, com menor explicação a malha revolucionária setentrional. Este assunto é desenvolvido num trabalho de Cristina Clímaco⁷, que apresenta os mecanismos multidirecionais do exílio e os seus impactos na oposição de republicanos, anarquistas e comunistas até às vésperas da Guerra Civil Espanhola, assim como introduz indicações sobre os elementos republicanos mais proeminentes no Norte para apresentar como as várias ações de resistência acabaram por ficar prejudicadas pelo fiasco da unidade dos núcleos existentes.

A investigação de António José Queiroz⁸ focada na Esquerda Democrática caracteriza a organização das iniciativas da oposição, designadamente a revolta de fevereiro, e as suas manifestações na região norte, bem como a forma como Domingues dos Santos foi um elo de ligação com o PCP, considerações aprofundadas na biografia deste político, também da autoria de Queiroz⁹, em que sobressai o relevo dado às sucessivas tentativas de criar unidade entre as várias sensibilidades, em que Domingues dos Santos pontificou como ator fulcral ao longo do lastro temporal em estudo.

Com um cariz mais amplo, o livro de Irene Flunser Pimentel¹⁰ fornece uma visão coesa do conjunto da oposição, incluindo os monárquicos e os nacionais-sindicalistas, com os quais algumas fações republicanas estabeleceram relações amplas, aspeto essencial devido aos movimentos de 1935 e 1938. Além disso, esse estudo permite compreender a sociologia da oposição ao longo do período ditatorial e os impactos da Segunda Guerra Mundial na alteração qualitativa das estratégias adotadas.

A polarização do reviranhismo implicou, além de alianças distintas, debates quanto à forma mais adequada de resistir à afirmação da via ditatorial. Para este fim, um livro coordenado por Heloísa Paulo¹¹ caracteriza o antagonismo que surgiu no dealbar da década de 1930 entre a via revolucionária e a via legal e que se avolumou com a construção da Aliança Republicana-Socialista, assim como contextualiza o papel

⁷ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*.

⁸ QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*.

⁹ QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos. O defensor do povo (1887-1958)*.

¹⁰ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*.

¹¹ PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições (1927-1969)*.

de atores eminentes da resistência, como Sousa Dias, Cunha Leal e Norton de Matos. Já a tese de doutoramento de Luís Farinha¹² demonstra as consequências da recusa da União Liberal Republicana, partido de Cunha Leal, no apoio ao reviralhismo e como a sua paulatina deslocação para a resistência contribuiu para que, entre 1930 e 1931, a luta ganhasse novo alento após um período de refluxo; além disso, densifica a investigação prévia do autor e elucida alguns nomes relevantes na articulação das redes conspiratórias. Focando-se na revolta da Madeira, a dissertação de Célia Reis¹³ avança com elementos concernentes à organização do levantamento e os principais implicados, embora sem esclarecer os apoios do continente, aspeto que será um dos pontos mais relevantes a analisar na presente investigação.

Como se pretende estudar a Frente Popular Portuguesa, impõe-se entender a evolução do Partido Comunista Português e como o frentismo se tornou um objetivo relevante. O livro de João Madeira¹⁴ apresenta a reestruturação do partido no dealbar dos anos 1930 e os antecedentes da formação da estratégia frentista em 1935, evidenciando a sua falência à medida que os diversos setores se separavam em função das suas agendas. Estes aspetos são mais desenvolvidos na tese de doutoramento de João Arsénio Nunes¹⁵, em que o autor caracteriza detalhadamente as relações do PCP com as outras forças da oposição (nomeadamente os anarquistas) e com a Internacional Comunista, informações essenciais para a compreensão da aposta no frentismo em 1935 e dos impactos da quebra de apoio ao partido no final da década de 1930.

Noutro sentido, em função da deslocação do nacional-sindicalismo para a oposição ao Estado Novo e pelas alianças que particularmente Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão alinhavaram com esse setor e com os monárquicos, torna-se premente compreender a sua implantação no terreno, bem como os principais debates existentes. Assim, o trabalho de António Costa Pinto¹⁶ dá uma visão global da malha partidária no território, particularmente ativa onde a republicana tinha maiores problemas, assim

¹² FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*.

¹³ REIS, Célia – *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*.

¹⁴ MADEIRA, João – *História do PCP, 1921-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

¹⁵ NUNES, João Arsénio – *Comunismo e antifascismo: artigos e ensaios*.

¹⁶ PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*.

como contextualiza a revolta de Mendes Norton e a intentona de Coimbra enquanto movimentos sincréticos sustentados por alianças pouco prováveis contra Salazar.

A investigação reveste-se também de uma componente transnacional. Um artigo de Farinha¹⁷ esclarece as relações dos republicanos com Espanha, até às vésperas da guerra civil nesse país, o que dialoga com um trabalho mais detalhado de Heloísa Paulo¹⁸, que confere uma visão comparativa dos republicanos portugueses e espanhóis até ao final desse conflito, suscitando questões teóricas quanto à maneira como o foco em apoiar os governamentais pode ter levado a uma secundarização dos focos insurrecionais em Portugal. Da autoria de Torre Gómez¹⁹ destaca-se uma obra que elucida comparativamente as ações da oposição e do regime com Espanha, conferindo maior atenção prestada às fronteiras. Dada a importância da Liga de Defesa da República na coordenação da resistência, o estudo de Pinto da Costa²⁰ é relevante para a situar em termos de objetivos e diretrizes assumidas como fundamentais até aos insucessos dos movimentos de 1931, enquanto um estudo de Cristina Clímaco²¹ expõe as agendas defendidas diacronicamente pela oposição a partir da imprensa produzida clandestinamente; contudo, visto que a autora analisa apenas os principais títulos, foi possível triar outros ainda não sistematicamente trabalhados.

A partir do referencial teórico, foi possível estruturar um conjunto de questões de investigação que nortearão este estudo e que se passam a enunciar:

Nas redes da resistência republicana, no Norte, que predominância assumiu a componente militar e qual foi o papel dos civis?

Quais foram as dinâmicas da recomposição dos resistentes nos meses posteriores ao fracasso da primeira revolta reviralista (Chaves, 1926)?

¹⁷ FARINHA, Luís – Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936).

¹⁸ PAULO, Heloísa – Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exilés portugais et les républicains espagnols (1931-1939). L'historiographie portugaise et les études sur les relations Portugal-Espagne au XX e siècle.

¹⁹ TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha, 1931-1936*.

²⁰ COSTA, António Luís Pinto da – A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris.

²¹ CLÍMACO, Cristina – A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939). In PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; HOHLFELDT, António (Coord.) – *Para uma história do jornalismo português no mundo*.

Na revolta de 1927, como se processou, no Norte, a articulação entre as forças militares e os civis?

Após as derrotas de 1927 e 1928, que prioridades foram assumidas pela Liga de Paris e qual a sua repercussão no interior do país?

As redes do Norte e a sua dificuldade logística terão tido responsabilidade pelo malogro das revoltas de 1931, como defendem Irene Pimentel e Francisco Lopes Melo?

Em que medida, na revolta de 1933, se verificou uma «Frente Única», e quais as principais consequências do seu malogro?

Quais foram os principais agentes e orientação ideológica da Frente Popular Portuguesa e de que modo o seu colapso acentuou o declínio do Revirinho?

A natureza da investigação implica um *corpus* documental heterogéneo, que inclui imprensa periódica, tanto clandestina como legal, registos memorialísticos, correspondência diversa, relatórios (lavrados pelo funcionalismo do regime ou da autoria dos revoltosos), manifestos, discursos e atas de reuniões.

Face às fontes arquivísticas, as Ordens do Exército²² explanam as repercussões disciplinares da participação nos movimentos em análise, mas obviamente mais importantes são as cerca de oito centenas de processos criminais de militares e civis, depositados no Arquivo Histórico-Militar e na Torre do Tombo²³, respetivamente, que detalham as movimentações e articulações, a constituição dos comités revolucionários e a disposição de associações e grupos oposicionistas. Destaque-se ainda as Ordens de Serviço da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado²⁴, com relatórios diários.

Ainda ao nível das fontes arquivísticas, vários fundos constituídos pela documentação dos próprios oposicionistas afiguraram-se indispensáveis, como o Fundo Fernandes Varão²⁵, “descoberto” há cerca de dez anos e cujas peças só agora são

²² Consultado em linha na Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.

²³ Não foi possível consultar um grande número de processos criminais referentes a civis, na Torre do Tombo, pela indisponibilidade de descrição arquivística e dificuldades na consulta presencial dos documentos. Desse modo, foram utilizados apenas os processos já digitalizados, o que significa a cobertura total dos anos de 1933 a 1938 e de algumas dezenas para os anos de 1926 a 1932, num total que ascende à casa dos milhares.

²⁴ Consultado *on-line* na Torre do Tombo.

²⁵ Consultado presencialmente na Biblioteca Municipal de Vila Real.

analisadas no âmbito do estudo da resistência republicana: a maioria dos documentos são cartas emitidas ou recebidas pelo Major António Fernandes Varão entre finais de 1926 e janeiro do ano seguinte, que esclarecem os sucessivos atrasos da insurreição de Vila Real e o ascendente do comité de Vila Real na articulação da revolta no Norte. Recorreu-se igualmente ao Fundo Domingues dos Santos²⁶, onde foi consultada a correspondência trocada entre o líder da Esquerda Democrática e Afonso Costa entre 1932 e 1934, e registos da delegação penafidelense do PRED. O Epistolário Armando Cortesão²⁷, por sua vez, dispõe de cerca de 95 cartas produzidas na década de 1930 por indivíduos associados à resistência, como Cunha Leal, Afonso Costa, Nuno Cruz ou Agatão Lança, mas também associações como a União dos Antifascistas Portugueses, trazendo como principal contributo a identificação dos problemas apresentados ao bloco reviralista. Sobre a revolta de 1927, trabalharam-se relatórios do Governo Civil de Bragança²⁸ a descrever o silenciamento dos insurretos na região. Recentemente digitalizado, o *corpus* documental da Casa de Norton de Matos²⁹ é composto por cartas, periódicos e alguns diários e apontamentos do General, que possibilitaram trabalhar tanto a preparação de diversos movimentos insurrecionais como compreender as dissensões, nos inícios dos anos 1930, entre as várias fações do bloco resistente. A partir da Direção-Geral da Contabilidade Pública, consultaram-se os relatórios feitos pelo regime que refletem a distribuição dos insurretos e dos fiéis e as consequências das ações levadas a cabo durante a revolta da Madeira de 1931³⁰.

A Casa Comum/Fundação Mário Soares permitiu consultar vários diários, relatórios, cartas, discursos e jornais legais e clandestinos. Os fundos mais trabalhados foram os de Bernardino Machado e Afonso Costa pelo manancial de fontes anteriormente não trabalhadas de forma sistemática, como correspondência e relatórios. O fundo de Manuel Mendes foi utilizado para a consulta de correspondência,

²⁶ Consultado presencialmente no Arquivo Municipal de Matosinhos.

²⁷ Consultado *on-line* na Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra.

²⁸ Consultado presencialmente no Arquivo Distrital do Porto.

²⁹ Consultado em linha no Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

³⁰ Consultado *on-line* no Arquivo do Ministério das Finanças.

enquanto os de Alberto Pedroso e Francisco Lyon de Castro disponibilizam vários manifestos clandestinos.

Um conjunto fundamental é justamente o da imprensa clandestina. Logo após a repressão das duas intentonas de setembro de 1926, surgiu *O Pelourinho*³¹, publicado em Lisboa nesse ano, que enfatizava os impactos da ameaça monárquica e apelava à revolução republicana. *O Libelo*³² foi publicado entre os anos de 1926 e 1927 e fazia a apologia de uma ação musculada contra a Ditadura, na sequência da derrota da insurreição de setembro, enquanto o jornal *A Revolta*³³, editado nesses mesmos anos, em duas séries, constituiu um meio de propaganda anti ditatorial que, a partir de abril de 1927, foi transformado no órgão oficioso da Liga de Defesa da República, a almejar a reorganização da oposição republicana após o fracasso do movimento de fevereiro.

A derrota da revolta de fevereiro foi, aliás, responsável por uma profusão de periódicos clandestinos. *A Lanterna*³⁴, editado em Lisboa entre 1927 e 1929, criticava a falta de liberdade de expressão e o paulatino favorecimento de monárquicos e fascistas; de igual modo, manifestava os contributos de alguns republicanos na luta contra os ditadores, como António José de Almeida e Agatão Lança. *A Victória*³⁵, igualmente publicado em Lisboa, surgiu (e terminou) no segundo semestre de 1927 e tinha como principais missões inculcar a necessidade da colaboração de todos na revolução e denunciar as consequências das ações económicas e sociais da Ditadura. Com mais relevância, *O Facho*³⁶, editado em 1927 no Porto, alertava para o favorecimento de monárquicos e fascistas. Nenhum destes títulos foi trabalhado em estudos anteriores, facto que justifica a sua seleção. *A Liberdade*³⁷, produzido em 1930 num contexto de refluxo da oposição, procurava, a partir do exílio em França, encetar a unidade dos republicanos. Já *A Verdade*³⁸, publicado entre 1933 e 1934 sob a liderança de Armando

³¹ Consultado em linha na Fundação Mário Soares/Casa Comum, no Arquivo Francisco Lyon de Castro.

³² Consultado *on-line* na Fundação Mário Soares/Casa Comum, no Arquivo Jaime Carvalhão Duarte.

³³ Consultado *on-line* na Fundação Mário Soares/Casa Comum, no Arquivo Jaime Carvalhão Duarte.

³⁴ Consultado *on-line* na Fundação Mário Soares/Casa Comum, no Arquivo Jaime Carvalhão Duarte.

³⁵ Consultado *on-line* na Torre do Tombo, no Arquivo da PIDE/DGS.

³⁶ Consultado *on-line* na Ephemera.

³⁷ Consultado em linha na Biblioteca Nacional de França.

³⁸ Alguns números estão disponíveis na Torre do Tombo, no Arquivo da PIDE/DGS, e outros na Casa Comum/Fundação Mário Soares, e foram consultados *on-line*.

Cortesão, reagia contra a censura e a violência empregadas pela Ditadura, expondo o programa advogado pelos republicanos. Como órgão clandestino do Partido Comunista, o *Avante!*³⁹ justifica-se pela necessidade de compreender a ação e atores consideráveis na construção da Frente Popular e os programas propugnados. Dada a apologia dos princípios ideológicos do partido que atravessa todo o periódico, considerou-se importante triangulá-lo com o jornal *Unir*⁴⁰ (1937-1939), meio de propaganda da Frente Popular. Ainda em relação com essa associação, foi analisado o *Barricada*⁴¹, enquanto jornal do Bloco Académico Antifascista entre 1936 e 1937, já que esclarece a forma como a Academia demonstrava o apoio à luta contra a Ditadura e, mais relevante, as dificuldades em constituir a estratégia frentista.

Quanto à imprensa periódica legal, selecionaram-se diários e semanários. Entre os primeiros, as edições matutina e vespertina d' *O Comércio do Porto*⁴², conotadas com o regime, fornecem informações detalhadas sobre as manifestações insurrecionais no Norte. Partindo de uma perspectiva editorial antirregime, publicado entre 1926 e 1927, o *Diário do Porto*⁴³ veicula descrições minuciosas dos acontecimentos e dos julgamentos, assumindo-se como particularidade a apologia da revolta de fevereiro de 1927. Também do Porto, *A Montanha*⁴⁴, ligado ao PRP e a António Maria da Silva, paulatinamente passou a criticar as ações do Revirinho, fornecendo pistas sobre a sua desagregação. Abrangendo a cronologia proposta na investigação, o *Diário de Lisboa*⁴⁵ foi incluído pela sua cobertura nacional e subsequente integração do Norte num âmbito geral, exercício repetido, para os anos de 1928 e 1931, a partir do *Diário de Notícias*⁴⁶, que apresentava uma cobertura noticiosa mais detalhada.

³⁹ Consultado *on-line* no Arquivo Marxista na Internet (marxists.org).

⁴⁰ Algumas das suas edições foram consultadas na Ephemera.

⁴¹ Consultado em linha na Fundação Mário Soares/Casa Comum, no Arquivo Francisco Marcelo Curto.

⁴² As edições matutinas foram consultadas *on-line* no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner e na plataforma da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Já as edições vespertinas foram consultadas *in loco* na BPMP. Os períodos analisados foram, respetivamente, de 1926 a 1938 e de 1926 a 1931.

⁴³ Consultado *in loco* na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁴⁴ Consultado *in loco* na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁴⁵ Consultado *on-line* na Casa Comum / Fundação Mário Soares.

⁴⁶ Consultado presencialmente no Arquivo Sophia de Mello Breyner.

Além da imprensa periódica portuguesa, trabalhou-se a espanhola. Desde logo, selecionaram-se dois jornais favoráveis ao Revirvalho e citados por alguns resistentes, *El Pueblo Gallego*⁴⁷, de Vigo, e *El Herald de Madrid*⁴⁸, respetivamente representantes do liberalismo e dos partidos de esquerda. Embora menos recorrentemente, integram as fontes hemerográficas desta investigação mais três jornais de Madrid pela paulatina assunção de Espanha como um dos destinos de exílio dos resistentes portugueses. *La Libertad*⁴⁹, ligado à figura de Ortega y Gasset, dava especial ênfase aos discursos de Bernardino Machado enquanto um dos principais paladinos dos princípios republicanos; *El Liberal*⁵⁰, com uma ideologia socializante, encarava a política portuguesa como essencial para a alteração do curso político em Espanha, enquanto *El Imparcial*⁵¹, com ligações à direita política, diferia dos restantes pela sua estrutura editorial.

Entre os semanários, *O Comércio de Guimarães* e *Ecos de Guimarães*⁵², com posições ideológicas similares, explicam a prossecução das sedições nessa cidade e em territórios limítrofes. *A Região Flaviense*⁵³, publicado no epicentro da revolta de Chaves de 1926, faculta dados sobre os julgamentos a partir de uma perspetiva favorável ao regime, enquanto *A Gazeta de Coimbra*⁵⁴ apresenta o curso dos vários movimentos em Coimbra e mostra o paulatino descrédito da oposição.

Dada a parcialidade da imprensa e visto ser um alvo preferencial da censura, que impossibilitava a divulgação de informações contrárias aos interesses do regime, importa consubstanciar o que ela apresenta com registos memorialísticos.

Ferro Alves, jornalista ativo na oposição e crítico dos Budas (a que pertenciam dois importantes líderes do Norte, César de Almeida e Nuno Cruz⁵⁵), tem dois trabalhos relevantes neste domínio. Num⁵⁶, descreve o decurso dos movimentos de 1931 nas ilhas

⁴⁷ Consultado em linha na Galiciana – Biblioteca Digital da Galiza.

⁴⁸ Consultado em linha na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha.

⁴⁹ Consultado *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha.

⁵⁰ Consultado *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha.

⁵¹ Consultado *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha.

⁵² Consultados *on-line* no Arquivo da Casa de Sarmento.

⁵³ Consultado presencialmente na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁵⁴ Os números até 1930 estão disponíveis em linha na Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra; de 1931 a 1938, foram consultados na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁵⁵ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, p. 180.

⁵⁶ ALVES, Ferro – *A Mornaça: a revolta nos Açores e Madeira em 1931*. Lisboa, 1935.

atlânticas, identificando os seus principais intervenientes e agendas, enquanto no outro⁵⁷ esclarece a distribuição de armamento em Portugal e o papel que a Espanha republicana desempenhou na reorganização da oposição portuguesa.

As memórias de Mário Duarte Castelhana⁵⁸ apresentam alguns nomes destacados nos movimentos de 1927 e 1931, impondo-se a sua triangulação com relatos como o de Horta Catarino⁵⁹, que descreve a sua participação na revolta do Porto, em 1927, e a atuação da oposição no decénio seguinte, a partir do papel de organizações como a Organização Revolucionária dos Sargentos. As memórias de Cunha Leal⁶⁰ explicam como a inicial recusa da União Liberal Republicana em aderir ao reviralhismo desencadeou uma debilidade organizativa da oposição entre 1927 e 1928 e o recrudescimento da via revolucionária a partir de 1930. Destacado interveniente do bloco político-militar, Sarmiento Pimentel⁶¹, no seu relato, apresenta nomes essenciais na logística e preparação das revoltas de 1927 e 1931 e os debates entre os Budas e os seus opositores, após o colapso da revolta da Madeira. Sobre essa insurreição, o trabalho de Fernandes Varão⁶² indica como esse arquipélago se tornou uma das principais plataformas na luta anti ditatorial e caracteriza os intervenientes desse movimento, apresentando representações estatísticas.

As memórias de Vieira Coelho⁶³, apesar de focadas no golpe que instaurou o regime, têm algumas informações sobre a revolta de fevereiro de 1927 e o papel das redes de Coimbra no seu insucesso, mas a sua filiação à Ditadura implica a comparação do seu testemunho com os relatos da imprensa. Já a exposição de cariz jornalístico de Sampaio e Melo⁶⁴ oferece uma descrição dos acontecimentos ocorridos no Porto

⁵⁷ ALVES, Ferro – *Os Budas e o Contrabando de Armas*. Lisboa, 1935.

⁵⁸ CASTELHANO, Mário Duarte – *Quatro Anos de Deportação*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

⁵⁹ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978.

⁶⁰ LEAL, Francisco Pinto Cunha – *Coisas de tempos idos. As minhas memórias*. Lisboa, Vol. 3, 1968.

⁶¹ PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974.

⁶² VARÃO, António Fernandes – *Revoltas contra a Ditadura nas Ilhas Adjacentes e Colónias em Abril de 1931 (Provas)*. Dactilografado, c. 1945.

⁶³ COELHO, Adriano Vieira – *Memórias dum revolucionário: subsídios para a história do movimento de 28 de Maio*. Lisboa: Tipografia Ideal, 1951.

⁶⁴ MELO, Roberto Sampaio e – *O Cerco do Porto. Ataques e contra-ataques pela República*. Porto, 1927.

durante a revolta de 1927 e indica elementos geográficos e logísticos, além da apresentação de uma extensa lista de participantes na região e alguns mapas.

Com uma natureza diferente, sobressai o livro de José Jobim⁶⁵, que parte de uma entrevista a Afonso Costa em que este resistente expõe a argumentação que justificava – após 1933 e a satisfação de uma das principais reivindicações da oposição, a retoma da vida constitucional no país –, a persistência das críticas ao regime, e enuncia as ações levadas a cabo pela resistência republicana nesse ano, como a revolta de Bragança.

Um interveniente da revolta de 1927 no Porto, Diogo Martins de Lima, numa entrevista concedida a Viale Moutinho⁶⁶, relata as dificuldades na concertação das várias fações para desencadear a insurreição e comenta as contendas em torno da liderança de Sousa Dias. Já Vasco da Gama Fernandes, próximo de Cunha Leal, no seu depoimento sobre a forma como se opôs à Ditadura⁶⁷, auxilia a compreender a decomposição do reviralhismo após o desastre da revolta de 1933, a exemplo dos meandros da aproximação de alguns setores republicanos ao nacional-sindicalismo.

Foram consultadas algumas coletâneas documentais, de onde se retiraram cartas, atas de reuniões, telegramas, panfletos e manifestos diversos, discursos, excertos de periódicos e processos policiais. Fruto de um trabalho de recolha de evidências relativas à revolta de fevereiro de 1927 na Póvoa de Varzim, a Biblioteca Municipal elaborou um *dossier*⁶⁸ com pequenas explicações sobre o movimento e imagens de jornais locais, que identificam os principais intervenientes na revolta. Esforço similar foi realizado em Vila Real, onde Elísio Amaral Neves dedicou um número dos *Cadernos da Biblioteca*⁶⁹ à divulgação da descoberta do Fundo Fernandes Varão, que aduz dados relevantes para a caracterização do papel da coluna de Vila Real na revolta de 1927, como a relação com Jaime de Morais.

⁶⁵ JOBIM, José – *A verdade sobre Salazar*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934.

⁶⁶ LIMA, Diogo Martins de – *A revolução do 3 de fevereiro*. In MOUTINHO, José Viale – *A sala dos espelhos*. Porto: Lello & Irmão, 1993.

⁶⁷ FERNANDES, Vasco da Gama – *Depoimento Inacabado – Memórias*. Lisboa, 1975.

⁶⁸ *A revolta constitucional de fevereiro de 1927: ecos na Póvoa de Varzim: Dossier*. Póvoa de Varzim: Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, 2023.

⁶⁹ NEVES, Elísio Amaral – *Na Defesa da República: a participação de Vila Real no movimento de 3 a 7 de fevereiro de 1927 – documentação secreta*. *Cadernos da Biblioteca de Vila Real*. 6 (2016).

A compilação de diversas cartas destinadas a Raul Proença e a sua esposa⁷⁰ apresenta as dificuldades que o exílio impôs na estruturação da resistência e a participação das mulheres desses resistentes na discussão política. Dada a relevância de Hélder Ribeiro em vários movimentos insurrecionais, tomou-se como fonte de estudo uma coletânea⁷¹ que apresenta uma biografia desse militar opositor, desde a participação nas conspirações às alterações de residência, entre 1926 e 1931, propiciando esses dados traçar um quadro mais amplo em que se elencam as relações estabelecidas com outros setores republicanos. Em sentido semelhante surge a compilação das cartas enviadas por António Sérgio a Joaquim de Carvalho, entre 1927 e 1933⁷², que expõem dificuldades apresentadas à Liga de Paris. Pelo desconhecimento quanto às manifestações da revolta da Madeira no continente, o livro coordenado por João Soares⁷³ apresenta os boletins emitidos pelos revoltosos e registos cronológicos.

A antologia de Afonso Manta sobre a Frente Popular Portuguesa⁷⁴ reúne programas e manifestos dessa organização e excertos do periódico oficial da Liga Contra a Guerra e Contra o Fascismo (congénera à FPP) e releva as ações do PCP para a unificação sindical. Noutro âmbito, da autoria de Oliveira Marques, foram consideradas quatro coletâneas. Uma⁷⁵ incide em cartas, diários e relatórios relativos a Sousa Dias quanto às revoltas de fevereiro de 1927 e abril de 1931, enquanto a Liga de Paris é o tema de outra antologia deste historiador⁷⁶ que contem as dezoito atas conhecidas da organização, particularmente referentes ao ano de 1927, e a argumentação republicana na contestação à política financeira de Sinel de Cordes. *A Unidade da Oposição à Ditadura*⁷⁷ enquadra o refluxo da resistência a partir de finais de 1928, a partir das

⁷⁰ SÉRGIO, António; SANTOS, Fernando Piteira – *Correspondência para Raul Proença*. Lisboa, 1987.

⁷¹ SILVA, Francisco Ribeiro da (Coord.) – *Coronel Hélder Ribeiro: correspondência recebida (1902-1931) e notas biográficas*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

⁷² CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio – António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Revista de História das Ideias*. 5 (1983) 951-1016.

⁷³ SOARES, João – *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné: 4 de abril a 2 de maio de 1931*. Lisboa, 1979.

⁷⁴ MANTA, L. H. Afonso – *A frente popular antifascista em Portugal: documentos da história do movimento operário português: 1935-1937*. [Lisboa], 1976.

⁷⁵ MARQUES, A. H. Oliveira – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa, 1975.

⁷⁶ MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Mem Martins, 1976.

⁷⁷ MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins, 1973.

quezílias entre os vários grupos, e a Conferência de Beyris de 1931 e, por último, na antologia de literatura clandestina⁷⁸ foram consultados manifestos e periódicos clandestinos, os quais foram complementados com disponíveis na base digital da Ephemera⁷⁹ (sobretudo sobre a Frente Popular).

Dos relatórios produzidos pela Comissão do Livro Negro do Regime Fascista, foram selecionados três nesta investigação. Dois deles são registos de presos políticos (a maioria relacionada com a clandestinidade comunista), respetivamente para os períodos de 1932 a 1935⁸⁰ e 1936 a 1939⁸¹, em que, além de alguns processos individuais, são apresentadas estatísticas sobre o número de detidos, género, tempo de prisão e profissões. Já o terceiro relatório diz respeito aos estudantes resistentes⁸² à Ditadura, incluindo depoimentos de membros das Academias quanto às diversas revoltas ocorridas entre 1927 e 1931.

Para a realização desta investigação, dada a densidade do *corpus* documental, foram estruturadas nove bases de dados, na plataforma Excel, compostas por numerosos campos para abordar a multiplicidade de aspetos, tanto para esta dissertação como para trabalhos futuros. Apesar do volume de fontes, a metodologia tendeu a ser intensiva. No caso dos jornais espanhóis, utilizou-se a ferramenta OCR a partir de vários conceitos, enquanto no que diz respeito à imprensa periódica portuguesa, cujo número de edições supera os nove milhares, a análise foi extensiva, mas conduzida com bastante minúcia para evitar que escapassem aspetos que pudessem contribuir para o conhecimento do assunto. Considerou-se relevante empreender uma análise de conteúdo⁸³, sem descurar uma análise de discurso. A estratégia usada foi a intertextual, de maneira a compreender as evoluções constantes

⁷⁸ MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: 1990.

⁷⁹ Apesar de limitações no acesso aos documentos, consultaram-se dezenas de manifestos e periódicos.

⁸⁰ Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (Org.) – *Presos Políticos do Regime Fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Vol. 1, 1981.

⁸¹ Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (Org.) – *Presos Políticos do Regime Fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Vol. 2, 1982.

⁸² Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983.

⁸³ CAMPENHOUDT, Luc Van; MARQUET, Jacques; QUIVY, Raymond – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2019.

nos documentos. No caso da imprensa periódica, considerou-se a necessidade de triangular os editoriais com a cobertura noticiosa, exercício que possibilita compreender as razões por trás da veiculação de certas notícias como as prisões dos resistentes. Para facilitar a análise cruzada da bibliografia e das fontes elaboraram-se fichas temáticas.

Esta investigação é pertinente no conjunto dos estudos sobre a resistência dos republicanos à instauração da Ditadura Militar e à afirmação do Estado Novo pela inexistência de estudos centrados na logística da oposição no norte do país, sistematizando dados já conhecidos embora dispersos, colhendo outros inéditos, e problematizando vários aspetos relativos às redes existentes na região, que só recebeu atenção mais dirigida face à revolta de 1927. Decorrente disso, o aprofundamento de algumas insurreições, como a de setembro de 1926 ou a de outubro de 1933, visa identificar dinâmicas próprias da região, sem deixar de as integrar na moldura nacional. A investigação pretende ainda dilucidar os impactos do exílio na oposição, essencial no Norte pela permeabilidade da fronteira, e tenciona questionar as características da Frente Popular Portuguesa.

O primeiro capítulo contextualiza a Primeira República e os antecedentes da implantação da Ditadura Militar, terminando em 9 de julho de 1926, quando Óscar Carmona assumiu o poder. O segundo capítulo, após uma breve retrospectiva para expor a resistência ao golpe militar, explica as particularidades da revolta de setembro desse ano e enquadra-as nos prolegómenos da insurreição de fevereiro de 1927. Após a exposição dos eixos fundamentais da revolta do Porto, presta especial atenção às prioridades assumidas pela Liga de Paris e, na sua parte final, discute a articulação da revolta de julho de 1928 e sua relação com o refluxo do ano seguinte na região. Este é o mote para o terceiro capítulo, que, inicialmente, questiona se o ano de 1930 abriu as portas ao *annus horribilis* de 1931 e ao desastre da resistência republicana. Posteriormente, neste ponto demonstra-se que a frente única da oposição fracassou e culminou na sua derrota em toda a linha, implicando também o fiasco da greve geral de 1934. O último capítulo, no seguimento, discute a natureza da Frente Popular Portuguesa e o colapso do reviralhismo, em meio às repercussões da Guerra Civil de Espanha.

1. Da queda da República à emergência da Ditadura – breve contextualização

1.1. A instabilidade da Primeira República

Instaurado em 1910, o regime republicano tinha o intuito de proceder a reformas estruturais para corrigir um certo desfasamento do país face à Europa mais avançada. Todavia, esse projeto foi sucessivamente adiado e abandonado em vários aspetos por condicionalismos internos e externos, como a impossibilidade de uma governação coesa e a radicalização sociopolítica. Por um lado, a «instabilidade parlamentar, presidencial e governamental»⁸⁴ dificultou a prossecução das diversas propostas e levou a uma constante fragmentação do campo político-partidário. Logo em 1912, o Partido Republicano cindiu-se em três grandes correntes. Uma correspondia *grosso modo* à continuidade, ligada aos democráticos de Afonso Costa, e que vai, de resto, dominar a situação até 1926; uma segunda corporizava-se no Partido Evolucionista de António José de Almeida, situado à direita dos anteriores no espectro político, enquanto a terceira se afiliava ao grupo dos unionistas, ligados a Brito Camacho, politicamente mais conservador. Estas características eram pouco vinculativas, pois, na prática, havia mais coincidências do que divergências⁸⁵, mas estas cisões geraram rivalidade partidária e fomentaram o aumento da violência política⁸⁶, pois particularmente o Partido Democrático utilizou uma milícia, a Formiga Branca, para agregar o máximo de apoio possível.

Muitos dos temas fortes da propaganda republicana não foram cumpridos, como a redução do analfabetismo, a extensão do sufrágio ou a transformação das estruturas económicas. A sociedade portuguesa era maioritariamente agrícola, mas estava a iniciar a sua industrialização sem a necessária modernização de base, o que provocou

⁸⁴ MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1978, Vol. 2, p. 260.

⁸⁵ RAMOS, Rui (Coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)*; MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, Vol. 6, p. 486.

⁸⁶ TELO, António José – *Primeira República I: do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010, p. 13.

numerosos choques sociais, com a população a sentir as suas aspirações defraudadas, a exemplo da questão sindicalista, já que a expansão da solidariedade operária⁸⁷ resultou em surtos grevistas, aos quais os governos republicanos responderam de forma musculada, apartando o apoio desse setor.

A Europa vivia sob o signo da conflitualidade desde finais de Oitocentos, pois, de alguma forma, todos os países tinham problemas políticos e a ascensão de novas potências deixava espaço à competição. Era evidente o clima de «paz armada»⁸⁸, com o reforço da abrangência da legislação militar para fomentar as potencialidades de ataque de cada Estado, e com o aumento de alianças entre nações. Em termos económicos, a competição pelos territórios coloniais e pela hegemonia⁸⁹ contribuiu para a escalada de um conflito global; durante mais de quatro anos a Grande Guerra envolveu a generalidade dos territórios e teve profundas repercussões nos mais diversos âmbitos.

Em Portugal, a situação política era periclitante ainda antes da Guerra, com o governo de Afonso Costa a incompatibilizar-se com a opinião pública e o Presidente da República, Manuel de Arriaga, abrindo caminho, em janeiro de 1914, a uma solução extraconstitucional para retirar os democráticos do poder com o lançamento da «Carta Programa»⁹⁰, o pedido de união dos três partidos republicanos. Afonso Costa demitiu-se em fevereiro e Bernardino Machado assumiu, a convite de Arriaga, esse cargo para concertar as várias sensibilidades republicanas, objetivo inicialmente gorado, pois evolucionistas e unionistas discordaram da inserção dos democráticos; porém, Machado conseguiu efetuar revisões à lei eleitoral e amnistiar vários presos políticos, sobretudo republicanos. Esta ação sofreu um revés com a eclosão da Grande Guerra.

O governo português, não entrando imediatamente no conflito, começou a preparar-se de antemão para ele, tomando medidas que iam ao encontro das adotadas

⁸⁷ TELO, António José – *Primeira República I: do sonho à realidade*, p. 200.

⁸⁸ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 286.

⁸⁹ NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – *História da economia mundial contemporânea*. Lisboa: Presença, 1997, p. 106.

⁹⁰ NAVARRO, Bruno J. – *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011, p. 49.

por outros Estados, como a Inglaterra⁹¹. No entanto, com o recontro bélico, tornaram-se ainda mais visíveis as carências de que o país padecia e aumentaram as desigualdades, mercê do aumento exponencial do custo dos produtos, acompanhado de um crescimento menor dos salários. Este é um dos fatores esclarecedores do papel que a União Operária Nacional desempenhou ao afastar-se definitivamente do poder político, sobretudo após a entrada na Guerra⁹².

Em dezembro de 1914, Bernardino Machado pediu a demissão do executivo mediante a possibilidade de Portugal aderir ao conflito e a incerteza face ao bloco com que se deveria alinhar. Deste modo, o Parlamento, de maioria democrática, elegeu o Presidente da Câmara dos Deputados, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, como novo chefe de governo. A solução não era do agrado de Arriaga, que, em janeiro de 1915, excedendo as suas competências constitucionais, convidou o General Pimenta de Castro a formar executivo⁹³. Assim se iniciou uma ditadura que suscitou uma ampla oposição dos democráticos e, paulatinamente, de mais setores republicanos. Em maio de 1915, eclodiu uma revolta constitucionalista para formar um «“Governo Nacional”»⁹⁴ que servia os interesses do Partido Republicano, sem visar alterações de fundo.

Portugal entrou no conflito mundial em março de 1916 por influência da agenda intervencionista e radical do Partido Democrático⁹⁵, o que agravou as condições económicas e sociais, com o aumento da inflação e da conflitualidade. O Exército estava mal preparado, não conseguindo atuar nas frentes europeia e africana, e a pretensão de garantir a autonomia dos espaços coloniais foi gorada.

A guerra total levou a que a população acusasse os vários governos de contribuírem para um cenário apocalíptico, surgindo um maior apoio a soluções que apelavam a uma ordem forte; no caso português, esse apelo desembocou no Sidonismo.

⁹¹ PIRES, Ana Paula – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 58.

⁹² ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926. Como Venceu e Porque se Perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018, p. 112.

⁹³ RAMOS, Rui (Coord.) – *A Segunda Fundação*. In *História de Portugal*, 1994, Vol. 6, p. 505.

⁹⁴ ALMEIDA, Tiago Manuel Rosa – *A Revolução de 14 de Maio de 1915 – Justificações e Dinâmicas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, p. 111. Dissertação de Mestrado.

⁹⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, p. 452.

De forma simples, após a declaração de guerra da Alemanha, formou-se o governo conhecido como “União Sagrada” que congregava os vários setores sociais e políticos. Porém, a pequena expressão de democráticos e evolucionistas no governo⁹⁶ ditou o seu colapso. Os setores antiguerristas não eram por princípio contra a participação no conflito, mas tendiam a considerar que essa deveria ser defensiva, em detrimento de ofensiva, como os democráticos pretendiam⁹⁷.

Em ambiente de instabilidade crescente, surgiram as condições para um golpe que, envolvendo elementos militares e civis com características distintas⁹⁸, eclodiu em 5 de dezembro de 1917 sob liderança de Sidónio Pais, posterior cabeça da Junta Revolucionária. Tratou-se de um ato distinto dos que lhe antecederam pela aposta na «demagogia» para granjear todos os apoios possíveis, cedo desfazendo as ilusões dos que pensavam que haveria um foco nas questões sociais. Vários vultos republicanos, como Francisco Pinto Cunha Leal, apoiaram calorosamente este governo que assumiu ter criado uma “República Nova” que utilizava «a polícia preventiva»⁹⁹ para suprimir ameaças internas e externas, num momento em que a revolução bolchevique irrompia e o Corpo Expedicionário Português agonizava na frente ocidental da guerra. Sidónio Pais quis assumir o papel de messias¹⁰⁰ que salvaria o país mediante um esquema sincrético, que não dispensava elementos monárquicos, com um foco na figura do líder, mas as ambições desta ditadura presidencialista caíram por terra em dezembro de 1918, quando Sidónio foi assassinado, abrindo caminho a novas tentativas de implantação da Monarquia e um maior esfarelamento do campo político republicano.

As interpretações historiográficas do Sidonismo tendem a analisá-lo como o «primeiro referencial político do fascismo em Portugal»¹⁰¹ por visualizar a sociedade sob

⁹⁶ RAMOS, Rui (Coord.) – A Segunda Fundação. In *História de Portugal*, 1994, Vol. 6, p. 523.

⁹⁷ TELO, António José – Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa*. 139 (2014), p. 12.

⁹⁸ FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 449-450.

⁹⁹ SÁ, Victor de – Reflexão (cronológica) sobre o Sidonismo. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 6 (1989), pp. 356-357.

¹⁰⁰ SALDANHA, Ana Maria – O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações. *Temporalidades – Revista de História*. 10:1 (2018), p. 49.

¹⁰¹ PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 54.

os paradigmas do corporativismo e por valorizar a Igreja como importante aliada¹⁰². A repressão do movimento operário e a ideia de um partido único que compilava um conjunto de agrupamentos conservadores, o Partido Nacional Republicano, configuraram um regime protofascista. Mesmo que se considere que o Sidonismo não se assumiu como «uma ditadura completa»¹⁰³, tolerando, por exemplo, a existência de outros partidos, é inegável que foi condição suficiente para a «viradeira conservadora e autoritária» que marcou o pós-guerra¹⁰⁴.

O crescimento da direita radical no entre guerras assume especial relevância nesta breve contextualização. Não é que os discursos ultranacionalistas e racistas, como os veiculados pela Action Française, fossem novidade; a inovação foi a crescente «vaga revolucionária»¹⁰⁵ e a alteração do papel do Estado, que levaram à inadequação das elites políticas anteriores ao conflito. A Guerra deu azo a que as visões críticas do demoliberalismo, como a de Gustave Le Bon¹⁰⁶, germinassem, alimentando o fascismo enquanto resposta à «crise catastrófica» incapaz de ser gerida com a política tradicional¹⁰⁷. A ascensão de Benito Mussolini em Itália, em 1922, é simbólica porque, resultando da decomposição do Estado liberal, originou a primeira experiência governativa organizada sob a ideologia fascista.

A conjuntura do pós-guerra foi bastante penosa, culminando numa série de atentados e revoltas em diversos países europeus, e Portugal não foi exceção. Com o aumento da crise generalizada, surgiram alterações políticas, de que são exemplo o afastamento de Afonso Costa, que se retirou para Paris, e o desenvolvimento de novos grupos partidários, como o Partido Republicano Liberal¹⁰⁸. Ao mesmo tempo, os ecos

¹⁰² ROSAS, Fernando – Os quatro regimes. In ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira *et al.* – *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2021, p. 34; CABRAL, Manuel Villaverde – A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo). *Análise Social*. 15:58 (1979), p. 380.

¹⁰³ CABRAL, Manuel Villaverde – *A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)*, p. 385.

¹⁰⁴ CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Porto: Sextante Editores, 2010, p. 225.

¹⁰⁵ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 312.

¹⁰⁶ Este intelectual, na sua obra *A Psicologia das Massas*, datada de 1895, evidenciava «um olhar cínico» quanto à manipulação da população pelas cores políticas. Sobre o seu legado na maturação dos movimentos fascistas: PAXTON, Robert – *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 66.

¹⁰⁷ PAXTON, Roberto – *A anatomia do fascismo*, 2007, p. 360.

¹⁰⁸ PINTO, Ana Catarina – *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda republicana e o bloco radical*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 46.

bolchevistas repercutiam-se na formação da Federação Maximalista Portuguesa em abril de 1919, organismo que «proclamava a via insurreccional»¹⁰⁹ como o caminho a trilhar pelo operariado e que constituiu a génese do Partido Comunista.

Em outubro de 1921, ocorreu a convencionada “Noite Sangrenta”, revolta contra o governo de António Granjo, em que, além do próprio chefe de governo, também foi assassinado Machado Santos, figura crucial no êxito do 5 de Outubro¹¹⁰. Este acontecimento suscitou uma grande comoção social e revelou o grau de radicalização do país. As eleições ulteriores foram vencidas pelos democráticos, que, por mais dois governos, conseguiram ter um mínimo de estabilidade até finais de novembro de 1923¹¹¹. Entretanto, a partir de 1924, com os impactos do Plano Dawes e da ação de «estabilização» de Álvaro de Castro, a situação financeira do país foi robustecida¹¹².

Pela sua relevância, importa considerar o pulverizado sistema partidário republicano, dominado pelo caciquismo, resumível sob uma expressão datada de 1926 de Viriato Gonçalves: «Em Portugal vemos os partidos obedecerem não a programas, mas a camarilhas políticas»¹¹³. Os três partidos que inicialmente dominaram a cena política republicana foram influenciados pelo ressurgimento de partidos monárquicos e pela via presidencialista do Sidonismo. Deste modo, a União Republicana e o Partido Republicano Evolucionista uniram-se, em 1919, no aludido Partido Republicano Liberal, que foi alvo de uma cisão de onde surgiu o Partido Republicano Popular, ligado a Júlio Martins. Após a retoma do constitucionalismo (numa conjuntura pós-Guerra Mundial), surgiram vários grupos neosidonistas, como o Partido Republicano Conservador, o Centro do Nacionalismo Lusitano ou o Partido Nacional Republicano Presidencialista,

¹⁰⁹ MADEIRA, João – *História do PCP, 1921-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 17.

¹¹⁰ SILVA, Armando Malheiro da; CORDEIRO, Carlos; TORRAL, Luís Filipe Reis – A República de António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921). In SILVA, Armando Malheiro da; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano – *República, Republicanismo e Republicanos. Brasil, Portugal, Itália*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 439.

¹¹¹ LEAL, Ernesto Castro – O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926). In SILVA, Armando Malheiro da; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano – *República, Republicanismo e Republicanos*, p. 264.

¹¹² CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*, pp. 12-13.

¹¹³ Viriato Gonçalves, 15 de abril de 1926 *apud* LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português, 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 115.

alguns dos quais tenderam a evoluir para ideologias fascizantes. Neste segmento, destacou-se o Centro do Nacionalismo Lusitano, que se radicalizou através do modelo mussolinista. A influência do outubrismo, que desencadeou a Noite Sangrenta de 1921, levou à edificação do Partido Republicano Radical, que se virá a envolver com o Partido Comunista até ao desenvolvimento da Esquerda Democrática, cujo surgimento oficial ocorre em 1925 através da cisão de Domingues dos Santos do Partido Democrático. O Partido Republicano da Esquerda Democrática defendia uma ideologia republicana e socializante, assente na igualdade de «direitos e obrigações perante a lei»¹¹⁴.

Esta foi a segunda quebra no partido dominante, que já em 1920 conhecera a autonomização de uma facção dominada por Álvaro de Castro e que originou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional. O PRRN tencionava ir ao encontro das mudanças operadas pela Guerra e valorizar «a supremacia do poder civil» num contexto de aumento da importância das questões sociais¹¹⁵. Cunha Leal, membro do Partido Liberal (então num declínio quase absoluto¹¹⁶), fez a ligação aos reconstituintes, de onde saiu em fevereiro de 1923 o moderado e conservador Partido Republicano Nacionalista. Todavia, dada a profusão de setores que nele se albergaram, como evolucionistas, unionistas, presidencialistas e reconstituintes¹¹⁷, o PRN não apresentou um programa concreto, acelerando a incompatibilização entre as duas grandes personalidades desse grupo partidário (pese embora o seu líder efetivo ser Ginestal Machado). Assim, Álvaro de Castro apartou-se, fundando, em dezembro desse ano, o Grupo Parlamentar de Ação Republicana, associado à esquerda e que opôs ao governo de direita de António Maria da Silva (elemento democrático e forte crítico da facção Afonso Costa-Bernardino Machado). Dentro das forças conservadoras e como súpula dos princípios evolucionistas e unionistas, em março de 1926 surgiu a União Liberal Republicana,

¹¹⁴ QUEIROZ, António José – As eleições legislativas de 1925. *Revista da Faculdade de Letras – História*. III:11 (2010), p. 68.

¹¹⁵ LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português, 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 99.

¹¹⁶ FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 243.

¹¹⁷ PINTO, Ricardo Leite – União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo. *Polis*. 4-5 (1995), pp. 137-138.

associada a Cunha Leal, que queria atrair os líderes dos movimentos de 1925, a que adiante se aludirá, e capitalizar a atenção que se impunha pela chamada «questão dos tabacos»», que mais não era do que a disputa pela exploração desta indústria. Apenas o governo de António Maria da Silva apoiava a «exploração exclusiva por conta do Estado», com as forças de esquerda e direita a ser manifestamente contrárias; nesse segmento, a ULR mostrava-se perentoriamente contra todo o tipo de monopólios¹¹⁸.

1.2. O golpe vitorioso contra a República

Na antecâmara do que viria a ser alcançado com o 28 de Maio, em 1925 dois golpes evidenciaram o que seria a ação do Exército doravante. Numa conjuntura em que esse ramo das Forças Armadas se assumia como um dos poucos corpos sãos numa sociedade em desequilíbrio, a 18 de abril, um grupo associado ao General Gomes da Costa insurgiu-se contra os governos que, a seu ver, sucessivamente envergonhavam o país pela sua inação, deixando pendentes os grandes problemas afigurados. O Exército estava permeável à vivência dos grupos políticos pelos militares terem optado por se ligar à responsabilidade governativa, o que se adensou ao longo da década de 1920¹¹⁹ e se tornou patente a partir deste golpe. Havia dois conceitos-chave comuns à instituição militar e a vários outros setores: a ordem e a moral. Olhando para o caso de Itália, “regenerada” com a chegada ao poder de Benito Mussolini, alegava-se que só com uma ação decidida se resolveria a instabilidade que grassava no país.

Foi neste sentido que, em julho, Mendes Cabeçadas comandou uma nova tentativa de golpe que visava a regeneração da República, que se mantinha enredada nos embates entre as cores políticas e, assim, deixava para segundo plano a população e as suas agruras. Neste *putsch*, releva «a justaposição de militares de proveniência diversa»¹²⁰, o que evidencia a cada vez maior falange que se incompatibilizava com a República liberal e apoiava a intervenção militar. Mais uma vez, a iniciativa gorou-se,

¹¹⁸ PINTO, Ricardo Leite – União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930, pp. 152-153.

¹¹⁹ MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo. O golpe militar e a ascensão do autoritarismo*. Lisboa: Clube do Autor, 2016, pp. 30-31.

¹²⁰ FERREIRA, José Medeiros – *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 116.

mas tanto a revolta de abril como a de julho receberam um julgamento pautado por «uma grande benevolência»¹²¹, o que alentou a reorganização que culminou no 28 de Maio e subsequente término da Primeira República.

No contexto que precedeu o golpe militar triunfante, é importante considerar o que ocorria no exterior. O receio da vitória internacional do Comunismo levou vários grupos políticos a agir para salvar os seus interesses, culminando na existência de um terreno propício para o «fim da democracia»¹²² em numerosos países. Tome-se como exemplo o caso de Espanha, onde, em 1923, se deu igualmente um golpe contra o poder estabelecido com a anuência do rei Afonso XIII pela decadência da política tradicional¹²³. Uma vez que se apresentavam as instituições liberais como fracas e incapazes de se auto regenerar, proporcionavam-se as condições para uma maior inclinação ao apoio de soluções extraconstitucionais. Deste modo, a ditadura assumia-se como uma «necessidade inadiável»¹²⁴ por ser vista como a única forma de resolução dos problemas que assolavam o país.

No caso português, uma das adversidades capitais para a República demoliberal foi o abandono por parte das suas anteriores principais bases de apoios, as classes médias e o operariado¹²⁵. Todavia, o Exército estava desunido nos seus propósitos, salientando-se no seu seio quatro fações. Uma defendia a ditadura temporária como forma de correção da vida política, sem abdicar do consignado na Constituição – razão pela qual, mais tarde, lutará contra a Ditadura –, enquanto uma segunda era formada pelos «constitucionalistas»¹²⁶, como Sousa Dias, que não apoiaram o movimento pela violação da legalidade. No entanto, as duas principais fações eram outras e opunham os dois grandes nomes do 28 de Maio, Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas. O primeiro e os seus correligionários advogavam a instauração de um regime totalitário e apartidário

¹²¹ MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo*, p. 32.

¹²² BERMEIO, Nancy – *Getting mad or going mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras. Penélope*. 19-20 (1998), p. 18.

¹²³ LARANJO, David Miguel – *A política externa portuguesa na Ditadura Militar: as relações com Espanha (1926-1930)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008, p. 12. Dissertação de Mestrado.

¹²⁴ LEAL, Francisco Pinto Cunha – *Eu, Os Políticos e a Nação*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1926, p. 192.

¹²⁵ BERMEIO, Nancy – *Getting mad or going mad?*, p. 21.

¹²⁶ MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo*, p. 34.

para evitar os erros que marcaram os anos de regime republicano, enquanto a facção do segundo, profundamente heterogénea, dividia-se entre os que defendiam a instauração de uma «democracia forte»¹²⁷ e bipartidária, sem abdicar, *a posteriori*, da retoma democrática, e os que apologizavam a instauração de uma ditadura.

Gomes da Costa assumiu a liderança do movimento e fez uma marcha sobre Lisboa, à maneira mussolinista, sem resistência. Os objetivos do golpe passavam pelo incremento do funcionalismo público, pela melhoria dos serviços de justiça e pela resolução da crise económica¹²⁸, devendo referir-se a passividade de António Maria da Silva, chefe do Governo, como condição suficiente para a vitória do golpe, qual prova da «degenerescência» que atingira o regime¹²⁹. O apoio dado ao golpe militar por parte de setores conotados com o progressismo ideológico, como a Esquerda Democrática, o Partido Socialista ou a Seara Nova, expunha não haver forma de os democráticos governarem, pelo que o governo colapsou sem opor resistência.

Inicialmente, a Confederação-Geral do Trabalho (CGT) e o PRED ignoraram o apelo do PCP para se insurgirem perante o «caráter fascista do movimento»¹³⁰ pela inexistência do menor perigo de deturpação dos propósitos que guiavam os militares. De qualquer modo, o golpe em si não levou à afirmação imediata de um regime autoritário, o que se foi consumando ao longo dos anos seguintes¹³¹.

Nos primeiros dias após a parada militar, o Presidente da República em funções, Bernardino Machado, chamou Mendes Cabeçadas a formar ministério, tarefa impossível de realizar pela propaganda de Gomes da Costa como o único líder capaz de governar. Esta situação cristalizou-se aquando da demissão de Machado e subsequente assunção do poder por Cabeçadas, que evidenciou que, apesar da realização das conferências de Coimbra e de Sacavém, era impossível conciliar as facções insurretas. Para consolidar a sua liderança, em 14 de junho Gomes da Costa apresentou um plano de reorganização

¹²⁷ MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo*, p. 35.

¹²⁸ FERREIRA, José Medeiros – *O comportamento político dos militares*, p. 119.

¹²⁹ MADUREIRA, Arnaldo – *O 28 de Maio – Elementos para a sua compreensão*. Lisboa: Editorial Presença, 1978, Vol. 1, pp. 112-113.

¹³⁰ QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 170.

¹³¹ FERREIRA, José Medeiros – *O comportamento político dos militares*, p. 145.

da vida nacional que visava modificar a Constituição de 1911 e que colocava Cabeçadas numa situação difícil. Esse foi o contexto de um segundo golpe, em 17 de junho, que consumou o afastamento de Cabeçadas e dos setores liberais.

O consulado de Gomes da Costa não levou à união das forças reacionárias. Apesar de constituir um governo minimamente homogéneo, em que apenas destoava uma figura mais ligada aos círculos fascistas, Filomeno da Câmara¹³², cedo enfrentou tentativas de golpe, como a do monárquico Martinho Nobre de Melo, nos primeiros dias de julho de 1926. Entretanto, Gomes da Costa endurecera a governação, decretando, por exemplo, a aplicação da censura prévia à imprensa, condição necessária para a preservação social, e a prisão de republicanos como Hélder Ribeiro ou Sá Cardoso.

Em 6 de julho, num Conselho de Ministros, Gomes da Costa demitiu personalidades como Óscar Carmona e Armando Gama Ochoa, Ministro das Colónias, por não concordarem com os seus últimos projetos e, «sob pressão dos integralistas», escolheu Nobre de Melo e João de Almeida para os cargos vagantes, dando azo a uma potencial instauração monárquica¹³³. A situação de Gomes da Costa complicou-se nos dias seguintes pela sua cada vez mais diminuta base de apoio em comparação com a de figuras que inicialmente foram menos relevantes no processo que conduziu ao golpe. Assim, no dia 9, Gomes da Costa foi forçado a demitir-se, levando ao afastamento dos mais radicais. Deste modo, Carmona assumiu o cargo de Presidente da República e Sinel de Cordes o de Ministro das Finanças. Com este terceiro golpe, a Ditadura entrou numa fase de paulatina consolidação sem os debates da fase inicial do novel regime.

Assim se abria o caminho para a luta dos republicanos pela retoma do demoliberalismo, assunto sobre o qual versarão os capítulos que se seguem.

¹³² ROSAS, Fernando (Coord.) – O Estado Novo (1926-1974); MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, Vol. 7, p. 162.

¹³³ MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo*, p. 235.

2. Da eclosão ao abatimento – a resistência dos republicanos entre 1926 e 1929

2.1. O primeiro sinal de oposição – a revolta de Chaves de 1926

Como é consabido, o 28 de Maio não reuniu a concordância de todos os setores militares, pelo que, concomitantemente ao golpe, surgiu a reação dos republicanos à situação que se começava a desenhar, a exemplo da atitude relutante da Terceira Divisão Militar, situada no Porto e comandada pelo General Sousa Dias, que recusou submeter-se à revolta por lealdade ao Governo. Assim, começaram por se delinear estratégias para conter o movimento e que levaram à criação de grupos para travar o avanço das forças sediciosas para evitar a derrota do executivo republicano, até à formação de governo por Mendes Cabeçadas. De forma sintética, uma dessas colunas foi liderada pelo Comandante de Infantaria 6, David Rodrigues¹³⁴, que conseguiu o apoio de vários regimentos, como o de Infantaria 20¹³⁵. Sousa Dias apenas cedeu aquando da demissão do governo de António Maria da Silva, consumando-se, desse modo, o domínio dos revoltosos.

Logo após a substituição de Gomes da Costa, vários grupos militares planearam insurrecionar-se, a exemplo de um núcleo liderado pelo Primeiro-sargento José Adolfo Gomes¹³⁶, em Queluz, que criticava o afastamento desse General enquanto representante legítimo dos interesses nacionais, logo em 9 de julho, razão pela qual, mais tarde, o Sargento foi colocado em Valença.

¹³⁴ Carta do General Sousa Dias com destinatário não identificado, 1926. In MARQUES, A. H. Oliveira (Org.) – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975, p. 25.

¹³⁵ Esboça-se em algumas divisões um movimento insurrecional. *Diário do Porto*. Porto, n.º 6, 29 de maio de 1926, p. 1.

¹³⁶ Arquivo Histórico-Militar (AHM) – *Processo político do Primeiro-sargento de Infantaria José Adolfo Gomes*. (Divisão 33, caixa 429, número 656). Esse levante demonstra as divisões existentes no seio da instituição militar e que as punições disciplinares (que tendencialmente implicavam a colocação dos indivíduos entendidos como perniciosos em regimentos diferentes), foram um fator importante para a eclosão de novos movimentos, de que é flagrante exemplo a revolta de fevereiro do ano seguinte.

De maneira paulatina, entre outros rumores, começou a ser difundido que «a minoria monárquica do exército»¹³⁷ tinha de ser afastada e, para isso, era necessária a aliança da população com os militares para evitar quaisquer possibilidades de instauração de um regime contrário à vontade popular. Para agravar, o governo não cumpria os propósitos que estiveram na génese do golpe, acabando por conduzir a uma maior crise e por deportar indivíduos tidos valorosos para a República, e dar maior estima aos que desrespeitavam a democracia. Com efeito, uma parte considerável da instituição militar não pretendia colocar em risco a ordem constitucional, pelo que se pedia uma ação concertada e enérgica contra todos os que ameaçavam o regime¹³⁸, conduta igualmente seguida por políticos que desempenharam papéis de governação na Primeira República, como Norton de Matos. Num dos seus diários, este militar defendeu a necessidade de se efetuar uma revolução ampla que criasse uma democracia e eliminasse os problemas que virtualmente conduziram à ditadura no país¹³⁹.

Este foi o contexto que antecedeu a primeira revolta republicana contra a Ditadura, a demonstrar que a criação de um «bloco político-militar»¹⁴⁰ amplo que visava a reconversão do país a um regime democrático e liberal estava a avançar. A insurreição de Chaves, ocorrida em setembro de 1926, apesar de poder ser enquadrada na primeira fase da luta republicana, a qual Farinha considera abranger também as revoltas de fevereiro de 1927 e julho de 1928¹⁴¹, delas se diferencia pelos motivos que a justificaram. Com efeito, a revolta de setembro de 1926 não se insurgiu contra a Ditadura em si, mas contra a sua deturpação, pelo que o seu intuito era colocar de novo no centro de decisão política o General Gomes da Costa, ou, em alternativa, indivíduos

¹³⁷ A solução da crise. Um desafio lançado ao Exército Republicano. Manifesto de julho de 1926. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990., Vol. 1, p. 113.

¹³⁸ República?! Não... Ao Exército, à Marinha e ao Povo! Manifesto de agosto de 1926. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 114.

¹³⁹ Arquivo Municipal de Ponte de Lima (AMPDL) – *Diário de Norton de Matos de 11 de julho de 1926*.

¹⁴⁰ FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 34.

¹⁴¹ FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 285.

alinhados à sua facção¹⁴², entendida como a verdadeira representante dos interesses do Exército e, de forma lata, da população que apoiara energicamente a intervenção dessa instituição na política; mais ainda, os sediciosos queriam protestar face ao agravamento da crise suscitada pelas medidas do Ministro das Finanças, Sinel de Cordes¹⁴³. Este objetivo foi percebido por parte da imprensa republicana, como o *Diário do Porto*, que considerou, aliás erroneamente, que Gomes da Costa estaria envolvido na revolta¹⁴⁴.

Este movimento foi liderado pelo Capitão de Infantaria Alfredo Chaves, que se assumia como delegado do Comité Revolucionário do Norte, cuja principal figura era o Coronel Mineiro de Almeida. Houve reuniões prévias na vila de Chaves com a participação de vários militares, inclusivamente de alta patente, como um dos principais comandantes de Chaves, o Capitão António Augusto Franco, dirigente do Distrito de Recrutamento 19, que conspirava contra a situação política à frente de vários militares.

Os revoltosos pretendiam um alastramento a toda a região, pois era altamente inverosímil que um movimento tão sectário tivesse qualquer sucesso, o que levou a que se propusesse o estado de sítio a norte do Douro¹⁴⁵ e a que o levantamento estivesse planeado para eclodir igualmente em Vila Real, numa primeira fase, e no Porto, ponto tido como fulcral. Daí a viagem do Capitão Chaves a essa cidade no dia anterior à eclosão¹⁴⁶, ao que indica com o propósito de arregimentar reforços e de entabular conversas com funcionários públicos, de que é exemplo Raul António Tamagnini de Miranda Barbosa, que trabalhava na Alfândega do Porto¹⁴⁷. No entanto, o grande apoio estava em Vila Real, através do governador civil do distrito, António José da Silva¹⁴⁸, e do Capitão da GNR Jorge Marrecas, que não cumpriram as ordens de prender Alfredo Chaves e acederam a que se efetivasse o movimento. Nessa cidade, também se deve

¹⁴² Do Porto – Nova revolução? *Diário do Porto*. Porto, n.º 95, 11 de setembro de 1926, p. 8; De Lisboa – *O Povo do Norte*. Vila Real, n.º 17, 19 de setembro de 1926, p. 1.

¹⁴³ Do Porto – A Revolta de Chaves. *Diário do Porto*. Porto, n.º 117, 8 de outubro de 1926, p. 8.

¹⁴⁴ Do Porto – Nova revolução? *Diário do Porto*. Porto, n.º 95, 11 de setembro de 1926, p. 8.

¹⁴⁵ AHM – *Revolta de Chaves, 1926*. (Fundo 48, série 2, caixa 853, número 4). Edital do Comandante Militar de Chaves, Alfredo António Chaves.

¹⁴⁶ Do Porto – A Revolta de Chaves. *Diário do Porto*. Porto, n.º 96, 13 de setembro de 1926, p. 8.

¹⁴⁷ AHM – *Relação dos processos de inquérito aos acontecimentos de Vila Nova de Cerveira*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 911). Notas sobre Raul António Tamagnini de Miranda Barbosa.

¹⁴⁸ De Lisboa. *O Povo do Norte*. Vila Real, n.º 17, 19 de setembro de 1926, p. 1.

anotar a anuência de vários elementos de Infantaria 13. Além destas localidades, também houve iniciativas em Cabeceiras de Basto, no distrito de Braga, durante as primeiras horas de sedição¹⁴⁹, e em Bragança, mas sem resultado¹⁵⁰.

Estando já identificados os principais implicados, importa analisar os acontecimentos. Em 11 de setembro de 1926, um sábado, deu-se o assalto ao quartel de Infantaria 19 «às primeiras horas da manhã»¹⁵¹, com a participação de alguns Sargentos dessa unidade e do Regimento de Cavalaria 6, também localizado em Chaves, e vários elementos civis. Apesar da preparação, a insurreição eclodiu antes do previsto. Só no próprio dia 11 se sondou o Comandante interino do Regimento de Infantaria 19, o Major Manuel da Silva Teixeira, para assumir o comando, o que foi recusado e comprometeu a adesão de mais indivíduos. Assim, um dos centros nevrálgicos da revolta foi essa unidade de Infantaria, pois a ela pertenciam vários militares acusados. O efetivo Comandante do Regimento, o Coronel Lima Dias, já era investigado ainda antes do movimento por exercer uma fraca liderança e aceitar os excessos dos oficiais que conspiravam abertamente, ou participavam em conversas suspeitas¹⁵².

A ação dos civis, mais de metade dos implicados¹⁵³, foi decisiva para efetivar a tomada do quartel, apesar da inexistência de consenso quanto ao papel que lhes deveria ser atribuído, como comprovado nos julgamentos, onde se mostrou que nem todos os militares concordaram com o seu armamento pelo potencial aumento da violência, o que não era o objetivo último da insurreição. Jacinto Peixoto¹⁵⁴, Primeiro-sargento de Infantaria 13, foi o responsável pela decisão de armar os civis, pois considerava como uma mais-valia a possibilidade de defesa perante as forças situacionistas.

No final da manhã, sendo pedido pelas autoridades pró-governamentais que os soldados fiéis da Guarda Fiscal, Guarda Republicana e Cavalaria 6 se dirigissem ao quartel de Infantaria 19, então tomado pelos revoltosos, houve uma concentração no

¹⁴⁹ AHM – *Revolta de Chaves, 1926*. Telegrama de Chaves, 13 de setembro de 1926.

¹⁵⁰ De Lisboa – A Revolta de Chaves. *Diário do Porto*. Porto, n.º 96, 13 de setembro de 1926, p. 8.

¹⁵¹ Do Porto – nova revolução. *Diário do Porto*. Porto, n.º 95, 11 de setembro de 1926, p. 8.

¹⁵² AHM – *Revolta de Chaves, 1926*. Auto de averiguação da ação desempenhada por Lima Dias.

¹⁵³ O movimento de Chaves. *Diário do Porto*. Porto, n.º 111, 30 de setembro de 1926, p. 8. Segundo a informação veiculada por este periódico, dos 36 julgados como implicados na revolta, vinte eram civis.

¹⁵⁴ Do Porto – A Revolta de Chaves. *Diário do Porto*. Porto, n.º 117, 8 de outubro de 1926, p. 8.

Forte de São Francisco, qual segundo centro de operações pela resistência dos sublevados, que se prolongou até pouco depois das 14 horas, quando, mercê da incapacidade de manter a insurreição, estes se entregaram, até porque, no restante do país, havia um estado absoluto de sossego, o que tornava inviável continuar a sedição, que estava fadada a uma derrota total.

Para o fracasso do movimento, contribuíram vários fatores. O primeiro foi a parca preparação, dado que vários militares se recusaram a secundar o ato, mesmo com o auxílio do Regimento de Cavalaria 6. Por sua vez, a estação telegráfica intercetou alguns dos contactos estabelecidos, pelo que já se sabia que o líder do movimento se encontrava na vila, regressado, como se mencionou, do Porto, e qual era, em traços largos, o plano de ação gizado¹⁵⁵. Outro fator teve a ver com a ausência de um número considerável de oficiais, que, no dia anterior, havia marchado para uma inspeção militar em Vila Pouca de Aguiar, aspeto entendido pelos responsáveis pelo inquérito à intentona como fundamental para a sua rápida derrota¹⁵⁶.

Os julgamentos dos implicados foram céleres, durando poucas semanas e encontrando-se concluídos em finais de outubro, e, regra geral, pouco punitivos. Com efeito, todos os civis foram absolvidos do crime de insurreição e apenas alguns militares foram punidos, ainda assim com «simples penas correcionais»¹⁵⁷, o que pode sugerir a pretensão de promover uma certa concertação. Entre as figuras condenadas de forma mais musculada, encontrava-se Alfredo Chaves, desterrado para Santarém, onde passou a servir no Regimento de Infantaria 34¹⁵⁸, de onde fugiu poucos meses depois.

Concomitantemente ao rescaldo da insurreição e aos seus julgamentos, ocorreu um golpe de índole radical, em Lisboa, liderado pelo Coronel João de Almeida, no dia 21 desse mês de setembro de 1926¹⁵⁹. Esse militar foi um dos principais nomes envolvidos no 28 de Maio e foi o responsável por apresentar, em julho, a Gomes da Costa, um

¹⁵⁵ AHM – *Revolta de Chaves, 1926*. Telegrama ao Chefe do Estado Maior da 1.ª Região Militar, Porto, 13 de setembro de 1926.

¹⁵⁶ AHM – *Revolta de Chaves, 1926*. Telegrama ao Chefe da 1.ª Região Militar, de 14 de setembro de 1926.

¹⁵⁷ Notícias da semana. *A Região Flaviense*. Chaves, n.º 185, 21 de outubro de 1926, p. 2.

¹⁵⁸ Ministério da Guerra – 1ª Direção Geral – 2.ª Repartição. *Ordens do Exército*, 2.ª Série, 1926, p. 670.

¹⁵⁹ FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 32.

programa de reorganização da política portuguesa¹⁶⁰ numa altura em que era Ministro das Colónias, o que é indissociável do seu legado nesse ramo. Este oficial do Estado-Maior teve ainda um importante papel na divulgação da Circular n.º 76, datada de 13 de setembro, que uniformizou os serviços da censura em todo o país¹⁶¹, o que desencadeou uma maior vigilância quanto às ações dos setores oposicionistas. A existência de golpes que visavam arrastar o país para uma direita mais radical evidencia a multiplicidade de grupos políticos e sociais descontentes com a linha política seguida pelo novo regime.

Resumindo, pode considerar-se que tanto a Situação como o conjunto das oposições encararam este acontecimento como uma «comichão insurrecional»¹⁶², porque não reuniu o apoio das várias unidades militares e, mais importante, porque se desarticulou com as forças republicanas que estavam a preparar uma revolução que pretendia reinstaurar uma República democrática no país, retomando as diretrizes constitucionais, e que eclodiria no início do ano seguinte.

2.2. A revolta do Porto de 1927 – planos e hesitações

2.2.1. Os antecedentes da “Semana Sangrenta”

Com o afastamento da facção liberal e na sequência da prisão de republicanos como Hélder Ribeiro, Pestana Júnior ou Álvaro Poppe, começou a ser planeada «uma conspiração», por intermédio de Jaime Cortesão, que conseguiu, nessa fase, estabelecer contactos com Jaime de Moraes e Júlio César de Almeida¹⁶³.

Além da via militar, os diversos setores republicanos atestavam a sua insatisfação com o regime por outros meios, sendo a imprensa periódica uma das mais prementes. Importantes vultos do republicanismo utilizaram os títulos que dirigiam ou para os quais

¹⁶⁰ CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*, p. 100.

¹⁶¹ A circular encontra-se transcrita em *Pela Verdade! O Libelo*. Lisboa, n.º 1, 31 de outubro de 1926, pp. 1-2. Sobre a manifestação de quaisquer atividades contestatárias, considerava-se útil eliminar críticas aos governantes e informações sobre «atentados políticos», sobretudo sem fundamentos concretos. CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*, pp. 566-567.

¹⁶² LEAL, Francisco Pinto Cunha – *As Minhas Memórias: coisas de tempos idos. Vol. 3 – Arrastado pela fúria do tufão. Do 28 de Maio de 1926 a 4 de dezembro de 1930*. Lisboa: Edição de Autor, 1968, p. 76.

¹⁶³ QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática no final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 174.

contribuíam para evidenciar as suas principais críticas. Embora o principal foco, durante muito tempo, ter sido a aplicação da censura, o «principal cavalo de batalha» da generalidade dos jornais¹⁶⁴, cedo surgiram comentários quanto à ausência de um programa governativo minimamente estável, o que, na ótica de António Lopes Teixeira, diretor do *Diário do Porto*, evidenciava que não se estava tão apartado do caminho de instabilidade trilhado pelos «maus políticos»¹⁶⁵.

Os republicanos, no final do verão desse ano, preparavam a revolução que pretendia fazer regressar o país a um regime constitucional, desta feita sem a predominância do Partido Republicano. A crescente insatisfação de vários militares com o regime facilitou a sua articulação com o comité revolucionário que se foi alinhando a partir dos principais vultos contrários ao golpe militar, como o General Sousa Dias e o Major António Fernandes Varão, dirigente do Regimento de Infantaria 13 de Vila Real, elemento relevante na organização e execução do movimento, assim como eminentes figuras civis: Afonso Costa e Bernardino Machado. Em outubro, no Porto, começaram a circular as primeiras informações concernentes a um levantamento, o que foi alimentado pela reorganização do Exército. No caso do Batalhão de Caçadores 9, essa reestruturação não acarretou quaisquer alterações à sua conduta, pois o seu comandante concordava que o regime era inaplicável para o país, razão pela qual acabou por fortalecer indiretamente a efervescência no seio dos oficiais.

A conjuntura era grave e o medo de possíveis golpes monárquicos implicava que se aproveitasse o aniversário da implantação da República para refletir sobre os esforços necessários à «dignificação e engrandecimento de Portugal»¹⁶⁶, o fortalecimento da República e o fomento da união dos políticos com os trabalhadores, concretamente os operários, sem descurar os grupos «avançados»¹⁶⁷, por mais incipientes que pudessem

¹⁶⁴ GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, Carla; SOUSA, Jorge Pedro (Org.) – *Para uma História do Jornalismo em Portugal*. Lisboa: ICNOVA, 2020, p. 166.

¹⁶⁵ Tolerância e força. *Diário do Porto*. Porto, n.º 67, 10 de agosto de 1926, p. 1.

¹⁶⁶ Factos & Comentários. *A Montanha*. Porto, n.º 4874, 17 de setembro de 1926, p. 1.

¹⁶⁷ Carta enviada pelo Dr. Álvaro de Castro à comissão promotora da sessão comemorativa de 5 de Outubro em Coimbra. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 116.

ser. Enquanto ator essencial em todo o processo, era preciso estimular a capacidade de contestação do povo¹⁶⁸. Deste modo, concretizar-se-ia a ideia de uma «frente única» para derrotar a Ditadura, à semelhança do que ocorrera anos antes perante o perigo da Monarquia do Norte¹⁶⁹.

Como consequência da paulatina estruturação da oposição, surgiu uma profusão de «pasquins anónimos e clandestinos», única forma de subtração à censura para apresentar o programa político e ideológico¹⁷⁰. Apesar da inexistência de referências a estratégias concretas de ação e resistência, sobressaem alguns aspetos nesse periodismo clandestino que auxiliam a compreender o desenvolvimento do reviralhismo. Apesar de ter conferido atenção ao movimento de setembro e à prisão de Alfredo Chaves, preferiu valorizar a repressão a Álvaro de Castro, preso para não liderar as comemorações do 5 de Outubro, o que foi visto como um sinal de alerta nas hostes republicanas pela crescente ameaça monárquica, a grande visada nos diversos artigos e panfletos, fosse pelo apoio dado pela Igreja¹⁷¹, fosse pelas punições desiguais que se atribuíam e que tendiam a ser leves para os monárquicos e pesadas para os que lutavam pela República, como o próprio Chaves¹⁷², que, nesta fase, era já um importante ativo para o bloco republicano. Os reviralhistas tencionavam arregimentar o maior apoio popular possível ao insistir no agravamento da crise associada à ação ministerial de Sinel de Cordes, pois «a Dentadura Militar» consumira mais de metade do produto nacional em poucos meses, sem retorno para a população, pelo que os republicanos apelavam à revolta de todos¹⁷³, até a partir do pedido de empréstimo externo.

À medida que o final do ano se aproximava, aumentavam as conspirações¹⁷⁴. O Capitão Jaime de Moraes assumiu a liderança do Comité Revolucionário do Norte para preparar a ação que deveria convergir no Porto, centro nevrálgico da revolução. Esta

¹⁶⁸ Povo! À sacristia! *O Libelo*. Lisboa, n.º 1, 31 de outubro de 1926, p. 3.

¹⁶⁹ Unir fileiras. *O Libelo*. Lisboa, n.º 2, 16 de novembro de 1926, p. 7.

¹⁷⁰ Censura. *Diário do Porto*. Porto, n.º 137, 1 de novembro de 1926, p. 1.

¹⁷¹ Às armas, cidadãos! In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 119.

¹⁷² Nobres palavras. *A Revolta*. Lisboa, n.º 1, 2 de novembro de 1926, p. 1.

¹⁷³ Como os ditadores põem a casa em ordem. *O Libelo*. Lisboa, n.º 3, 28 de novembro de 1926, pp. 4-5.

¹⁷⁴ ALVES, Ferro – *Os Budas e o Contrabando de Armas*. Lisboa, 1935, p. 29.

falange foi composta por vários setores afastados do centro de decisão, salientando-se o peso dos políticos que tinham tido atuação política a nível local durante a República, o que explana o papel desempenhado pelos administradores de concelho, como Alfredo Fonseca Campelo, de Matosinhos¹⁷⁵, na preparação e decurso da revolta, e por ex-deputados, como Agatão Lança¹⁷⁶ e António Resende¹⁷⁷, que foi um dos maiores dinamizadores da ligação entre Fernandes Varão, representante das regiões de Vila Real e Lamego, e o Comité do Norte¹⁷⁸, além de ter sido o obreiro da articulação da região de Paços de Ferreira, Penafiel e Amarante. A ele se deve que o pacense Nicolau Carneiro tivesse sido o responsável pela entrega de correspondência secreta a Varão em contrapartida de proteção perante a desconfiança do regime¹⁷⁹ (Anexo 1). Neste período, surgiu um manifesto de algumas unidades nortenhas que apelavam ao papel do Exército no 31 de Janeiro, na implantação da República e no pré-28 de Maio, cujos objetivos eram positivos para «traçar uma nova rota»¹⁸⁰, tendo como repto a criação de uma franja republicana que procedesse à recuperação do sistema político, sem ligar às quezílias do passado recente.

O «equilíbrio precário»¹⁸¹ entre a Situação e as forças resistentes levou a sucessivos adiamentos. Apesar dos planos para que se efetivasse em novembro¹⁸², tal não foi possível por inexistência de uma estratégia robusta e pelos ventos internacionais

¹⁷⁵ Campelo começou a desempenhar este cargo em março de 1926 e a sua exoneração chegou logo em julho, com a justificação da sua falta de alinhamento com Situação. Porém, não foi caso isolado. O administrador substituto do concelho, António Tavares da Fonseca, também se viu deposto pela mesma ordem, assim como os seus congéneres do Marco de Canaveses, de Paredes e de Santo Tirso – Torre do Tombo (TT) – Ministério do Interior (MI) – *Exonerado de Administrador do Concelho de Matosinhos, Alfredo da Fonseca Campelo* (PT/TT/MI-DGAPC/001/1926/000318).

¹⁷⁶ Agatão Lança foi eleito pelo círculo eleitoral de Penafiel em 1921, 1922 e 1925. QUEIROZ, António José – *O círculo eleitoral de Penafiel*, p. 188.

¹⁷⁷ Resende foi eleito pelo círculo eleitoral de Penafiel em 1922. QUEIROZ, António José – *O círculo eleitoral de Penafiel (1911-1925)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2021, p. 119.

¹⁷⁸ NEVES, Elísio Amaral – Na Defesa da República: a participação de Vila Real no movimento de 3 a 7 de fevereiro de 1927 – documentação secreta. *Cadernos da Biblioteca de Vila Real*. 6 (2016), p. 8.

¹⁷⁹ Espólio recentemente descoberto ainda não tratado na literatura que aborda esta matéria. Biblioteca Municipal de Vila Real (BMVR) – Fundo Major Fernandes Varão (FMFV) – Carta de António Resende a António Fernandes Varão, sem data.

¹⁸⁰ Os oficiais republicanos das guarnições do Norte – O Exército Republicano ao país. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990. Vol. 1, p. 121.

¹⁸¹ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, p. 31.

¹⁸² BMVR – FMFV. Carta de António Resende a António Fernandes Varão, c. novembro de 1926.

desfavoráveis, a saber a ditadura de Primo de Rivera em Espanha¹⁸³. Essa circunstância política servia como um argumento usado pelos republicanos para realçar a necessidade da revolta; no entanto, a inexistência de uma ampla plataforma de apoio era difícil de superar e, nesse tempo, surgia o espectro do fascismo, o que levava os opositores a acusar o regime de favorecer a implantação de grupos associados a essa ideologia no país, concretamente em Lisboa¹⁸⁴, e a assumir como premente observar o panorama internacional, delineando estratégias antifascistas adotadas noutros países.

Nos finais de 1926, estava quase concretizado o projeto da frente única republicana para empreender a revolução, ficando de fora Cunha Leal e a União Liberal Republicana, num limbo entre a identificação e a divergência com a nova Situação¹⁸⁵. Como a estratégia revolucionária não reunia o consenso de todos os setores republicanos, era mais uma potencial dificuldade na prossecução do movimento. Concomitantemente, foram dirigidos convites a nomes essenciais do 28 de Maio, como João Pereira de Carvalho, que passou a desempenhar um papel-chave na organização da revolta em dezembro. Nessa cronologia foi estabelecida uma série de conselhos de oficiais para começar a planear o governo vindouro em regiões fulcrais como Chaves, Viana do Castelo ou Valença, com o elo no Norte a ser precisamente Pereira de Carvalho; posteriormente, articular-se-ia com o que fosse decidido na região de Lisboa¹⁸⁶.

Se o adiamento dos preparativos poderia levar a novos apoios, por outro lado, acarretava o risco de se perderem outros. Os elementos conotados com o movimento atuantes no interior norte alertavam que era preciso que o núcleo de Vila Real atentasse no que acontecia no Regimento de Infantaria 9 de Lamego, cujos principais instigadores eram Alfredo Vieira de Almeida Cardoso, António Maria de Costa Zagalo e Álvaro Xavier

¹⁸³ Museu Bernardino Machado (MBM) – Carta de Jaime Batalha Reis, datada de 2 de novembro de 1926.

¹⁸⁴ R. – Alerta, Portugueses. *O Pelourinho*. Lisboa, n.º 1, 21 de novembro de 1926, p. 3. É importante acrescentar que a grande preocupação do autor do artigo, mais do que a questão política, era a colonial, uma vez que havia interesse em fomentar a fixação italiana em Angola, o que acolhia, na ótica da oposição, a anuência do regime em troca de proteção político-diplomática.

¹⁸⁵ *O Distrito da Guarda*, 17 de novembro de 1926 *apud* PINTO, Ricardo Leite – União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo. *Polis*. 4/5 (1995), pp. 172-173.

¹⁸⁶ QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, pp. 174-175.

Sabeiro¹⁸⁷, enquanto as informações transmitidas permitem deduzir que, em Viana do Castelo, Braga, Porto e Bragança, os preparativos iam a bom ritmo. Uma guarnição militar de Braga, em dezembro, perante as reformas realizadas ao nível dos oficiais, divulgou um conjunto de manifestos a incidir na atitude perniciososa do governo que deveria ser corrigida para fomentar a união da instituição militar¹⁸⁸. Mesmo sem se apelar a um *putsch* ou a uma contestação mais violenta, esse assunto foi instrumentalizado por parte dos revolucionários para estimular mais apoios.

Os revoltosos atribuíram a liderança militar do movimento ao General Sousa Dias, nome que suscitou dúvidas¹⁸⁹ em função do seu historial¹⁹⁰ e da convicção de que seria incapaz de se adaptar perante a defesa da Ditadura, pese embora ser uma figura conhecida e com boa reputação. Sousa Dias foi coadjuvado por Fernando Freiria, Jaime de Moraes e Sarmiento Pimentel, cujo papel foi decisivo pela sua colaboração na *Seara Nova*, em que demonstrou uma grande racionalidade quanto à situação do país, e, quiçá mais importante, pelo seu prestígio no Exército, acreditando-se, como o próprio relata nas suas memórias, que essa seria condição suficiente para que o Comité de Lisboa seguisse o plano gizado no Norte¹⁹¹. Porém, como se verá, isso não se verificou.

Janeiro de 1927 era apontado como o mês da vitória contra a reação pela inevitabilidade de um «movimento de revolta»¹⁹², resultante do aumento paulatino do custo de vida, da proposta de contração de um empréstimo externo, do negócio desastroso dos tabacos, da união monárquica e da propagada influência espanhola na política portuguesa – situação justificada pela compra, por empresas do país vizinho, de

¹⁸⁷ BMVR – FMFV – Carta destinada a António Fernandes Varão, em data não explícita e cujo autor não foi passível de desvendar.

¹⁸⁸ AHM – *Relatórios, cartas e jornais sobre o 28 de Maio e o 3 de Fevereiro*. (Fundo 48, série 2, caixa 854, número 11). Guarnição Militar de Braga. O texto está incompleto e não é datado, mas consegue-se perceber que a sua elaboração foi posterior a 14 de dezembro de 1926, em função da referência a uma reunião de oficiais que ocorreu com o comandante militar de Braga.

¹⁸⁹ Entre estes, estava o Tenente Diogo Martins de Lima, como relatado em LIMA, Diego Martinez de – A revolução do 3 de fevereiro. In MOUTINHO, José Viale – *A sala dos espelhos*. Porto: Lello & Irmão, 1993, p. 48.

¹⁹⁰ Sousa Dias procurou abster-se de lutas partidárias e políticas, sobretudo no seio republicano, e apenas se envolveu na vida política em 1921, «quando fora deputado ao Congresso» (PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014, p. 56).

¹⁹¹ PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974, p. 214.

¹⁹² Previsão. *Diário do Porto*. Porto, n.º 4, 6 de janeiro de 1927, p. 1.

um «lote de ações da Companhia da Beira-Alta»¹⁹³ – eram apontados como os principais motivos para uma intervenção contra um sistema que violava a integridade da Nação. Também se avolumavam as críticas à ação arbitrária e insatisfatória do regime¹⁹⁴.

Neste cenário, ultimavam-se os preparativos da revolução em que Jaime de Morais tinha um papel preponderante; em meados do mês¹⁹⁵, informava que as unidades de Lamego deveriam apoiar a região de Coimbra, crucial na retaguarda do Porto, e expunha a necessidade de uma delegação com as forças de Amarante, Chaves e Bragança (Anexo 2). A Régua assumia-se como um importante centro logístico pela concentração dos camiões com armamento da região vinhateira, sob comando de Pina de Morais¹⁹⁶. Para recapitular as estratégias militares, foi marcada uma reunião no Porto, no dia 15, com a presença de delegados das várias regiões. Entretanto, quanto à organização na zona limítrofe de Viana do Castelo, foi importante a atuação do governador civil e de funcionários a si associados para a adesão de elementos de Infantaria 3. O Capitão Manuel Ribeiro Lage foi um dos principais interlocutores dessas reuniões e procurou convencer os seus colegas de batalhão a lutar contra a Situação¹⁹⁷. Em Braga, sobressaíram elementos de Infantaria 8 e alguns civis, como o comerciante Miguel David da Silva¹⁹⁸, que usaram os seus contactos de trabalho para estimular a preparação. Mais a Sul, no Mondego, a organização da Figueira da Foz foi relevante.

Esta logística não foi passível de aplicação por dois fatores. O primeiro, de ordem interna, prendeu-se com as divergências entre o Partido Democrático, mais concretamente o programa que este queria adotar, e as restantes sensibilidades¹⁹⁹. Esta querela implicou a criação de dois polos, com o primeiro a defender a ditadura

¹⁹³ Abutres. *Diário do Porto*. Porto, n.º 8, 11 de janeiro de 1927, p. 1.

¹⁹⁴ A imprensa. *Gazeta de Coimbra*. Coimbra, n.º 1988, 4 de janeiro de 1927, p. 1.

¹⁹⁵ BMVR – FMFV – Carta de Jaime de Morais a António Fernandes Varão, de 15 de janeiro de 1927.

¹⁹⁶ SEQUEIRA, João Luís – *João Pina de Morais. Vida, pensamento e obra*. Porto: Caixotim, 2007, pp. 284-285.

¹⁹⁷ AHM – *Processo político de Manuel Ribeiro Lage*. (Divisão 33, caixa 419, número 404). Nota do Ministério da Guerra sobre as culpas deste militar na preparação da revolta de fevereiro.

¹⁹⁸ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento de Infantaria Avelino Teixeira*. (Divisão 33, caixa 427, número 618). Acusação de vários réus implicados na insurreição de fevereiro.

¹⁹⁹ BMVR – FMFV – Carta sem autoria de 11 de janeiro de 1927, destinada a Fernandes Varão, a relatar a fixação de residência do autor em Vila Real e a perseguida ação nefasta do Partido Democrático, apesar da forma como Domingues dos Santos e Jaime Cortesão conduziam os preparativos para a revolução.

provisória e o segundo a apelar a uma retoma constitucional imediata. Contudo, o fator mais premente foi a ação defensiva que o regime seguiu. Por exemplo, no Porto, na madrugada de 23 de janeiro, a cidade estava em «prevenção geral» devido ao conhecimento da possível eclosão da insurreição²⁰⁰ e da presença do Capitão Nuno Cruz, de Sarmento Pimentel e Pereira de Carvalho na cidade²⁰¹. Com efeito, a revolta esteve marcada para essa data²⁰², prova do alto grau de controlo por parte das forças do regime. Assim, foram adotados pela Situação medidas precaucionais, como a fixação de residência dos oficiais sob suspeição²⁰³, pelo que se entende a razão pela qual Ribeiro Lage, por exemplo, um dos implicados nos manejos revolucionários, foi afastado de Viana do Castelo dias antes do movimento eclodir²⁰⁴.

Perante o atraso logístico, adiou-se a insurreição para 31 de janeiro, data simbólica por representar o embrião do apoio popular ao regime republicano e porque estavam no Porto, para as cerimónias comemorativas desse acontecimento, o Chefe do Estado, Óscar Carmona, o Ministro do Comércio e o Ministro da Guerra. O problema é que, pelas presenças ilustres e pelos «boatos que fervilhavam»²⁰⁵, as forças de segurança estavam em alerta máximo, levando a uma nova alteração da data.

2.2.2. A revolta no Norte e o clima de guerra civil

Na madrugada de 3 de fevereiro, iniciou-se o primeiro grande marco da luta republicana contra a Ditadura. Não suscitou surpresa pelos «insistentes boatos»²⁰⁶ de

²⁰⁰ AHM – *Relatórios, cartas e jornais sobre o 28 de Maio e o 3 de Fevereiro*. (Fundo 48, série 2, caixa 854, número 11). Relatório descritivo da ação das forças governamentais contra o Regimento de Caçadores 9, tecendo-se considerações sobre a falta de comando de David Rodrigues.

²⁰¹ FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, pp. 37-38.

²⁰² BMVR – FMFV – Carta de Jaime de Moraes a Fernandes Varão, de 15 de janeiro de 1927.

²⁰³ Foi o caso de Fernandes Varão, que impedido de sair de Vila Real, não pôde comparecer às reuniões que se realizavam no Porto.

²⁰⁴ AHM – *Processo político de Manuel Ribeiro Lage*. (Divisão 33, caixa 419, número 404).

²⁰⁵ AHM – *Dois relatórios do Comandante do Regimento de Infantaria n.º 5, sobre os acontecimentos de 7, 8, 9 e 10 de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 10, número 851). Neste relatório do Regimento de Infantaria 5, localizado nas Caldas da Rainha e destacado para o Porto, na noite de 5 de fevereiro, indica-se que, devido aos «boatos que fervilhavam», foram empreendidas várias medidas de prevenção por todo o país, nomeadamente na região de Lisboa; deste modo, já estavam prontas duas companhias que, por sua vez, se dividiam em pelotões previamente estabelecidos e que poderiam ser utilizados para o combate em qualquer local sem prejudicar potenciais focos de insurreição que surgissem.

²⁰⁶ Pela Constituição. Contra a Ditadura. *Diário do Porto*. Porto, n.º 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

insurreição durante o dia 2, surgindo como única questão quando é começariam as hostilidades. A primeira força a sublevar-se foi Caçadores 9²⁰⁷, que se dividiu em três colunas, estabelecendo-se a Praça da Batalha como o centro logístico da operação. Nesse regimento, que havia sido alvo de elogios aquando das comemorações do 31 de Janeiro²⁰⁸, à meia-noite, entrou uma ordem de prevenção insuficiente para que o seu dirigente, David Rodrigues, reforçasse a guarda, aspeto aproveitado pelos insurretos, nomeadamente por quatro oficiais que, por volta das 2 horas da manhã, começaram a propagar que era altura de pegar em armas e ir para a rua para fazer cair o governo²⁰⁹.

De seguida, aderiram uma companhia dos regimentos de Infantaria 6 e 18, uma força da GNR de Penafiel, e o batalhão da Guarda Republicana aquartelada na Bela-Vista, liderada por Alfredo António Chaves²¹⁰ e que deu ordem de prisão aos que se opunham ao movimento na coluna formada. As primeiras medidas tomadas pelos revoltosos foram a tomada dos principais edifícios do Porto e a detenção de indivíduos que desempenhavam cargos importantes, como Nunes da Ponte, o governador civil da cidade, adjuntos da polícia e os principais comandantes da Região Militar. Alfredo Chaves foi um dos principais estrategas das forças insurrecionais, gerindo os efetivos disponíveis. Os seus esforços foram importantes pela prevenção adotada pela Ditadura, que, por exemplo, obstruiu as forças de Infantaria 6, de Penafiel, comandadas por Ernesto de Almeida, de chegarem ao Porto à hora combinada, o que obrigou a unidade de Caçadores 9 a proceder ao assalto ao Governo Civil e a outros edifícios considerados estratégicos pelo comando insurrecional²¹¹.

²⁰⁷ Casa Comum (CC) – Fundo Jaime Carvalhão Duarte (FJCD) – A revolução em marcha. Documento datado de 3 de fevereiro de 1927, que relata o início do movimento e o apoio dado por várias guarnições aos revoltosos, bem como apela à participação popular.

²⁰⁸ VALENTE, Augusto José Monteiro – O General Sousa Dias e a «Revolução» de Fevereiro de 1927. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010, p. 90.

²⁰⁹ AHM – *Relatórios, cartas e jornais sobre o 28 de Maio e o 3 de Fevereiro*. Relatório sobre a forma como se contribuiu para o surgimento, em Caçadores 9, de um núcleo conspiratório, cuja ação foi facilitada pela passividade do comandante David Rodrigues. É importante mencionar que, devido à reorganização do Exército, muitos oficiais de Infantaria 6 foram remanejados para Caçadores 9, devendo-se a esse núcleo, segundo relatórios de apuramento de responsabilidades, o início das conspirações nesse regimento.

²¹⁰ Pela Constituição. Contra a Ditadura. *Diário do Porto*. Porto, n.º 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

²¹¹ LIMA, Diego Martinez de – A revolução do 3 de fevereiro. In MOUTINHO, José Viale – *A sala dos espelhos*. Porto: Lello & Irmão, 1993, p. 44.

Jaime Cortesão ficou responsável pelo Governo Civil e, de manhã, sob a liderança de Alexandrino dos Santos, um grupo de Administração Militar ocupou o edifício dos Correios e Telégrafos, que foi entregue a Pina de Moraes, para inibir a comunicação dos que estavam alinhados com o governo, ou, pelo menos, dificultá-la. Após a tomada desse edifício, alguns funcionários apoiaram os revoltosos.

Nas primeiras horas da revolta, foi divulgado o programa-base que apelava ao apoio popular, denunciando a Ditadura por não ser republicana a partir do momento em que favorecia os monárquicos e reprimia os opositores. O manifesto anotava ainda a ilegitimidade do regime, a censura e a ausência de um documento legislativo fundamental, assim como acusava o governo de se submeter aos interesses das classes e de potências dominantes. O prospecto criticava ainda o desprezo pelo Exército e, assim, pleiteava a preservação da instituição militar. No fim, era esclarecido que a insurreição não visava um retorno à instabilidade anterior, mas sim a dignificação e democratização da República, o regime dos «homens livres», concretizando os ideais inicialmente propostos e não alcançados.

Nem toda a região militar do Porto se uniu aos revoltosos, com várias unidades neutras no primeiro dia, como Cavalaria 9, uma parte de Infantaria 18 e algumas secções da Guarda Republicana. Por isso, Sarmiento Pimentel, nesse momento inicial, dirigiu-se ao quartel de Cavalaria 9 para persuadir um ex-companheiro da Grande Guerra, o Capitão Ramires, a aderir ao movimento, propósito gorado pois esse militar deslocou-se à Serra de Valongo para refrear a guarnição dos revoltosos com forças provenientes do norte do país, algo difícil de contornar²¹².

Além das preparações e dos compromissos, que incluíam vários políticos, deve ser mencionada a colaboração popular no decurso da revolta. Muitos indivíduos, mesmo não conhecendo a motivação da revolta, envolveram-se na luta. O relato de Francisco Horta Catarino exemplifica o caso de muitos civis que, mesmo desprovidos de conhecimentos militares e até políticos, se juntaram à luta pela defesa da democracia²¹³. Porém, houve outras formas de colaboração, com um caso paradigmático a ser o de

²¹² PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974, pp. 216-217.

²¹³ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978, pp. 13-15.

Alberto Emídio Midões, proprietário do Hotel Central, em Matosinhos, que, para escapar à atenção policial, construiu um quarto falso para albergar alguns revolucionários, o que viabilizou a sua fuga, além de ter feito parte dos núcleos revoltosos da localidade, fundamental por abranger o porto de Leixões²¹⁴.

A Póvoa de Varzim desempenhou um papel notável na revolta, com forças da Administração Militar e da Guarda Republicana a juntar-se na Praça da Batalha sob o comando de António Francisco de Sousa Santos²¹⁵ – aliás, pela proximidade geográfica, foi o primeiro conjunto a chegar ao núcleo axial da revolta. Além dessa companhia, o poveiro Augusto da Costa e Silva destacou-se enquanto dirigente da estação telegráfica da cidade²¹⁶, já que agiu de forma favorável à causa revolucionária. Merece destaque o caso de José Rebelo, conhecido como «Zé Mau», um correio que, armado, efetuou ao longo dos dias a defesa da revolta, ameaçando os que fossem contrários ao movimento insurrecional e prendendo um seu superior²¹⁷. Em suma, foram dezenas de civis a apoiar o movimento na cidade, engrossando a guarnição que se deslocou para o Porto.

Forças de Guimarães, associadas ao Batalhão de Metralhadoras 2, chegaram ao Porto no final da manhã de 3 de fevereiro, guarnecidas com dezenas de civis que, armados, prepararam os camiões que conduziram revoltosos e armamento. A imprensa vimaranense atribuiu o protagonismo desta ação a indivíduos distintos da região: Mariano Felgueiras, à época professor e dirigente da secção do Partido Democrático, e Alfredo Fernandes, subdelegado de saúde, cuja ação foi favorecida pelo apoio do administrador do concelho, Capitão Machado, que apoiou a inércia das forças de segurança em bloquear a ação dos revoltosos²¹⁸. Foi claro o protagonismo do

²¹⁴ ANTT – Cadastro político 367, outubro de 1927.

²¹⁵ Movimento militar. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 30, 4 de fevereiro de 1927, p. 2.

²¹⁶ *O Comércio da Póvoa de Varzim*, 17 de fevereiro de 1927, p. 3 *apud A revolta constitucional de fevereiro de 1927: ecos na Póvoa de Varzim: Dossier*. Póvoa de Varzim: Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, 2023.

²¹⁷ Os últimos acontecimentos – prisões. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 57, 9 de março de 1927, p. 4; AHM – *Processo político do Segundo-sargento Alfredo Emílio Cardoso*. (Divisão 433, caixa 409, número 131). Inclui-se, no processo, informações do Tribunal Militar Especial do Porto sobre a atuação de José Rebelo.

²¹⁸ História da Revolução em Guimarães. *Ecos de Guimarães*. Guimarães, n.º 7, 19 de fevereiro de 1927, p. 1. Como uma das principais consequências desta revolta foi o agravamento da censura, a direção do semanário optou por transcrever uma entrevista do Exército ao diário lisboeta *A Voz*, o que foi suscitado

comandante daquela unidade militar, Capitão Sousa Guerra, contactado pelo Quartel-General na manhã de 3 de fevereiro para levar reforços de vários tipos aos revoltosos do Porto, nomeadamente metralhadoras, e que veio a ser responsável por interromper a circulação nas linhas férreas do Minho e do Douro, viabilizando o tráfego de insurretos, coadjuvando Pina de Moraes na estação de comboios de Campanhã e transmitindo ordens para outras unidades do Norte²¹⁹.

Em Guimarães ocorreu uma situação pouco comum: o Padre Francisco Antunes de Almeida, logo no primeiro dia, pegou em metralhadoras e juntou-se aos soldados para auxiliar na luta contra a Situação, marchando para o Porto²²⁰. Este exemplo mostra a amplitude da franja de apoio do movimento e que a Igreja, com inequívocas razões de queixa da República e tradicionalmente alinhada com os regimes conservadores, também forneceu agentes de contestação à Ditadura, inclusive com participação ativa. A adesão do pároco, docente na escola primária superior do concelho, pode ter mobilizado civis, fortalecidos pelo facto do eclesiástico ter alinhado com a rebelião. Essa participação não constitui completa surpresa, sobretudo se se considerar que se negociou a possibilidade de a Igreja, através do Arcebispo de Braga²²¹, desempenhar um papel decisivo no movimento precisamente devido à sua influência.

Também ao final da manhã de 3 de fevereiro, vinda de Amarante, desembarcou na estação de Campanhã uma companhia de artilharia, essencial para a pressão que se queria exercer sobre o governo, sob liderança do Comandante do Grupo de Artilharia de Montanha 2, Aníbal Fernandes da Costa Pinto. Essa coluna, ou pelo menos parte dela, marchou da cidade-sede do regimento até à estação de Vila Meã, com destino ao Porto²²². Estas forças relacionavam-se com as do Batalhão 6 da Guarda Republicana de

por uma série de cortes no número da semana anterior cujo teor era concernente às informações veiculadas sobre a revolta em Guimarães.

²¹⁹ AHM – *Processo político do Capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra*. (Divisão 33, caixa 409, número 129). Requerimento de Sousa Guerra atinente à sua reintegração no serviço militar com contestação da sua condenação.

²²⁰ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905).

²²¹ AMPDL – *Carta de Norton de Matos a D. Manuel Vieira de Matos*, datada de 8 de janeiro de 1927.

²²² AHM – *Processo político do Capitão Manuel Frazão Pereira*. (Divisão 33, caixa 408, número 110). Identificação da ação de Frazão Pereira no movimento de fevereiro.

Penafiel, pelo que, ainda no dia 2, Alcídio Lopes de Almeida, oficial dessa unidade, ordenou que os postos de Amarante e Baião se concentrassem na sede do comando²²³. Já no dia 4, foi decisiva a contribuição das hostes do Regimento de Artilharia 4 (sediado em Amarante), no combate aos fiéis ao governo, num ambiente favorável aos revoltosos²²⁴. A inter-relação entre Amarante e Penafiel foi essencial e exemplificada pelas viagens de José Vahia de Sousa Carneiro, oficial do registo civil amarantino, e Joaquim Cotta, antigo governador civil do Porto e ligado à segunda cidade²²⁵, no primeiro dia da insurreição, à capital de distrito. Em ambas as cidades, foram vários os indivíduos que se associaram à causa, incluindo o chefe da secretaria do executivo municipal amarantino e um conjunto de ferroviários do Douro que trabalhavam em Penafiel²²⁶.

Às 3 horas de 4 de fevereiro, a Primeira Companhia de Saúde, aquartelada na região de São Bento, diligenciou juntar-se às forças revoltosas, mas foi reconduzida à Torre da Marca por soldados fiéis de Caçadores 9²²⁷ (Anexo 3). Este episódio deve ser inserido num contexto mais amplo, dado evidenciar a organização das forças governamentais perante a insurreição, o que levou à colocação do seu quartel na Serra do Pilar, em Gaia, para onde se dirigiu Passos e Sousa, Ministro da Guerra. Deste modo, todas as iniciativas para sublevar essa cidade foram malsucedidas. Por exemplo, um núcleo do Regimento de Artilharia Ligeira 5, centrado em torno de Eurico Dickson Silvano, assinou compromissos para retardar, tanto quanto possível, uma eventual reação dos militares que se compatibilizassem com a Situação. No dia 4, confrontados com um estado de coisas desfavorável aos insurretos, Silvano e um dos seus principais

²²³ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alcídio Augusto Lopes de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 6). Informação sobre o processo desse militar, presente no Tribunal Militar Especial do Porto e atinente à revolta.

²²⁴ Movimento militar. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 31, 5 de fevereiro de 1927.

²²⁵ QUEIROZ, António José – *Um ilustre republicano penafidelense: Dr. Joaquim Cotta (1873-1957)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2019, p. 25.

²²⁶ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários.

²²⁷ AHM – *Relatório do comando do Regimento de telegrafistas, referente ao movimento revolucionário de 7 e 9 de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 10, número 864). Informação sobre a ação das tropas do Primeiro Grupo de Telegrafistas do Porto, segundo o seu comandante, o Major de Engenharia Ferreira da Silva.

colaboradores, o oficial Belchior, passaram a ponte Luís I e apresentaram-se no quartel-general dos revoltosos, colocando-se ao seu dispor para lutar²²⁸.

As forças favoráveis à Situação de Braga e de Viana impediram um número mais significativo de adesões à causa revolucionária, com a sua atividade a não ser mais patente pela atuação dos trabalhadores das estações de caminhos-de-ferro que danificaram as estruturas para que estas forças não chegassem ao Porto²²⁹, diligências insuficientes para evitar que batalhões de Infantaria 8 de Braga, fossem para o Porto, com um deles a ser detido nas Antas.

Famalicão foi um dos territórios em que mais se fez sentir a participação civil e militar no 3 de fevereiro. O antigo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Bacelar, professor da escola primária superior, foi um dos implicados pela sua participação na divulgação de informações sobre o levantamento e propaganda de princípios contrários aos da Situação²³⁰. Nesta cidade, o funcionalismo público foi essencial no apoio ao movimento, como sugere a quantidade de empregados municipais visados pela apuração do governo e que incluía o chefe da delegação da Câmara Municipal, escrivães e oficiais de justiça²³¹; esta participação é comprovativa de que as paulatinas reformulações encetadas pelo governo não implicaram doutrinação imediata, nem substituição do funcionalismo. Seja como for, havia alguma concordância dos funcionários municipais com a Ditadura, o que mostra o objetivo dos revoltosos em proceder ao assalto à administração concelhia para colocar homens alinhados com a oposição²³².

Em Viseu, a ação revolucionária ficou comprometida pelas investigações que a Ditadura realizou previamente e que sinalizaram algumas reuniões que culminaram na apreensão de listas em que constavam os indivíduos dispostos a lutar, coordenados pelo

²²⁸ AHM – *Processo do Segundo-sargento Eurico Dickson Silvano*. (Divisão 33, caixa 408, número 98). Informação do Tribunal Militar Especial do Porto sobre o *complot* em que esse Sargento estava implicado.

²²⁹ A revolta na capital do Norte. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 1789, 5 de fevereiro de 1927, p. 8.

²³⁰ Sabe-se, através das memórias do filho de Carlos Bacelar, que a acusação incidiu na suposta deslocação à estação de caminhos-de-ferro para saber o que acontecia. LOPES, Filipa Sousa – *Momentos da oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*. Gaia: Editora Ausência, 2004, p. 31.

²³¹ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários.

²³² Os acontecimentos de fevereiro. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 264, 10 de novembro de 1927, p. 3.

Capitão Rocha Dantas²³³ – destarte, não houve grandes manifestações pró-revolucionárias²³⁴, embora alguns civis tenham propagado a necessidade de vitória dos revoltosos para se resolverem os problemas do país. Entre estes, estavam farmacêuticos, barbeiros e arrematantes²³⁵, prova da natureza socialmente heterogénea de apoio ao movimento.

A região da Guarda, por seu turno, esteve algo secundarizada tanto na organização como no desenvolvimento dos acontecimentos. Contudo, é falacioso pensar que não existiam ideias de se revoltar contra o poder instituído. A ação de Amaro Garcia Loureiro, Tenente do Regimento de Infantaria 12 é elucidativa das redes conspiratórias que se quiseram formar. Às vésperas da revolta, esse oficial foi a Lamego, onde se reuniu com alguns militares de Infantaria 9 com a intenção de, segundo a acusação, lhes explicar que estaria para breve a eclosão do movimento e afinar a forma como se processariam os acontecimentos. Quando se soube que o movimento havia sido iniciado, Garcia Loureiro tratou de contactar colegas de batalhão e alguns civis já antes contactados. A sua atividade não suscitou tantos resultados como o esperado, apesar da sua ligação à loja maçónica Acácia²³⁶.

Em contrapartida, em Chaves, o comité local efetuou a articulação dos civis e militares da referida localidade e de Lamego com Vila Real. Assim, no dia 3, ocorreu uma reunião²³⁷ para concertar o modo como se deveria proceder no Quartel de Cavalaria 6 com oficiais desse regimento, Caçadores 3 e Infantaria 9 (Lamego). Sem embargo, a grande maioria das forças flavienses não cumpriu aquilo que foi discutido e colocou-se à disposição do governo, o que não obstou a que vários civis se juntassem à luta, mormente comerciantes e advogados, que se relacionaram com outras localidades para

²³³ AHM – *Processo político do Sargento-ajudante de Infantaria José Inácio Lopes*. (Divisão 33, caixa 431, número 710). Carta de maio de 1928 desse Sargento em que se relata que a lista apreendida e que comprometeu a eclosão do movimento de 1927 tinha dados falaciosos, entre os quais a sua participação.

²³⁴ BANDEIRA, Filomena – A oposição externa à ditadura: a revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa. In *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987, Vol. 2, p. 35.

²³⁵ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários.

²³⁶ AHM – *Processo político do Tenente Amaro Garcia Loureiro*. (Divisão 33, caixa 408, número 92). Relatório da Polícia de Informações a elucidar a sua ação antes e durante a revolta de fevereiro.

²³⁷ AHM – *Processo político do Major de cavalaria Teodorico Ferreira dos Santos*. (Divisão 33, caixa 428, número 632). Relatório descritivo da ação do núcleo de Chaves.

secundar os militares²³⁸; neste seguimento, um dos casos mais paradigmáticos foi o do empregado bancário Carlos Inocêncio da Silva que, aquando do início dos acontecimentos no Porto, foi a Vila Real buscar oficiais do Exército para uma reunião no Banco Bragança & Fernandes²³⁹. Nesse distrito, em Mesão Frio, o executivo municipal foi favorável aos revoltosos, o que levou à prisão de José Bonifácio da Costa, delegado do Partido Republicano, que, à época, superintendia a Câmara Municipal da cidade²⁴⁰. Também em Murça a situação foi análoga graças à conviência dos órgãos concelhios com o movimento, nomeadamente na figura do secretário administrativo²⁴¹.

Além dessas localidades, são paradigmáticos os casos de Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo, em que existiu um agrupamento insurrecional constituído em torno do poder municipal, a julgar pela presença de dois «júris» e do chefe da secretaria do executivo camarário²⁴², e o de Valença, onde se observou a anuência de indivíduos de classe média-alta e de um número significativo de jovens que almejavam a valorização da República, como o filho do administrador da alfândega da cidade, já conhecido por ideais contrários aos da Ditadura²⁴³.

Os poucos oficiais flavienses que se colocaram ao lado dos revoltosos juntaram-se aos de Vila Real, comandados por Fernandes Varão, levando a cabo a marcha para o Porto, anunciada para as doze horas de 3 de fevereiro. Pelo caminho, houve um confronto em Amarante, no Convento de São Gonçalo, com os fiéis ao governo, que foram derrotados²⁴⁴. Simultaneamente, ocorreu a prisão do Governador Civil de Vila

²³⁸ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários.

²³⁹ Os acontecimentos de fevereiro. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 295, 16 de dezembro de 1927, p. 1.

²⁴⁰ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. Deve destacar-se que, pela atitude passiva desempenhada durante a revolta, este político foi libertado dias depois, como referido em Os últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 48, 25 de fevereiro de 1927, p. 2.

²⁴¹ Os últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 48, 25 de fevereiro de 1927, p. 2.

²⁴² AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. Não é de admirar essa situação, dado que Eduardo Cruz foi presidente da Câmara Municipal da cidade, afastando-se nos tempos imediatamente precedentes ao movimento militar.

²⁴³ Contra la dictadura militarista en Portugal. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 938, 5 de fevereiro de 1927, p. 5.

²⁴⁴ AHM – *Processo político do segundo-sargento de Artilharia Carlos Monteiro*. (Divisão 33, caixa 433, número 763). Descrição dos acontecimentos em Amarante e da resistência local dos governamentais.

Real, António da Silva, por efetivos de Infantaria 13, aquando da sua deslocação ao quartel desse regimento, assim como uma breve tomada da estação postal²⁴⁵, o que desencadeou um processo ao diretor dos Correios, José Dias Ferreira, que terá facilitado a entrada aos revoltosos²⁴⁶. Facilitando a elaboração dos planos e da relação das forças vila-realenses com o centro da revolução, estava António Montalvão Machado, que, por ser o Procurador da República na cidade, escapava à suspeição, circunstância já encarada como favorável na fase preparatória da revolta²⁴⁷.

No dia 3 de fevereiro, o núcleo político de Oliveira de Azeméis, que gravitava em torno de Basílio Lopes Pereira, dirigente do Partido Democrático na localidade, secundava a revolta no Porto, com esse político a deslocar-se para a cidade e a colaborar, de forma secreta, na defesa de uma trincheira, conforme se apurou²⁴⁸. De resto, no distrito de Aveiro, não existiram significativas insurreições, mas sim um alinhamento geral com o governo, com a estação ferroviária de Espinho a ser um dos lugares de desembarque dos reforços vindos do Sul e Cavalaria 8, sediada em Aveiro. A ação desse regimento foi curiosa, porque o seu comandante declarou ter aderido à revolta apenas para derrotar²⁴⁹. A atitude favorável ao governo por uma parte considerável das forças militares do distrito suscitou a reação de alguns civis, particularmente ligados à Esquerda Democrática, caso de um contador de Águeda, Luís Ribeiro de Melo, que se insurgiu em armas contra o Exército²⁵⁰.

²⁴⁵ Na Província – Em Vila Real. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 36, 11 de fevereiro de 1927, pp. 2-3.

²⁴⁶ AHM – *Relação dos processos de inquérito aos acontecimentos de Vila Nova de Cerveira*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 911). Referência à ação de José Dias Ferreira.

²⁴⁷ BMVR – FMFV – Carta de 13 de janeiro de 1927 destinada a António Fernandes Varão. Há referências ao apoio de António Montalvão Machado como uma figura que poderia vir a desempenhar importantes funções antes e durante o movimento. A ação de Montalvão Machado encontra-se em AHM – *Relação dos processos de inquérito aos acontecimentos de Vila Nova de Cerveira*.

²⁴⁸ TT – *Processo de informação de Basílio Lopes Pereira*. (PT/TT/PIDE-DC/C/001/00478).

²⁴⁹ A ação deste regimento é conhecida pelo que consta em vários periódicos. Declarando ter aderido à causa, foi acolhido no quartel-general insurrecional, no qual procurou derrotar os que lá estavam. Sem embargo de não ter tido qualquer resultado, permite compreender o quão precários poderiam ser os compromissos realizados.

²⁵⁰ AHM – *Relação dos processos de inquérito aos acontecimentos de Vila Nova de Cerveira*. Descrição da ação de Luís Ribeiro de Melo no 3 de fevereiro. Embora se desconheça se esse contador pegou em armas contra o governo, sabe-se que era favorável à revolta pela sua filiação ao partido chefiado por Domingues dos Santos e que proferiu insultos aos militares aveirenses que se posicionaram favoravelmente à manutenção da ordem.

Em Coimbra, cidade encarada pelos insurretos como estratégica, existiam planos para a sublevação já desde o ano anterior²⁵¹ que não se efetivaram, com a maioria dos oficiais a deslocar-se para Aveiro, concentrando-se na estação de Espinho, como atrás referido. Um pouco mais a Sul, na Figueira da Foz, no dia 3, várias praças de Infantaria 20 e de Artilharia 2, comandadas por Jaime Avelino e Urbano Antas, respetivamente, rebelaram-se e estabeleceram um plano de marcha que implicava a divisão em duas colunas, uma com destino a Cantanhede de uma e a outra à Pampilhosa da Serra.

Chama a atenção a aparente ausência de uma estratégia traçada previamente à eclosão do movimento, já que, apenas no seu primeiro dia, alguns Tenentes de Infantaria 20 procuraram convencer os recrutas a aderir «com a promessa de que [...] mais depressa [...] se viriam embora»²⁵². Nesse seguimento, apenas quando se deu sublevação é que se compreendeu que muitos Sargentos estavam posicionados favoravelmente à Situação, o que culminou em várias prisões arbitrárias e ao armamento do maior número possível de revolucionários²⁵³. Segundo o auto de acusação apresentado no Tribunal Militar Especial, Júlio Rodrigues Andrade foi o responsável por organizar as forças desse regimento de Infantaria, que ficou bloqueado a novas entradas e saídas, e subsequente apresentação em Artilharia 2. Jaime Avelino, enquanto o comandante de Infantaria 20, teve um papel mais defensivo, no sentido em que, se é verdade que também aliciou vários oficiais, o seu principal cargo foi o de proceder ao acompanhamento dos insurretos à estação de comboios, em ordem a garantir que não houvesse qualquer ataque²⁵⁴.

Para avançar para Norte, os insurretos tomaram a linha férrea da Beira Alta, mas este propósito saiu gorado, pois foram rapidamente submetidos pelas forças governamentais, na zona da Mealhada, por alguma desorganização e pela rápida

²⁵¹ COELHO, Adriano Vieira – *Memórias dum revolucionário: subsídios para a história do movimento de 28 de Maio*. Lisboa: Tipografia Ideal, 1951, p. 54.

²⁵² AHM – *Processo político do Tenente Júlio Rodrigues Andrade*. (Divisão 33, caixa 405, número 32). Informação do Tribunal Militar Especial do Porto sobre a sua participação na revolta.

²⁵³ AHM – *Processo político do Tenente miliciano de Infantaria José António Alves*. (Divisão 33, caixa 405, número 31). Informação do Tribunal Militar Especial do Porto sobre a sua participação na revolta.

²⁵⁴ AHM – *Processo político do Capitão Jaime Borges Lemos Avelino*. (Divisão 33, caixa 405, número 37). Informação do Tribunal Militar Especial do Porto sobre a sua participação na revolta.

reação²⁵⁵. O mesmo fim teve uma pequena ramificação de praças que tencionava embarcar para coadjuvar a luta na zona de Amarante. A consubstanciar a insurreição na Figueira da Foz, estiveram sobretudo dois grupos de trabalhadores, da indústria e do comércio²⁵⁶, indo ao encontro do que já foi descrito para outras localidades. Para além desses, foi importante a contribuição do professor Albano Duque e do advogado Adelino Mesquita²⁵⁷ enquanto contestatários da Situação na Figueira da Foz, a julgar pela descrição que alguns periódicos regionais fizeram destes acontecimentos²⁵⁸.

Devido aos trabalhos de Carla Sequeira, conhece-se a atitude tendencialmente neutral dos «principais líderes durienses»²⁵⁹ para com esta primeira manifestação reviralhista, o que vai ao encontro da estratégia gizada por Antão Fernandes de Carvalho, Presidente da Comissão Vinícola Regional do Douro, aquando do 28 de Maio. Nesse sentido, pode surpreender a participação de vários cidadãos associados à indústria vinhateira na revolta. Com efeito, mesmo que não houvesse interesse, numa perspetiva global, na substituição do executivo e na eventual retoma das diretrizes que se aplicavam a esse setor económico, vários empregados da Comissão de Viticultura do Douro, quer de Viseu, quer da Régua, associaram-se à causa revoltosa e estabeleceram ligações com outros setores potencialmente úteis para a concretização desse objetivo, mormente os caminhos-de-ferro. A esta inferência conduz a triangulação dos processos elaborados, que, por exemplo, para a Régua, localidade em que funcionários de categoria mais elevada da estação ferroviária, como o seu chefe, Álvaro Gonçalves Pereira, atuaram para estorvar a chegada dos governamentais, nomeadamente dando conta de notícias falsas e tendencialmente favoráveis aos revoltosos, para apoiar a coluna de Fernandes Varão²⁶⁰. Este caso sinaliza o alargamento dos ideais

²⁵⁵ AHM – *Relatório referente ao movimento revolucionário de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 10, número 871). Descrição da repressão das colunas da Figueira da Foz durante o movimento.

²⁵⁶ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários.

²⁵⁷ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905).

²⁵⁸ VENTURA, A. C. Quaresma – *Misericórdia – Obra da Figueira. Evolução Histórica: Originalidade e Modernidade*. Figueira da Foz: Offsetarte, 2014, p. 199.

²⁵⁹ SEQUEIRA, Carla – *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM, 2014, p. 216.

²⁶⁰ Os acontecimentos de fevereiro. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 267, 13 de novembro de 1927, p. 3.

revolucionários nesses setores, sem descurar a participação de polícias, analisados enquanto latentes ascendentes sobre outros²⁶¹; este episódio pode ser relacionado com a tentativa gorada de tomada dos edifícios administrativos de Lamego, mostrando a multiplicidade de atos e agentes envolvidos nas manobras revolucionárias.

Em Bragança, não houve grandes manifestações de apoio à revolta, reinando o sossego na maioria da região²⁶² pela ação célere das forças de segurança na divulgação das informações. Dessa forma, apenas alguns oficiais de Infantaria 10 se juntaram à insurreição, sem implicações no resto da cidade; um dos elementos mais destacados foi Jaime Alpedrinha, que arregimentou colegas para se infiltrarem na coluna comandada por Fernandes Varão²⁶³. Porém, perto da fronteira com Espanha, em Miranda do Douro, o foco insurrecional teve o seu cerne na ação civil a partir dos trabalhadores da estação de comboios, com especial predominância dos chefes e subchefes²⁶⁴, o que vai ao encontro da atitude da generalidade dos funcionários da CP e que se materializou numa greve.

Na cidade do Porto, na tarde de 4 de fevereiro, uma fração das forças vila-realenses, junta com Caçadores 9, atacou o quartel de Infantaria 18, que se mantinha neutral, conseguindo a sua rendição²⁶⁵. Nesse dia, outros oficiais marcharam para a Régua, onde se encontrava uma coluna vinda de Viseu, o que levou a uma retirada estratégica das forças de Infantaria de Varão para Amarante, repetindo-se, no dia

²⁶¹ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 11, número 905). Lista de funcionários; As últimas. *Diário do Porto*. Porto, n.º 46, 3 de março de 1927, p. 8.

²⁶² Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Telegramas reportando eventos da revolta militar de 1927*. (PT/ADPRT/PSS/VR/20011). Essas informações deduzem-se da triangulação do que é noticiado nos periódicos e de alguns telegramas dirigidos pelo governador civil do distrito de Bragança à estação telegráfica de Vila Flor. Destacam-se dois telegramas (dias 5 e 7) a informar sobre o estado de tranquilidade geral na cidade.

²⁶³ AHM – *Processo do Major Jaime Augusto da Rosa Alpedrinha*. (Divisão 33, caixa 405, número 30). A informação que Nuno Botelho transmitiu num pequeno estudo sobre a participação de Vila Real acerca de Jaime Alpedrinha servir como Capitão no Regimento de Infantaria 13 é, por conseguinte, imprecisa. BOTELHO, Nuno – A participação de Vila Real na revolta de 3 a 7 de fevereiro de 1927. In NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A. M. Pires (Coord.) – *Vila Real. História ao Café*. 2.ª Ed. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2021, p. 75.

²⁶⁴ AHM – *Relação de civis abrangidos pelo decreto n.º 13 137 incriminados no movimento de fevereiro de 1927*.

²⁶⁵ Movimento militar. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 31, 5 de fevereiro de 1927, p. 2.

seguinte, na Régua, um novo combate, desta feita com mais reforços das forças situacionistas oriundos de Chaves²⁶⁶ e com um conjunto de civis armados que vinham do Alto de Gravelos²⁶⁷.

Os revoltosos esperavam, aquando do início do movimento no Porto, que Lisboa secundasse a revolta com celeridade. Foi nessa convicção que a conspiração avançou, aliás comprovado pela relação de elementos dos regimentos portuenses, como o de Infantaria 18, ao Comité Central, que atuava ao nível da capital e onde pontificavam nomes como Norton de Matos e Ribeiro de Carvalho²⁶⁸, da mesma forma que Jaime Cortesão e Sarmento Pimentel confiavam que, nos primeiros dias, as forças lisboetas adeririam ao movimento²⁶⁹. Confrontados com a inação das forças lisboetas, Raul Proença e Camilo Cortesão foram enviados, no dia 4, para a capital para compreender o que podiam os homens do Norte esperar, sem quaisquer efeitos ao nível da insurreição.

No fim desse dia, o governo pedia que as forças localizadas a norte do Entroncamento se unissem na região do Porto e de Gaia, o que era premente por o caminho-de-ferro de Braga à segunda cidade do país ter sido cortado pelos trabalhadores do Minho e Douro²⁷⁰ e pela adesão da secção da GNR do Carmo à sedição²⁷¹. Na noite deste segundo dia de revolta, uma manobra malsucedida pode justificar o rápido colapso da resistência no Porto: as iniciativas para ocupar a estação telegráfica do Bom Pastor redundaram em malogro²⁷², possibilitando a reorganização dos governamentais, como revela o facto de, na madrugada de 5 de fevereiro, essa

²⁶⁶ Simultaneamente ao confronto entre os militares revoltosos e fiéis, na Régua, tropas de Chaves comandadas pelo Major Teixeira entraram, no dia 6, em Vila Real, dominando a cidade e impedindo o retorno de Infantaria 13 à sede. Calma!... *O Povo do Norte*. Vila Real, n.º 37, 13 de fevereiro de 1927, p. 1.

²⁶⁷ Últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 36, 11 de fevereiro de 1927, pp. 2-3.

²⁶⁸ AHM – *Processo político do primeiro-sargento de Infantaria Avelino Teixeira*. (Divisão 33, caixa 427, número 618). Cadastro datado de 1927 desse ex-sargento de Infantaria 18.

²⁶⁹ PIMENTEL, João Sarmento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974. p. 216.

²⁷⁰ Últimas notícias. A revolta na capital do Norte. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 1789, 5 de fevereiro de 1927, p. 8.

²⁷¹ Movimento militar. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 31, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

²⁷² FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 42.

estação ter tomado conhecimento dos planos defensivos do governo em Vila Nova de Gaia²⁷³ e decidir posicionar-se ao lado da Situação.

A coluna de Valença, que em 3 de fevereiro rumara ao Porto, desempenhou um papel expressivo na prossecução dos acontecimentos, dado ter contribuído com centenas de homens, entre civis e militares, comandados pelo Major Inácio Severino, que se deslocaram em três direções distintas. A maioria dessas forças dirigiu-se para o Porto, por ligação férrea, onde ficaram ao dispor dos revoltosos, com alguns oficiais a encaminhar-se para a Póvoa de Varzim e outros ainda para Viana do Castelo, que não teve uma grande quantidade de adesões à sublevação²⁷⁴, acabando esses homens por ser derrotados²⁷⁵. A guarnição que foi para o Porto desembarcou na Boavista, na manhã de 5 de fevereiro²⁷⁶, e seguiu, depois, para a zona central da revolta²⁷⁷.

O Batalhão de Caçadores 7 de Valença, assumiu uma função fulcral, até por fornecer um novo fôlego aos revoltosos, mas, na génese do seu desempenho, além do seu comandante, o Major Severino, esteve também o Primeiro-sargento José Adolfo Gomes²⁷⁸, que assumiu o papel de desarmar o oficial de dia e incitar à revolta, ao que tudo indica, devido a ordens superiores, nomeadamente do Capitão Júlio César Gonçalves²⁷⁹. Estes dados não retiram mérito a Severino, cuja atividade organizativa foi relevante, até pela sua filiação ao Partido Democrático. Mesmo com Viana a ter sido um dos baluartes da Situação, foi relevante a contribuição das forças da 2.ª Companhia do Batalhão 6 da Guarda Republicana, à qual pertencia o Tenente Manuel António Correia,

²⁷³ AHM – *Relatório do comando do Regimento de telegrafistas, referente ao movimento revolucionário de 7 e 9 de fevereiro de 1927*. (Fundo 11, série 1, caixa 10, número 864). Informações sobre o papel do posto rádio do Bom Pastor no último movimento revolucionário.

²⁷⁴ Esta situação pode ser explicada pela acirrada vigilância da Situação e que culminou na retirada de Manuel Ribeiro da Lage da região pela conspiração que era exercida.

²⁷⁵ La revolución en Portugal. La situación se ha agravado. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 940, 8 de fevereiro de 1927, p. 4.

²⁷⁶ A partir do relato de um periódico espanhol, a viagem ferroviária terá sofrido algumas interrupções, em particular na região da Trofa, o que impediu que esta coluna chegasse mais cedo. La revolución en Portugal. La incomunicación en el país es absoluta. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 939, 6 de fevereiro de 1927, p. 5.

²⁷⁷ MELO, Roberto Sampaio e – *O Cerco do Porto. Ataques e contra-ataques pela República*. Porto: Tipografia Gonçalves, 1927, p. 15.

²⁷⁸ Recorde-se que o nome deste Sargento já havia sido referido aquando das tentativas de insubordinação que ocorreram após a deposição de Gomes da Costa, em julho de 1926.

²⁷⁹ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento de Infantaria José Adolfo Gomes*.

que se mantiveram no Porto até ao final da revolta a segurar, tanto quanto possível, a manutenção do movimento.

Alfredo Chaves, perante o apagamento de Sousa Dias²⁸⁰ na condução da revolta, foi essencial para a sua manutenção, como «um dos maiores pedaços da alma do movimento»²⁸¹, e procedeu aos ajustes que se afiguravam precisos, como transferência do quartel-general da Batalha para o Teatro de São João, numa primeira fase, e, já num momento mais tardio, o abandono da Praça do Marquês, dados os violentos ataques infligidos a mando do governo. No dia 5, no Porto, devido ao grande avanço das unidades governamentais, houve ordens do Comité Revolucionário para construir novas trincheiras, uma das quais localizada na Rua D. Pedro V e que envolveu sensivelmente uma dezena de soldados, como Albino Machado da Paixão, pertencente a Caçadores 9²⁸². Com efeito, a cidade ficava cada vez mais isolada e sem capacidade de reação, até pelo esgotamento popular. De facto, a população era impotente perante os bem-organizados batalhões liderados pelo Ministro da Guerra e estava à beira da exaustão.

Assim, perante um cenário cada vez mais desfavorável, e intermediados por Alves Viana, Comandante da GNR do Porto que escrevera uma carta a Sousa Dias a pedir uma reunião de urgência, os revoltosos acederam a uma proposta de armistício. Jaime de Moraes, Inácio Severino e Aresta Branco foram os interlocutores por parte dos insurretos e dirigiram-se ao quartel-general, na Serra do Pilar, onde foram confrontados, no dia 6, com uma moção de rendição incondicional. Jaime de Moraes não a aceitou, declarando que não desistiriam sob condições tão vexatórias e sem lutar até ao fim. Desta maneira, continuou o bombardeamento por parte dos governamentais nos dias seguintes; neste entretanto, as unidades favoráveis ao governo foram reforçadas com

²⁸⁰ O General estava já detido, obrigado a submeter-se ao que era decidido pelo conjunto dos revoltosos. LIMA, Diego Martinez de – A revolução do 3 de fevereiro. In MOUTINHO, José Viale – *A sala dos espelhos*. Porto: Lello & Irmão, 1993, p. 51.

²⁸¹ Movimento militar. *O Comércio do Porto*. Porto, Suplemento ao n.º 32, 7 de fevereiro de 1927, p. 1.

²⁸² AHM – *Relatórios, cartas e jornais sobre o 28 de Maio e o 3 de Fevereiro*. (Fundo 48, série 2, caixa 854, número 11). Relatório de abril de 1927 sobre a eclosão da revolta em Caçadores 9, da autoria do Coronel Augusto António de Macedo Pinto, presidente da Comissão Administrativa Municipal de Gaia que foi designado para investigar o que ocorrera no mencionado batalhão.

desembarques em Matosinhos e em Ermesinde²⁸³. Estrategicamente, os revoltosos tentaram manter outros polos que pudessem, se necessário, substituir o papel do Porto. Este foi o motivo pelo qual, por exemplo, as forças de Fernandes Varão se retiraram preventivamente para Amarante, refugiando-se numa casa de Lago Cerqueira²⁸⁴. No dia 7, uma coluna de Chaves, Mirandela e Bragança partiu para Amarante, e os confrontos entre essa coluna e as reduzidas forças revoltosas mantiveram-se até à rendição dos sublevados, na tarde de 8 de fevereiro²⁸⁵. Por seu turno, as forças de Valença, na sua maioria, ao compreenderem que estavam fadadas a ser derrotadas pelo governo, quiseram regressar à sua cidade via Ermesinde, onde foram interceptados por forças governamentais; alguns insurretos, ao conseguir escapar, foram capturados pelo Regimento de Infantaria 8, que procedeu à prisão de grande parte dos implicados²⁸⁶.

Como anteriormente mencionado, os revoltosos esperavam que Lisboa aderisse de imediato à revolta, o que não ocorreu. A eclosão na capital só ocorreu no dia 7, quando o Porto já capitulava, pelo que Sarmento Pimentel cunhou esse desfasamento como a «Revolução do Remorso»²⁸⁷. Já que o Porto estava completamente sitiado e as colunas revoltosas do Norte estavam dominadas, Passos e Sousa entregou o comando militar do Porto a Craveiro Lopes nesse dia e partiu para Lisboa²⁸⁸.

Perante este cenário em tudo desfavorável, no quartel-general revolucionário, no fim do dia 7, temendo-se que a população fosse mais castigada e pudesse haver ainda mais baixas, o comité optou pela rendição. Persiste algum desconhecimento quanto aos meandros dessa decisão, pois alguns relatos, como o de Martins de Lima, dão a entender que Sousa Dias se submeteu à vontade da maioria que ia nesse sentido, o que vai em sentido oposto das considerações apresentadas nos relatos do próprio líder

²⁸³ Movimento militar. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*. Porto, n.º 32, 7 de fevereiro de 1927, p. 1. Sobre o desembarque do navio *Infante de Sagres*, em Matosinhos, existem informações mais detalhadas na edição matutina desse periódico do dia seguinte.

²⁸⁴ Político amarantino ligado ao Partido Democrático e que foi Ministro do Trabalho em 1925. Em 1927, presidia à Câmara Municipal de Amarante.

²⁸⁵ Últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 36, 11 de fevereiro de 1927, pp. 2-3.

²⁸⁶ Últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 35, 10 de fevereiro de 1927, p. 3.

²⁸⁷ PIMENTEL, João Sarmento – *Memórias do Capitão*. 2.ª ed. Porto: Inova, 1974, p. 219.

²⁸⁸ MELO, Roberto Sampaio e – *O Cerco do Porto. Ataques e contra-ataques pela República*. Porto: Tipografia Gonçalves, 1927, p. 33.

revolucionário e de Sarmento Pimentel, que evidenciam que o núcleo central considerava impossível continuar qualquer ação quando não havia capacidade de resistir ao cerco imposto pelas forças da Situação²⁸⁹. A capitulação, seja como for, foi formalizada na madrugada do dia seguinte à rendição, tendo como única condição a absolvição dos indivíduos civis e militares de baixa patente, o que não foi cumprido.

A revolta em Lisboa nasceu, de algum modo, derrotada. Os acontecimentos no Norte ajudaram a Ditadura a prevenir-se na capital, pelo que os revolucionários não puderam ir além da prisão de alguns ministros e do levantamento de barricadas. Para o domínio da sublevação, contribuíram os reforços a que a Ditadura recorreu, vários dos quais já haviam estado a combater no Norte. Os confrontos entre governamentais e revoltosos foram constantes ao longo dos dois dias e esgotaram a capacidade do Comité, liderado por Mendes dos Reis e Agatão Lança, de empreender a sua defesa e de esboçar qualquer atitude que pudesse ser entendida como um ataque. Desse modo, e já que o Norte estava submetido à Ditadura, no dia 9 de fevereiro, os homens de Lisboa capitularam, finando o primeiro grande episódio anti ditatorial e que foi o único que fez tremer o regime. De facto, a grande quantidade de envolvidos na insurreição não era esperada pelo regime, o que fará com que, doravante, esteja mais proativo quanto à vigilância sobre a oposição e, por conseguinte, preparado para enfrentar as insurreições.

2.2.3. «Pela Ordem» – a afirmação da Ditadura pela derrota da insurreição

É consensual que esta revolta marca a «primeira manifestação organizada das forças republicanas-democráticas»²⁹⁰, pois, não estando apenas os republicanos na oposição, eram os únicos com uma estrutura efetiva para combater a Ditadura. O Partido Socialista agonizava, o Partido Comunista ainda não tinha a máquina que começará a desenvolver nos anos 1930 e as organizações operárias (ou, melhor, os seus núcleos) não tiveram uma atitude favorável ao movimento. Dessa maneira, foi

²⁸⁹ Notas do general Sousa Dias sobre o movimento revolucionário do Porto. In MARQUES, A. H. Oliveira (Org.) – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, 1975, p. 45.

²⁹⁰ BANDEIRA, Filomena – A oposição externa à ditadura: a revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa. In *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987, Vol. 2, p. 29.

indubitável a supremacia republicana na revolta, como visado, ao longo dos dias, pelos panfletos emitidos, tanto pelos dirigentes como pela preocupação do governo em desmontar as redes informais desse setor²⁹¹. Mas a carência de autonomia dos restantes setores não foi em absoluto impeditiva do seu envolvimento na insurreição²⁹². Cerca de duas centenas de comunistas combateram os governamentais.

O governo e os órgãos de imprensa que lhe foram afetos, como os lisboetas *O Século* e *A Voz*, apelaram ao perigo comunista para vincular a insurreição a essa ideologia, não obstante os programas e as declarações dos revoltosos serem claros quanto aos princípios advogados. No decurso das investigações, foi descoberta no Porto uma suposta filial do Socorro Vermelho Internacional²⁹³ (SVI, organização criada em 1922) que terá fornecido avultadas quantias para a prossecução do movimento e subsequente estabelecimento de um regime em íntima ligação com a URSS. Pelo apurado, havia uma «perfeita organização comunista» na União Ferroviária do Minho e Douro²⁹⁴, o que foi relacionado com a eclosão de greves e violência.

Como pontua Bigotte Chorão, a «desgraça reviralhista» e a sua instrumentalização foram condição necessária para que a Ditadura se enraizasse²⁹⁵. Milhares de prisões, deportações e exílios, a par do reforço da vigilância, refrearam as conspirações, pelo menos em território nacional. Nesses dias pautados por grande efervescência, as autoridades efetuaram autênticas purgas para identificar os implicados no movimento, processo que, de resto, se prolongou durante vários meses. Em 15 de fevereiro de 1927, o governo promulgou o Decreto n.º 13 137, que viabilizou a identificação de centenas de implicados, direta ou indiretamente, na prossecução dos

²⁹¹ Última hora. *A Revolução*. Lisboa, 4 de janeiro [fevereiro] de 1927, p. 1.

²⁹² NUNES, João Arsénio – PCP 1926-1974. In NUNES, João Arsénio – *Comunismo e Antifascismo. Alguns ensaios*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2017, p. 209. Tese de Doutoramento.

²⁹³ Adjacente ao Partido Comunista, o SVI seguiu a sua estratégia de indefinição quanto à participação na revolução, mas o que sobressai é a defesa feita pelo secretário-geral da região Norte quanto à mencionada incriminação. Não só negou qualquer vínculo aos acontecimentos recentes, como declinou os objetivos político-ideológicos, confinando o âmbito de atuação à assistência aos mais necessitados e, mais concretamente, às famílias de presos políticos. Dos últimos acontecimentos. *Diário do Porto*. Porto, n.º 40, 23 de fevereiro de 1927, p. 8. Havia, assim, interesse em definir fronteiras, por parte dos vários organismos filiados ao bolchevismo, para com o republicanismo.

²⁹⁴ Dos últimos acontecimentos. *Diário do Porto*. Porto, n.º 40, 23 de fevereiro de 1927, p. 8.

²⁹⁵ CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Porto: Sextante Editora, 2010, p. 344.

acontecimentos, já que abrangia «funcionários civis e militares que tomaram parte no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 ou que para ele concorreram»²⁹⁶. Conforme estimulava, esses indivíduos sofreram punições distintas, que iam de uma “mera” redução de vencimento até à expulsão do Exército e das diferentes secções policiais. Personalidades como Jaime de Moraes, Agatão Lança, Jaime Cortesão ou Raul Proença foram demitidas das suas funções em organismos públicos, bem como centenas de polícias e militares.

Simultaneamente à produção da legislação, já se deportavam muitos dos implicados para as ilhas atlânticas e para as colónias africanas através do navio *Infante de Sagres*, num total próximo do milhar. Entre esses, estavam Sousa Dias, Fernando Freiria ou Fernandes Varão que, ao longo dos anos, foram remanejados pela Ditadura para diferentes territórios. Paralelamente, muitas figuras, das quais um número considerável de relevo no seio revolucionário, acabaram por se exilar com o óbvio propósito de fugir à justiça e se reorganizar para uma nova revolução. Neste sentido, Espanha assumiu-se como o principal destino de exílio, em particular as «cidades fronteiriças mais próximas»²⁹⁷. Ainda antes de ter sido consumada a derrota no Porto, vários implicados passaram a fronteira, como Lago Cerqueira, intercetado no dia 9 a passar clandestinamente o entreposto de Camposancos, em Tui, ou de alguns praças de Valença que aproveitaram a barafunda existente para efetuar a fuga.

Nas semanas seguintes, nomes como Alcídio Almeida, Alfredo Chaves, Júlio César de Almeida, Manuel António Correia e Nuno Cruz, no caso dos militares, e Hamilton Guedes, Jaime Cortesão e Joaquim Cotta, no dos civis, fixaram-se em regiões diversas como a Corunha, Sevilha ou Madrid, enquadrando-se nas lógicas político-diplomáticas. A Galiza foi o primeiro núcleo minimamente constituído dos opositores portugueses e o palco das primeiras conjuras após o colapso reviralista²⁹⁸. Esta configuração era conhecida pelas autoridades espanholas e fundamentava a preocupação de Primo de

²⁹⁶ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 31, 15 de fevereiro de 1927. Decreto n.º 13 137.

²⁹⁷ CLÍMACO, Cristina – O exílio português em Espanha: entre solidariedade e repressão (1927-1936). *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronteirizas*. 22: 2.ª Série (2018), p. 49.

²⁹⁸ CC – Fundo Bernardino Machado (FBM) – Relação de emigrados chegados à Galiza depois do movimento de 3 de fevereiro de 1927.

Rivera em afastar os republicanos de Madrid, pois, além de conspirarem contra a Ditadura portuguesa, podiam fortalecer a oposição espanhola²⁹⁹.

Outros, como Sarmiento Pimentel e Pina de Moraes, exilaram-se no Brasil, onde havia grêmios republicanos contrários à Ditadura desde o 28 de Maio³⁰⁰. A história de Pimentel é paradigmática porque dirigiu-se para Espanha e foi daí que partiu para a América Latina. Esse núcleo que se fixou no Brasil efetuou diligências para incentivar a oposição em Portugal, como centros – em que sobressai o Centro Republicano de São Paulo, núcleo criado em 1908 – e publicações periódicas, como a *Revista Portuguesa*³⁰¹. Além disso, os resistentes à Ditadura utilizarão a imprensa local para criticar o regime³⁰².

Além desses países, França era outra pátria de desterro, mas se recebeu um exilado ilustre – Afonso Costa –, poucos mais seguiram esse destino³⁰³. O número de emigrados políticos cresceu paulatinamente pela atitude proativa do governo português que, logo em março, solicitou ao executivo espanhol que remanejasse os opositores para mais de cem quilómetros da fronteira³⁰⁴, manobra simultaneamente benéfica a Madrid. Esta disposição assumia um carácter preventivo para travar fluxos perniciosos na região de fronteira e que facilmente poderiam levar a conspirações que atingissem o resto do país. Nesta conjuntura, vários políticos, como José Vahia³⁰⁵, mudaram-se para França, onde procuraram reestruturar o reviralhismo.

A percepção da opinião pública quanto à revolta é parcialmente rastreável no periodismo de cariz republicano, filiado ou não a forças partidárias, e a evolução das suas posições à medida que a insurreição esvanecia. O *Diário do Porto*, que já se viu ser

²⁹⁹ CLÍMACO, Cristina – *O exílio português em Espanha: entre solidariedade e repressão*, p. 52.

³⁰⁰ PAULO, Heloísa – Da Revolução ao Exílio: Trajectórias de vida e de combate. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010, p. 117; PAULO, Heloísa – O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. *Revista da USP*. 23:2 (2013), p. 34.

³⁰¹ FONTES, Jorge – O exílio lusitano no Brasil em oposição ao Estado Novo português. In PAÇO, António Simões do; FONTES, Jorge; CABREIRA, Pamela Peres, et al. (Coord.) – *O 25 de Abril começou em África*. Famalicão: Húmus, 2019, p. 214.

³⁰² PAULO, Heloísa – O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do século XX*. 7 (2007), p. 65.

³⁰³ CLÍMACO, Cristina – Os Portugueses na Resistência. In VAZ, Manuel Dias (Dir.) – *Os estrangeiros na resistência*. Bordéus: Editions Quatorze, 2024, p. 19.

³⁰⁴ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, p. 42.

³⁰⁵ QUEIROZ, António José – *Um ilustre republicano penafidense: Dr. Joaquim Cotta (1873-1957)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2019, p. 32.

crítico da Ditadura, manifestou abertamente o seu apoio à revolta e à facção do Exército que pelejou pela retoma da liberdade, evidenciando a convicção de que qualquer tipo de regime ditatorial não era aplicável para Portugal³⁰⁶, assim como *A Montanha*, diário filiado ao Partido Republicano Português, que defendia a luta pela liberdade sem apelar a novas intencões, que só desencadeavam o endurecimento das diretrizes governativas.

O fiasco do movimento implicou a defesa da ordem e da estabilidade e comprometeu o apoio para a futura revolução. Cansada das intencões e ambicionando o desenvolvimento, a sociedade estava, na ótica dos periódicos, recetiva a aceitar as consequências desse «mal necessário»³⁰⁷. O Exército teria de se tornar coeso para desencadear as reformas necessárias, pelo que a população era profundamente afetada pelo divisionismo político. Foi veiculada a opinião de que a anomia social poderia justificar o não cumprimento temporário das normas constitucionais, o que pode ser visto como um sinal das dificuldades que os republicanos tiveram perante a opinião pública e que foram agravadas com os dias de luta e destruição, apesar de os ataques mais devastadores terem partido das forças pró-governamentais.

Outra consequência do insucesso da intencão foi o aumento exponencial da fiscalização do armamento, fenómeno enquadrável nas consequências da Grande Guerra, a partir do aumento da violência e da criminalidade ligado à profusão de armas. Uma afirmação tão sugestiva quanto «Semana Sangrenta» pode ser justificada pelo papel das centenas de civis armados, resistindo mesmo aos intentos de o Comité Revolucionário de proceder ao desarmamento. O fácil acesso ao armamento deveu-se ao abandono de centenas ou milhares de armas, munições ou explosivos, a potenciar o risco de ataques aleatórios ou acidentes. A Situação compreendeu que se tinham criado condições de maior predisposição da população à ideia da insurreição armada. Preventivamente, o crescente controlo desses materiais e equipamentos visava diminuir as possibilidades de novos ataques, frequentemente associados ao bolchevismo ou outras ideologias consideradas violentas.

³⁰⁶ República! *Diário do Porto*. Porto, n.º 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰⁷ “Mal necessário”. *A Montanha*. Porto, n.º 4991, 11 de fevereiro de 1927, p. 1.

Como se explorou ao longo deste subcapítulo, em fevereiro de 1927, a conjuntura foi finalmente propícia para que a revolta em preparação há meses eclodisse, mas a inexistência do fator surpresa fez dela uma rebelião anunciada, o que, aliado à confusão dos setores oposicionistas, ajudou à sua asfixia e instrumentalização benéficos à consolidação do regime. As forças republicanas enfrentaram o dilema de se submeter aos princípios da Situação ou continuar a lutar, correndo o risco de aumentar o número de baixas e de prejudicar a causa pela qual combatiam. Não obstante a pesada derrota sofrida, ainda nesse mês de fevereiro foram retomadas diligências com vista à consecução do grande objetivo que norteava a oposição.

2.3. A Liga de Defesa da República perante a repressão

Poucos dias após a derrota, recomeçaram as conversas entre os opositores para compreender as razões para o desastre da insurreição, e, mais importante, preparar o derrube da Ditadura, pensando numa estratégia de frentismo republicano. Assim surgiu a Liga de Defesa da República, ou Liga de Paris, como é conhecida pelo facto de o seu núcleo central residir na capital francesa, procurando dominar o processo da oposição³⁰⁸. Num estudo primígeno, António Pinto da Costa referiu que a base da Liga foram «todos os refugiados políticos portugueses refugiados em França»³⁰⁹, numa união rapidamente dissipada. Apesar do peso de Paris, esta liga teve a sua génese na Galiza, a primeira grande base dos emigrados.

A conjuntura era negativa para os republicanos. Entre a vaga de prisões e deportações a que se aludiu, a passar pelo aumento da repressão e da censura e a terminar no ainda maior descrédito social no projeto divulgado, era preciso reavaliar o rumo da atuação oposicionista para congregar, não só a população, mas as várias sensibilidades republicanas, entretanto radicadas em geografias distintas. Neste quadro

³⁰⁸ A crítica lançada por Ferro Alves é, de resto, elucidativa do peso da Liga de Paris no contexto da oposição republicana – «As violências verbais da Liga e a sua absorvente preocupação de inspirar e controlar a revolução desde Paris, concitaram contra ela a oposição de todos os políticos unânimes e a visão das realidades» (ALVES, Ferro – *Os Budas e o contrabando de armas*, 1935, p. 36).

³⁰⁹ COSTA, António Luís Pinto da – A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris. *Revista da FCSH*. 5 (1990), p. 247.

desfavorável, havia ainda uma divisão entre os que defendiam uma aliança, ainda que transitória, com o governo e os que continuavam intransigentes face a acordos.

De entre as prioridades elencadas pelos membros da Liga de Defesa da República, avultava a necessidade de redigir um manifesto e de esclarecer o que havia sido, afinal de contas, a revolução de fevereiro face à narrativa caluniosa do regime. A facilitar o cumprimento desses objetivos, estava o que os republicanos entendiam ser a debilidade da Ditadura, então «ferida mortalmente»³¹⁰, que viabilizaria uma ação minimamente concertada, pelo menos na esfera internacional. Urgia conhecer as opiniões dos vários grupos quanto às primeiras esferas de ação da Liga, tanto no interior como ao redor de todos os exilados. Os republicanos compreenderam que tinham de sofisticar a sua estratégia e que o próximo movimento tinha de ser cronometricamente planeado. Aliás, como refletirá Afonso Costa, não estava “apenas” no horizonte republicano a deposição dos ditadores, mas também a melhoria da República e das suas instituições, degeneradas após tantos anos de combates escusos.

Pela inevitabilidade da sua vitória, os republicanos queriam ter a noção da sua futura atuação político-governativa. No seio dos debates, emergiu unanimidade na ideia de que, após a queda da Ditadura, devia ser constituído um governo provisório que encetaria a reforma constitucional, evitando-se, por conseguinte, uma ditadura provisória³¹¹, como exposto durante a revolta de fevereiro.

Para expor os seus princípios doutrinários e dissipar as difamações de que foram alvo, os republicanos teriam de contornar os entraves colocados pelo regime, para o que surgiu uma profusão de panfletos e títulos clandestinos, a começar pela segunda série d’ *A Revolta*, órgão oficioso da Liga e que, como tal, recebeu a contribuição de vários vultos de relevo. Ao longo dos números que foram publicados, o periódico estruturava-se em três eixos fundamentais: a apresentação da Liga e dos seus propósitos, a crítica ao governo e a denúncia da política externa do regime.

³¹⁰ Ao Povo. Manifesto do Comité de Defesa Social, de março de 1927. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 158.

³¹¹ Carta de Álvaro de Castro ao General Sousa Dias, 1 de abril de 1927. In MARQUES, A. H. Oliveira – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975, p. 75.

Na moldura de oposição republicana liberal à Ditadura, dois marcos eram apontados: a revolução de fevereiro, «a mais esplendorosa demonstração de patriotismo, republicanismo, heroicidade e nobreza cívica»³¹², e um segundo para acontecer em breve. A ação dos primeiros meses da Liga de Paris, de resto, concentrou-se em torno dos acontecimentos de fevereiro, esclarecendo o seu carácter. Com efeito, já se discorreu sobre o facto de ter sido propagado que o movimento tinha um carácter comunista, para o que concorreu a participação individual de vários elementos. Dado ser uma ideologia antidemocrática, os republicanos não tinham nenhuma intenção de caminhar em direção a um regime desse tipo, o que comprovavam pela recusa de ataques violentos como os que a Situação perpetrara durante os dias de luta. Américo Buísel, aliás, num artigo d' *A Revolta*, sublinhou que o gosto por regimes totalitários se manifestava nos que mais os acusavam de bolcheviques pela prática de atos similares aos da «seita» que era a Tcheka, a polícia política soviética³¹³.

Para alcançar o magno desígnio de derrube da Ditadura, os republicanos começaram a discutir o movimento vindouro. As primeiras dissensões no seio do organismo advieram precisamente das visões distintas a este nível. À semelhança do que acontecera em fevereiro, atribuíam especial importância a que a sublevação se manifestasse em Lisboa, pois facilitaria a tomada dos órgãos de poder e a articulação com as restantes regiões. Porém, era aí que se concentravam os meios de defesa pelo que o contra-ataque seria bastante mais acirrado. Os primeiros debates atinentes a este assunto datam de junho e evidenciam um declínio da importância do Comité Revolucionário do Norte em favor do central, o que sugere a intenção de comprometer forçosamente os republicanos do Sul a tomar uma posição e a debilidade das forças oposicionistas do Norte, mercê das medidas punitivas sofridas e da vigilância apertada de que continuavam a ser alvo. Afonso Costa e José Domingues dos Santos, nessa mesma conferência, manifestaram-se a favor do protagonismo do Comité Central, que deveria ser liderado por duas figuras conhecidas e consensuais dentro do bloco, Jaime

³¹² A Semana Heroica – a formidável sublevação de fevereiro. *O Libelo*. Lisboa, n.º 7, 14 de julho de 1927, pp. 1-2.

³¹³ Américo Buísel – A Revolução de Fevereiro – desfazendo infâmias. *A Revolta*. Lisboa, n.º 1, 23/30 de abril de 1927, p. 6.

de Morais e César de Almeida. Estes, enquanto orientadores da marcha revolucionária, deveriam fomentar a eclosão simultânea da revolução dentro e fora da capital, não obstante os potenciais perigos. Jaime Cortesão discordou dessa estratégia ao considerar que Lisboa não era essencial se, a norte do Mondego e nos espaços coloniais, houvesse uma adesão geral. No Norte, o nome de João Pereira de Carvalho afigurava-se-lhe essencial, como no 3 de fevereiro³¹⁴.

Sobre Jaime de Morais e César de Almeida, é importante mencionar alguma insurgência contra as diretrizes emanadas pela Liga de Paris, no sentido em que, no mesmo mês de junho, agindo contrariamente àquilo que estava previsto, entraram em Portugal pela Galiza de forma a estabelecer ligações com alguns setores que, por não terem participado no 3 de fevereiro, se mantinham em território nacional³¹⁵.

Apesar da censura, a falange republicana não abdicou de aproveitar algumas folgas em alguns títulos legais de cariz contestatário e usava-os para divulgar os seus princípios. Esta estratégia era análoga à adotada pelos órgãos favoráveis à Ditadura, mormente *A Voz* e *O Século*, bem como *O Imparcial*, seu órgão oficioso do regime³¹⁶. Aliás, em julho de 1927, este periódico promoveu uma autêntica campanha antirrepublicana, que em meio ao recrudescimento das ações conspirativas, denegriu a atividade da Liga. Acusou os deportados de estarem empenhados na preparação de uma revolta a eclodir até setembro, com apoios financeiros da Rússia, continuando a «vampirizar o país»³¹⁷, desta feita como agentes do Komintern e da sua expansão. António Sérgio³¹⁸ seria o recetor de milhões de escudos destinados à compra de bombas

³¹⁴ Ata n.º 3 da Liga de Defesa da República (9 de julho de 1927). In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, pp. 18-19.

³¹⁵ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, p. 71.

³¹⁶ Jornal cuja publicação foi iniciada em abril de 1927 sob a égide do Ministro do Interior, António da Costa Macedo, que designou Carlos Selvagem e Henrique Galvão como os seus ideólogos. Assumiu-se como um dos mais fortes defensores dos princípios da Ditadura. Em função de referências existentes em correspondência entre os elementos da Liga e na sua própria campanha de defesa, atentar-se-á ao número de 5 de julho de 1927.

³¹⁷ Expressão adaptada a partir de A nova revolução. *O Imparcial*. Lisboa, n.º 60, 5 de julho de 1927, p. 1.

³¹⁸ Enquanto particular visado nesta campanha, António Sérgio foi o responsável pela denúncia num âmbito legal e judicial. Carta de António Sérgio a Joaquim de Carvalho de Paris (10 de julho de 1927). In CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio – António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Revista de História das Ideias*. 5 (1983), p. 957.

de grande poder destrutivo, enquanto *A Revolta* circulava à luz do dia, com perniciosos efeitos sobre a população.

Como se referiu, os republicanos aproveitavam certas brechas da censura sobre alguns órgãos da imprensa legal. Na semana em que o *Diário do Porto* suspendeu a sua publicação por ingerência do governo e por dificuldades económicas, a Junta Diretiva enviou uma carta à direção desse periódico em jeito de resposta a Henrique Galvão e Costa Macedo, em que se reiterava a recusa de qualquer apoio de Moscovo ou outra instituição associada ao comunismo³¹⁹. Não existindo informações quanto à atuação da Liga na esfera internacional, é consabido, todavia, que os seus membros pretenderam interagir com a Sociedade das Nações e com grupos franceses e espanhóis³²⁰.

O manifesto dirigido ao país pela Liga, em julho, assim, esclarecia a razão pela qual se constituiu este organismo e quais eram os seus principais mecanismos, insistindo no carácter extraconstitucional do governo saído da confederação de direitas no ano anterior e no agravamento paulatino da crise, que concorria para o esgotamento dos recursos deixados pelos últimos governos da República. Salientava o carácter republicano da revolta de fevereiro e a recusa do bolchevismo – assuntos a que era conferido um grande destaque – e o interesse de reconstruir a democracia, desta feita sem os erros do passado e para o que era necessária a união de todos os republicanos sem abdicar dos princípios programático-políticos de cada sensibilidade. Não obstante as discussões sobre o carácter do novo governo, a construir seguidamente à vitória, o manifesto indicava que haveria um curto período de governação ditatorial, mas que, tão rapidamente quanto possível, seriam realizadas eleições e revisões à Constituição, fomentando-se a reconstituição de todas as liberdades suprimidas durante o postulado

³¹⁹ [sem título]. *Diário do Porto*. Porto, n.º 169, 28 de julho de 1927, p. 1.

³²⁰ Ao longo dos meses seguintes, aliás, tal ação será recorrente. A título de exemplo, posteriormente a 3 de dezembro de 1927, quando haviam sido lidas «nos jornais de Paris» informações sobre o pedido de empréstimo por parte da Situação, a Liga de Paris expôs à direção da Sociedade das Nações as premissas que entendia estarem sonegadas ao país por parte da Ditadura, atribuindo tal consideração à ilegitimidade do regime e à incapacidade dos seus dirigentes contraírem um empréstimo quando não eram os representantes internacionais; além disso, julgava-se que uma atitude conveniente por parte deste organismo para com a Ditadura seria incompreensível dado o seu objetivo de promoção das democracias. Exposé adressé à son excellence le Président du Conseil de la Société des Nations par le comité directeur de la Ligue Portugaise Republicaine. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, pp. 89-97.

dos militares e a resolução de dificuldades relativas à representação da população. Os membros da Liga visavam ainda a depuração do Exército pelo afastamento dos oficiais contrários ao republicanismo e a redução do número de ministérios. No que diz respeito à política externa, a Liga manifestava a intenção de aprofundar o relacionamento diplomático com a Inglaterra sem abdicar dos territórios coloniais, então ameaçados, na perspectiva da oposição, pela Ditadura, para o que concorria uma ampla participação na Sociedade das Nações. Indo ao encontro de um dos principais problemas da governação desde 1910, defendia o fomento da educação como condição necessária para a melhoria da situação económica do país mediante uma mais forte capacidade de adaptação da mão-de-obra, o que contrastava com o desgaste paulatino dos setores produtivos, incapazes de se adaptar à conjuntura nacional e internacional.

Nas várias reuniões que ocorreram desde a formação da Liga, estiveram presentes elementos de várias sensibilidades, inclusive da facção democrática que teve o monopólio da governação até ao golpe militar; contudo, parecia «impossível»³²¹ conciliar a visão do PRP, que visava uma volta ao *status quo* pré-28 de Maio, com a intenção dos outros setores que ambicionavam alterações de fundo. Esse desinteresse numa conciliação era apontado ao círculo mais próximo de António Maria da Silva, renitente à presença de alguns dos elementos da Liga, como Filipe Mendes, tratando-os «como inimigos»³²². Esta perceção surgia plasmada noutros veículos, como *A Montanha*. Num editorial, a direção entendia ser gravosa a ausência dos republicanos mais conservadores e, sobretudo, o afastamento do Partido Republicano, que, sendo maioritário, era o único que poderia governar. Contrapunha, desse modo, o programa coeso dos democráticos às «fraquezas» dos restantes grupos, pelo que seria inviável investir em iniciativas como a própria existência da Liga que, sendo louváveis, estavam condenadas pela ausência de mais facções³²³. O confronto era consabido, inclusive dentro do Partido Democrático, que internamente se debatia, particularmente entre a ala esquerda, favorável à solução revolucionária, e a direita, que não se importava de

³²¹ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 23 de julho de 1927.

³²² CC – FBM – Carta de Filipe Mendes a Bernardino Machado, 8 de agosto de 1927.

³²³ “A Liga”. *A Montanha*. Porto, n.º 5010, 6 de agosto de 1927, p. 1.

apostar em alianças com os republicanos conservadores, que tinham alguma predominância no seio do governo³²⁴.

No verão, o órgão oficioso da Liga prestou ainda atenção à situação internacional, nomeadamente à aproximação excessiva da Ditadura à sua congénere espanhola, utilizando informações veiculadas em jornais estrangeiros sobre a política danosa da Ditadura e o afã da imprensa internacional em entrevistar figuras portuguesas da oposição. A crise era, com efeito, o assunto mais vincado, pois a «instabilidade monetária» foi agravada com o novo regime, que teve ainda de enfrentar dois golpes que dificultaram a sua tarefa³²⁵. Dessa forma, os opositores temiam a iminente assinatura de um convénio que levasse à ingerência espanhola em caso de uma revolução em Portugal, o que radicaria no domínio do país pelo seu vizinho, situação já especulada em virtude do negócio das águas³²⁶. Além do mais, pelo agravamento da crise económica, o governo procurou empréstimos externos, na Sociedade das Nações, mas também em Madrid. As diligências do regime para com Espanha foram denunciadas pelos emigrados, em particular Bernardino Machado e Afonso Costa, que insistiram no carácter inconstitucional do regime português, conseqüentemente não enquadrado nos princípios do Direito Internacional, e que culminaram na quebra do apoio espanhol ao governo de Carmona, vista como uma ação benéfica da Liga de Paris³²⁷.

Em várias localidades do país, surgiram textos e periódicos clandestinos que divulgavam os princípios da Liga. Apesar de as narrativas serem muito similares e haver uma grande inter-relação entre os vários periódicos, não se descuravam particularismos geográficos para contestar o governo, mormente prisões que se entendiam arbitrárias ou uso de violência pela polícia. Não se pode desvincular a crescente preocupação da oposição reviralista do designado “golpe dos Fifis”. Em agosto de 1927, forças radicais

³²⁴ Os grupos republicanos estavam longe de serem homogéneos, uma vez que cada facção tinha interesses específicos e que, as mais das vezes, levavam à inaplicabilidade de estratégias coesas. CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, pp. 56-57.

³²⁵ As finanças da ditadura – um artigo de *L' Information. A Revolta*. Sem local, n.º 7/8, 5 de outubro de 1927, p. 9.

³²⁶ *A Revolta* demonstrou a perceção de dois periódicos franceses, *O Quotidien* e *L' Europe Nouvelle*, quanto ao recrudescimento dos interesses expansionistas espanhóis sobre Portugal, como encontrado em Até onde nos quer levar a Ditadura? *A Revolta*. Sem local, n.º 6, 15 de agosto de 1927, p. 2.

³²⁷ Vendidos. *O Facho*. Porto, n.º 2, setembro de 1927, p. 3.

ligadas ao integralismo efetuaram um golpe de Estado que visava endurecer ainda mais a governação, colocando Filomeno da Câmara, à época diretor da Biblioteca Nacional, «ao leme dos destinos da Nação»³²⁸, o que não suscitou uma reação violenta como acontecera com os republicanos. Um dos líderes dessa intentona, Alfredo Morais Sarmiento, por exemplo, esteve várias semanas refugiado no Porto com a suposta anuência das autoridades da cidade³²⁹, o que recebeu maior atenção particularmente num título focado na região Norte, *O Facho*.

Apesar do forte controlo exercido sobre o distrito portuense³³⁰ para inibir avanços revolucionários, no início de setembro surgiu o Grupo Revolucionário Republicano³³¹ que se colocava à disposição do núcleo central. Esta era uma prova dos progressos conspiratórios na região, entendida como problemática em função de vários atrasos e impossibilidades na reconfiguração das hostes insurrecionais. Este Grupo Revolucionário, com efeito, compreendia republicanos e comunistas, e tinha grande implantação junto do oficialato, numa altura em que elementos-chave da Confederação Geral do Trabalho tencionavam aderir ao movimento, colocando-se à disposição da Liga; para Afonso Costa, esta iniciativa era louvável porque a República devia alinhar-se à esquerda³³². Deste modo, contanto que os restantes setores acatassem as diretrizes republicanas, seriam bem-recebidos para constituir uma frente única para alcançar a derrota da Ditadura, então fragmentada interna e externamente. Dado que a direção da Liga tinha consciência de que várias das suas figuras destacadas não colhiam o agrado da opinião pública³³³, devido a antigos desempenhos políticos, esta sinergia com outros

³²⁸ MOTA, Francisco Teixeira da – *Henrique Galvão. Um herói português*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011, p. 23.

³²⁹ Saiba o governo! *O Facho*. Porto, n.º 2, setembro de 1927, p. 1.

³³⁰ Como prova disso, surgia uma nova vaga de prisões neste distrito a que elementos da Liga conferem bastante relevância.

³³¹ Este organismo, apesar de efémero, ainda não havia sido referido pela literatura que aborda esta matéria. CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 5 de setembro de 1927.

³³² Ata n.º 10 da Liga de Defesa da República (30 de setembro de 1927). In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 27.

³³³ SÉRGIO, António – Carta aberta aos oficiais portugueses que ainda admitem a Ditadura. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 147.

setores era benéfica porque realçava que a organização era apartidária e não devia ser confundida com um meio para servir certas fações.

Apesar da grande preocupação veiculada pela Liga de Defesa concernir aos monárquicos, esse organismo não negligenciava a entrada e, sobretudo, a crescente influência de fascistas em Portugal, o que constituía um perigo face aos interesses expansionistas de Mussolini que eram estimulados pela Situação, «sacrificando» a população para garantir a preservação do regime³³⁴. Perante este contexto, urgia fomentar a máxima capacidade de todos os atores, o que se assumia como uma tarefa hercúlea. As dificuldades económicas de vários exilados, tanto pelo esgotamento das suas reservas, tanto pelos problemas advindos da emigração, impossibilitavam a sobra de dinheiro para tarefas de índole logística, comprometendo o sucesso das diversas negociações em curso³³⁵.

Não existindo, neste sentido, capacidade para agilizar a eclosão da revolução, as prioridades eram a avaliação da organização revolucionária, que a Liga acreditava ser satisfatória na generalidade do território continental, e a constituição do ministério a assumir funções após a vitória, que deveria ser o mais consensual possível entre as várias fações. Para estimular a articulação do movimento no território nacional, regressaram figuras como Aquilino Ribeiro, Lopes Soares ou José Vahia³³⁶, que deveriam secundar aqueles que escaparam ao exílio ou evitaram uma participação direta na revolta de fevereiro, como Norton de Matos e Ribeiro de Carvalho³³⁷.

Na ótica dos reviralhistas, a implantação da República e a Restauração da Independência carregavam um elevado valor simbólico, capaz de mobilizar a população. Era altura de fazer um novo 5 de Outubro³³⁸ que retomaria o ideal republicano que se

³³⁴ A Espanha governa em Portugal! *A Lanterna*. Lisboa, n.º 1, 25 de julho de 1927, p. 4.

³³⁵ Por exemplo, em agosto, José Vahia, enquanto representante da Comissão de Assistência aos Emigrados em Paris, manifestava a sua preocupação com os que combateram na revolução gorada e estavam com o seu património depauperado. Bernardino Machado, apesar de ter pouca folga orçamental, conseguiu fornecer alguns recursos para auxiliar esses indivíduos. CC – FBM – Carta de José Mendes Vahia e Joaquim de Oliveira Guerreiro a Bernardino Machado, 19 de agosto de 1927; CC – FBM – Carta de José Mendes Vahia e Joaquim de Oliveira Guerreiro a Bernardino Machado, 12 de setembro de 1927.

³³⁶ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 28 de novembro de 1927.

³³⁷ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 15 de novembro de 1927.

³³⁸ Novo cinco d' Outubro. *A Revolta*. Sem local, n.º 7 e 8, 5 de outubro de 1927, p. 1.

dissipara pela incapacidade de união dos vários grupos que se foram desenvolvendo. Não se podia obliterar o passado nem esquecer que o 28 de Maio teve a sua génese num conjunto de golpes e de experiências ditatoriais, como a de Sidónio Pais, urgindo regulamentar a vivência democrática e diminuir o peso de instituições como o Exército. Para evidenciar esta prioridade, a Liga promoveu uma sessão comemorativa da data, em Paris e, simbolicamente, foi lançada uma edição especial d' *A Revolta* datada de 5 de outubro, embora se saiba que foi mais tardia³³⁹. Associado à resistência e à luta contra as ingerências de Espanha, houve um claro aproveitamento da simbologia inerente ao 1.º de Dezembro, e uma transfiguração dos ditadores em «miguéis de vasconcelos»³⁴⁰, numa alusão aos militares que colocavam em risco a existência autónoma do país, sendo necessário derrotá-los e erradicar o recrudescimento de tal antipatriotismo.

No início de 1928, as notícias vindas do interior eram «animadoras»³⁴¹, em função da harmonização das hostes conspirativas, para a qual contribuía o regresso de alguns exilados que passaram a dirigir as operações em Portugal³⁴². Havia uma grande preocupação acerca da marcha revolucionária no Porto, centro nevrálgico que, falhando, comprometeria toda a revolução, numa inversão do que aconteceu no anterior levantamento. Segundo Norberto Guimarães, havia uma confluência das condições para que o reduto central dos revolucionários se localizasse na Serra do Pilar³⁴³, o que corresponderia a uma vitória essencial para o Revirvalho, que passava a ter ao seu lado o quartel-general da resistência governamental em fevereiro e que, em termos estratégicos, tinha maior possibilidade de controlar a cidade do Porto.

³³⁹ Em função da crescente dificuldade em gerir os poucos recursos financeiros, a publicação foi encerrada com o referido simbólico número duplo. CLÍMACO, Cristina – *A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)*. In PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; HOHLFELDT, António (Coord.) – *Para uma história do jornalismo português no mundo*. Lisboa: ICNOVA, 2021, pp. 45-46.

³⁴⁰ Portugueses! – Manifesto escrito em Luanda, a 1 de dezembro de 1927, por Aníbal da Costa Pinto, Armando Agatão Lança e outros. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 216.

³⁴¹ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 18 de novembro de 1927.

³⁴² Um dos regressados foi Américo Buísel. CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 29 de novembro de 1927.

³⁴³ Ata n.º 15 da Liga de Defesa da República (4 de novembro de 1927). In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 40.

A experiência recente tornava imperioso garantir que as forças do Sul pudessem assegurar a eclosão simultânea da revolução, pelo que a ida dos oficiais mais comprometidos do Norte para Lisboa era essencial, de forma a ultimar a estratégia. Todavia, noutras geografias, aparecia a dificuldade em concertar as diligências feitas com os deportados, algo impacientes³⁴⁴. Além disso, continuavam a frustrar-se as iniciativas de tornar esta organização como a representante do republicanismo, pois o PRP continuava dividido no seu assentimento ao programa proposto pela Liga³⁴⁵.

Apesar das múltiplas divergências entre as várias cores republicanas, houve uma união em torno da crítica ao pedido de Sinel de Cordes de um empréstimo externo. Pela primeira vez desde o início da Ditadura, um núcleo considerável da União Liberal Republicana, incluindo o seu presidente, Cunha Leal, colocava-se ao lado da restante oposição republicana, entendendo tal ação nefasta à economia e ao investimento Portugal como «potência colonial»³⁴⁶.

A palavra de ordem era prudência. Com efeito, a Ditadura preparava as eleições presidenciais e a oposição rapidamente compreendeu que se tratava de uma artimanha, o que conduziu ao afastamento dos partidos constitucionais do sufrágio³⁴⁷. O governo apostava nessa narrativa como forma de deslegitimação da argumentação dos exilados, que persistiam na demonstração internacional de que, desde o golpe, não havia o exercício dos «direitos soberanos» do governo³⁴⁸. A demissão de Sinel de Cordes, em março, em função das prerrogativas vexatórias que a SDN impunha para a prossecução do empréstimo configurou uma pequena vitória da oposição; entretanto, Ivens Ferraz,

³⁴⁴ Ata n.º 16 da Liga de Defesa da República (15 de novembro de 1927). In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 42.

³⁴⁵ Carta da «Liga de Paris» ao General Sousa Dias, datada de 22 de outubro de 1927. In MARQUES, A. H. Oliveira – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975, p. 78.

³⁴⁶ FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 417.

³⁴⁷ Carta do Diretório do Partido Republicano Português de 10 de janeiro de 1928. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 249.

³⁴⁸ «Eu protesto contra a demanda da ditadura militar que não quer a nação, através dos seus legítimos representantes, no exercício dos seus direitos soberanos» (tradução livre do francês). MBM – *Texto de opinião em que Bernardino Machado comenta o artigo do Le Temps sobre as finanças na Ditadura Militar*, 5 de dezembro de 1927.

que assumiu interinamente o cargo, recusou essas condições³⁴⁹, mas sem afetar a manutenção da crise.

Em 25 de março de 1928, as eleições presidenciais lideradas por Óscar Carmona conferiram-lhe a legitimação do exercício do cargo. Este sufrágio expôs uma das principais fragilidades da Ditadura – a divisão entre os republicanos mais conservadores, como Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, e os que ambicionavam uma reforma mais ampla de cariz ideológico, em que surgia o nome de Oliveira Salazar. A eleição de Carmona ocorria, como referido atrás, quando o Ministro das Finanças, Sinel de Cordes, foi afastado do cargo pela sua incapacidade. Dado ser o, possível conciliar os cargos de chefe de Estado e chefe de governo, Carmona designou Vicente de Freitas como Presidente do Conselho de Ministros. A ele se deveu a sugestão de Salazar para Ministro das Finanças, que o professor de Economia da Universidade de Coimbra aceitou sob uma série de condições, particularmente a possibilidade de poder controlar as contas de todos os ministérios sob pena de não conseguir atingir aquele que era o seu objetivo primacial, o controlo das finanças públicas.

Com a situação mais insustentável, a Liga de Defesa da República ultimava a revolução. Urgia reunir toda a falange que combatera em fevereiro do ano anterior e conseguir o apoio de todos os deportados para criar um movimento com ramificações na maior quantidade possível de locais, o que causaria a desorientação do regime. Este idealismo foi infundado, a julgar pelas divergências difíceis de sanar. As intrigas entre vários membros da oposição estavam a escalar e, desse modo, as vicissitudes saíam exacerbadas. Se, por si só, a questão financeira já era problemática, havia conjuras que tornavam tudo ainda mais conflituoso. Em fevereiro, a Comissão de Assistência aos Emigrados de Paris, liderada por José Vahia, perante uma menor folga orçamental, optou por diminuir ou até mesmo cortar subsídios aos exilados nessa região, o que suscitou inúmeras reclamações³⁵⁰. Simultaneamente, aumentava a repressão no

³⁴⁹ FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*, p. 419.

³⁵⁰ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 21 de fevereiro de 1928.

território português, concretamente na capital, o que dificultava todos os passos da organização revolucionária.

Em suma, a Liga de Defesa da República tinha a sua ação limitada, tanto por condicionantes internas como externas, acabando por não coordenar as ações conducentes à deposição do regime e por ter falhado naquele que constituía o seu objetivo basilar, a junção de todos os republicanos numa frente única. Apesar destes problemas, em julho de 1928, eclodia uma nova revolta contra a Ditadura.

2.4. A revolta do Castelo de 1928 – origem, ações e efeitos de mais um fracasso

Enquanto se avolumavam os debates entre os exilados, para os que conseguiam entrar em Portugal, era hora de realizar a revolução. Havia duas diferenças quanto ao ano de 1926: uma, de índole interna ao seio da oposição, concernia à distância dos principais instigadores, relegados para o exterior, enquanto a outra, de caráter extrínseco, era a melhor preparação da polícia, já que, em decorrência dos acontecimentos de fevereiro, o papel conferido às forças policiais foi robustecido com o desenvolvimento da Polícia de Segurança Pública (PSP) e a fecundação da futura Polícia de Informações do Ministério do Interior, a PIMI³⁵¹.

Ainda em dezembro de 1927, a sul do Douro, foram intercetados dois núcleos contestatários. Em Coimbra, que não tivera previamente grandes manifestações revolucionárias, no limiar desse mês foi descoberto um núcleo com uma ampla componente civil ligado ao Partido Republicano, beneficiado com as reinserções de muitos indivíduos que dele se haviam desvinculado após a implementação da Ditadura pela sua governação hegemónica no período constitucional³⁵². Já em Viseu, foram igualmente goradas as intenções do comité que ultimava um movimento a eclodir nessa região, novamente liderado por Rocha Dantas, desta feita apoiado por Luís de

³⁵¹ PIMENTEL, Irene Flunser – *O Essencial sobre a PIDE*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2024, p. 24.

³⁵² AHM – *Processo político do Primeiro-sargento José Pereira da Mota*. (Divisão 33, caixa 433, processo 766). Este processo integra vários autos de interrogatório, entre os quais ao próprio Pereira da Mota; o seu caso é paradigmático da situação a que se aludiu, já que se trata de um indivíduo que esteve filiado formalmente no Partido Republicano até 1920 e participou ativamente na preparação de um complot contra a Ditadura em que estiveram envolvidos, pelo menos, mais sete militantes desse partido.

Figueiredo, com o desígnio de assaltar o Quartel de Infantaria 14 (favorável à Situação), o Grupo de Artilharia, a prisão municipal e a sede da polícia, ocupando-os respetivamente com elementos afetos à oposição³⁵³, tendo o presumível objetivo de alargar tais atos a outras regiões.

O ano de 1928 exibiu uma melhor capacidade da Liga de Paris quanto ao planeamento revolucionário, o que se manifestou na propagação de boatos e na realização de reuniões um pouco por todo o país. O caso do Porto evidencia a profusão de encontros conspiratórios, já que, em meados de janeiro, foram efetuadas prisões de indivíduos comprometidos na angariação de recursos para a nova revolução e foi reforçada a vigilância sobre os revolucionários que se reuniam no Hotel Aliança³⁵⁴. No mês seguinte, houve um conjunto de atentados que culminaram no assassinato de um polícia³⁵⁵ para evitar a transmissão de alguns traços da revolta já delineados. No entanto, numa escala mais alargada, o terreno estava minado para qualquer ação, apesar do regresso dos exilados ao país para «tomarem parte»³⁵⁶ na nova revolução.

Já foi considerado que as eleições presidenciais auxiliaram o governo a desmontar as principais premissas dos políticos republicanos opositores, que, por sua vez, puderam argumentar que o ato eleitoral foi uma farsa que não conferia a menor legitimidade ao Presidente eleito. De qualquer modo, com a assunção de Vicente de Freitas à chefia do governo, surgiram as condições para que Oliveira Salazar assumisse a pasta das Finanças³⁵⁷. O famigerado milagre financeiro, apesar de alcançado através do aumento dos impostos sem o correspondente ajuste nos salários, foi um duro golpe para a propaganda dos republicanos pelo desaparecimento da crise nas finanças

³⁵³ AHM – *Processo político do Sargento-ajudante de Infantaria José Inácio Lopes*. (Divisão 33, caixa 431, número 710). Informação de 10 de julho de 1928 a relatar o plano do Comité Revolucionário de Viseu, em dezembro de 1927.

³⁵⁴ AHM – *Processo político do alferes reformado António de Jesus Vieira*. (Divisão 33, caixa 404, número 2). Cadastro em que se historicam as ações contestatárias desenvolvidas por este alferes em particular no mês de janeiro.

³⁵⁵ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alcídio Augusto Lopes de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 6). Informações referentes à ação perniciosa levada a cabo por este militar no mês de fevereiro de 1928.

³⁵⁶ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 49.

³⁵⁷ MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar – Uma Biografia Política*. Lisboa: Dom Quixote, 2009, Vol. 1, p. 74.

nacionais, não obstante sem lograr uma melhoria das condições na vida da população. Deste modo, Salazar afigurou-se como um «balão de oxigénio» para a Ditadura³⁵⁸ ao garantir a resolução de um dos seus “calcanhares de Aquiles”.

Os núcleos no estrangeiro, confrontados com esta conjuntura, encetaram a preparação de uma estratégia unitária que articulava a Liga de Paris e o Partido Democrático, sob o papel moderador de Bernardino Machado, focando-se nos pontos comuns às várias facções, como o derrube da Ditadura e a assunção de um Estado de direito que resultaria de um governo provisório abertamente republicano³⁵⁹. No entanto, persistiam divisões entre os grupos mais conservadores do Partido Republicano, que se aproximaram da Situação, e os outros.

Se no exterior a marcha revolucionária indicava progressos, no território nacional surgiam problemas graves. De facto, entre 30 de abril e 1 de maio, foram chamados por Jaime de Morais, líder do Comité Central, a Lisboa vários oficiais e civis implicados na revolta, numa reunião em que foram detidos todos os presentes numa ação rápida dos corpos policiais³⁶⁰. Entre eles, estavam o Capitão Nuno Cruz, Camilo Cortesão, Alfredo Chaves, César de Almeida e Manuel António Correia, numa clara reconfiguração dos papéis da anterior intentona. Os objetivos dessa reunião passavam pela articulação do movimento e pela ação perante o apaziguamento propagado pelo governo³⁶¹; um dos principais pontos a debater concernia a um eventual esgotamento dos intuits republicanos, já que, se o executivo ditatorial tivesse figuras claramente democráticas, não haveria a necessidade, em teoria, de manter a luta. O Comité terá chegado à conclusão oposta pelo perigo de que as promessas se desvirtuassem, pelo que deveria ser mantida a estratégia em preparação.

³⁵⁸ TT – Arquivo Oliveira Salazar (AOS) – Correspondência Oficial (CO) – *Ação governativa do Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar*. (PT/TT/AOS/D-M/028/0002/00001).

³⁵⁹ Ata n.º 1 da Comissão de Unidade, realizada em 10 de maio de 1928. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973, p. 19.

³⁶⁰ O caso do dia – Prisão do “comité” revolucionário quando se encontrava reunido numa casa particular. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 2166, 2 de maio de 1928, p. 8.

³⁶¹ TT – *Processo de Jaime Alberto de Castro Morais, António Augusto Franco e Eduardo Henrique Maia Rebelo*. (PT/TT/PIDE/E/005/3677). Neste processo, encontram-se os autos referentes a todos os elementos do Comité que foram detidos no 1.º de maio.

Como é óbvio, as prisões constituíram um grave entrave já que comprometiam os acordos previamente traçados, assim como as deportações dos implicados para São Tomé³⁶², pelo que se entende a razão pela qual a Comissão Republicana se posicionou contrariamente à eventualidade de se criar uma delegação no estrangeiro que teria algum ascendente sobre a do interior do país³⁶³. Enquanto se queria alargar definitivamente a falange republicana,urgia acautelar que todos conhecessem a luta movida contra o que feria a identidade nacional³⁶⁴, realçando-se, deste modo, a abertura da revolução a outras sensibilidades políticas.

À medida que se focava na propaganda, a oposição negligenciava aspetos intrinsecamente logísticos. É verdade que cedo recomeçou a ação no terreno, o que se comprova pela deslocação de Norberto Guimarães para a região do Minho, com a missão de criar as condições necessárias para a revolta³⁶⁵, e a chegada de elementos maioritariamente civis aos locais mais no contexto revolucionário, nos meses de junho e julho. Desta forma, era fomentado o estabelecimento de redes e conexões, como se vê pela ação de António Resende, que regressou ao Porto em 6 de junho e tratou de enviar correspondência a diversos indivíduos³⁶⁶, alguma da qual relacionada com assuntos de índole oposicionista. No entanto, a gestão da logística continuava deficiente, o erário mantinha-se deficitário e, assim, não havia apoios suficientes para os mais diversos âmbitos³⁶⁷, nomeadamente o auxílio aos emigrados, dificultando inclusive o planeamento teorizado pela Liga. O papel dos que se mantinham no território nacional no que concernia à recolha de fundos³⁶⁸ deve, de resto, ser destacado, apesar de naturalmente estar limitado.

³⁶² FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 85.

³⁶³ Ata n.º 2 da Comissão de Unidade, realizada em 20 de maio de 1928. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973, p. 27.

³⁶⁴ A Liga de Defesa da República aos republicanos e em especial aos deportados, presos e emigrados. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 1, p. 272.

³⁶⁵ TT – *Processo de Pedro Joaquim Fazenda*. (PT/TT/PIDE/E/005/4308).

³⁶⁶ CC – FBM – Carta de António Resende a Bernardino Machado, 11 de junho de 1928.

³⁶⁷ CC – Fundo Manuel Mendes (FMM) – Carta de Raul Proença, 31 de maio de 1928.

³⁶⁸ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 26 de junho de 1928.

A par destes obstáculos, as dificuldades na comunicação não eram despiciendas, tornando-se complicado divulgar os planos e seus constantes reajustamentos. Como descreveu Roberto Queirós, em carta do início de junho, só acabou por ter consciência de que se preparava um movimento para livrar os portugueses «dos canalhas dos ditadores» por uma conversa informal em Biarritz³⁶⁹. Com efeito, muitos desconheciam os principais planos e, até, os objetivos dessa revolução³⁷⁰, o que sugere que, apesar do interesse numa estratégia unívoca, havia muitas dificuldades em articular as vontades e perspectivas dos indivíduos que estavam no interior e os que estavam exilados.

Atitude ambivalente tinha a imprensa, pois a maioria dos órgãos de imprensa, devido à censura e à paulatina uniformização que se estava a garantir, estava, pelo menos, alinhada com o regime. Através dos editoriais e de uma série de entrevistas, eram divulgadas as estratégias do governo em diversos âmbitos, do económico ao educativo, passando pelo judicial, e possibilitava-se o conhecimento dos projetos políticos. Por exemplo, o *Jornal de Notícias* entrevistou Salazar para compreender a sua fórmula para a resolução dos problemas estruturais, o que reuniu a atenção dos republicanos para estabelecer um contra-ataque³⁷¹. Além do mais, os órgãos de comunicação noticiavam informações a roçar a descontextualização³⁷², pelo que convinha conhecê-las para desmontar essa argumentação.

Em situação antagónica, surgia um conjunto de órgãos espanhóis que entrevistavam as figuras mais ilustres em território hispânico, como Bernardino

³⁶⁹ CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 4 de junho de 1928.

³⁷⁰ Não obstante a distância temporal que mediava as duas insurreições, continuavam por alinhar uma série de pontos e, sobretudo, garantir que havia um consenso quanto à necessidade de se insurgir contra a Ditadura e de que modo se deveria efetuar esse levantamento. A preocupação de alguns era compreensível em função do receio de uma maior repressão quando confrontados com uma nova derrota da oposição. As palavras dirigidas por Proença a Manuel Mendes são sintomáticas desta situação: «Quais são os direitos envolvidos? Quais são os princípios a renovar? Que tencionam fazer? Nada sei, porque, segundo suponho, não houve ainda confiança em receber nenhum homem de Paris.» CC – FMM – Carta de Raul Proença a Manuel Mendes, 2 de junho de 1928.

³⁷¹ CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 13 de junho de 1928.

³⁷² CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 11 de junho de 1928. Não era de admirar que houvesse informações que se assumiam como indecifráveis em função da campanha de ataque que se mantinha à Liga de Paris, as mais das vezes sem relação com a realidade. Se anteriormente ainda era possível responder às investidas através desses veículos, como se exemplificou no subcapítulo 2.3, nesta altura a imprensa estava já alinhada na generalidade com o regime e a censura aprimorada.

Machado, para desmontar as incriminações feitas à oposição, priorizando a acusação do governo de que os republicanos eram agentes do Komintern. Foram vários os jornais do país vizinho que concederam atenção às declarações do antigo Presidente da República³⁷³ e cujo principal tom era a luta pela democracia e pela retoma do regime parlamentar e a propaganda dos trabalhos doutrinários, seguida de comentários tendencialmente laudatórios das suas «ideias liberais»³⁷⁴. Os jornais sediados em regiões limítrofes, mormente Vigo, conferiam maior proeminência à luta travada pelos portugueses, o que se pode esclarecer pela tradição política e social.

Além da deslocação de exilados para o território nacional, era essencial reconfigurar o Comité após as prisões do início de maio. Na sua liderança, no lugar de Jaime de Morais surgia o Coronel José de Mascarenhas, que desempenhou o cargo de Ministro da Guerra no período republicano, e que tinha uma boa teia de influências no Norte³⁷⁵. Não obstante se ir compondo paulatinamente o Comité, estavam por resolver questões da maior importância, como a tentativa de inversão do colapso da Liga de Paris com o potencial afastamento de um dos seus nomes mais destacados, Álvaro de Castro³⁷⁶, e a dificuldade em concertar os esforços nas várias regiões.

Teve de se esperar até 20 de julho de 1928 para que eclodisse a nova sedição, conhecida como Revolta do Castelo pelo seu epicentro se ter localizado no Castelo de São Jorge, em Lisboa, o que mostra uma inversão da geografia, mediante um foco no Sul, concretamente em Lisboa, cuja inexistência de manifestações havia sido um dos principais motivos da derrota de fevereiro do ano anterior.

³⁷³ A título de exemplo: Política portuguesa – Declaraciones de Bernardino Machado. *El Imparcial*. Madrid, n.º 21251, 16 de junho de 1928, p. 2; Declaraciones de Bernardino Machado. *El Liberal*. Madrid, n.º 17161, 16 de junho de 1928, p. 1; La Dictadura Portuguesa – Una declaración de Bernardino Machado. *La Libertad*. Madrid, n.º 2571, 16 de junho de 1928, p. 1; El ultimo “complot” portugues. El bloque de los republicanos parlamentarios. Madrid, n.º 17162, 17 de junho de 1928, p. 1.

³⁷⁴ Cosas extranjerias – Un documento de Machado. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 1351, 19 de junho de 1928, p. 2.

³⁷⁵ FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, pp. 84-85.

³⁷⁶ A preocupação com o afastamento da Liga de Álvaro de Castro, um dos políticos republicanos com maior reputação entre a população, era sintomática da ineficácia do organismo em cumprir a sua mais primordial responsabilidade, a união dos aderentes e, em maior grau, dos opositores, o que contribuía para a descrença na possibilidade de qualquer vitória da revolução e, posteriormente, de capacidade de governar. CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 16 de junho de 1928.

Em grande medida, os objetivos da revolta coincidiam com o programa da Liga de Paris: os republicanos lutavam pelo derrube do regime que abusava da força sem ter base legal para isso, em função de não estar consignado por qualquer Constituição ou similar e, conseguindo-se a vitória, asseguravam o fomento de um governo provisório que ficaria responsável pela realização de eleições livres – o que, *per se*, era um diferencial perante as de março último – e respeitando a vontade popular ao ter um governo inteiramente republicano com representação das múltiplas sensibilidades.

Na noite de 20 de julho, o regimento de Caçadores 7, cuja sede era o Castelo de São Jorge, sublevou-se e colocou a capital em estado de sítio, para o que contribuiu a ausência do comandante, o Coronel Bandeira de Lima. Todavia, o governo derrotou celeremente a fração de sublevados desse regimento³⁷⁷ pela falta de apoio de outras unidades, nomeadamente da Marinha. O controlo das linhas de caminho-de-ferro e das comunicações constituiu uma das principais diligências dos revoltosos, a partir dos erros da intentona passada, pois o seu domínio podia contribuir para a vitória, independentemente do desafio que era o facto de as autoridades terem conhecimento razoável das intencionas e dos conspiradores mais ativos.

No Porto, cujo ímpeto havia decaído desde maio, a liderança foi entregue ao Capitão Carlos Maia Rebelo, oficial de Artilharia com um passado político ativo. Estavam igualmente envolvidos Eduardo Ferreira dos Santos Silva, antigo Presidente da Câmara Municipal do Porto, e o Capitão de Infantaria Alípio Oliveira³⁷⁸, que tinham como principal tarefa a expedição de cartas e telegramas com instruções e comentários sobre a conjuntura (Anexo 4). Contudo, não houve qualquer manifestação pró-revolucionária além da prisão de alguns civis fardados à polícia³⁷⁹, devido à detenção do Comité da cidade, reunido na Rua das Malmerendas, em casa do comerciante Raul Lopes

³⁷⁷ La intentona revolucionaria portuguesa – Han sido detenidos varios oficiales y algunos suboficiales y paisanos. *El Heraldo de Madrid*. Madrid, n.º 13255, 23 de julho de 1928, p. 11.

³⁷⁸ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alípio José da Cruz Oliveira*. (Divisão 33, caixa 405, número 38). Cadastro político de 20 de novembro de 1928.

³⁷⁹ Esta manhã. Como se operou a rendição do Castelo de S. Jorge. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 2235, 21 de julho de 1928, p. 8.

Gonçalves, com onze dos seus elementos³⁸⁰. Essas detenções precoces derivaram da célere comunicação das autoridades da capital, convictas de que o Norte haveria de secundar o movimento. Por volta das 23 horas, duas horas após o deflagrar dos acontecimentos na capital, foram presos quase todos os membros do núcleo do Porto, à exceção do Tenente Seca³⁸¹.

Para facilitar a logística, foram criados núcleos em algumas das freguesias da cidade. No Bonfim, por exemplo, a sua liderança foi atribuída a António Brandão, responsável pela articulação com Alcídio Almeida³⁸²; noutra plano, havia a disposição para que elementos opositores fossem inseridos em vários regimentos militares com vista ao aliciamento de mais oficiais, condição que seria fundamental na hora do combate às forças do governo³⁸³.

A leitura dos perfis dos implicados do Comité do Porto permite algumas inferências, a começar pelo facto de serem apenas três militares (quatro, se se incluir o referido Tenente que não foi preso) e os restantes civis, o que traduz a intenção de descentralizar o peso do Exército neste movimento, pelo que foi importante a participação ativa de comerciantes – a ocupação profissional civil com maior representação – que pela sua natureza é mais propensa ao estabelecimento de múltiplos contactos e relacionamentos. Ernesto de Almeida, que, recorde-se, fora o comandante das forças penafidenses em fevereiro de 1927, teve uma importante ação na organização das forças e na elaboração de esquemas táticos com o mínimo de exequibilidade visando a tomada de posições na cidade.

³⁸⁰ AHM – *Processo político do Alferes reformado António de Jesus Vieira*. (Divisão 33, caixa 404, número 2). Cadastro em que consta a ação concernente à prossecução da revolta e as consequências da sua participação.

³⁸¹ A tentativa revolucionária de ontem. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*. Porto, n.º 171, 21 de julho de 1928, p. 2.

³⁸² AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alcídio Augusto Lopes de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 6). Cadastro político de Alcídio Almeida em que se relata a sua intervenção no 20 de Julho.

³⁸³ Esta estratégia pode ter sido desenvolvida para integrar as lições que o movimento de fevereiro dera à oposição. Por exemplo, na região de Lisboa, no Batalhão de Metralhadoras 1, havia a intenção de permitir a entrada de «elementos estranhos», o que poderia possibilitar a tomada da unidade. AHM – *Processo político do Capitão miliciano de Infantaria Fernando Eugénio da Costa Vieira*. (Divisão 433, caixa 407, número 70).

No entanto, todos os planos no Porto se goraram pela apreensão de documentos que continham, no fundo, o desenho da ação projetada, o que propiciou às autoridades conhecerem as principais redes revolucionárias da cidade, efetuar as prisões necessárias – ao longo dos dois dias seguintes, foram detidas cerca de quatro dezenas de civis³⁸⁴. Com a destruição dos núcleos insurrecionais ficou drasticamente afetada a possibilidade de efetuar qualquer ato contrário à ordem. O fiasco no aliciamento contribuiu para essa situação, mas maior peso teve a dessincronização com Lisboa, aspeto que realçou, de resto, Norberto Guimarães, que culpou Alexandrino dos Santos, cuja ação se desenvolvia no Sul, pela eclosão algo repentina do movimento e que dificultou que as forças do Norte agissem em conformidade³⁸⁵.

Precisamente a norte do Douro, o panorama foi idêntico. Apesar de aí os revolucionários não terem padecido de vagas de prisões ou de deslocação para outros locais, acabaram por ser intercetados dias antes da eclosão efetiva da revolta. Como se referiu, o Minho ficou sob a alçada de Norberto Guimarães, o que significava na prática uma estratégia conjunta com eventuais apoios vindos da fronteira. Viana do Castelo e Braga, deste modo, tinham de se articular para apoiarem as forças do Porto.

Em Viana, os revoltosos de 1927 transferiram-se em grande medida para as movimentações de 1928, pelo que sobre eles recaía maior suspeição por parte das forças da Ditadura. Um desses elementos era o já mencionado José Adolfo Gomes, braço-direito do Capitão de Artilharia Veríssimo Costa, um dos líderes da revolta, a par de um antigo chefe de polícia. Foi nessa localidade que se realizou, no dia 20, uma conferência para fazer o ponto da trama conspiratória com a presença de agentes da região de Braga, mormente o responsável por Barcelos, um revisor reformado³⁸⁶. Elementos revoltosos cortaram as linhas telefónicas na região de Caldas das Taipas, o

³⁸⁴ Os últimos acontecimentos. Está completamente restabelecida a ordem pública em todo o país. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 2236, 23 de julho de 1928, p. 5.

³⁸⁵ TT – *Processo de Pedro Joaquim Fazenda*. (PT/TT/PIDE/E/005/4308).

³⁸⁶ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento de Infantaria José Adolfo Gomes*. (Divisão 33, caixa 429, número 656). Cadastro político de 1932 que transcreve uma informação do governo civil de Viana do Castelo de julho de 1928.

que levou à detenção de dois homens na localidade³⁸⁷. Mais uma vez, a conspiração não evoluiu pela rápida intervenção das forças de segurança, que impediram «sublevar o Minho», como relatado por Câmara Reis, a que se juntou a dissuasão dos implicados³⁸⁸.

O interior norte foi a única região em que efetivamente houve ações armadas e em que a situação se tornou difícil de controlar. O Batalhão de Caçadores 10 de Pinhel acolheu ao longo dos meses precedentes uma série de intervenientes no movimento anterior, estratégia favorável à eclosão de conspirações diversas, para o que contribuía ainda a participação de dezenas de civis. O cerne da ação desta coluna, que se espoletou na manhã de 21 de julho, foi o domínio das linhas férreas e a progressão para Viseu, de onde era mais fácil avançar para o Porto, mas também para o Sul, de onde se esperavam reforços provenientes de Castelo Branco e do Entroncamento. Sob o comando de João Soares Brandão, que dirigia Caçadores 10, foi feita uma marcha para Vila Franca das Naves, em Trancoso, que posteriormente evoluiu para Mangualde e para a freguesia da Freixosa. Nesta última localidade, deu-se um embate entre as tropas revolucionárias e as favoráveis ao governo, lideradas por Lopes Mateus, Comandante Militar de Viseu. Este militar conseguiu ter ao seu dispor reforços das unidades de Infantaria 19 e 20, respetivamente, de Aveiro e da Figueira da Foz³⁸⁹, e o apoio do Comandante da GNR de Freixosa, acabando por derrotar as centenas de insurretos que formavam a coluna e apreenderam vários materiais que haviam sido furtados. Acrescenta-se que essa coluna incorporava ainda cerca de três dezenas de praças de Infantaria 12 da Guarda.

Uma das fragilidades estratégicas dos revoltosos, neste caso, foi a incapacidade de destruir todas as ligações telefónicas, como a linha de Penalva do Castelo, que ajudou a Situação a tomar conhecimento do assalto a alguns comboios. Desta forma, foi ordenado que se levantassem os carris num túnel que ligava Mangualde e Contenças para refrear a progressão da revolta, o que levou Aquilino Ribeiro e António Gomes

³⁸⁷ Os últimos acontecimentos. Fora de Lisboa – O corte das linhas telefónicas em Caldas das Taipas. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 22447, 24 de julho de 1928, p. 4.

³⁸⁸ A ponderação que os revolucionários tiveram perante a atuação das forças governamentais foi refletida por Câmara Reis, um dos nomes áureos da *Seara Nova*, ao considerar que estava tudo pronto para efetuar a sublevação da região, mas que, na “hora H”, abortaram-se todos os planos. CC – FMM – Carta de Câmara Reis a Manuel Mendes, 3 de agosto de 1928.

³⁸⁹ FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 92.

Mota, na última localidade, a ameaçar os operários para repor a ferrovia, intentos que travados pela rápida resposta do Tenente João Montes, fiel ao governo. Em Mangualde dois indivíduos foram fundamentais: Abraão de Almeida Jardim e Domingos Marques Pinto, comerciante, que dirigiu as tropas e mobilizou camionetas para o transporte de armamento³⁹⁰.

O rápido avanço das hostes fiéis a par da inexistência de reforços dos revoltosos teve como consequência que, na noite de 21 de julho, as centenas de insurretos procurassem recuar, o que se tornava impossível pelo cerco desenvolvido; a intentona colapsou ao início da tarde do dia seguinte, na zona da Freixosa, o que já era pressentido logo que Lisboa se rendeu.

Em Viseu e na Guarda, como se viu, existiram manifestações revolucionárias, o que não ocorreu a ocidente. De facto, em Aveiro, apesar de possíveis conspirações, o Regimento de Cavalaria 8 foi um dos principais baluartes militares da Ditadura. Situação similar aconteceu em Coimbra, em que foi inexistente qualquer tipo de ocorrência insurrecional apesar do planeamento mais denso; dada a sua posição privilegiada, era conveniente para os sublevados garantirem que a Segunda Região Militar estivesse sob o seu domínio. Assim, António Neves Eliseu foi incumbido da missão de convencer um Coronel de Engenharia que se sabia não concordar totalmente com o regime, Celestino Regala, a revoltar-se para assumir o cargo de dirigente da Segunda Região Militar³⁹¹. O comité da cidade reunia indivíduos de várias vilas em redor, como São João do Campo, que, posteriormente, se articulavam numa escala maior, à semelhança do que ocorria no Porto; uma diferença tinha a ver com a inexistência de comités ao nível de freguesias. No rescaldo do movimento, foram detidos seis indivíduos³⁹² ligados ao comité da região. Apesar dos vários planos, não houve qualquer incidente devido à pressão policial e à desarticulação perante o resto do país.

³⁹⁰ TT – *Processos de Aquilino Ribeiro*. (PT/TT/PIDE/E/005/4004A). Informações veiculadas numa circular do Governo Civil de Viseu a relatar os acontecimentos de Mangualde, nos dias 21 e 22 de julho.

³⁹¹ AHM – *Processo político do Major António Joaquim das Neves Eliseu*. (Divisão 33, caixa 406, número 50). Nota do Serviço da República, de 19 de novembro de 1928, a relatar a ação desenvolvida pelo referido elemento em Coimbra na preparação da Revolta do Castelo.

³⁹² Últimas notícias. Os últimos acontecimentos. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 22447, 24 de julho de 1928, p. 2.

Com mais uma derrota dos republicanos – que nem conseguiram difundir o seu programa³⁹³ –, o governo consolidava-se a como única garantia de estabilidade do país e das finanças públicas qual «fórmula permanente e durável»³⁹⁴. O Ministro da Guerra sintetizou a percepção da generalidade da sociedade acerca desta intentona, «mais uma facada na Pátria e na República»³⁹⁵ e de uma forma de embaraçar a normalização da vida cívica – aliás, em Pinhel, houve uma reunião civil de repulsa à ação de Caçadores 10³⁹⁶ –, mesmo com a satisfação aparente das principais ambições da oposição. A direção do periódico *A Montanha*, filiado no PRP, entendeu que, por mais que a base do movimento fosse nobre, era inaceitável continuar a atirar a população para um estado de desespero e maior repressão, pelo que devia ser «este o último movimento revolucionário»³⁹⁷. O Exército, ao ser o líder do esforço de encarrear a sociedade, podia desempenhar uma política mais musculada que desembocaria, mais tarde, no regime ideal para todos os grupos.

A Situação capitalizou a conjuntura formada. Mais do que o Presidente do Conselho de Ministros ou o Presidente da República, será Salazar que trará a perspetiva do governo sobre este assunto, declarando que, mais premente do que assegurar a ordem, era organizar as finanças do país. A retórica adotada incidiu nas consequências económicas dos atos levados a cabo pelos revoltosos, que acarretavam o endurecimento do orçamento, para cumprir os objetivos gizados pelo Ministro para os primeiros meses à frente do seu cargo³⁹⁸. Esta ideia era destacada pela atividade legislativa na área financeira ainda não ter atingido o efeito que Salazar ambicionava, a que se juntavam as suas demandas no exterior para tentar obter um empréstimo

³⁹³ MADUREIRA, Arnaldo – *A formação histórica do Salazarismo, 1928-1932*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 25.

³⁹⁴ *A Ideia Nacional*, 29 de abril de 1927 apud CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*, p. 365.

³⁹⁵ A afirmação deu, aliás, título a um editorial d' *O Comércio de Guimarães*. “Mais uma facada na Pátria e na República”. *O Comércio de Guimarães*. Guimarães, n.º 4182, 24 de julho de 1928, p. 1.

³⁹⁶ Os últimos acontecimentos. Fora de Lisboa – A população de Pinhel exprime a sua repulsa pela atitude assumida pelos revoltosos de Caçadores n.º 10. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 22447, 24 de julho de 1928, p. 4.

³⁹⁷ Viva a República! *A Montanha*. Porto, n.º 5223, 21 de julho de 1928, p. 1.

³⁹⁸ MADUREIRA, Arnaldo – *Salazar e a Igreja, 1928-1932*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 43.

externo, o que foi rejeitado pela instabilidade política que persistia em grassar no país³⁹⁹ – de algum modo, os revirahistas conseguiam cumprir um dos seus objetivos fundamentais, o de obstar a que a Ditadura atingisse algum tipo de reconhecimento internacional.

Entre as hostes resistentes aumentou a já latente desagregação perante a atribuição de culpas pela desorganização das forças⁴⁰⁰. Muitos elementos estavam convictos de que era altura de abrandar e até abdicar de qualquer tipo de luta, mediante a ainda mais musculada deslocação de uma série de indivíduos para outras unidades militares e com uma nova vaga de deportações e exílios, mas também saneamentos. A partir do momento em que o regime constatou que a dose de clemência de que usara na sequência da revolta de fevereiro foi insuficiente para bloquear novas insurreições, logo endureceu a atuação policial e penal. Em outubro, o Ministério da Guerra legislou de forma a superar o ímpeto repressivo do decreto 13 137 do ano anterior. A retórica justificativa de tal ação, ligada umbilicalmente à nova revolução, culpava «os conciliábulos» que desafiavam o poder instituído, dividindo a sociedade⁴⁰¹, pelo que avisava que qualquer insurreição acarretaria um endurecimento por parte da Situação.

Nesta conjuntura complexa, era altura de a oposição fazer contas e compreender novos perigos que se levantavam, como a transmutação do integralismo que estava a tratar de garantir uma rede capilar a partir da afirmação de núcleos regionais. Agatão Lança refletiu sobre o assunto devido a um jantar realizado em Matosinhos, poucos dias após a revolta de 20 de julho⁴⁰², evidenciando que o espectro de forças mais radicais se fortalecera.

Por outro prisma, comprometiam-se de uma forma quase ineludível os recursos financeiros dos republicanos e a Comissão de Assistência era incapaz de fornecer

³⁹⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar – Uma Biografia Política*. Lisboa: Dom Quixote, 2009, Vol. 1, p. 82.

⁴⁰⁰ Arnaldo Madureira sintetizou este assunto sob a forma de uma expressão interessante – «nunca os revoltosos puderam dizer que o golpe “estava sobre rodas”», em MADUREIRA, Arnaldo – *A formação histórica do Salazarismo, 1928-1932*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 25.

⁴⁰¹ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 229, 4 de outubro de 1928. Decreto n.º 16 002.

⁴⁰² CC – FBM – Carta de Armando Agatão Lança a Bernardino Machado, 11 de agosto de 1928.

recursos para os que tinham a sua vida hipotecada⁴⁰³. Para agravar, os exilados sabiam que, ao entrar no território português, arriscavam a sua liberdade pelo forte controlo da polícia, o que dificultava, entre outros aspetos, a retoma das suas atividades profissionais. O contra-ataque da Ditadura lançou um conjunto de notas oficiosas e multou aqueles que agiam de forma contestatária, para evidenciar perante a opinião pública que atuava dentro da esfera da lei e que os exilados apenas se sublevavam para recuperar os cargos de prestígio que tinham antes do golpe militar. Não surpreende que o principal visado tenha sido Bernardino Machado, elo de ligação à SDN e a um conjunto de delegações estrangeiras, que estaria a propagar informações falsas⁴⁰⁴ para manchar a imagem do governo ditatorial, apresentado como o único representante dos interesses portugueses.

A Liga de Defesa da República, se já se mostrara incapaz de confederar os diversos grupos que se posicionavam à esquerda do governo, consumou o seu descrédito com este novo malogro. De facto, aparentava ser impossível o sucesso de qualquer campanha contra o regime, sobretudo seguindo a forma do *putsch*. As divergências entre os exilados atingiram um ápice e, doravante, esse núcleo passou a um corpo morto e irrelevante, apesar da manutenção de contactos com organismos como a Sociedade das Nações. No fundo, havia uma fachada para mostrar, tanto para os opositores como para os governantes, que a Liga se mantinha em perfeita atividade, o que pode ser exemplificado pela campanha gizada em torno de Domingues dos Santos, em agosto, e que o levou ao território português para contactar vários republicanos⁴⁰⁵. Mas de pouco adiantavam os tratados e as brochuras que expunham os erros e as

⁴⁰³ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 23 de setembro de 1928.

⁴⁰⁴ Assim como acontecera anteriormente, alguns jornais espanhóis dão destaque a este problema e dão espaço para a defesa dos republicanos perante as acusações feitas. Poucos dias após a divulgação da multa decretada pelo regime português a Bernardino Machado, o antigo Presidente da República enviou ao *El Pueblo Gallego* a carta que endereçara à Sociedade das Nações e que motivou a punição financeira do governo, que levou o periódico a avaliar como injusta a empreitada do regime. Desse modo, o periódico acreditava que a sua luta seria bem-sucedida e terminaria com a normalização da governação, que acarretaria o facto de «o liberalismo e a democracia se conseguirem estabilizar», subsequentemente valorizando o legado que Machado representava. Temas de interes – Um anciano luchador. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 1456, 20 de outubro de 1928, p. 9.

⁴⁰⁵ QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos. O defensor do povo (1887-1958)*. Lisboa: Assembleia da República, 2012, p. 188.

falácias do regime⁴⁰⁶ se a sua entrada em Portugal estava profundamente limitada e a oposição, em particular, estava desnorteada. Tornou-se impossível manter um órgão de comunicação oficioso, sobretudo porque poucos eram os que mantinham a sua conceção política.

Os exilados não perceberam que os organismos internacionais estavam indisponíveis para mais uma frente de batalha num contexto em que a Europa vivia num ténue equilíbrio entre a aparente recuperação económica e a teórica diminuição da instabilidade política⁴⁰⁷. A Ditadura aproveitou as brechas que se lhe apresentavam e conseguiu o reconhecimento internacional, favorecida pelo apoio de Espanha e Inglaterra, apesar das iniciativas dos emigrados para com alguns ministros⁴⁰⁸ desse último país. A Liga de Paris, no entanto, tinha poucas responsabilidades na oposição⁴⁰⁹.

A desorientação entre os insurretos não inibia a manutenção da crença de que a queda da Ditadura seria impulsionada pelo fortalecimento da oposição⁴¹⁰, para o que concorreram viagens de figuras como José Vahia que, para conferenciar com Pestana Júnior e com a missão de representar o presidente da delegação do Porto do PRED, Júlio Gomes dos Santos, foi a Lisboa em meados de novembro para discutir sobre as condições em que foi assinado um pacto entre várias sensibilidades republicanas⁴¹¹.

Era altura de refletir sobre os acontecimentos de 1927 e 1928 e o que poderia ser a solução para a vitória liberal e, numa fase posterior, para a instabilidade crónica. A reconfiguração da resistência republicana impunha-se.

⁴⁰⁶ Deve-se sobretudo a Bernardino Machado o esforço contínuo de manter a elaboração de panfletos contrários à Ditadura. Como exemplo, refira-se *O Militarismo*, cuja primeira tiragem teve 500 exemplares, em maio de 1928, e foi recolocado em circulação em outubro, mesmo com o parco orçamento disponível. Conhecem-se alguns orçamentos, sintomáticos das dificuldades enfrentadas pelos exilados para manter a luta contra a Ditadura. CC – FBM – Trabalhos de impressão de brochuras pela tipografia Établissements Bussou, 19 de maio a 31 de outubro de 1928.

⁴⁰⁷ O declínio do respeito pelos sistemas parlamentares e pelas regras das várias constituições aumentava paulatinamente, quebrando, assim, os principais marcos da Europa do século XIX. KEEGAN, John – *A Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora, 2014, p. 20.

⁴⁰⁸ CC – FBM – Carta de Alice Pestana a Bernardino Machado, 28 de novembro de 1928.

⁴⁰⁹ Carta de Adão Inácio Carrapatoso a Bernardino Machado, 24 de novembro de 1928. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973, p. 65.

⁴¹⁰ CC – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 19 de dezembro de 1928.

⁴¹¹ TT – *Processo de Pedro Joaquim Fazenda*. (PT/TT/PIDE/E/005/4308). Relatório sobre o Doutor José Mendes Vahia de Sousa Loureiro.

2.5. Avanços e recuos da oposição republicana em 1929

Até ao momento, atentou-se nos anos de 1926 a 1928 e na primeira fase da resistência pela prevalência da via *putschista* e a paulatina fixação dos vultos mais proeminentes no estrangeiro e subsequente criação de uma organização suprapartidária. Os dois movimentos desencadeados, em fevereiro de 1927 e em julho de 1928, conduziram a um esgotamento das possibilidades de a oposição empreender ações contra a Ditadura, tanto em termos humanos como materiais. O regime, mais descansado com o menor ímpeto da oposição, visava atingir o equilíbrio financeiro, sinal de que se resolvia uma crise que se julgava impossível de solucionar, e fomentava a deslegitimação das ações dos seus opositores.

O cenário afigurava-se negativo para a resistência, enfraquecida no seu conjunto por problemas de índole interna em que sobressaía a cada vez menor presença no território nacional, impeditiva de uma melhor perceção das necessidades da população e da estratégia que deveria ser adotada. Com efeito, era uma tarefa hercúlea conciliar núcleos localizados em geografias tão díspares, com agendas por vezes distintas, e passar despercebido em meio às numerosas dificuldades colocadas em Portugal. Se esta situação já não fosse suficiente, era realçada por alguns elementos a perda da vitalidade que os levava a lutar pela retoma da vivência constitucional, o que frustrava «sonhos cor de rosa» em que «os restos» dos opositores venceriam a luta⁴¹² – por exemplo, muitos acreditaram que Salazar seria o responsável por essa empreitada⁴¹³ – e o paulatino apoio institucional de Espanha e, sobretudo, de Inglaterra ao regime ditatorial⁴¹⁴, que obstruía a junção de outros apoios à causa insurrecional. Prova da crispação por parte dos deportados, os fixados em Angola, em janeiro de 1929, estavam a postos para uma nova revolta⁴¹⁵.

⁴¹² CC – FBM – Carta de Vítor Falcão a Bernardino Machado, 18 de janeiro de 1929.

⁴¹³ Este assunto surge numa carta em que o emissor reportava a cada vez maior concordância com os princípios veiculados pelo regime e com a governação de Salazar, obstrução de peso à manutenção da luta. CC – FBM – Carta de António Gomes Mota a Bernardino Machado, 1 de junho de 1929.

⁴¹⁴ CC – FBM – Carta de Eduardo de Carvalho a Bernardino Machado, 3 de janeiro de 1929.

⁴¹⁵ Carta de António Sérgio a João Sarmento Pimentel de 28 de janeiro de 1929, in *Diário Popular*, 29 de setembro de 1977 *apud* COSTA, António Luís Pinto da – A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris. *Revista da FCSH*. 5 (1990), p. 259.

No campo da oposição, nesta época, começava o processo de organização do Partido Comunista. Em função da falta de estruturas e penetração nos setores sociais, o intuito principal desta formação partidária era a reformulação «ao nível da orgânica»⁴¹⁶, já que o alinhamento com marxismo ficou aquém dos efeitos esperados pela direção. Tratando-se de um partido ainda incipiente, reduzido a cerca de uma centena de membros⁴¹⁷, não levantava nenhuma dificuldade à supremacia republicana no seio das forças contrárias à Ditadura, mas evidenciava que a ideia de um frentismo ainda era insuficiente. Numa conjuntura de retrocessos diversos e de aparente unificação da Ditadura, poderia ser importante que socialistas, anarquistas e comunistas, entre outros, se submetessem aos planos gizados pela Liga de Paris. De facto, em caso de uma revolução, os republicanos acreditavam que o PCP manteria a estratégia neutral já adotada na revolta de fevereiro, ou até retrocederia para a negação de participação, esperando, portanto, que a título individual os militantes secundassem a intentona.

No segundo trimestre de 1929, a Liga conseguiu apostar em novos planeamentos. Uma delas foi a maior predisposição do Partido Democrático, que continuava a fragmentar-se entre os que se juntavam à Ditadura e os que o recusavam, e outra concernia à ação levada a efeito pelos que estavam em Portugal. Almejando novamente a união dos republicanos, havia interesse em efetivar uma Comissão de Emigrados, presidida por Bernardino Machado, que teria a representação de três grupos principais, a saber, o da Liga, sob orientação de Afonso Costa, o do PRP, com Lago Cerqueira, e de todos os que não se enquadravam nos dois anteriores e tencionavam contribuir para a luta, os «emigrados independentes», cujo nome mais sonante era o de Jaime de Moraes⁴¹⁸.

Por estes fatores, ressurgiram as conspirações revolucionárias um pouco por todo o país, acompanhadas de perto pela polícia. Havia um núcleo concentrado em

⁴¹⁶ MATOS, Márcio José Monteiro – *Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 24. Dissertação de Mestrado.

⁴¹⁷ MADEIRA, João – *História do PCP, 1921-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 31.

⁴¹⁸ Carta de Agatão Lança a Bernardino Machado, de 6 de maio de 1929. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973, p. 83.

torno de Pestana Júnior, Hamilton Guedes e Norberto Guimarães que tinha a principal missão de articular os interesses civis e militares, em que participou o portuense Alcídio Lopes de Almeida, intercetado nas suas negociações no final de abril⁴¹⁹. Os preparativos encontravam-se mais ultimados, no entanto, na capital, cujo comité estava secundado por uma série de oficiais autóctones e outros que se deslocavam para a região, o que levou a que os elementos mais perigosos tivessem a sua residência alterada⁴²⁰. O controlo preventivo efetuado pelo regime era vislumbrado ainda num outro sentido e estorvava a fixação dos detidos em localidades entendidas como mais suscetíveis de apoiar qualquer movimento adverso à Ordem.

Como tarefas mais prementes, surgiam as ações de propaganda, através de manifestos e artigos⁴²¹, e a compreensão das possibilidades de vitória de um movimento revolucionário. A repressão obrigava muitos patriotas a estar na penúria ou no estrangeiro apenas para evitar penas de prisão⁴²². Entretanto, havia confiança no apoio a vir de Espanha, igualmente sob domínio de um regime antiliberal num contexto de agravamento da crise⁴²³, através de uma revolução que estaria em curso⁴²⁴. Além desses motivos, havia conhecimento das redes bilaterais de «Polícia e Vigilância»⁴²⁵ que

⁴¹⁹ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alcídio Augusto Lopes de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 6). Cadastro político de Alcídio de Almeida em que se descreve a sua participação numa série de reuniões contra a Situação entre outubro de 1928 e abril de 1929.

⁴²⁰ AHM – *Processo político do Tenente-coronel Firmino da Silva Rego*. (Divisão 33, caixa 404, número 13). Informação da Polícia de Informações de Lisboa, datada de março de 1929, a relatar os atos levados a cabo por Firmino Rego em Lisboa e que estavam a fazer um complot contra a Ditadura.

⁴²¹ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 3 de abril de 1929.

⁴²² Um dos casos a que se atribuiu maior relevância foi o de Álvaro de Castro, falecido em 1928, e de seu pai, José de Castro, que morreu no ano seguinte. Nuno Cruz lançou, imediatamente, um manifesto a elucidar o papel dessas personalidades no combate à Ditadura, realçando que era necessária a persistência da luta contra o regime para homenagear legados que se acreditavam ser duradouros na política portuguesa. CRUZ, Nuno – Dr. José de Castro. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 2, p. 136.

⁴²³ A governação de Primo de Rivera foi marcada por um pendor desenvolvimentista, consubstanciado no ideal autárcico e materializado no intervencionismo estatal. Ao longo dos anos, muitos grupos sociais favoráveis à Ditadura alteraram as suas posições, em particular em 1929 pela coincidência do aumento da carga fiscal, o agravamento da crise monetária e a administração dispendiosa. GABRIEL, Pere – *Sociedad, gobierno y política (1902-1931)*. In BAHAMONDE, Ángel (Coord.) – *Historia de España, Siglo XX (1875-1939)*. Madrid: Catedra, 2005, pp. 478-480.

⁴²⁴ CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 5 de maio de 1929.

⁴²⁵ Telegrama do Presidente do governo espanhol (Primo de Rivera) para o Presidente da República Portuguesa (Óscar Fragoso Carmona), Madrid, 15 de junho de 1929 *apud* TORRE GÓMEZ, Hipólito de la –

visavam proteger ambos os países da expansão comunista, que se mantinha como um espectro a combater e que era instrumentalizado enquanto chavão compilador das diversas sensibilidades.

Neste cenário, era conveniente delinear um programa que serviria para a paulatina normalização da vida política e para transformar o Estado numa entidade republicana⁴²⁶. Como se depreende, não houve uma evolução na retórica da resistência, o que se expande, regra geral, às diretrizes que caracterizariam a conjuntura após a vitória da revolução. Contudo, chama a atenção a incorporação de respostas às principais críticas feitas às primeiras versões apresentadas à população. Uma delas concerne ao carácter do regime vitória, com a salvaguarda de início imediato do regresso à constitucionalidade mediante um governo provisório constituído sobretudo por civis e que deveria logo preparar eleições de forma tão célere quanto possível e o julgamento dos ditadores. O carácter republicano a aplicar ao novo regime levava a que se fizessem apelos à união de todas as sensibilidades para dissuadir tentativas de obtenção do poder por parte de outros setores políticos. Os republicanos asseguravam que qualquer decisão tomada pelo governo provisório seria efémera e só seria efetivada após as eleições, respeitando o que a população escolhesse. Uma das principais evoluções dentro do programa dizia respeito à liberdade de imprensa, pois, com a maturação da legislação que impedia uma prática jornalística independente do crivo governativo, os republicanos passaram a defender a garantia da liberdade de expressão, sem se deixar perceptível se essa faculdade seria geral para órgãos filiados a espectros diferentes.

No decorrer de 1929, continuavam os preparativos para uma nova revolta. Sobre Sarmiento de Beires recaía a responsabilidade de urdir no seio da Aviação, ramo essencial para a vitória de qualquer movimento. Para articular as conspirações, existiria uma junta governativa que, entre outros, apresentaria como nomes o próprio Beires e Domingues dos Santos⁴²⁷. Como o Porto teve as suas teias conspiratórias desmontadas

Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 252.

⁴²⁶ Programa revolucionário e governativo. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973, pp. 88-101.

⁴²⁷ TT – *Informação da PIDE sobre José Manuel Sarmiento de Beires*. (PT-TT-AOS-D-G-008-004-00050).

no ano anterior, era imperioso trabalhar de forma célere para as reconfigurar. Nesse sentido, alguns militares que estavam detidos ou vigiados pela participação nos movimentos anteriores pediram a alteração de residência para o Porto. Nessa situação, surgia o ex-Tenente Luís dos Santos Seca, que se queria juntar a outros presos que estavam igualmente envolvidos nas atividades da oposição, sem o atingir⁴²⁸.

Além do mais, a Ditadura quis garantir que as diversas unidades militares fossem lideradas por elementos pró-situacionistas. Todavia, ainda surgiam questões quanto ao alinhamento de alguns oficiais. Foi o caso do Comandante do Regimento de Cavalaria 9, Teodorico dos Santos, que a Situação via como defensor de ideias avançadas, e que se relacionava com o Coronel Raul Vidal, um dos indivíduos mais suspeitos que atuava no Porto⁴²⁹, espaço fulcral para que o restante do Norte se revoltasse, cabendo a Pissara de Almeida o papel de articulador no terreno quanto ao aliciamento dos oficiais⁴³⁰, sob ordens diretas de Nuno Cruz e César de Almeida. Apesar de haver preocupação com a instabilidade dos oficiais do Porto, os revoltosos sabiam – ou confiavam – que a guarnição da Serra do Pilar ficaria ao seu lado. A organização conspiratória estava mais periclitante em Braga, onde não havia quaisquer avanços⁴³¹.

Os vultos afastados de Portugal estavam consignados, regra geral, a uma ação passiva, mesmo com os «muitos e variados boatos»⁴³² da brevidade da nova revolta, desta feita alimentada pelo cada vez maior controlo económico promovido por Oliveira Salazar e a paulatina adição de setores republicanos ao conjunto «reviralhista». Referiu-se um pouco atrás que Domingues dos Santos era um dos nomes mais dinâmicos nesta fase da luta republicana, o que era indissociável da sua estadia em Portugal, apesar de uma dissensão quanto a um projeto da Comissão de Estudos e Diplomacia, que envolvia

⁴²⁸ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria Luís Emílio dos Santos Seca*. (Divisão 33, caixa 404, número 4). Circular do Ministério do Interior a declarar inconvenientes na pedida fixação de residência no Porto, em função da presença de elementos revolucionários com os quais haveria uma relação direta.

⁴²⁹ AHM – *Processo político do Major de Cavalaria Teodorico Ferreira dos Santos*. (Divisão 33, caixa 428, número 632). Circular do Ministério do Interior a declarar algumas suspeições que recaíam sob Teodorico dos Santos e a sua proximidade a Raul Vidal.

⁴³⁰ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António de Andrade Pissara e Almeida*. (Divisão 33, caixa 405, número 31).

⁴³¹ CC – FBM – Carta não assinada para Bernardino Machado, 1 de setembro de 1929.

⁴³² CC – FBM – Carta de Augusto Alves Rito a Bernardino Machado, 4 de outubro de 1929.

alguns dos mais notáveis vultos da Liga de Defesa – António Sérgio e Afonso Costa – e que foi considerado pelos republicanos em território nacional como projeto de «inferioridade intelectual»⁴³³ e que traduzia o esgotamento da Liga⁴³⁴.

A via revolucionária parecia, nesta ótica, cada vez mais inadequada, o que trazia a necessidade de avaliar aquelas que deviam ser as principais formas de atingir a vitória. Um primeiro passo era o de voltar a publicar um órgão oficioso, cuja preparação cabia inteiramente a Américo Buísel, que seria o seu «editor, proprietário e diretor»⁴³⁵. Existia, porém, uma série de entraves à concretização dessa tarefa, assunto a que se voltará.

Enquanto os portugueses não se concertavam quanto a um futuro golpe, prosseguia a ligação de vários periódicos espanhóis, sobretudo galegos, a Bernardino Machado, enquanto representante da Liga de Paris⁴³⁶. A direção do *El Pueblo Gallego* fez uma homenagem ao legado desse ex-Presidente quanto a se insurgir contra o «“estúpido século XIX”»⁴³⁷. Simultaneamente, em França, país que recebia mais exilados lusos, levantavam-se vozes contra o alinhamento das ditaduras ibéricas. Como se constata, havia maior possibilidade de intervenção no estrangeiro do que em Portugal, o que não inviabilizava que o ano seguinte conhecesse importantes avanços.

⁴³³ Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença, 6 [7] de setembro de 1929 *apud* QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos. O defensor do povo (1887-1958)*, p. 190.

⁴³⁴ A alimentar essa crise da Liga de Paris, estava ainda a circulação de boatos sobre uma possível amnistia aos presos políticos. CC – FMM – Carta de Raul Proença a Manuel Mendes, 8 de outubro de 1929.

⁴³⁵ CC – FBM – Carta de António Sérgio a Bernardino Machado, 17 de outubro de 1929.

⁴³⁶ CC – FBM – Carta de Fernando José Marques da Costa Filho a Bernardino Machado, 19 de novembro de 1929.

⁴³⁷ Alusão à obra *Le Stupide XIX^e Siécle* (publicada em 1922) do francês León Daudet, monárquico integralista e cofundador, com Charles Maurras, da Action Française. A. Villar Ponte – Pretextos cotidianos. La voz de un patriarca. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 1783, 14 de dezembro de 1929, p. 1.

3. Da nova tentativa de união à fragmentação (1930-1934)

3.1. A reconfiguração da resistência republicana em 1930

Chegado o ano de 1930, abriam-se novas perspectivas para a resistência republicana. Cunha Leal e grande parte da União Liberal Republicana, que se vinham a afastar do projeto da Situação, desempenharam um papel a ter em linha de conta através de uma polémica ocorrida no limiar de janeiro. À época, Salazar ocupava interinamente o Ministério das Colónias e, logo no dia 4, demitiu Cunha Leal do cargo de Governador do Banco de Angola pela visão divergente quanto à orientação dessa administração. Nas semanas seguintes, o líder da ULR manifestou o seu desagrado quanto a essa decisão, terminando, assim, «uma carreira política ativa e interveniente»⁴³⁸. Além desta questão, ocorreram outras com igual relevo. Como Salazar e o Ministro da Justiça, Lopes da Fonseca, não abdicavam das suas posições políticas que divergiam das visões de Ivens Ferraz, Presidente do Ministério, desencadeou-se uma crise ministerial a partir do pedido de demissão dos dois ministros. Carmona, Presidente da República, bloqueou a renúncia de Salazar e levou o chefe de governo a abdicar do cargo, ao qual acedeu Domingos de Oliveira, Governador Militar de Lisboa, a par da valorização do Ministro das Finanças que assumia doravante a pasta das Colónias e ganhava espaço político para desenvolver o seu projeto de governação.

Esta reconfiguração política ocorreu numa altura de abrandamento das ações insurrecionais para evitar chamar a atenção das forças do regime e preparar na surdina o movimento, aproveitando o que se acreditava ser o «período agónico da Ditadura»⁴³⁹. Simultaneamente, em Espanha, a conjuntura parecia mais favorável à obtenção da vitória. Primo de Rivera, que já havia perdido os seus apoios, cedeu perante o embate social e o descrédito do rei Afonso XIII, que já mostrara interesse num governo de transição devido às ameaças apresentadas à Monarquia, e de nada adiantou ao ditador

⁴³⁸ FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 436.

⁴³⁹ CC – FBM – Carta de Ernesto Arruda a Bernardino Machado, 25 de janeiro de 1930.

virar-se para algumas fações do Exército que lhe pareciam mais leais⁴⁴⁰. Em 27 de janeiro de 1930, chegava ao fim a Ditadura em Espanha e colocava-se ao país o problema de voltar a uma vivência democrática após um período de mais de seis anos de governação ditatorial. Havia consciência de que a Monarquia corria risco, pelo que o espectro republicano era uma possibilidade difícil de gerir.

Os republicanos portugueses rejubilaram com esses acontecimentos, acreditando que fomentariam o derrube do regime congénere nacional⁴⁴¹. No entanto, o Comité de União dos Emigrados, criado para promover uma frente de união das diversas sensibilidades republicanas para o fomento da revolução e com uma atuação paralela à da Liga de Defesa da República, sofria um conjunto de dissensões. Não obstante o projeto de um manifesto, da autoria de Raul Proença, e a liderança de Bernardino Machado, figuras como Lago Cerqueira demitiram-se do Comité, perturbando as atividades planeadas; além disso, surgiu um descrédito em Agatão Lança, desentendido com Afonso Costa devido à incapacidade desse emigrado em «ficar esclarecido com» as atividades do Comité de União dos Emigrados⁴⁴².

Pode parecer um contrassenso a ultimação dos preparativos para o lançamento do novo jornal clandestino que seria associado à Liga de Paris. Como referido, Américo Buísel foi o dinamizador da sua produção, que ocorreu de forma minimamente sigilosa para evitar fugas de informação⁴⁴³. Contudo, a oposição divergiu nesta iniciativa, ao contrário do que acontecera aquando d' *A Revolta*. Para perceber como o debate foi profundo em torno deste título, é necessário recordar a existência da Comissão de Estudos e Diplomacia, que atuava à parte da Liga de Paris, não obstante ser constituída por elementos que nela desempenhavam importantes funções. Havia concordância

⁴⁴⁰ CASANOVA, Júlian; GIL ANDRÉS, Carlos – *Breve Historia de España en el siglo XX*. Barcelona: Editorial Planeta, 2012, p. 79.

⁴⁴¹ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 4 de fevereiro de 1930. Realça o crescimento do movimento republicano, alimentado pela deposição de Primo de Rivera e pelo aumento da contestação à figura do monarca; Carta de António Sérgio a Joaquim de Carvalho, 2 de março de 1930. In CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio – António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Revista de História das Ideias*. 5 (1983), p. 971.

⁴⁴² MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 10 de fevereiro de 1930.

⁴⁴³ Como afirmado por este resistente, uma vez que «ninguém» sabia do projeto deste periódico clandestino, havia «vantagem para a 1.ª distribuição». CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 29 de janeiro de 1930.

quanto à necessidade de voltar a publicar um jornal que desse corpo ao plano governativo após a deposição dos ditadores. No entanto, muitas vezes davam particular importância aos emigrados. De facto, António Sérgio e Jaime de Morais (este atuava em torno da designada Organização Militar do Norte), pertencentes à supramencionada Comissão, acreditavam que o jornal tinha de representar os interesses dos emigrados em Paris para, posteriormente, uniformizá-lo aos restantes núcleos, por ser prejudicial haver divisões perante a linha seguida pelo setor predominante que, neste caso, devia ser a da Comissão. Buísel acreditava que tal ação culminaria na dissolução precoce do periódico, à semelhança do que acontecera em 1927 com *A Revolta*, e que devia dar-se expressão a todas as opiniões sem superiorizar nenhum grupo⁴⁴⁴.

Mesmo com dificuldades de foro interno, Buísel conseguiu levar avante a sua linha de pensamento. Contendo artigos das grandes figuras republicanas, o novo órgão foi simbolicamente designado *A Liberdade*, aludindo ao objetivo que guiava a resistência ao longo de mais de três anos. Todavia, surgiram problemas de diversa ordem, como o incumprimento dos prazos de entrega de artigos, a que não era alheia a logística inerente ao envio, e as parcas condições económicas para viabilizar a publicação do periódico. Ao longo de fevereiro, Buísel relatou a chegada de donativos de Portugal e dos núcleos de exilados⁴⁴⁵ que, contudo, eram insuficientes «para custear as despesas»⁴⁴⁶ que advinham da própria manutenção de um jornal com uma tiragem de cinco mil exemplares e que tinha de circular tanto no interior de Portugal como fora. O projeto pluripartidário de Buísel teve vida curta, pois só foram publicados dois números, ambos em fevereiro. O terceiro número estava pronto, mas as dificuldades financeiras foram intransponíveis, a despeito das viagens a Espanha e Portugal para garantir apoios⁴⁴⁷. Assim, Buísel assumiu o seu falhanço em finais de junho ao desistir do jornal e a transferir a sua atenção para novos manifestos a ser produzidos por Bernardino

⁴⁴⁴ CLÍMACO, Cristina – A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939). In PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; HOHLFELDT, António (Coord.) – *Para uma história do jornalismo português no mundo*. Lisboa: ICNOVA, 2021, pp. 53-54.

⁴⁴⁵ CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 10 de fevereiro de 1930; CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 18 de fevereiro de 1930.

⁴⁴⁶ CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 24 de fevereiro de 1930.

⁴⁴⁷ CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 12 de maio de 1930.

Machado⁴⁴⁸. *Republicanos de Portugal*⁴⁴⁹ foi um deles e elencava vários marcos do percurso da resistência até ao início de 1930, além de exortar à sua continuidade e aperfeiçoamento, defendendo uma ação concertada quanto aos perigos que advinham da manutenção do regime, o monárquico e o fascista, que com a admiração dos governantes por esses regimes aumentavam a violência com que se castigavam os opositores. O ponto essencial da argumentação residia no elogio ao apoio popular aos republicanos, enfatizando que era o povo quem assegurava os destinos do país. Este manifesto apontava ainda o absurdo das acusações feitas pelo governo de que a Liga de Paris era um órgão comunista, ideologia que feria os sentimentos patrióticos dos republicanos. Como se constata, neste período não houve alterações de fundo quanto ao ideário que orientava a resistência republicana.

Nesta conjuntura, surgiram, no norte do país, perante dificuldades na edificação de uma organização militar coesa, associações republicanas que visavam atuar ao nível civil. Tome-se o caso de Viana do Castelo, onde, no primeiro trimestre de 1930, foi formada a Liga da Mocidade Republicana por iniciativa de Alexandre de Córdova, advogado natural de Santo Tirso, e que envolvia um conjunto de civis e militares implicados na revolta de fevereiro⁴⁵⁰, entre os quais João Hermínio Barbosa, Capitão de Infantaria 3. O seu objetivo primordial era debater o ideário republicano, sem descurar as conspirações, mas a polícia cedo asfixiou a sua existência. Embora efémera, esta organização deve ser integrada num contexto amplo de preocupação com a perda de referenciais políticos, em particular entre os jovens.

Neste período, a Liga de Paris conferiu alguma importância à questão cultural, evidenciando o défice de literacia em Portugal, que a Ditadura alimentava. O paladino nesta área era António Sérgio, que pleiteava a divulgação de textos sociológicos e filosóficos que analisavam ideias democráticas que estariam na base do Estado a emergir da revolução. Os dirigentes da Liga assentiram neste programa pela

⁴⁴⁸ CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 29 de junho de 1930.

⁴⁴⁹ MBM – Manifesto *Republicanos de Portugal*. Cópia conforme o manuscrito de Raul Proença, datado de 16 de fevereiro de 1930.

⁴⁵⁰ Esta organização, ainda não estudada, tem alguns traços da sua atividade reconstituída em AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria João Hermínio Barbosa*. (Divisão 33, caixa 406, número 54).

concretização de um dos principais pontos do ideário republicano⁴⁵¹: a diminuição do analfabetismo e a propaganda dos sentimentos liberais na população.

O recrudescimento das atividades conspiratórias implicava o estabelecimento de comités para atuarem em pontos geográficos estratégicos, integrando o legado dos movimentos anteriores. No Norte, destacaram-se alguns casos. Penafiel, onde residia um importante conjunto de filiados republicanos, foi uma das áreas onde se fixou um núcleo revolucionário em torno de três figuras, tendo duas delas já um longo historial: Alcídio de Almeida e Ernesto de Almeida, que participaram nas revoltas de 1927 e 1928, estiveram entre os líderes do comité, coadjuvados por António Cordeiro, figura sobre a qual recaía menor suspeição, pelo que assumiu a sua liderança⁴⁵². Em abril de 1930, foi desmontado no Porto o Comité Revolucionário, onde participavam, por exemplo, Raul Vidal, o Capitão Albano e o Sargento de Telegrafistas de São Brás, Adelino Martins, que se reunia numa fábrica de lâmpadas na Rua Silva Porto, e que se encontrou com figuras como Hélder Ribeiro na Rua de Cedofeita⁴⁵³.

No Minho, onde havia facilidade na introdução de armamento através da fronteira⁴⁵⁴ e em relação direta com o Porto, formando uma rede de contactos razoavelmente ampla, salientavam-se dois pontos fulcrais, Famalicão e Guimarães. O Castelo de São Gregório, na freguesia famalicense de Requião, acolheu reuniões revolucionárias – em que participaram especialmente militares, alguns dos quais inseridos no Batalhão de Metralhadoras 2 – que se realizavam sob o pretexto de promover encontros para a realização de caçadas. Já Guimarães, que acolhia Metralhadoras 2, era uma das localidades mais bem organizadas por bons núcleos político-partidários⁴⁵⁵. De facto, em abril e maio, havia delegados em articulação com o

⁴⁵¹ Carta de António Sérgio a Joaquim de Carvalho, 9 de janeiro de 1930. In CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio – António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Revista de História das Ideias*. 5 (1983), pp. 964-965.

⁴⁵² AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto Matos Cordeiro*. (Divisão 433, caixa 404, número 11). Cadastro político a relatar as suas ações em 1930.

⁴⁵³ AHM – *Processo político do coronel Raul Vidal*. (Divisão 433, caixa 409, número 122). Cadastro em que se relata a atuação do Comité Revolucionário do Porto em 1930.

⁴⁵⁴ CLÍMACO, Cristina – L'espace frontalier espagnol: plateforme arrière de l'opposition portugaise (1927-1936). [Texto em linha]. *Cahiers de Civilisation Espagnole Contemporaine*. 18 (2017), parágrafo 33.

⁴⁵⁵ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 1 de abril de 1930.

comité centralizado no Porto, como Henrique Sousa Guerra e Bernardino Jordão⁴⁵⁶, pelo que era habitual as forças locais e leais à Ditadura prestarem atenção redobrada a esses indivíduos. Em Braga, a conjuntura era similar, pois o seu comité era dinamizado por um conjunto de oficiais, mas a polícia, consciente da sua composição, atuou de maneira a desmontá-lo, alterando a residência de alguns dos implicados, ou impedindo a sua aproximação da cidade, caso de Manuel Ferreira⁴⁵⁷.

Em Trás-os-Montes, as conspirações estavam ativas em Vila Real, com Alfredo Chaves a ter fortes ligações aos agentes locais, muitos dos quais antigos membros de Infantaria 13, como Aníbal de Carvalho Figueiredo ou Manuel Pureza. A polícia, uma vez mais, intercetou a rede conspiratória, inibindo a continuação dos seus intuitos, como provado pela acusação lançada aos seus membros em maio de 1930⁴⁵⁸.

Nesta fase de reorganização da falange republicana, mais do que no passado, os antigos políticos detinham centralidade na concertação desses esforços. No norte do país, um dos casos mais paradigmáticos foi o de Basílio Lopes Pereira, filiado no PRED e cuja ação em fevereiro de 1927 já havia sido notada. Apesar de ser constantemente vigiado pela Situação, este indivíduo, residente em Oliveira de Azeméis, era o vórtice da teia revolucionária que conectava as regiões do Porto, Aveiro, Viseu e Coimbra⁴⁵⁹, inferência advinda das suas numerosas viagens a Albergaria-a-Velha, Anadia e Águeda, no distrito de Aveiro, das suas idas recorrentes ao Porto e, sobretudo, a Viseu, onde tinha entendimentos com Augusto de Figueiredo. É interessante notar o apoio, muitas vezes explícito, dado por comerciantes e proprietários à causa revolucionária, e que este caso exemplifica cabalmente. Com efeito, ocorreram múltiplas reuniões num baixo (ou sótão) do Hotel Grilo, em Oliveira de Azeméis, localidade onde residia o médico José

⁴⁵⁶ AHM – *Processo político do Capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra*. (Divisão 33, caixa 409, número 129). Cadastro político a relatar as ações desse indivíduo entre 1929 e 1930.

⁴⁵⁷ AHM – *Processo do Primeiro-sargento de Infantaria Manuel Ferreira*. (Divisão 33, caixa 436, número 890). Descrição da composição do Comité Revolucionário de Braga e da impossibilidade de alteração de residência de Manuel Ferreira de Miranda do Douro para Braga, como era solicitado por esse Sargento.

⁴⁵⁸ AHM – *Processo político do Tenente Aníbal de Carvalho Figueiredo*. (Divisão 33, caixa 409, número 124). Relatório sobre a atuação do Comité Revolucionário de Vila Real em 1930.

⁴⁵⁹ TT – *Processo de informação de Basílio Lopes Pereira*. (PT/TT/PIDE-DC/C/001/00478).

Lopes de Oliveira, braço-direito de Basílio Lopes Pereira, e que fora um dos indivíduos que se deslocou de Aveiro para o Porto aquando da Semana Sangrenta.

Deve ainda ser tido em conta o papel dos estudantes, surgindo com relevância dois nomes, que protagonizaram, ao longo de todo o período ditatorial, ações de relevo na luta pela democracia – os irmãos Carlos e Mário Cal Brandão. O primeiro, que produzia no Porto o periódico *Humanidades*, foi um dos elementos intercetados numa reunião em Coimbra, em 11 de abril, com propósitos anti situacionistas. A Academia era uma instituição difícil de controlar pela Ditadura, como comprovam alguns títulos editados nas universidades e que realçavam a «convicção» de que a Pátria, deixando de receber a admiração por parte dos estudantes, estaria condenada a morrer⁴⁶⁰. As discussões que os republicanos tinham acerca da educação e da necessidade de invocações aos estudantes derivavam destes serem considerados um ativo na luta.

Os apelos à «unidade republicana»⁴⁶¹ derivavam da assunção da consolidação da Ditadura enquanto solução “não transitória” e aos apelos de algumas fações republicanas. O facto de a principal figura da oposição que se mantinha em Portugal ser o General Norton de Matos, uma das personalidades sobre a qual se reunia maior consenso⁴⁶², é um indicador da quebra de vigor da via revolucionária. Este General preconizava «meios pacíficos»⁴⁶³ para a resolução dos diversos problemas, convicção que não turvava a sua associação à via militar, fortalecida pela negociação de armamento oriunda do norte da Europa e de empréstimos financeiros⁴⁶⁴. Alguns jornais, contornando as malhas da censura, quiseram entrevistar Norton de Matos sobre o projeto da resistência, identificando-o como um dos promotores desse desígnio. De igual modo, os resistentes deportados nos espaços coloniais, aproveitando brechas no

⁴⁶⁰ BOAVIDA, Ana M. Caiado – Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil. *Análise Social*. XIX: 77-78-79 (1983), p. 756.

⁴⁶¹ FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 118.

⁴⁶² AMPDL – *Carta do General Norton de Matos de 27 de março de 1930*; CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 91.

⁴⁶³ LOPES, António Joaquim Rodrigues – *A Maçonaria Portuguesa, 1926-1974: as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2021, p. 74. Tese de Doutoramento.

⁴⁶⁴ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 92; MADUREIRA, Arnaldo – *A formação histórica do salazarismo*, 2000, p. 101.

controlo feito pela Situação, empenhavam-se na construção de um movimento militar como única «solução» para o «problema político-nacional»⁴⁶⁵. Desta feita, parecia uma realidade a reunião de fações que, até então, tinham optado por se manter minimamente alinhadas ao regime. Cunha Leal surge, neste âmbito, com grande importância ao se posicionar publicamente contra Oliveira Salazar, o que levou à sua prisão e subsequente deportação para o arquipélago dos Açores. Apesar da solidariedade do partido que liderava para com a sua causa, alguns militares passaram a apoiar o Salazarismo, como foi o caso de Botelho Moniz⁴⁶⁶.

Enquanto se reconfigurava a oposição, continuavam a surgir críticas à ação da Liga de Paris pela incapacidade de gerir os recursos humanos e materiais e por duas novas questões que colocavam em causa o seu já reduzido papel: a contestação à sua liderança e a falta de penetração nos meios nacionais. Dos nomes centrais da Liga, apenas o de Bernardino Machado reunia maior consenso por ser visto como o modelo a seguir. Em contrapartida, Afonso Costa⁴⁶⁷ e Domingues dos Santos surgiam como representantes «de decadência moral»⁴⁶⁸ e oportunistas que ambicionavam apenas a sua valorização enquanto os que dependiam dos líderes padeciam.

Havia também uma certa ambiguidade no tocante à propaganda revolucionária. No exterior, havia iniciativas para reconhecer a Liga de Paris e que representavam estratégias análogas às seguidas por outros resistentes a ditaduras, como a italiana⁴⁶⁹; Neste sentido, eram feitas propostas para a representação na Liga de Defesa dos Direitos do Homem⁴⁷⁰ e o aprofundamento das relações com os republicanos espanhóis,

⁴⁶⁵ CC – FBM – Carta de António Fernandes Varão a Bernardino Machado, 5 de junho de 1930.

⁴⁶⁶ PINTO, Ricardo Leite – União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo. *Polis*. 4/5 (1995), p. 179.

⁴⁶⁷ Um dos casos apontados como comprovativo da inércia de Afonso Costa no auxílio aos exilados ocorreu no mês de julho, quando lhe foi pedido que emprestasse uma verba a um indivíduo, Aurélio dos Santos, pedido a que não atendeu. CC – FBM – Carta de António de Carvalho a Bernardino Machado, 8 de julho de 1930.

⁴⁶⁸ CC – FBM – Carta de Armando de Azevedo a Bernardino Machado, 24 de junho de 1930.

⁴⁶⁹ CC – Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado, 4 de junho de 1930.

⁴⁷⁰ A Liga de Defesa dos Direitos do Homem foi uma organização francesa criada nos anos 1890 em decorrência do conhecido caso Dreyfus, referente à denúncia falsa de espionagem feita contra o Tenente-coronel Alfred Dreyfus num contexto de crescimento do antissemitismo. Ao longo das décadas, manteve a sua ação, apoiando os organismos de promoção da cooperação, nomeadamente a Sociedade das Nações e, mais tarde, a Organização das Nações Unidas. DELAUNAY, Jean-Marc – La Ligue de Défense des Droits

fortalecidos perante um enfraquecimento da Monarquia após o afastamento de Primo de Rivera. Enquanto isso, em Portugal avançava a preparação da nova revolução sem aparentar haver forma de contornar «o abalo» suscitado pela vaga de prisões de indivíduos suspeitos de ser colaboradores das iniciativas contrárias à Situação, em meados de julho – em que se incluíam nomes como Ribeiro de Carvalho, Sá Cardoso ou Hélder Ribeiro⁴⁷¹, mesmo negando qualquer ligação ao comité –, bem como garantir concordância quanto aos objetivos do governo futuro. Apesar de ter sido constituído um novo comité de ação, proposto em 15 de julho de 1930 por Bernardino Machado, almejando compaginar as vontades das várias sensibilidades republicanas e a edificação do projeto de governo futuro, era difícil conseguir um prospeto aplicável às circunstâncias do terreno. Todavia, deve ser referido que, em junho, entrou no país armamento que serviria a projetada revolução.

Entretanto, a Situação pretendia responder às críticas quanto à sua inconstitucionalidade, pretendendo criar um partido único, a União Nacional, para «ultrapassar as divisões ideológicas no seio da Ditadura»⁴⁷². A sua conceção insere-se nos planos políticos de Oliveira Salazar para responder à crise político-social, exacerbada pelas atividades dos antigos políticos, ambicionando-se criar um Estado forte⁴⁷³.

Para os republicanos, as manobras da Ditadura eram preocupantes pela destruição dos seus princípios e valores mais caros, entendendo que Portugal estava vulnerável aos perigos do fascismo devido à admiração dos militares por vultos como Mussolini e pela maturação de grupos de cariz fascista, como a Liga Nacional 28 de Maio, criada em finais de 1927 e que, por problemas diversos, suspendeu a sua atividade em 1929; em meados do ano seguinte⁴⁷⁴, teve condições para a recomeçar e acabou por concorrer para a edificação da União Nacional.

de l' Homme et du Citoyen et les affaires espagnoles au début du XXe siècle. *Relations internationales*. 3 (2007) 27-38; DREYFUS, Michel – La Ligue des droits de l'homme: 120 ans d'histoires. *Histoire@Politique*. Texto em linha (2019).

⁴⁷¹ CC – Carta de Américo Buísel a Bernardino Machado, 23 de julho de 1930.

⁴⁷² CALDEIRA, Arlindo Manuel – O partido de Salazar: antecedentes, organizações e funções da União Nacional (1926-34). *Análise Social*. XXII: 94 (1986), p. 943.

⁴⁷³ Princípios fundamentais da revolução política. In SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e notas políticas, 1928 a 1966 – Obra completa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2016, pp. 63-73.

⁴⁷⁴ PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis*, 2016, p. 92.

A normalidade constitucional propagada pelas forças da Situação colocou em causa os planos dos republicanos. Com efeito, setores próximos das forças conservadoras mostravam-se mais predispostas a um alinhamento com a Ditadura pelo descrédito nos efeitos das insurreições. No terceiro trimestre de 1930, contudo, os revirahistas conseguiram importantes avanços. O Capitão Nuno Cruz era o responsável pela articulação do Norte e Centro, atrasadas face à melhor preparação em Lisboa, onde se aproveitava a herança da Revolta do Castelo⁴⁷⁵ e a aludida entrada de armamento em junho.

Desta forma, a edificação da frente única republicana parecia avançar pela constituição do comité de ação e pela resposta à Ditadura, com os partidos a passar a ser mais secundários, fruto da compreensão tardia, por alguns setores, da impossibilidade de uma frente consentânea quando se continuava a atribuir um grande peso às cores políticas. Este ideal conheceu grande adesão dentro dos núcleos de deportados nas ilhas atlânticas mercê do que eram as suas condições e a concentração de indivíduos de diversas proveniências partidárias. No entanto, este foi motivo de mais uma divergência entre os resistentes, já que os grupos políticos tenderam a cindir-se mais uma vez quando confrontados com os interesses de cada facção. Um dos poucos pontos que recolhia unanimidade entre os republicanos era a rejeição de entendimentos com os monárquicos, cujos órgãos de imprensa eram valorizados, especialmente *A Voz* (Lisboa), e com os princípios veiculados pelo governo que podiam dar o mote para o que era considerado um deslocamento do regime para a Monarquia⁴⁷⁶. Outro ponto de convergência era a recusa de táticas similares às adotadas pelos fascistas, o que justificava a recusa dos princípios do corporativismo, contrariando o argumento de que seriam benéficos à economia do país⁴⁷⁷.

⁴⁷⁵ FARINHA, Luís – *O Revirahlo: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 121.

⁴⁷⁶ Dada a sua relevância, anote-se a carta aberta que Mendes Cabeçadas escreveu a Óscar Carmona, criticando, entre outros pontos, a abertura que era dada aos monárquicos. AMPDL – *Carta dirigida pelo Comandante Mendes Cabeçadas ao General Carmona, Presidente da República*, 1930 (a data não se encontra especificada, mas sabe-se que é uma resposta aos princípios divulgados nos finais de julho).

⁴⁷⁷ AMPDL – *Opinião de Norton de Matos relativamente aos discursos de 30 de julho de 1930*, data não identificada, mas presumivelmente de 1932.

Referiu-se algum desfasamento entre os desejos dos três grandes núcleos da resistência republicana, nesta época – os nomes que estavam no território continental, os deportados nos territórios atlânticos e coloniais e os exilados. Em outubro, devido à reconfiguração das hostes reviralthistas, tudo caminhava para a eclosão da revolução, ligada ao núcleo de Sarmento de Beires, que regressou a Portugal após um exílio em Paris⁴⁷⁸. A intentona não chegou a rebentar porque a Polícia de Informações, ciente do avanço inexorável da marcha revolucionária, «tomou as necessárias precauções» para a travar⁴⁷⁹. Um dos responsáveis pela sua prossecução era Alfredo António Chaves, detido no início do mês juntamente com elementos civis e militares intercetados antes de qualquer movimentação. O grupo de Ribeiro de Carvalho, um dos mais ativo entre 1928 e 1929, não se associou imediatamente ao de Beires, mas continuava envolvido no movimento. De facto, o diretor d' *A República* contava que a revolta ocorresse até novembro, com especial relevância nas metrópoles do Porto e Lisboa⁴⁸⁰.

No Norte, surgiam igualmente avanços consideráveis na configuração das hostes oposicionistas. A vila de Chaves albergava um núcleo ativo que atuava em íntima relação com o Porto. Vidago foi, de facto, sede de um conjunto de reuniões que visavam a contestação à Ditadura, tendo sido desenvolvida uma associação de cariz político e social intitulada Socorro Republicano⁴⁸¹, que visava prioritariamente o apoio aos deportados e sobretudo às suas famílias, não obstante servir como fachada para a realização de reuniões conspiratórias⁴⁸². Enquanto isso, em Coimbra, um pequeno núcleo oposicionista, coliderado pelo engenheiro Augusto Duarte Ralha, esperava que a Praça 8 de Maio, no centro histórico da cidade, ficasse «bastante concorrida» para verbalizar as suas críticas à Situação e aliciar indivíduos para a causa⁴⁸³.

⁴⁷⁸ TT – *Informação da PIDE sobre José Manuel Sarmento de Beires*. (PT-TT-AOS-D-G-008-004-00050).

⁴⁷⁹ Ordem pública. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 234, 5 de outubro de 1930, p. 6.

⁴⁸⁰ TT – *Processo crime SPS de Joaquim Ribeiro de Carvalho*. (PT-TT-PIDE-E-009-1026).

⁴⁸¹ Organização ainda não referida na bibliografia.

⁴⁸² AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria na reserva Alípio José da Cruz Oliveira*. (Divisão 33, caixa 405, número 38). Cadastro político que enuncia a ação conspiratória desenvolvida por Alípio Oliveira.

⁴⁸³ AHM – *Processo do Tenente do SAM Henrique José Lopes*. (Divisão 33, caixa 406, número 58). Cadastro de novembro e dezembro de 1930.

Fora destas manobras, estavam os fixados nos espaços atlânticos. Indivíduos como Sousa Dias, Fernando Freiria e António Fernandes Varão – importantes atores na revolta de 1927 – aproveitavam as maiores dificuldades que a Ditadura tinha em controlar os ânimos para estimular um movimento contestatário. Tanto na Madeira como nos Açores surgiam as condições para se preparar o início da revolução, apesar de alguma renitência em entender as ilhas como os locais mais convenientes para albergar o seu epicentro. Aí se concentraram, por meses, indivíduos de diversas proveniências geográficas e político-partidárias, o que levava à construção de vários polos de «deportação política»⁴⁸⁴. Nos meses de setembro e outubro, em particular, foram feitas reuniões que visavam consumir alinhamentos de vários deportados. Apesar da desconfiança por parte da Situação quanto à atitude dos indivíduos aí fixados, não havia tanta facilidade de controlo como ocorria no continente. Neste sentido, em Ponta Delgada e na Graciosa, decorreram iniciativas, algumas das quais sob o pretexto de comemorações do 5 de Outubro. A crença na brevidade da reimplantação do regime democrático levava a que se exortasse o cumprimento exato do programa de renovação que a República prometera e a secundarização dos partidos⁴⁸⁵, vistos como inibidores das reformas necessárias. Semelhante opinião manifestavam os deportados no Funchal que desejavam a concertação de todos os republicanos e tentaram propagar esta crença entre diferentes setores. Com efeito, logo em abril de 1930, houve a intenção de fundir todas as organizações numa única que seria designada Partido Republicano Centralizador⁴⁸⁶, o que não se concretizou pela incapacidade de convergir esforços na concretização da revolução⁴⁸⁷. Norton de Matos assumiu-se pioneiramente contrário à

⁴⁸⁴ LEAL, Francisco Pinto Cunha – *As Minhas Memórias: coisas de tempos idos. Volume III – Arrastado pela fúria do tufão. Do 28 de Maio de 1926 a 4 de dezembro de 1930*. Lisboa: Edição de Autor, 1968, p. 397.

⁴⁸⁵ Os deportados políticos na Ilha Graciosa, Açores – Cidadãos! In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 2, p. 177.

⁴⁸⁶ Exposição por um grupo de republicanos enviada aos diretórios dos partidos políticos. In CC – Fundo Carvalhão Duarte (FCD) – VARÃO, António Fernandes – *Revoltas contra a Ditadura nas Ilhas Adjacentes e Colónias em Abril de 1931*.

⁴⁸⁷ Carta de Sá Cardoso a António Fernandes Varão, 14 de outubro de 1930. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990. Vol. 2, p. 179; LEAL, Francisco Pinto Cunha – *As Minhas Memórias: coisas de tempos idos. Volume III – Arrastado pela fúria do tufão. Do 28 de Maio de 1926 a 4 de dezembro de 1930*. Lisboa: Edição de Autor, 1968, pp. 398-399.

ideia de aniquilar os partidos pré-existent⁴⁸⁸, acreditando que seria complexo uniformizar os diversos programas após a vitória.

As várias fações tenderam a desvalorizar a abortada revolução em outubro⁴⁸⁹ e mantiveram as conspirações, apesar da maior vigilância da Ditadura. Enquanto isso, aumentavam as dissensões entre os núcleos residentes fora de Portugal. A aparente unidade entre a Liga de Defesa da República e os democráticos dissipou-se em torno do que estes liam como um favorecimento de interesses específicos por parte do organismo e uma liderança pouco idónea⁴⁹⁰.

Era impossível que, em território nacional, não fossem sentidos os impactos dos debates que marcavam a resistência republicana, o que em nada afetou a preparação da vindoura revolta, em que o Tenente Manuel António Correia surgia como um dos atores mais ativos neste cenário, organizando reuniões setoriais com os republicanos⁴⁹¹.

Face ao demonstrado, conclui-se que o ano de 1930 terminou sem que se efetivasse qualquer ação da oposição, cujas redes foram intercetadas antes que o grupo de Sarmento de Beires a conseguisse levar a cabo, o que contribuiu para a afirmação da Ditadura. No entanto, abriam-se boas perspetivas para o ano de 1931, alimentadas por um conjunto de circunstâncias internas e externas ao bloco republicano.

3.2. O papel do Norte no «ano de todas as revoltas»

3.2.1. Antecedentes, decurso e consequências da Revolta da Madeira

Em finais de 1930, começavam a fazer-se sentir em Portugal os efeitos da Grande Depressão. Após a efémera recuperação da economia do impacto da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América consagraram-se como o polo central do sistema económico-financeiro, pese embora em meados de 1929 se ter sentido um abrandamento das transações, até ocorrer o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, quando

⁴⁸⁸ AMPDL – Carta de Norton de Matos sobre a entrevista dada à redação de *O Povo*, 3 de novembro de 1930.

⁴⁸⁹ CC – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 5 de dezembro de 1930.

⁴⁹⁰ CC – Carta de Armando Agatão Lança a Bernardino Machado, 25 de novembro de 1930.

⁴⁹¹ AMPDL – Carta do General Norton de Matos ao Conselho da Ordem, 31 de dezembro de 1930.

mais de treze milhões de ações foram colocadas à venda sem encontrar comprador. Foi uma crise de superprodução pela superioridade da oferta face a uma reduzida procura⁴⁹². Portugal não sentiu imediatamente os efeitos da crise que se generalizava a todo o mundo pelas medidas tomadas por Salazar⁴⁹³, mas no dealbar de 1931 já havia quebras nos principais setores de exportação e um aumento do desemprego, pese embora a política intervencionista adotada por parte do Estado.

Este cenário era favorável à resistência republicana, pela maior facilidade em atrair a atenção popular e garantir a vitória. *O Povo de Penafiel*, órgão do PRP, por exemplo, mostrou interesse numa colaboração de Bernardino Machado⁴⁹⁴, o que poderia atingir novos públicos através da argumentação adotada e as estratégias delineadas, até porque se suspeitava de vários condicionamentos às comemorações⁴⁹⁵. Mais ainda, Agatão Lança informava haver condições para repetição do 31 de Janeiro no Porto⁴⁹⁶, apesar das dificuldades da organização revolucionária; os revirralhistas tinham de conciliar perceções distintas sobre a forma de luta mais adequada e os princípios da República após a vitória, sem «nada de precipitação»⁴⁹⁷.

O primeiro trimestre do ano foi marcado pelo agravamento da conflitualidade social, o que provocou uma resposta mais musculada por parte do regime⁴⁹⁸. As Ilhas desempenharam um papel importante neste contexto pelos princípios de união dos partidos constitucionais e pelos efeitos da crise internacional e consequente escassez de laticínios, vinho e cereais e de maiores dificuldades no setor do turismo. No limiar de fevereiro, ocorreu uma série de conflitos causados pela «tentativa governamental de impor o monopólio cerealífero»⁴⁹⁹, com o caso mais grave a ser a Madeira, para onde

⁴⁹² DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony – *História do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, Vol. 1, p. 97.

⁴⁹³ CARDOSO, José Luís – Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *Análise Social*. XLVII: 203 (2012), p. 375.

⁴⁹⁴ CC – Carta de Armando Agatão Lança para Bernardino Machado, 7 de janeiro de 1931.

⁴⁹⁵ No caso do Porto, palco da revolta, as comemorações contaram com a participação de várias comissões municipais de partidos políticos, nomeadamente o PRED e o PRP, mas sem a liberdade almejada nos discursos e nos atos realizados. As comemorações do 31 de Janeiro. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 27, 1 de fevereiro de 1931, p. 2.

⁴⁹⁶ CC – Carta de Armando Agatão Lança a Bernardino Machado, 26 de janeiro de 1931.

⁴⁹⁷ CC – Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado, 22 de janeiro de 1931.

⁴⁹⁸ CASTELHANO, Mário Duarte – *Quatro Anos de Deportação*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 162.

⁴⁹⁹ REIS, Célia – *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 17.

foi designado um delegado especial, ingerência na política regional que não foi aceite pela população local. A situação tornou-se insustentável e levou à designada “Revolta da Farinha”; entre 4 e 9 de fevereiro de 1931, foram tomadas várias empresas e ocorreram protestos contra a inflação dos produtos essenciais⁵⁰⁰. Esta insurreição, não tendo um caráter próximo das reviralhistas, pese embora as críticas vincadas ao regime, foi obviamente instrumentalizada pelos núcleos de deportados.

Aos republicanos continuava a faltar a capacidade de congregar num órgão único os vários agrupamentos político-partidários, situação que limitava a concertação dos esforços. Os deportados na Madeira foram os agentes mais proativos neste processo, capitalizando a contestação existente a favor da sua causa e constituindo uma aliança com a população local. No continente, mercê da maior dificuldade em conspirar, a organização avançava de forma mais lenta. Os comités revolucionários estavam limitados nas suas atribuições e, no caso do Norte, os seus dirigentes, Nuno Cruz e César de Almeida⁵⁰¹, não se conseguiam imiscuir nas unidades militares.

No caso dos civis, como explanado, a situação era um pouco melhor pela atuação dos antigos políticos do período republicano, apesar das dificuldades em comunicar com as classes média e média-baixa. A existência de núcleos organizados de partidos republicanos em cidades como Guimarães ou Penafiel, se levava à promoção de homenagens aos vultos democráticos, como a realizada a Bernardino Machado em março⁵⁰², não dinamizava planos conspiratórios. Para vários opositores, sobretudo os exilados, apesar destas circunstâncias, «as notícias de Portugal» eram positivas pelo «ambiente de protesto contra a ditadura e de descrença nos milagres do Salazar»⁵⁰³.

Neste contexto de tensões políticas, os reviralhistas apelavam ainda à participação das mulheres na oposição, nem que indiretamente. Uma das personalidades visadas foi Ana de Castro Osório, cofundadora da Liga das Mulheres

⁵⁰⁰ FREITAS, Duarte Miguel – Banco Sardinha (1931-1933). In FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (Coord.) – *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2013, Vol. 1, pp. 387-388.

⁵⁰¹ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 185.

⁵⁰² CC – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 3 de abril de 1931.

⁵⁰³ CC – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 30 de março de 1931.

Republicanas, em 1908⁵⁰⁴. No decurso do envio de um panfleto de Bernardino Machado, em março, esta expunha informações úteis para o avanço da marcha revolucionária, que ia ganhando novo fôlego: no início de abril de 1931, começou a insurreição.

Aos deportados da Madeira coube o arranque da revolta, graças ao assalto à sede do governo e a conquista dos demais edifícios públicos, como os correios e os telégrafos, no dia 4 de abril. Sousa Dias, enquanto figura reconhecida no seio das hostes republicanas e indo ao encontro da herança do 3 de fevereiro, assumiu a liderança do movimento, mesmo com vozes contrárias à sua escolha. Os revoltosos contaram com o apoio popular dada a conjuntura de conflituosidade no arquipélago, o que fazia augurar a derrota da Ditadura e subsequente restauração das «liberdades públicas» e da «normalidade constitucional»⁵⁰⁵. Com a crença do alastramento célere da sedição a todo o território nacional, os insurretos, dominando os pontos estratégicos da ilha, constituíram um governo paralelo ao de Lisboa e enviaram para a capital uma missiva em que pediam o abandono do exercício do poder em favor de republicanos que tomariam providências como o término da prisão política de «civis ou militares» e a restituição aos cargos públicos dos implicados em atos de oposição. Visto ser impossível garantir esses objetivos sem tornar as medidas vinculativas, os insubordinados assumiram-se como os legítimos governantes, pelo que seria o executivo localizado na Madeira a ter a responsabilidade em detrimento do da capital⁵⁰⁶; esta era a única possibilidade de colocar Portugal “de igual para igual” com os demais países ocidentais sob a égide de «uma Democracia moderna»⁵⁰⁷.

A generalidade dos grupos partidários foi favorável à causa dos revoltosos, excetuando o Centro Católico que vivia uma fase agónica devido ao crescimento da

⁵⁰⁴ CC – Carta de Ana de Castro Osório a Bernardino Machado, 28 de março de 1931. A participação das mulheres na resistência republicana à Ditadura ainda não foi alvo de estudos aprofundados. Apesar das poucas fontes, estas abrem perspectivas de análise interessantes para o conhecimento do Revirinho.

⁵⁰⁵ Telegrama de Sousa Dias, em nome dos revolucionários, enviado ao governo, no dia 4 de abril de 1931. In MARQUES, A. H. Oliveira (Org.) – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975, p. 109.

⁵⁰⁶ CC – FCD – VARÃO, António Fernandes – *Revoltas contra a Ditadura nas Ilhas Adjacentes e Colónias em Abril de 1931*.

⁵⁰⁷ Povo Português, Marinha e Exército Portugueses. In MARQUES, A. H. Oliveira – *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, Vol. 2, p. 236.

União Nacional⁵⁰⁸. A crença na vitória do movimento revolucionário robustecia-se pela crispação da população, faltando apenas garantir a sua eclosão no continente para destruir as possibilidades de defesa da Ditadura. Os revoltosos criaram um órgão oficioso, o *Notícias da Madeira*, em que se anunciavam as medidas decretadas e se apelava à participação de todos os republicanos⁵⁰⁹.

No Norte, o comité não promoveu qualquer iniciativa favorável à revolta. Ciente da manutenção das redes contestatárias, a polícia buscou refrear quaisquer atos de oposição ao governo. Pouco depois do início da insurreição, em 7 de abril, um dos elementos que fazia parte do Comité do Porto na revolta de 1928, António de Jesus Vieira, estava em Lisboa com vista a desencadear as manifestações revolucionárias nas principais cidades ou, pelo menos, no Porto e em Lisboa⁵¹⁰, agindo de forma concertada com o comité do centro do país. Para garantir uma boa marcha no distrito do Porto, Alfredo António Chaves deslocou-se a essa cidade, mas não conseguiu escapar ao radar da Polícia de Informações e acabou detido «na Cadeia Nacional» portuense⁵¹¹. O mesmo aconteceu a dezenas de outros indivíduos, como alguns oficiais do segundo grupo do Regimento de Sapadores Mineiros⁵¹², ou Raul Vidal, nome fulcral do comité da cidade⁵¹³.

Como referido, Penafiel mantinha um núcleo político organizado de republicanos, o que, somado ao facto de aí estar localizado o Regimento de Infantaria n.º 6, o «chamado Regimento “Refugio”»⁵¹⁴, tradicionalmente contestatário, aguçou o

⁵⁰⁸ PINTO, António Costa – O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In MARTINHO; Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.) – *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 41.

⁵⁰⁹ Por exemplo, no número de 8 de abril de 1931, num texto de Augusto Casimiro, os republicanos expunham os principais intuitos da revolução: a valorização do Exército e a restauração do primado da lei, apelando à adesão imediata de todas as regiões. *apud* SOARES, João – *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné: 4 de abril a 2 de maio de 1931*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979, pág. não numerada.

⁵¹⁰ AHM – *Processo político do Alferes reformado António de Jesus Vieira*. (Divisão 33, caixa 404, número 2). Descrição da ação revolucionária desempenhada entre 1931 e 1933.

⁵¹¹ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alfredo António Chaves*. (Divisão 33, caixa 429, número 650). Informação sobre a detenção de Chaves em abril de 1931.

⁵¹² AHM – *Processo político do Major miliciano de Infantaria Luís Corte Real Almeida*. (Divisão 33, caixa 405, número 23). Relatório sobre ação desempenhada em abril de 1931.

⁵¹³ AHM – *Processo político do Coronel Raul Vidal*. (Divisão 33, caixa 409, número 122). Cadastro político de Raul Vidal entre 1930 e 1933.

⁵¹⁴ AHM – *Processo político do Major de Infantaria na reserva Eugénio Ivo Parada da Silva Leitão*. (Divisão 33, caixa 406, número 55). Cadastro político entre 1930 e 1933.

controlo do regime. Alguns indivíduos foram detidos preventivamente nos primeiros dias da revolta, como o Major Eugénio Leitão, porque se apreenderam provas da sua participação no «movimento revolucionário que esteve para eclodir»⁵¹⁵. Para evitar problemas com o armamento depositado, o regime ordenou rapidamente que os excedentes fossem remanejados para o Porto⁵¹⁶.

Além de ser um polo natural de ameaça à estabilidade da Situação, o Porto detinha ainda o papel de articular as regiões do Norte e do sul do país. O interior norte, muito embora tenha servido como plataforma de desterro de centenas de indivíduos durante os meses precedentes, foi incapaz de mobilizar iniciativas conspiratórias, inação difícil de aclarar. O Comité de Vila Real, apesar de ligado a Alfredo Chaves, não esboçou qualquer intenção de secundar o do Porto, assim como Guarda e Bragança, onde foram inexistentes as manifestações revolucionárias. Aliás, neste último distrito, Infantaria 10 posicionou-se ao lado da Situação, encontrando-se, entre os seus oficiais mais leais, um nome fulcral na derrota de uma das revoltas seguintes, António Evangelista Rodrigues⁵¹⁷.

Os casos de Aveiro e Coimbra evidenciam a dificuldade em organizar ações subversivas, com os núcleos atuantes nas duas cidades a ser incapaz de agir fora do contexto dos regimentos locais. Em Infantaria 19, localizado em Aveiro, no entanto, alguns oficiais deslocados conseguiam relacionar-se com os seus antigos destacamentos para proceder a articulações cruzadas, isto é, entre os vários locais, com alguma preponderância. Foi o caso de um Alferes de Caçadores 9, localizado em Viana do Castelo, Manuel Peres, remanejado para a supramencionada unidade, e que tinha um «certo ascendente sobre os sargentos de cuja classe» provinha⁵¹⁸, bem como o do Tenente Álvaro Torres, afastado do Porto pelos seus ideais anti situacionistas, o que não

⁵¹⁵ AHM – *Processo político do Major de Infantaria na reserva Eugénio Ivo Parada da Silva Leitão*. (Divisão 33, caixa 406, número 55). Descrição das ações desempenhadas por Eugénio Leitão em 1931.

⁵¹⁶ Direção-Geral da Contabilidade Pública (DGCP) – *Despesas com movimentos revolucionários ocorridos em 1931 – despesas extraordinárias resultantes da Revolta da Madeira*. Dados de Infantaria 6.

⁵¹⁷ DGCP – *Despesas com movimentos revolucionários ocorridos em 1931 – despesas extraordinárias resultantes da Revolta da Madeira*. Dados do Regimento de Infantaria 10.

⁵¹⁸ AHM – *Processo político do Tenente Manuel José Domingos Peres*. (Divisão 33, caixa 406, número 45). Carta do Comandante de Regimento 19 a descrever a ação de um conjunto de indivíduos.

o barrava de se deslocar à cidade todos os domingos para discutir estratégias conspiratórias, o que comprovava «ser um agente de ligação entre» as duas regiões⁵¹⁹. Merece destaque a presença de elementos tidos como favoráveis à causa revolucionária em instituições militares, como a Carreira de Tiro de Ovar, dirigida em abril de 1931 pelo Capitão Duílio da Silva Marques, que usava a sua influência para deslocações constantes e, muitas vezes, injustificadas, entre Aveiro e Coimbra, pelo que o dirigente de Infantaria 19 o classificava como «um elemento de valor no meio» da desordem⁵²⁰. Nesta localidade, na noite de 8 para 9 de abril de 1931, um grupo de dimensão desconhecida tentou aliciar um conjunto de indivíduos, civis e militares, para um levantamento, embora sem resultado⁵²¹. Por todos estes fatores, a ação preventiva levada a cabo pelos fiéis de Infantaria 19 concentrou-se em desmontar a possibilidade dos membros da Carreira de Tiro de Ovar aderirem aos ideais perniciosos do líder, o que se materializou no «transporte das munições e armamento» e em viagens recorrentes a Oliveira do Bairro, Anadia, Águeda ou Sever do Vouga para avaliar a presença de opositores⁵²².

Por seu turno, em Coimbra, a Situação conheceu alguns importantes apoios. A Carreira de Tiro da cidade foi um dos seus baluartes, tendo guarnecido o comando da Segunda Região Militar e recebido gratificações para «tomar as medidas» que reprimissem qualquer ato hostil à Ordem⁵²³. Desta forma, era impossível desenvolver focos de contestação na região.

A secundar celeremente a insurreição da Madeira, estiveram os deportados nos Açores. Aliás, a 6 de abril João Pereira de Carvalho acusava Sousa Dias e Fernando Freiria de não terem garantido apoio em todos os territórios à causa insurrecional⁵²⁴. Numa «excitação alucinada»⁵²⁵, a 8 de abril foi desencadeado o ataque aos órgãos de poder

⁵¹⁹ AHM – *Processo político do Tenente Manuel José Domingos Peres*. (Divisão 33, caixa 406, número 45).

⁵²⁰ AHM – *Processo político do Tenente Manuel José Domingos Peres*. (Divisão 33, caixa 406, número 45).

⁵²¹ AHM – *Processo político do Tenente Manuel José Domingos Peres*. (Divisão 33, caixa 406, número 45).

⁵²² DGCP – *Despesas com movimentos revolucionários ocorridos em 1931 – despesas extraordinárias resultantes da Revolta da Madeira*. Dados do Regimento de Infantaria 19.

⁵²³ DGCP – *Despesas com movimentos revolucionários ocorridos em 1931 – despesas extraordinárias resultantes da Revolta da Madeira*. Dados da Carreira de Tiro de Coimbra.

⁵²⁴ Referência a carta de João Pereira de Carvalho ao General Sousa Dias. In SOARES, João – *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné: 4 de abril a 2 de maio de 1931*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979, p. 26.

⁵²⁵ ALVES, Ferro – *A Mornaça. A revolta nos Açores e Madeira em 1931*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1935, p. 130.

açorianos, com a Junta Revolucionária a estimular a adesão da população. Como havia um grande desfasamento na troca das informações, foi exigido que o continente atuasse rapidamente em prol da insurreição, apesar de rapidamente se extinguir a esperança do sucesso; como declarava Mariano da Rocha Felgueiras, «a inércia das forças republicanas no continente [era] desesperadora»⁵²⁶. A agravar a conjuntura para os resistentes, foi montada uma campanha anti-Liga de Paris no que foi essencial o papel do órgão de imprensa da Ditadura, o *Diário da Manhã*, cuja publicação foi justamente iniciada em 4 de abril de 1931. A presença de Bernardino Machado em Madrid e os incentivos à participação popular na revolta alimentavam as acusações do regime que apontavam para o interesse dos opositores em colocar Portugal na retaguarda dos interesses espanhóis. Argumentação similar era encontrada em diversos jornais diários, prova da crescente uniformização da imprensa periódica, que criticava o «amontoado de mentiras, de falsidades, de protérvias»⁵²⁷ que a Liga continuava a propagar para esconder os seus verdadeiros propósitos internacionalistas e revolucionários.

A situação política no país vizinho assume, aliás, grande importância na compreensão da revolta da Madeira. A Monarquia espanhola agonizava e as eleições municipais de 12 de abril de 1931 foram ganhas pelos republicanos, o que culminou com a abdicação de Afonso XIII. A Segunda República assumiu como principais vetores o «progresso» e a «democracia»⁵²⁸, acreditando na transformação da população em verdadeiros cidadãos, «com todos os direitos e integridades»⁵²⁹.

Os opositores portugueses rejubilaram com a vitória republicana em Espanha, pois acreditavam que, com «pouca diferença de tempo»⁵³⁰, a Ditadura seria derrubada. O alinhamento das fações políticas peninsulares era conhecido, mas a novidade era a

⁵²⁶ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 13 de abril de 1931.

⁵²⁷ Os acontecimentos da Madeira – No continente a ordem continua a ser completa. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 87, 14 de abril de 1931, p. 6.

⁵²⁸ FERREIRA, Anderson Albérico; SARMIENTO, Érica – Institucionalização da cultura na Segunda República Espanhola: a criação de uma política cultural reformadora (1931-1933). In SARMIENTO, Érica; FERNÁNDEZ, Alejandro – *Reflexiones sobre Historia de España. Política, Cultura y Relaciones con Latinoamérica*. Divinópolis – MG: Meus Ritmos, 2023, p. 26.

⁵²⁹ Historia de España. Es proclamada la República Española. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 2193, 15 de abril de 1931, p. 1.

⁵³⁰ CC – FBM – Carta de Gonçalo de Reparaz a Bernardino Machado, 15 de abril de 1931.

possibilidade de obter maior apoio dos aliados espanhóis, uma vez no governo. Não foi coincidência o facto de que se tenha decretado ordem de prevenção geral nos dias da implantação da República espanhola, dada a convicção de que haveria uma certa radicalização por parte das hostes oposicionistas⁵³¹; foi nesse sentido que circularam telegramas a afiançar a eclosão de um ato insurrecional no Porto que teria ocorrido nos dias 13 e 14 de abril⁵³², tentativa que redundou em fiasco, pois o Governo Civil da cidade investiu no policiamento «com a maior energia», designadamente em zonas nevrálgicas, como a Praça da Batalha, o Carmo ou a Boavista⁵³³.

Enquanto continuava a incerteza quanto ao cumprimento dos objetivos da insurreição, o governo da Madeira continuava a legislar para se consolidar, rapidamente reconhecendo o novo regime espanhol, até pela consciência das perceções amplamente desfavoráveis perante «o comité» e «os dirigentes dos partidos constitucionais»⁵³⁴, uma vez que se lhes imputavam as culpas da incapacidade em conciliar estratégias com os exilados e os que estavam no continente. Mesmo com o início do movimento contestatário na Guiné, em 17 de abril, a prioridade era a defesa do regime republicano que se entendia ter sido instituído no início do mês, e já não a derrota da Ditadura. A consubstanciar esse esgotamento, surgia ainda o cessar-fogo nas ilhas açorianas, iniciado em 17 de abril na cidade de Angra do Heroísmo⁵³⁵, ficando esvaziadas as campanhas no exterior, como a que João Pereira de Carvalho e Norberto Guimarães fizeram em Paris no dia 14, ou a chegada a Portugal de alguns exilados, «prontos» para qualquer ação⁵³⁶. Tudo se encaminhava para um novo malogro, potenciado pelo esgotamento dos propósitos da oposição, com um aumento das facções favoráveis a uma situação inconstitucional, contanto que «mais moderada»⁵³⁷, pela incapacidade de

⁵³¹ FARINHA, Luís – “Agora ou nunca”: combates pela Liberdade nos Açores. A Revolta de 1931. In *Os Açores e a Revolta de 1931 – comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75.º aniversário*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 8.

⁵³² ALVES, Ferro – *A Mornaça. A revolta nos Açores e Madeira em 1931*, p. 157; En Portugal la situación es inquietante. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 2194, 16 de abril de 1931, p. 9.

⁵³³ Do Governo Civil do Porto. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 88, 15 de abril de 1931, p. 2.

⁵³⁴ CC – FBM – Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado, 21 de abril de 1931.

⁵³⁵ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura*, p. 104.

⁵³⁶ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 16 de abril de 1931.

⁵³⁷ CC – FBM – Carta de Miguel de Abreu a Bernardino Machado, 21 de abril de 1931.

união dos vários núcleos e pela campanha que o governo fazia «maliciosamente»⁵³⁸ contra a revolta. Porém, a grande debilidade dos revoltosos foi a ausência de manifestações no continente: não adiantava resistir na Madeira, na Guiné ou noutra território colonial, nem investir em armamento sofisticado, como sugeria António Sérgio em finais de abril⁵³⁹, se o continente se mantivesse parado⁵⁴⁰.

Enquanto os insurretos agonizavam perante o cerco da Ditadura, reconhecendo já o insucesso desta iniciativa, começavam a surgir ideias relativamente aos passos seguintes na luta anti ditatorial. Visto que a Liga de Paris não cumpria as suas funções mais primordiais, urgia criar um núcleo que, centrado em Madrid, analisaria os problemas que se colocavam ao país e à própria oposição para delinear as diretrizes da próxima revolução e do governo que dela adviria; além do mais, os opositores mostravam confiança quanto ao auxílio do governo espanhol, que também seria beneficiado com a derrota da Ditadura em Portugal. A atuação na esfera internacional era uma das prioridades da resistência, à semelhança dos anos anteriores. Era «gravíssimo», por exemplo, que não se conquistasse «o apoio da imprensa liberal» de outros países⁵⁴¹.

Em abril de 1931, as três Academias manifestaram «ações de simpatia e apoio» aos acontecimentos da Madeira⁵⁴², alentadas pelas expectativas da implantação da República em Espanha. Os estudantes elaboraram manifestos entusiásticos, nomeadamente na Universidade do Porto, onde foi decretada greve geral⁵⁴³, e exortaram os seus colegas de Coimbra e de Lisboa a assumir conduta similar. Em 28 de abril, os estudantes portuenses organizaram uma manifestação que apelava ao apoio aos republicanos, pois não dava para aguentar «por mais tempo a Ditadura»⁵⁴⁴. Face ao

⁵³⁸ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 24 de abril de 1931.

⁵³⁹ CC – FBM – Carta de António Sérgio a Bernardino Machado, 28 de abril de 1931.

⁵⁴⁰ CC – FBM – Telegrama de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado, 22 de abril de 1931.

⁵⁴¹ CC – FBM – Carta de Vítor Falcão a Bernardino Machado, 25 de abril de 1931.

⁵⁴² Os estudantes do Porto e a ditadura fascista – depoimento de António Barros Machado. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, Vol. 1, p. 15.

⁵⁴³ CC – FBM – Carta de A. Costa Pereira a Bernardino Machado, 23 de abril de 1931.

⁵⁴⁴ Exército de Portugal. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, Vol. 1, p. 32.

escalar da tensão, com «gritos subversivos»⁵⁴⁵, as forças policiais agiram de forma musculada e assassinaram um estudante, João Martins Branco. A contestação à «sanha policial»⁵⁴⁶ no Porto e em Coimbra – onde surgiu um manifesto que criticava a violência adotada pelo Estado⁵⁴⁷ – foi enérgica, mas incapaz de evitar a repressão.

No continente, foi no 1.º de Maio que se tentou secundar o movimento da Madeira e dissipar as críticas feitas ao comité central, que adiava «sine-dia o movimento»⁵⁴⁸. As comemorações do Dia do Trabalhador foram efusivas devido aos incentivos de vários grupos para a organização de manifestações que criticassem a Ditadura e o agravamento da crise que atingia a população⁵⁴⁹, como o PCP, então focado no «trabalho de agitação junto das massas»⁵⁵⁰. Foi sobretudo no Porto e em Lisboa que as manifestações foram mais fortes, com apelos à retoma de uma vivência democrática, o que endureceu a ação das autoridades. Neste sentido, o Governo Civil do Porto foi entregue ao comando da Primeira Região Militar para garantir «a segurança do Estado e a ordem social», procedendo a medidas como a monitorização da Praça da Liberdade e de outros locais importantes na geografia portuense⁵⁵¹.

Durante o Dia do Trabalhador, circulou o rumor que Norton de Matos conseguira derrotar a Guarnição Militar de Lisboa, o que fazia parte de uma estratégia dos revolucionários para iniciar o movimento na noite de 1 de maio. Foram realizadas várias ações conspiratórias, particularmente robustas na cidade do Porto. O Regimento de Infantaria 18, por determinação superior, tinha a seu encargo a proteção «da ordem

⁵⁴⁵ Na Faculdade de Medicina. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 101, 30 de abril de 1931, p. 3.

⁵⁴⁶ Os acontecimentos que deram origem à morte do estudante João Martins Branco. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, Vol. 1, p. 35.

⁵⁴⁷ A academia de Coimbra e a Ditadura – depoimento de Mário Cal Brandão. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, Vol. 1, p. 170.

⁵⁴⁸ ALVES, Ferro – *A Mornaça. A revolta nos Açores e Madeira em 1931*, p. 196.

⁵⁴⁹ São exemplos os apelos lançados no órgão do Partido Comunista Português quanto à necessidade de aproveitar essa efeméride para «gritar, face a face, aos miseráveis» que governavam. Trabalhadores de Portugal! *Avante*. Portugal, n.º 3, 16 de abril de 1931, p. 1.

⁵⁵⁰ MATOS, Márcio José Monteiro – *Organização da Clandestinidade Política do PCP*, p. 14.

⁵⁵¹ Ordem pública. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 103, 3 de maio de 1931, p. 1; Ordem pública. No Porto produzem-se ruidosas manifestações, ficando feridas 18 pessoas e sendo a cidade entregue ao Poder Militar. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 23 438, 3 de maio de 1931, p. 2.

pública»⁵⁵², dividindo-se em companhias que atuavam em geografias distintas da cidade. Alguns dos nomes designados para essa incumbência manifestaram-se contrários à defesa do regime, método para “queimar” tempo e organizar a insubordinação. Um dos mais ilustres implicados era o Capitão Aristides Aprígio Coimbra, designado para a função de comandar um desses núcleos, o que recusou pela sua afiliação aos ideais da oposição, tendo ainda obstado ao cumprimento das ordens gerais do regimento, já que arrazoou «manifestamente» que havia um exagero na aplicação de tais medidas⁵⁵³. Outro oficial dessa unidade militar que agiu para bloquear a defesa da cidade foi o Capitão António Augusto Mateus, que, de forma rebelde, não quis cumprir no tempo suposto a sua função de proteger uma das companhias criadas, indiciando «pouca energia» na defesa da Situação⁵⁵⁴. Tendo em conta a existência de elementos próximos ao Comité Central nos vários regimentos, era natural que diversos oficiais que aparentavam não ir ao encontro das pautas pró-situacionistas fossem alvo de suspeição, circunstância em que surgiu um aparente delegado do Comité Revolucionário do Norte, o Tenente Manuel Jorge, representante de José de Mascarenhas, antigo Ministro da Guerra⁵⁵⁵; no entanto, tal ideia parece descabida, pois o Coronel Mascarenhas tinha menos autoridade que Nuno Cruz e César de Almeida, líderes do comité na região. Os revoltosos estavam atentos quanto ao meio académico, pelo que, no caso concreto de Infantaria 18, o Primeiro-sargento António Correia Gonçalves⁵⁵⁶, em 1 de maio, espalhou boatos sobre a vitória de Norton de Matos e subsequente «louvor à “República”»⁵⁵⁷; em Braga, por exemplo, houve boatos quanto à constituição de um ministério com nomes como Afonso Costa e Cunha Leal⁵⁵⁸.

⁵⁵² AHM – *Processo político do Capitão Aristides Aprígio da Silva Ferreira Coimbra*. (Divisão 33, caixa 408, número 114). Informações sobre a ação de indivíduos de Infantaria 18 entre abril e maio de 1931.

⁵⁵³ AHM – *Processo político do Capitão Aristides Aprígio da Silva Ferreira Coimbra*. (Divisão 33, caixa 408, número 114).

⁵⁵⁴ AHM – *Processo político do Capitão Aristides Aprígio da Silva Ferreira Coimbra*.

⁵⁵⁵ AHM – *Processo político do Capitão Aristides Aprígio da Silva Ferreira Coimbra*.

⁵⁵⁶ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento António Correia Gonçalves*. (Divisão 33, caixa 407, número 78). Descrição da ação levada a cabo durante a revolta da Madeira.

⁵⁵⁷ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento António Correia Gonçalves*.

⁵⁵⁸ Em Braga houve manifestações. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 23 438, 3 de maio de 1931, p. 2.

Penafiel conheceu igualmente um conjunto de planos para que, na madrugada de 2 de maio, se secundasse a insurreição a eclodir no Porto, o que não admira pela aglomeração de contestatários nessa localidade; assim, o regime prestou uma atenção redobrada aos oficiais, temendo ainda a sua articulação com civis ligados a Penafiel e cidades limítrofes, como José Vahia ou Joaquim Cotta, «a figura máxima da antiga política local»⁵⁵⁹. Nesse sentido, os nomes mais envolvidos em «manejos revolucionários» foram deslocados para outros espaços, como Eugénio Leitão⁵⁶⁰.

No distrito de Aveiro houve uma reconfiguração das hostes que, no início de abril, visavam sublevar o território. Havia planos concernentes a revoltar todos os concelhos, os quais tiveram maior desenvolvimento em Ovar, cuja liderança estava entregue a um Primeiro-sargento de Infantaria 19, Francisco Marques Alegria, que fez diligências para tomar a Câmara Municipal, sob a prerrogativa da vitória de Norton de Matos e subsequente necessidade de terminar com quaisquer vestígios locais da ligação à Ditadura, ação anulada pelas forças policiais que o vigiavam⁵⁶¹. Já em Espinho, havia um plano que envolvia oficiais da Companhia de Tiro, devidamente convocados pelo seu Segundo-comandante, Alípio Oliveira, que agia em colaboração com Rómulo de Oliveira; essa conspiração consistia em deixar os sublevados na cidade, onde deviam amotinar civis e militares, e, na deslocação ao Porto, concretamente ao Hotel Aliança, com o argumento de que a Ditadura havia terminado e que, desta forma, acabara «o fadário de ser preciso dar mais dinheiro para revoluções»⁵⁶². No entanto, em Espinho, a polícia desmontou as redes conspiratórias aí existentes e, no Porto, Alípio Oliveira e Rómulo de Oliveira foram intercetados e detidos.

O caso de Viseu foi mais paradigmático neste âmbito. O Regimento de Infantaria 14, ao longo dos anos, tendeu a ser um reduto fiel da Situação, o que não foi exceção

⁵⁵⁹ QUEIROZ, António José – *Um ilustre republicano penafidense: Dr. Joaquim Cotta (1873-1957)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2019, p. 34.

⁵⁶⁰ AHM – *Processo político do Major de Infantaria na reserva Eugénio Ivo Parada da Silva Leitão*. (Divisão 33, caixa 406, número 55).

⁵⁶¹ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento de Infantaria Francisco António Marques Alegria*. (Divisão 33, caixa 405, número 25). Cadastro referente à ação de Francisco Alegria entre 1927 e 1931.

⁵⁶² AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria na reserva Alípio José da Cruz Oliveira*. (Divisão 33, caixa 405, número 28). Cadastro entre 1928 e 1933.

nos meses iniciais de 1931. Todavia, na cidade, surgiu um núcleo contestatário, em íntima relação com o Centro Republicano⁵⁶³, que contava com a participação de um grande número de «estudantes do Liceu», com idades compreendidas, regra geral, entre os 16 e os 18 anos⁵⁶⁴. Um dos nomes mais destacados era o Alferes picador de Artilharia de Montanha 12 António dos Santos, que promovia conferências realizadas no Centro Republicano e propagandeava a adoção de métodos coercitivos para novas adesões às conspirações⁵⁶⁵, como ocorreu na noite de 1 para 2 de maio. Convictos do levantamento numa série de pontos do continente, vários indivíduos reuniram-se no Centro Republicano e em vielas, pelo que António dos Santos e um parco número de oficiais que lhe eram próximos não cumpriram as ordens dadas ao regimento; as investigações apuraram ainda a conivência do Comandante de Artilharia de Montanha 12 nesses atos, apesar da falta de associação direta à revolta⁵⁶⁶.

A articular a região do Porto com a de Coimbra estavam Camilo Zuzarte Cortesão e Hélder Ribeiro, em deslocações contínuas entre as duas regiões. No final do mês de abril, Mário Cal Brandão e Fernando Correia Simões foram enviados ao Porto, onde, na freguesia de Ramalde, contactaram com Camilo, que lhes solicitou que regressarem a Coimbra, pois a revolta eclodiria no dia 2 e conviria ter todos os apoios possíveis⁵⁶⁷. No entanto, devido à concentração de militares na Pampilhosa e no Entroncamento foram abortados todos os planos e efetuadas dezenas de prisões.

Estas tentativas de secundar a revolta da Madeira constituíram uma nova “revolução do remorso”, parafraseando a expressão cunhada por Sarmento Pimentel em 1927. Enquanto o continente apoiava a insubordinação, terminava a possibilidade de resistência à acirrada defesa da Ditadura. Ao início da madrugada de 2 de maio, os

⁵⁶³ Organização revolucionária ainda havia considerada pela bibliografia atinente a esta matéria.

⁵⁶⁴ AHM – *Processo político do Tenente picador António Santos*. (Divisão 33, caixa 409, número 123). Relatório de incriminação de António Santos.

⁵⁶⁵ AHM – *Processo político do Tenente picador António Santos*. (Divisão 33, caixa 409, número 123). Auto de averiguações do núcleo contestatário de Viseu.

⁵⁶⁶ AHM – *Processo político do Tenente picador António Santos*. (Divisão 33, caixa 409, número 123). Auto de averiguações do núcleo contestatário de Viseu.

⁵⁶⁷ A academia de Coimbra e a Ditadura – depoimento de Mário Cal Brandão. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, Vol. 1, p. 171.

comandantes revoltosos, para «evitar o sacrifício da população civil», comunicaram ao Ministro da Marinha a rendição sem condições⁵⁶⁸; todavia, não estavam ainda liquidadas as manifestações deste movimento, pois a Guiné só capitulou no dia 6.

O colapso deste movimento insurrecional, «precipitado» e mal gerido⁵⁶⁹, foi tido como «o ponto decisivo na luta entre os sistemas demoliberal e corporativista»⁵⁷⁰. Apesar de *a posteriori* virem a desabrochar novos focos de contestação, os republicanos estavam «fatigados» e “desanimados»⁵⁷¹ e não conseguiam «dinamizar as massas»⁵⁷², cada vez mais desacreditadas no que muitos setores encaravam como «boateiros e falsos portugueses»⁵⁷³. Por outro lado, a fraca liderança da resistência republicana tinha o seu vórtice quase exclusivamente em Bernardino Machado, insuficiente para fazer face a tantos problemas e conciliar as diferentes estratégias⁵⁷⁴.

A destruição das redes conspiratórias foi mais um duro golpe à ação dos diversos comités⁵⁷⁵, a braços com a perda de qualquer tipo de «florido otimismo»⁵⁷⁶. Ao longo das semanas subsequentes à rendição, a Ditadura decretou a deslocação dos suspeitos para outros territórios, apesar de, numa época posterior, relativamente a muitos se comprovassem falaciosos quaisquer indícios de ligação à revolta da Madeira. O caso do Porto foi paradigmático, pois em 18 de maio de 1931, o Brigadeiro Francisco de Lacerda Machado, Comandante da Primeira Região Militar, informou que cerca de uma dezena de oficiais foram libertados por «não haver motivos para continuarem presos», incluindo-se nesse conjunto um Capitão de Caçadores 9 e oito Tenentes⁵⁷⁷.

Confrontados com uma nova vaga de repressão, foram centenas os que optaram pelo exílio, com Espanha a ser o principal destino pelo governo apoiar «em dinheiro,

⁵⁶⁸ Ordem pública – a revolta militar da Madeira. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 104, 5 de maio de 1931, p. 7.

⁵⁶⁹ CC – FBM – Carta de António do Lago Cerqueira a Bernardino Machado, 16 de maio de 1931.

⁵⁷⁰ ALVES, Ferro – *A Mornaça. A revolta nos Açores e Madeira em 1931*, p. 101.

⁵⁷¹ CC – FBM – Carta de Vítor Falcão a Bernardino Machado, 2 de abril [maio] de 1931.

⁵⁷² ALVES, Ferro – *A Mornaça. A revolta nos Açores e Madeira em 1931*, p. 101.

⁵⁷³ O 1.º de Maio em Guimarães. *O Comércio de Guimarães*. Guimarães, n.º 4463, 5 de maio de 1931, p. 1.

⁵⁷⁴ CC – FBM – Carta de Vítor Falcão a Bernardino Machado, 18 de maio de 1931.

⁵⁷⁵ CC – FBM – Carta de Santiago Prezado a Bernardino Machado, 9 de maio de 1931.

⁵⁷⁶ CC – FBM – Carta de Eduardo de Carvalho a Bernardino Machado, 5 de maio de 1931.

⁵⁷⁷ AHM – *Processo político do coronel Raul Vidal*. (Divisão 33, caixa 409, número 122). Carta do comando da 1.ª Região Militar a informar da libertação e da manutenção sob custódia de vários Sargentos.

armas e logística»⁵⁷⁸. Se, ainda durante a revolta, já havia apelos para a deslocação do centro da emigração política de França para Espanha, a sua liquidação levou ao aumento desta proposta pela fixação nas regiões de fronteira, que oferecia potencialidades⁵⁷⁹ como o estímulo à passagem para o lado português e subsequente diálogo com os comités atuantes no interior do país. As «iniciativas agressivas»⁵⁸⁰ desencadeadas por Espanha levantavam receios diversos à Ditadura portuguesa, que continuará a recorrer, no seu discurso propagandístico, à ideia de que os opositores pretendiam a anexação do país por Espanha. Um dos pontos que os exilados mais vincavam, a despeito da sua localização, era a campanha favorável efetuada pelos periódicos espanhóis e que evidenciava que os regimes ditatoriais de esquerda e de direita deviam ser combatidos pela intensificação das inter-relações entre os que resistiam aos autoritarismos em países como Espanha, Portugal, Itália ou Polónia⁵⁸¹.

3.2.2. Do debate entre a via legal e a via revolucionária ao insucesso de Beyris

No conjunto de manobras de reação do governo, salientou-se a convocação de eleições municipais que implicava a reorganização do recenseamento eleitoral e a remodelação da Polícia de Informações para a garantia da «indispensável manutenção da ordem pública»⁵⁸². Para mostrar que se vivia num contexto de pacificação, o governo garantiu que haveria liberdade na criação das listas e na votação.

A promessa de um sufrágio livre e o colapso revolucionário precipitaram um incremento da defesa da via legal na estratégia republicana, com figuras de vários setores a aderir à ideia de participar no sufrágio como uma condição essencial para a estabilidade⁵⁸³. O primeiro passo para a formação de uma organização da oposição deveu-se, no entanto, ao Partido Socialista, então numa crise profunda que não atalhava

⁵⁷⁸ FARINHA, Luís – Republicanos portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936). *Revista de Estudios Extremeños*. LXXI: número extraordinário (2015), p. 314.

⁵⁷⁹ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 10 de maio de 1931.

⁵⁸⁰ TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *A relação peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 27.

⁵⁸¹ Fabian Vidal – Nueva era. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 2218, 15 de maio de 1931, p. 1.

⁵⁸² Polícia de Informações. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 160, 10 de julho de 1931, p. 5.

⁵⁸³ CC – FBM – Cópia de carta de Ricardo Covões para Eduardo Schwalbach, 8 de maio de 1931.

uma «estratégia de posicionamento equidistante»⁵⁸⁴ para com os partidos republicanos, oferecendo-lhes auxílio sem abdicar dos seus princípios básicos. Neste âmbito, Ramada Curto, principal nome do PS, lançou em 11 de maio de 1931 o «alvitre» de união de todos os partidos da oposição para atuar nas eleições, uma mudança de atitude face à Ditadura⁵⁸⁵.

Para os núcleos firmados em Portugal era “aceitar ou largar”, já que não eram inéditos incentivos quanto à transfiguração da luta. Norton de Matos tornou-se um dos maiores apologistas dessa união, a Aliança Republicana-Socialista (ARS). Ciente das dificuldades que se imporiam, o Grão-Mestre da Maçonaria solicitou que todos os republicanos, mesmo sem concordar com o alinhamento feito, se recenseassem para garantir a vitória e posterior cumprimento das «Leis da República»⁵⁸⁶. Foi grande o «entusiasmo» gerado pela constituição desta aliança, de cujo diretório faziam parte membros de todos os partidos republicanos, da *Seara Nova*, do Partido Socialista e ainda representantes independentes⁵⁸⁷. Nesta estratégia frentista, a única exceção formal foi o PCP, que considerava ser uma iniciativa fadada ao insucesso⁵⁸⁸. Contudo, os grupos mais próximos à Liga de Defesa da República mostravam-se igualmente contrários à constituição da ARS, que a viam como um fruto da «preguiça mental e moral»⁵⁸⁹ que assumiria contrário a todos os princípios da luta republicana⁵⁹⁰. Para estes, impunha-se evidenciar a mostrar a impossibilidade de estabelecimento de qualquer relação com a Ditadura⁵⁹¹; havia que aguentar ao máximo a nova revolução e apostar no seu cuidadoso planeamento.

⁵⁸⁴ FARINHA, Luís – *Ramada Curto. Republicano, socialista, laico*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 169.

⁵⁸⁵ O momento político – o Partido Socialista vai às eleições e o dr. Ramada Curto preconiza uma aliança republicana. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 3080, 11 de maio de 1931, p. 4; *Diário de Lisboa em O Comércio do Porto. O Comércio do Porto*. Porto, n.º 110, 12 de maio de 1931, p. 6.

⁵⁸⁶ AMPDL – *Carta do General Norton de Matos*, 15 de junho de 1931.

⁵⁸⁷ JANEIRO, Helena Pinto – A aliança republicano-socialista no rescaldo da I República. In ROLLO, Maria Fernanda – *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*. Lisboa: Assembleia da República, 2012, pp. 76-77.

⁵⁸⁸ Notas políticas. *Avante*. Portugal, n.º 5, 6 de junho de 1931, p. 3.

⁵⁸⁹ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 18 de maio de 1931.

⁵⁹⁰ CC – FBM – Carta de António do Lago Cerqueira a Bernardino Machado, 14 de maio de 1931; CC – FBM – Carta de Alberto Moura Pinto a Bernardino Machado, 1 de junho de 1931.

⁵⁹¹ CC – FBM – Carta de César de Almeida a Bernardino Machado, 24 de junho de 1931.

O manifesto da ARS, apresentado em 22 de junho de 1931, vincava a crença no peso do indivíduo em detrimento do das massas, entendidas como uma matéria amorfa que não correspondia ao objetivo desta confederação, que queria valorizar progressivamente a liberdade como farol da vida do país. No entanto, dadas as crescentes diferenças sociais, devia ocorrer a generalização do bem-estar social, que abrangia melhor cuidado à saúde e à educação. A ARS, composta por várias sensibilidades republicanas e socialistas, acreditava que essa pluralidade era benéfica, contanto que fiscalizada pelo Parlamento, que devia rever as prerrogativas da Constituição de 1911. Apesar do seu programa moderado, rapidamente surgiram críticas quanto à presença do Partido Democrático, o «Partido dos Escândalos»⁵⁹², acusado de desvirtuar a República.

Além da exposição das suas diretrizes, a ARS preparava um órgão oficioso para se aproximar da população. Dirigido por Miguel de Abreu, o primeiro número foi lançado em 6 de julho de 1931 sob o título *Alvorada*⁵⁹³, tendo como temas predominantes a exposição da «política interna e externa» e considerações relativas à economia e ao colonialismo; para estimular a criação de uma rede minimamente capilar e estimular uma participação heterogénea, era solicitada a presença de «agentes» das «principais vilas do país»⁵⁹⁴, tanto para participar no jornal, como nas iniciativas da associação.

Enquanto a ARS atuava de acordo com os trâmites legais, avançava a conspiração militar, consecutivamente adiada, a julgar pelas informações de António Sérgio, que contava inicialmente que a revolução fosse desencadeada em julho, aquando de uma «concentração de emigrados»⁵⁹⁵, mas que fora protelada pela ausência de condições, o que levou Francisco Aragão a recuar⁵⁹⁶. De facto, à exceção da capital, na generalidade do território não havia capacidade de fomentar uma revolta que aproveitasse os focos

⁵⁹² CC – Fundo Alberto Pedroso (FAP) – *Caluniadores!* Carta de Américo dos Santos enviada ao diretório da Aliança Republicano-Socialista, 9 de julho de 1931.

⁵⁹³ Não confundir este semanário com um outro periódico com o mesmo título e que foi publicado até fevereiro de 1931, nem com o jornal editado em Guimarães nesse ano.

⁵⁹⁴ “Alvorada”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 160, 10 de julho de 1931, p. 3.

⁵⁹⁵ PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974, p. 330.

⁵⁹⁶ CC – FBM – Carta de António Sérgio a Bernardino Machado, 22 de julho de 1931.

de contestação ao governo⁵⁹⁷, embora se destacasse que o Norte, ao longo das semanas, avançara quanto à organização revolucionária, maioritariamente civil, centrada no Porto⁵⁹⁸. Assim, não era hora de efetuar qualquer movimento que comprometesse seriamente a causa da oposição⁵⁹⁹.

Ao longo do verão, os grupos em que se dividia a oposição republicana foram alvo de uma reconfiguração. Existia um núcleo forte na fronteira galega, em particular em Vigo, dominado por Ribeiro de Carvalho, e que reunia uma quantidade considerável de emigrados umbilicalmente conectados ao Porto, como José Domingues dos Santos, António Resende e Lago Cerqueira, pelo que as forças de segurança tinham «todos os cuidados com a passagem por Valença»⁶⁰⁰. Outro grupo era o dos Budas, constituído em torno de Alberto Moura Pinto, Jaime Cortesão e Jaime de Moraes, e a que pertenciam Nuno Cruz e Camilo Cortesão. A rivalidade entre estes grupos, maioritários no contexto do exílio, foi um dos traços mais marcantes da resistência no início dos anos 1930, pois inviabilizava qualquer consenso⁶⁰¹. Contudo, a liderança geral do reviralhismo continuava a pertencer ao grupo de Afonso Costa e Bernardino Machado, pulverizado nos principais espaços de exílio. Dado este contexto, entende-se porque é que a reunião realizada em julho de 1931 com os emigrados foi uma “bizantinice”, parafraseando Sarmiento Pimentel⁶⁰², ao ter sido um duelo de egos políticos.

Contornando uma aparente ausência de «novidades»⁶⁰³, em 26 de agosto de 1931 iniciou-se uma sedição liderada por Sarmiento de Beires, Hélder Ribeiro e Utra Machado, com o apoio de várias figuras da ARS e particularmente de Norton de Matos⁶⁰⁴ – contrariamente à iniciativa, estava o grupo dos Budas e, de forma vincada, Jaime

⁵⁹⁷ CC – FBM – Carta de António Sérgio a Bernardino Machado, 22 de julho de 1931.

⁵⁹⁸ CC – FBM – Carta de Tércio da Silva Miranda a Bernardino Machado, 31 de agosto de 1931. Por uma infeliz coincidência, esta carta foi escrita posteriormente ao colapso da revolta que eclodirá em 26 de agosto e em que, como se verá, o Porto não terá manifestações de maior.

⁵⁹⁹ CC – FBM – Carta de Raul Proença a Bernardino Machado, 31 de julho de 1931.

⁶⁰⁰ CC – FBM – Carta de Filipe Mendes a Bernardino Machado, 14 de julho de 1931; CC – FBM – Carta de Filipe Mendes a Bernardino Machado, 10 de agosto de 1931.

⁶⁰¹ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 180.

⁶⁰² PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974, p. 343.

⁶⁰³ CC – FBM – Carta de Filipe Mendes a Bernardino Machado, 23 de agosto de 1931. Este comentário deve ser interpretado tendo por base a dificuldade de comunicação e a dissensão entre os diversos grupos.

⁶⁰⁴ MELO, Francisco Lopes – *1931: O ano de todas as revoltas*, p. 8.

Cortesão. Para a prossecução da intentona, foi criado o Comité Militar de Libertação Nacional, que deveria ser organizar uma rede capilar a agir de Norte a Sul e representar a «frente única de todos os elementos de oposição à ditadura»⁶⁰⁵.

Concentrado em Lisboa, o movimento teve epicentros em Caçadores 7 e em Alverca, com um número reduzido de manifestações em outras localidades. No Norte do país, é já conhecido que Basílio Lopes Pereira e Nuno Cruz pretenderam assaltar a Serra do Pilar⁶⁰⁶, mas deve acrescentar-se que o Regimento de Infantaria 6 foi um dos mais ativos. Penafiel, apesar do controlo acirrado pelas forças de segurança, continuava a ser sede de um conjunto distinto de conspirações, com reuniões colideradas por Joaquim Cotta e o Major Parada Leitão, e a que assistiram vários oficiais de Infantaria 6, pelo que não surpreende o plano, marcado para 26 de agosto, de assaltar o regimento, sob o comando do Tenente de Infantaria António Cordeiro⁶⁰⁷ – mas que acabou por falhar. Enquanto isso, o Porto entrou rapidamente em ordem de prevenção geral, sendo impossível agir conformemente à insurreição, ou, sequer, apoiar um conjunto de oficiais que se reunia na Foz para conspirar contra a Situação⁶⁰⁸, à exceção da detonação de uma bomba no Largo da Picaria, o que levou a cerca de quinze detenções, sobretudo de civis⁶⁰⁹.

Foi fácil para a Situação dominar a revolta em questão de horas, pois desde finais de junho, vinha ordenando prisões e mudanças de residência que reduziram a operacionalidade dos vários comités. Por exemplo, no início de agosto de 1931, em Viana do Castelo foi apreendida documentação revolucionária e posteriormente detido todo o comité, em que estavam implicados o Capitão Elísio Garção, o Tenente Manuel

⁶⁰⁵ Relato do auto de inquirição de Hélder Ribeiro sobre o 26 de agosto de 1931 e apontamentos do coronel. In SILVA, Francisco Ribeiro da (Coord.) – *Coronel Hélder Ribeiro: correspondência recebida (1902-1931) e notas biográficas*. Porto: Universidade Portucalense, 1997, pp. 334-336.

⁶⁰⁶ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 185.

⁶⁰⁷ AHM – Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro. (Divisão 33, caixa 404, número 11). Cadastro político de António Norberto de Matos Cordeiro entre 1930 e 1933.

⁶⁰⁸ AHM – *Processo político do Tenente António Gonçalves dos Santos Nobre*. (Divisão 33, caixa 409, número 120). Relatório referente a António Nobre e a atuação anti situacionista.

⁶⁰⁹ No Porto foram efetuadas várias prisões. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 23 554, 27 de agosto de 1931, p. 3; O rescaldo da tentativa revolucionária – a ordem é absoluta em todo o país. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 23 555, 28 de agosto de 1931, p. 5.

Domingos e o Sargento-ajudante Bernardo de Sousa⁶¹⁰. Um pouco antes, o cabecilha da organização insurrecional em São Cosme, «o indesejável mais desqualificado» a atuar no Porto, o comerciante António Mendes Barbosa⁶¹¹, foi deslocado para Vizela.

Por todos estes fatores, era «uma revolução anunciada e amputada»⁶¹², tanto mais porque foi decretada prevenção geral em todo o país, que travou manifestações pró-revolucionárias, aliada à paulatina desistência dos líderes militares. Assim, as narrativas hiperbólicas dos periódicos espanhóis que davam como certo o «eco imediato em todo o país»⁶¹³, para infelicidade dos opositores, não se concretizaram.

A revolta foi efémera, mas teve consequências gravosas. A parca solidariedade entre as oposições rompeu-se, a revolução tornou-se indesejada e vozes até então contestatárias aliaram-se à reivindicação de ordem e trabalho. Foi o que aconteceu com *A Montanha*, o mais notório diário republicano do Porto, que, embora sofrendo as dores do ostracismo a que certos setores tinham votado o PRP, perguntou num editorial:

... não será tempo de se pôr fim à série de revoluções, que tem cavado, entre os portugueses, insondáveis abismos [...]? O sentimento nacional que se pronuncie. Quanto ao nosso, deixemo-lo ir, transformado em comiseração, sobre os cadáveres, que a rajada revolucionária arremessou para os cemitérios, rasgando na alma nacional sulcos de dor, que só muito tarde poderão extinguir-se.

O País não quer mais revoluções. A crise é grande. Toda a gente procura trabalho [...] e matar a própria fome.

Não pode ser. O ciclo das revoluções tem de fechar-se. [...]

Para vivermos independentes e progressivos necessitamos de um ambiente de ordem.⁶¹⁴

⁶¹⁰ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria Manuel Joaquim Domingos*. (Divisão 33, caixa 406, número 49). Informação sobre três prisões em Viana do Castelo, em 8 de agosto de 1931.

⁶¹¹ TT – *Cadastro de António Mendes Barbosa*. (PT-TT-PIDE-DP-D-002-484).

⁶¹² FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 179.

⁶¹³ El movimiento revolucionario en Portugal. *El Heraldo de Madrid*. Madrid, n.º 14 218, 27 de agosto de 1931, p. 1.

⁶¹⁴ O sentimento nacional que se pronuncie – Perante a vontade forte da nação. *A Montanha*. Porto, n.º 6156, 29 de agosto de 1931, p. 1. *A Montanha*, órgão do PRP, manifestou nos seus editoriais críticas veementes às ações da oposição, o que pode ser visto como a manifestação de ressentimento à tendência dos restantes grupos republicanos excluírem os democráticos. A partir de 1931, as informações são inócuas e atingem o seu auge nas revoltas de 1933 e 1935, praticamente não referidas.

Para a oposição, a conjuntura era ainda mais ameaçadora pelo cenário «de terror» que a Ditadura impôs⁶¹⁵. A par de numerosas prisões, o recurso ao exílio aumentou, bem como o rigor da vigilância policial que abarcou os implicados em insubordinações. Ciente dos perigos que a fronteira acarretava, o governo exigiu aos emigrados políticos em Espanha que se afastassem da raia⁶¹⁶, dificultando as constantes deslocações e subsequentes conversações com os núcleos atuantes no território.

A ARS e o seu semanário viviam uma situação complicada, não encontrando na «opinião republicana liberal o apoio que se esperava»⁶¹⁷; destarte, o esforço de reverter o descrédito social era hercúleo, mesmo com a adesão formal de milhares de indivíduos. A insurreição de 26 de agosto consumou o malogro da associação, pois deu ao governo a possibilidade de cancelar as eleições “livres”. Quanto aos Budas, também criticaram a revolta que, sem a participação do «verdadeiro Comité Revolucionário», estava fadada à derrota⁶¹⁸.

Uma vez que a massa republicana parecia pouco conectada com o «espírito de revolta»⁶¹⁹, crescia a preocupação com a consolidação da Ditadura e, de forma mais veemente, com a incapacidade de edificação de um bloco homogéneo. A tendência para o aumento do descrédito na via *putschista* dificultou uma reunião das fações resistentes, dado que algumas criticavam abertamente «a precipitação absurda e injustificável»⁶²⁰ e outras entendiam que já devia ter sido efetuada a revolução sem temer uma possível derrota. Com a intenção de evitar o colapso definitivo do bloco político e militar, Bernardino Machado convocou uma conferência em que deviam participar todos os republicanos. Os objetivos dessa reunião eram os habituais: reconhecer e ultrapassar o que falhara no passado, e elaborar um plano de ação para a revolução e para o governo

⁶¹⁵ CC – FBM – Carta de Gonçalo de Reparaz Jr. a Bernardino Machado, 21 de setembro de 1931.

⁶¹⁶ CC – FBM – Carta de Artur de Oliveira Santos a Bernardino Machado, 8 de outubro de 1931.

⁶¹⁷ AMPDL – *Carta de Miguel de Abreu ao General Norton de Matos*, 23 de agosto de 1931.

⁶¹⁸ Entrevista de Jaime Cortesão ao *La Petite Gironde*, em 29 de agosto de 1931 *apud* FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 177.

⁶¹⁹ CC – FBM – Carta de Américo Limpo Buísel a Bernardino Machado, 22 de setembro de 1931.

⁶²⁰ CC – FBM – Carta de José Mascarenhas a Bernardino Machado, 15 de novembro de 1931.

dela saído nas suas múltiplas dimensões, como a composição ministerial e a política externa.

Realizada entre 22 e 23 de novembro de 1931, a Conferência de Beyris⁶²¹ tentou congrega is diversos setores da oposição republicana – a Liga de Defesa da República, representada por Pina de Moraes, os Budas, os emigrados em Paris, Biarritz e Corunha, contando-se ainda a presença de Cunha Leal e de Lago Cerqueira, um dos representantes dos democráticos⁶²² –, mas teve igualmente ausências significativas. Desde logo, Norton de Matos – exilado na região dos Pirenéus, que ainda em finais de outubro se assumiu como subscritor da necessidade de discussão do plano que devia ser seguido pelo bloco opositor⁶²³ e, embora tivesse prometido que «nela comparec[ia] sem falta»⁶²⁴, não esteve em Beyris –, assim como os emigrados de Bruxelas, Corunha e Sevilha e de alguns dos representantes do PRP.

É consabido que a Liga de Paris tendia a considerar «inútil pensar mais na luta legal»⁶²⁵ pela possibilidade de conferir legitimação à Ditadura, sendo evidente a dificuldade de alguns membros em deixarem de lado as suas dissensões para se focar no derrube da Ditadura, bem como o peso dos defensores do caminho veiculado por ARS. Como essa associação continuava a ter supremacia⁶²⁶, apelou para que a Aliança Republicana-Socialista colaborasse na revolução⁶²⁷. A ausência de recursos económicos era uma realidade, assim como a debilidade causada pelo desinteresse de alguns na ação concertada, o que conferia parcos horizontes para um futuro imediato. Confrontada com este cenário nocivo para a resistência, a Liga de Paris propôs a criação de um «Organismo Central», o Comité Supremo, que deveria assumir as funções de um

⁶²¹ Dado que este tema se encontra bem conhecido e caracterizado, apresenta-se uma sùmula que exhibe os seus traços gerais – sem descurar documentação que não está plasmada na bibliografia existente – e a sua implicação no que será a ação revolucionária nos anos seguintes.

⁶²² CC – Fundo Afonso Costa (FAC) – *Actas da Reunião de Beyris*, 22-23 de novembro de 1931.

⁶²³ MBM – Carta de Norton de Matos a Bernardino Machado, 27 de outubro de 1931.

⁶²⁴ MBM – Carta de Norton de Matos a Bernardino Machado, 22 de outubro de 1931.

⁶²⁵ CC – FAC – *Reunião de Beyris*, 22-23 de novembro de 1931.

⁶²⁶ Prova do peso que a Liga de Defesa da República mantinha no âmbito republicano era a «interferência ativa (leia-se abusiva)» de vários dos seus membros no decurso da assembleia, mormente Pina de Moraes. QUEIROZ, António José – Os Budas e a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo: Convergências e Divergências no Revirralhismo dos Anos 30. *Boletim Cultural*. IV: 10-11 (2016-2017), p. 178.

⁶²⁷ CC – FAC – *Actas da Reunião de Beyris*, 22-23 de novembro de 1931.

governo provisório, dirigindo «superiormente» tanto a revolução como o que dela viesse a sair⁶²⁸. Em qualquer caso era necessário recorrer um empréstimo externo, missão assumida por Moura Pinto junto do governo espanhol.

A Conferência de Beyris ficou aquém do expectável. Moura Pinto não efetuou os deveres a ele consignados, tornando impossível contornar a inexistência de recursos⁶²⁹ e, durante o mês de dezembro, «os trabalhos de organização do Comité técnico»⁶³⁰ acabaram por estagnar pela inércia dos partidários da ARS. Se, para «libertar Portugal de um regime de opressão e de terror»⁶³¹, tinha de se conjugar todos os esforços possíveis, muitos evitavam seguir essa estratégia, sobretudo em território nacional, rejeitando contrair empréstimos para a obtenção de armamento, posição sobremaneira criticada por Ribeiro de Carvalho, que se tornara o verdadeiro líder revolucionário no interior de Portugal⁶³².

De certa maneira como resposta à assembleia realizada em Beyris, em 22 de dezembro de 1931, foi criado o Conselho Político Nacional, órgão consultivo que deveria ir ao encontro das diretrizes da «reorganização política e administrativa»⁶³³ e cuja principal atribuição, no fim de contas, será o debate de quaisquer propostas de textos constitucionais, reunindo as direitas posicionadas em prol da Ditadura com a possível intenção de «comprometer a sensibilidade» dos republicanos conservadores⁶³⁴.

O ano de todas as revoltas, assim conhecido pela eclosão de um conjunto de insurreições, terminou com o colapso das ações do bloco resistente. A Ditadura garantia a sua consolidação, o que será conseguido em particular nos dois anos seguintes, enquanto os republicanos ensaiavam novas tentativas de unificação.

⁶²⁸ CC – FAC – *Reunião de Beyris*, 22-23 de novembro de 1931.

⁶²⁹ MBM – Carta de João Pina de Morais a Bernardino Machado, 28 de dezembro de 1931.

⁶³⁰ MBM – Carta de João Pina de Morais a Bernardino Machado, 28 de dezembro de 1931.

⁶³¹ CC – FAC – Cópia de carta dirigida pela Liga de Defesa da República ao general Norton de Matos, relatando os resultados da Conferência de Beyris, 16 de dezembro de 1931.

⁶³² FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 204.

⁶³³ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 294, 22 de dezembro de 1931. Decreto n.º 20 643.

⁶³⁴ SARDICA, José Miguel – O crepúsculo do republicanismo militar conservador: José Vicente de Freitas perante a Constituição de 1933. [Em linha]. *Ler História*. 75 (2019), parágrafo 22.

3.3. As tentativas de concertação entre 1932 e 1933

O ano de 1932 iniciou-se com perspectivas positivas para a resistência republicana, esperançosa que os princípios de Beyris seriam acatados para construir uma República que não repetisse os erros do passado. No entanto, rapidamente se percebeu que esse cenário era apenas idílico, já que nem todas as fações estavam satisfeitas com as estratégias gizadas para a vitória revolucionária e os «chamados dirigentes republicanos» fracassavam em liderar a luta⁶³⁵. As dissensões entre os vários chefes, motivo de «indignação»⁶³⁶, minavam a possibilidade de vitória, agravadas pela pressão da polícia que desmontava consecutivamente as redes conspiratórias «à mais leve desconfiança»⁶³⁷, o que produzia um estado de letargia na oposição⁶³⁸.

A constituição do Comité Supremo continuava a ser apenas teórica, pois os elementos que permaneciam no país não estavam dispostos a abdicar do seu conhecimento das circunstâncias a favor da liderança dos que estavam no estrangeiro, atitude atribuída em particular aos Budas e a Jaime de Morais⁶³⁹. No Norte, a organização revolucionária avançou devido a nomes com historial no âmbito das ações da oposição. Entre janeiro e fevereiro de 1932, foram realizadas várias diligências para aliciar o Major Aníbal Franco, então comandante da GNR do Porto, para que aceitasse na sua dependência elementos conhecidamente anti situacionistas⁶⁴⁰, assim como o Major Eugénio Leitão, essencial no ano de 1931 no Regimento de Infantaria 6 em Penafiel. Em Guimarães, localizavam-se igualmente indivíduos bem posicionados na luta, como o médico Alfredo Fernandes, ligado a Mariano Felgueiras e responsável pela obtenção de recursos para alguns emigrados, o que culminou na sua prisão em meados de fevereiro por «suspeita de conspirar»⁶⁴¹. A atitude de interajuda entre os resistentes no interior e no exílio, contudo, não era generalizada, a julgar pela denúncia de

⁶³⁵ CC – FBM – Carta de Armando Agatão Lança a Bernardino Machado, 28 de janeiro de 1932.

⁶³⁶ CC – FBM – Carta de Artur de Oliveira Santos a Bernardino Machado, 25 de fevereiro de 1932.

⁶³⁷ CC – FBM – Carta de Agostinho Manuel de Sousa a Bernardino Machado, 15 de fevereiro de 1932.

⁶³⁸ CC – FBM – Carta de Filipe Mendes a Bernardino Machado, 1 de fevereiro de 1932.

⁶³⁹ CC – FBM – Carta de Álvaro Poppe a Bernardino Machado, 6 de fevereiro de 1932.

⁶⁴⁰ AHM – *Processo político do Major de Infantaria na reserva Eugénio Ivo Parada da Silva Leitão*. (Divisão 33, caixa 406, número 55). Cadastro político entre 1930 e 1933.

⁶⁴¹ CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 23 de fevereiro de 1932.

Domingues dos Santos quanto à falta de interesse dos círculos do Porto e de Lisboa em ajudar os emigrados nas suas várias necessidades⁶⁴² – prova de que a Comissão de Assistência falhava na sua missão primordial.

Mesmo com o apoio do governo espanhol, era mais complicada a relação com a população, não sendo o momento, «nem pela intensidade, nem pela extensão» do bloco dos opositores, de uma revolta triunfante⁶⁴³ por ser impossível a maturação de um «bloco em volta do estandarte da República»⁶⁴⁴. Apesar dos múltiplos contactos, prosseguia a dificuldade em constituir o Comité Supremo do qual dependeria o convencionado Comité Militar Revolucionário⁶⁴⁵ e a subsequente organização da revolução, com o principal entrave a ser a facção de Ribeiro de Carvalho, que indicava uma atitude ambígua⁶⁴⁶. Esse era um dos principais problemas apontados ao reviralhismo, no primeiro semestre de 1932, pela incapacidade de coordenar tantos territórios e grupos sem um comando unificado de Norte a Sul⁶⁴⁷.

A desorientação na luta anti ditatorial⁶⁴⁸ continuava a ser uma realidade, o que levava muitos a imputar culpas à ausência de um veículo oficioso que evidenciasse as diretrizes do bloco oposicionista e esclarecesse as suas prioridades a médio e longo prazo. Dessa forma, surgiram projetos para o desenvolvimento de revistas de cariz republicano, como o de Mário Salgueiro, residente em Madrid e anteriormente exilado em Cabo Verde, que visava a criação de uma plataforma com a intenção de «combater a ditadura», para o que pedia o apoio de Bernardino Machado⁶⁴⁹, desígnio fracassado – as críticas à passividade de muitos continuavam a avolumar-se⁶⁵⁰.

A organização da oposição no Norte, cujo comité estava ligado aos Budas, continuava a ser pautada por desfasamentos. Penafiel e Guimarães permaneciam como

⁶⁴² CC – FBM – Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado, 17 de fevereiro de 1932.

⁶⁴³ CC – FBM – Carta de Sebastião Peres Rodrigues a Bernardino Machado, 28 de março de 1932.

⁶⁴⁴ CC – FBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 9 de março de 1932.

⁶⁴⁵ CC – FAC – Carta de Afonso Costa a Fernando de Castro, 16 de março de 1932.

⁶⁴⁶ CC – FBM – Carta de Álvaro Poppe a Bernardino Machado, 31 de março de 1932; CC – FBM – Carta de Lourenço Guedes a Bernardino Machado, 11 de junho de 1932.

⁶⁴⁷ CC – FBM – Carta de José de Almeida a Bernardino Machado, 14 de março de 1932.

⁶⁴⁸ CC – FBM – Carta de Armando Agatão Lança a Bernardino Machado, 18 de abril de 1932.

⁶⁴⁹ CC – FBM – Carta de Mário Salgueiro a Bernardino Machado, 14 de maio de 1932.

⁶⁵⁰ CC – FBM – Carta de António Júlio Matos Nunes a Bernardino Machado, 11 de junho de 1932.

importantes baluartes de apoio à causa revolucionária, com fortes vínculos partidários. O núcleo penafidense de republicanos, numa cifra de cerca de 60 membros, tinha ligações a José Domingues dos Santos e colocava-se à disposição para honrar o seu legado do republicanismo⁶⁵¹. O Regimento de Infantaria 6 persistia como sede de um conjunto de conspirações, com a participação de civis e militares como Joaquim Cotta ou Alcídio Lopes de Almeida⁶⁵². Em Guimarães estava disponível uma componente revolucionária forte, o que suscitava uma acirrada perseguição por parte da Ditadura⁶⁵³. No Douro vinhateiro, a Régua evidenciava uma boa cobertura da Aliança Republicana-Socialista, já desde a sua constituição, o que era visto de forma positiva⁶⁵⁴.

Diferente era o cenário na região de Coimbra, onde a Situação acreditava estar suficientemente consolidada e para onde deslocou alguns indivíduos, em particular para a Figueira da Foz e para Infantaria 20, como foi o caso do Tenente Júlio Rodrigues Andrade⁶⁵⁵. Eis a razão pela qual, ao longo do segundo semestre do ano, se relatava constantemente a ausência de avanços de conspirações nestas cidades⁶⁵⁶.

Dado o constante desentendimento entre os vários agrupamentos republicanos, continuou a ser adiada a revolução⁶⁵⁷. Dentre os reajustes feitos, Camilo Cortesão ascendeu ao cargo de colíder do comité atuante na região do Grande Porto e centrado em Penafiel⁶⁵⁸. A prioridade para a oposição republicana era criar o Comité Supremo, articulando os diversos núcleos da emigração com o do país, o que parecia estar em bom caminho no verão de 1932⁶⁵⁹. O Revirinho acreditava que era altura de, sem hesitações,

⁶⁵¹ Arquivo Municipal de Matosinhos (AMM) – Espólio José Domingues dos Santos (EJDS) – *Carta dos Republicanos de Penafiel para o Dr. José Domingues dos Santos [exilado em Paris] parabeneizando-o pelo seu aniversário [45º aniversário] e reafirmando a admiração política de todos*, 8 de maio de 1932.

⁶⁵² AHM – *Processo político do Major de Infantaria na reserva Eugénio Ivo Parada da Silva Leitão*. (Divisão 33, caixa 406, número 55). Cadastro político entre 1930 e 1933.

⁶⁵³ CC – FBM – Carta de Lourenço Guedes a Bernardino Machado, 11 de junho de 1932; CC – FBM – Carta de Mariano da Rocha Felgueiras a Bernardino Machado, 21 de abril de 1932.

⁶⁵⁴ SEQUEIRA, Carla – *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM, 2014, p. 220; CC – FBM – Eleição da nova comissão diretiva da ARS na Régua, junho de 1932.

⁶⁵⁵ AHM – *Processo político do Tenente Júlio Rodrigues Andrade*. (Divisão 33, caixa 405, número 32). Relatório de abril de 1932 a autorizar a residência de Júlio Andrade na Figueira da Foz.

⁶⁵⁶ CC – FMM – Carta de Diogo de Macedo a Manuel Mendes, 17 de setembro de 1932.

⁶⁵⁷ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 4 de maio de 1932.

⁶⁵⁸ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 11). Cadastro político de António Norberto de Matos Cordeiro entre 1930 e 1933.

⁶⁵⁹ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 6 de junho de 1932.

desenvolver uma organização militar coesa a ser dirigida por quatro dos mais experientes homens do bloco – Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Ribeiro de Carvalho – que deveriam incentivar os democráticos a continuar a lutar contra a Ditadura⁶⁶⁰. No imediato, esta convicção foi infundada pela persistência das dissensões entre os resistentes. As críticas mais veementes dirigiam-se aos Budas, envolvidos em negociações com Espanha em que teciam planos conspiratórios em troco «de ordenado»⁶⁶¹.

Nesta atmosfera confusa, em julho de 1932, Oliveira Salazar ascendeu ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros. O republicanismo conservador deixou de ser dominante na Ditadura Militar, sendo claro o ascendente do chefe de governo sobre o Presidente da República e o apoio mútuo da ala direita da ULR ao executivo.

Esta alteração ministerial ocorreu tautocronamente à constituição do Comité Supremo, presidido por Bernardino Machado, e sem a presença dos Budas⁶⁶². Desta forma, o processo de união republicana não era «real»⁶⁶³ e defraudava as expectativas dos que, em Espanha, tentavam conseguir auxílios à luta anti ditatorial, como Manuel Azaña, próximo de Jaime Cortesão e, à época, primeiro-ministro espanhol⁶⁶⁴. A ausência do grupo de Madrid manifestou-se ainda na *Seara Nova*, cujo delegado era precisamente Cortesão⁶⁶⁵, apesar dos protestos de António Sérgio, exilado em Vigo⁶⁶⁶. Os avanços na constituição desse órgão, mesmo assim, deviam repercutir-se na esfera militar pela influência no «êxito» da atuação revolucionária no terreno, para o que concorreria a ação de Ribeiro de Carvalho, a ter de apoiar a iniciativa⁶⁶⁷.

A constituição do Comité Militar, a ser liderado por um nome escolhido pelo Comité Supremo – de acordo com as deliberações de 1 de setembro⁶⁶⁸ –, esbarrava, no

⁶⁶⁰ CC – FBM – Carta de António Júlio Matos Nunes a Bernardino Machado, 21 de julho de 1932.

⁶⁶¹ CC – FBM – Carta de Armando de Azevedo a Bernardino Machado, 14 de julho de 1932.

⁶⁶² CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 213.

⁶⁶³ CC – FBM – Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado, 18 de agosto de 1932.

⁶⁶⁴ CC – FBM – Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado, 23 de setembro de 1932; CC – FBM – Carta de Bernardino Machado a Manuel Azaña, 20 de setembro de 1932.

⁶⁶⁵ CC – FBM – Carta de Bernardino Machado a Álvaro Poppe, 5 de setembro de 1932.

⁶⁶⁶ CC – FBM – Carta de António Sérgio a Bernardino Machado, 12 de setembro de 1932.

⁶⁶⁷ CC – FBM – Carta de Bernardino Machado a Ribeiro de Carvalho, 8 de setembro de 1932.

⁶⁶⁸ AMM – EJDS – Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos, 27 de agosto de 1932.

entanto, na ausência de um número satisfatório de líderes eficazes⁶⁶⁹ e na articulação sectária dos comités regionais, como no caso do Norte, sob liderança de César de Almeida, relacionado com Moura Pinto, Jaime de Morais e Jaime Cortesão. Domingos Pereira, um dos coordenadores dos princípios da oposição do exterior com o Comité do Norte, reuniu-se em Braga entre 10 e 13 de setembro com João Soares, César de Almeida e Nuno Cruz, onde lhe foi comunicado que, apesar do interesse em ir ao encontro dos acordos com os restantes territórios, consideravam ser negativa a incapacidade de se estender a representação no Comité Supremo ao grupo dos Budas, nomeadamente à figura de Moura Pinto, prova de «que as resoluções tomadas» redundavam em promessas infundadas⁶⁷⁰. Apesar das ações tendentes à obtenção dessa união, passados cerca de três meses continuava a discutir-se a pressão «mitológica» que os homens do Norte lançavam quanto à impreteribilidade de Moura Pinto ter lugar na representação do grupo de Madrid⁶⁷¹.

A polícia percebeu as manobras realizadas em Braga e compreendeu que a guarnição da cidade estava «bastante tocada pelos revolucionários»⁶⁷². Para controlar eficientemente os oficiais, foram deslocados para outras cidades indivíduos eram críticos da Situação, assim como se bloqueou a fixação de indivíduos oriundos de outras regiões bracarenses, caso do Capitão Djalme de Azevedo, que quis servir no Norte e acabou fixado no Porto, onde estava mais vigiado⁶⁷³.

Enquanto se constituía o Comité Supremo, «uma parte dos exilados»⁶⁷⁴ agrupou-se numa organização paralela e apoiante desse comité, a União Geral dos Combatentes Republicanos (UGCR), acompanhante da linha política conservadora de Cunha Leal, e reconhecida por Bernardino Machado e Afonso Costa como uma iniciativa louvável e

⁶⁶⁹ CC – FBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 8 de setembro de 1932.

⁶⁷⁰ CC – FBM – Carta de Domingos Pereira a Afonso Costa, 15 de setembro de 1932.

⁶⁷¹ CC – FBM – Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, 26 de novembro de 1932.

⁶⁷² AHM – *Processo político do Capitão Eduardo Djalme Brandão de Azevedo*. (Divisão 33, caixa 407, número 69). Descrição da ação anti situacionista de Eduardo Azevedo.

⁶⁷³ AHM – *Processo político do Capitão Eduardo Djalme Brandão de Azevedo*. (Divisão 33, caixa 407, número 69). Descrição da ação anti situacionista de Eduardo Azevedo.

⁶⁷⁴ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 215.

que, por conseguinte, seria integrada no conjunto da resistência mediante a delegação de um membro para a sua representação⁶⁷⁵.

Entretanto, a Ditadura prometia amnistiar a maioria dos presos políticos e dos exilados, excluindo apenas 50 «criminosos impelidos por motivos egoístas»⁶⁷⁶, como o General Sousa Dias, Afonso Costa, Alfredo António Chaves, Bernardino Machado, Jaime de Morais, Sarmento de Beires ou Nuno Cruz⁶⁷⁷. Esta medida constituiu um revés na luta republicana porque foram vários os que regressaram a Portugal, sob a premissa de prestar maior auxílio aos resistentes internos, além de que se afigurava à opinião pública que o Executivo pretendia aproveitar a Constituição para sanar os conflitos e inaugurar uma época de efetiva união nacional. Mais ainda, a amnistia levou ao colapso da UGCR⁶⁷⁸ e a uma quebra do papel do Comité Supremo.

A aparente política pacificadora do governo não anulou o estado de ampla prevenção e prossecução de detenção de suspeitos e apreensão de papéis sediciosos. Ricardo Covões, que se havia encontrado recentemente em Espanha com Bernardino Machado, relatava, no início de outubro de 1932, ter sido detido ao reentrar em Portugal, pois corria o boato que estaria para breve uma nova insubordinação⁶⁷⁹, o que é indissociável da articulação entre Nuno Cruz e Sarmento de Beires por intermédio de João Lopes Soares⁶⁸⁰. De modo similar, Fernando António Carneiro, um dos exilados em Espanha pelo malogro da revolta da Madeira, foi preso perto da fronteira em Caminha e interrogado por ter consigo vários manifestos a incitar à resistência⁶⁸¹.

À medida que se aproximava o fim do ano, os republicanos perceberam que seria impossível qualquer revolução em curto prazo, devido a três fatores fundamentais que se arrastavam desde 1928. O primeiro era a incapacidade de criar mecanismos eficientes de propaganda, já que «infelizmente» inexistia «um jornal republicano bem feito» e que

⁶⁷⁵ CC – FBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 1 de setembro de 1932; CC – FBM – Carta de Bernardino Machado a Júlio Faria Lapa, 5 de setembro de 1932; CC – FBM – Carta de Júlio Lapa a Bernardino Machado, 20 de setembro de 1932.

⁶⁷⁶ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 284, 5 de dezembro de 1932. Decreto n.º 21 642.

⁶⁷⁷ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 284, 5 de dezembro de 1932. Decreto n.º 21 643.

⁶⁷⁸ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 216.

⁶⁷⁹ CC – FBM – Carta de Ricardo Covões a Bernardino Machado, 4 de outubro de 1932.

⁶⁸⁰ FARINHA, Luís – *O Revivalho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 214.

⁶⁸¹ CC – FBM – Carta de Fernando António Carneiro a Bernardino Machado, 25 de dezembro de 1932.

expusesse de «maneira inteligente» os princípios adotados pela oposição⁶⁸²; o segundo tinha a ver com «a fraqueza e a baixeza» dos resistentes⁶⁸³, cada vez mais inclinados ao desânimo e subseqüente desistência de lutar contra um regime que progressivamente se sofisticava, aspeto que se articulava com o terceiro motivo de inviabilidade revolucionária e que residia nas incontornáveis divergências entre os chefes de cada facção, que falhavam em concertar uma estratégia comum e alimentavam intrigas entre si que afetavam a luta⁶⁸⁴. Pode ainda ser acrescentado um quarto fator – o esgotamento financeiro da resistência e o cada vez menor auxílio de Espanha, apesar das diligências por parte do grupo de Madrid, aliás encaradas negativamente, e dos habituais esforços de Bernardino Machado⁶⁸⁵.

O ano de 1933 iniciava-se, portanto, sob o signo dilemático da crença no sucesso da luta e do receio do seu fracasso. Não é por acaso que Jaime Batalha Reis dizia que, «de momento», a luta anti ditatorial era «inútil»⁶⁸⁶, pela incapacidade de os republicanos derrotarem um regime mais sustentado que, em janeiro de 1933, encontrou condições para desenvolver um novo corpo policial, a Polícia de Defesa Política e Social (PDPS), fruto da pré-existente Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa⁶⁸⁷. O Comité Supremo teve a sua atividade cessada em inícios de 1933 pela continuação das dissensões entre os vários grupos, com o de Madrid – cuja liderança passou paulatinamente para Moura Pinto – a patentear-se inacessível⁶⁸⁸; todavia, Afonso Costa continuará, ao longo dos meses, a depositar esperança no Comité, mesmo sabendo da situação periclitante que a oposição sofria⁶⁸⁹,

⁶⁸² CC – FBM – Carta de Napoleão Guedes a Bernardino Machado, 30 de dezembro de 1932.

⁶⁸³ CC – FBM – Carta de José António Avelar a Bernardino Machado, 8 de dezembro de 1932.

⁶⁸⁴ CC – FBM – Carta de Artur de Oliveira Santos a Bernardino Machado, 30 de novembro de 1932; CC – FBM – Carta de Pedro Joaquim Fazenda a Bernardino Machado, 15 de dezembro de 1932.

⁶⁸⁵ MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 11 de dezembro de 1932; MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 25 de dezembro de 1932.

⁶⁸⁶ MBM – Carta de Jaime Batalha Reis a Bernardino Machado, 10 de janeiro de 1933.

⁶⁸⁷ PIMENTEL, Irene Flunser – *O Essencial sobre a PIDE*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2024, p. 32.

⁶⁸⁸ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 27 de janeiro de 1933; MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 6 de maio de 1933; Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra (BDUC) – Epistolário de Armando Cortesão: correspondência política da 1.ª República e oposição (EAC) – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 7 de maio de 1933.

⁶⁸⁹ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 24 de março de 1933.

o que redundará num insucesso. A destruição desta organização marca o fim de uma certa supremacia dos políticos na luta anti ditatorial⁶⁹⁰.

Os acontecimentos darão razão a Batalha Reis. Em fevereiro de 1933, a rede centrada no Porto e com ramificações em distintas áreas do Norte foi desmantelada a partir da prisão de Nuno Cruz, Francisco Oliveira Pio e do despachante da Alfândega de Lisboa, Joaquim Barreto Monteiro⁶⁹¹, acontecimento «tremendo» que resultou na apreensão de documentação comprometedora e na prisão de indivíduos fulcrais na luta, como Diogo Martins de Lima e Camilo Cortesão⁶⁹². A partir dessa pista, a polícia efetuou dezenas de detenções de vários revolucionários que andavam a preparar «uma revoluçãozinha», fruto dos consecutivos atrasos do comité responsável⁶⁹³, ainda mais evidentes pela detenção de outro nome, António de Jesus Vieira, que reuniu várias vezes na Rua do Capitão Pombeiro e estabeleceu um plano de assalto à sede da polícia, secundado por Camilo Cortesão, para libertar os três detidos no dia 4⁶⁹⁴.

Perceções à parte sobre a atuação dos revoltosos, havia uma outra rede conspiratória a atuar no Porto, representada por Alípio José de Oliveira enquanto delegado da facção de Ribeiro de Carvalho⁶⁹⁵, destacando-se ainda Luís Emílio Seca que tinha a função de estabelecer ligações com o Centro e o Sul, fazendo-o maioritariamente com um núcleo cuja atuação incidia na Costa da Caparica⁶⁹⁶. Simultaneamente, em Valença, foi descoberto um foco contestatário que girava em torno do núcleo municipal da ARS e com indivíduos que atuavam na região, como o Tenente Alfredo Joaquim

⁶⁹⁰ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, p. 215.

⁶⁹¹ Ordem pública – Nota da Polícia de Defesa Política e Social. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 30, 5 de fevereiro de 1933, p. 6.

⁶⁹² FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 216. Em carta enviada a Afonso Costa, Bernardino Machado mostrava-se preocupado pela incapacidade de os revolucionários agirem concertadamente para derrubar a Ditadura. MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 27 de fevereiro de 1933.

⁶⁹³ CC – FBM – Carta de Ricardo Covões a Bernardino Machado, 6 de março de 1933.

⁶⁹⁴ AHM – *Processo político do Major Luís da Sousa Ribeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 7). Cadastro político de António Jesus Vieira. Parece que a inserção de informações sobre outros oficiais no processo de Luís Ribeiro tenha sido lapso arquivístico.

⁶⁹⁵ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria na reserva Alípio José da Cruz Oliveira*. (Divisão 33, caixa 405, número 38). Cadastro político que enuncia a ação conspiratória desenvolvida por Alípio Oliveira.

⁶⁹⁶ AHM – *Processo político do Tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão*. (Divisão 33, caixa 405, número 35). Cadastro político de Francisco Cunha Aragão entre 1931 e 1933.

Lourenço⁶⁹⁷, um dos homens que participou no 3 de fevereiro na coluna comandada por Inácio Severino.

Em 19 de março de 1933, foi submetida a sufrágio de ratificação a Constituição promulgada em 11 de abril, vitória da facção salazarista e subsequente derrota do reviranhismo e do «contraprojeto constitucional» de Vicente de Freitas⁶⁹⁸. O texto dava azo à assunção da legalidade do regime ditatorial, num sistema de «presidencialismo bicéfalo»⁶⁹⁹ em que o Presidente do Conselho de Ministros se superiorizava perante o Presidente da República⁷⁰⁰. A defesa de um poder forte era um dos princípios subjacentes à Constituição, que não negava, em teoria, as liberdades individuais. O caráter do texto constitucional foi um dos fatores que levaram à deslocação do Nacional-Sindicalismo, organização fascista criada em 1932, para a oposição a Salazar por afastar o Estado Novo dos dois modelos de regimes fascistas, o italiano e o alemão⁷⁰¹. Os republicanos, nesta cronologia, tenderam a analisar este partido como um novo alvo.

A Situação aproveitou a desorientação nas hostes republicanas, muitas das quais num «estado da confraternização republicana dentro da Ordem»⁷⁰² e a submeter-se ao regime, evitando a concentração de civis e militares sobre os quais recaía suspeição e tendo especial cuidado com os líderes das unidades. Um dos elos revolucionários na cidade do Porto, Alípio Oliveira, foi deslocado para o Regimento de Infantaria 10 (Bragança)⁷⁰³. Aliás, foram vários os oficiais que, no verão desse ano, foram descobertos enquanto elementos de preponderância no Porto, como Luís Emílio Seca – Tenente que,

⁶⁹⁷ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alfredo Joaquim Loureiro*. (Divisão 33, caixa 420, número 426). A bibliografia existente, ao trabalhar um teórico colapso do reviranhismo em 1933, tende a atribuir maior valor a Lisboa, descurando que, a norte do Porto, existiam núcleos bastante ativos e que representavam grupos anti situacionistas importantes dentro da lógica projetada no terreno.

⁶⁹⁸ SARDICA, José Miguel – O crepúsculo do republicanismo militar conservador: José Vicente de Freitas perante a Constituição de 1933. [Em linha]. *Ler História*. 75 (2019), parágrafo 37.

⁶⁹⁹ CRUZ, Manuel Braga da – Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*. XVIII: 72-73-74 (1982), p. 784.

⁷⁰⁰ CAMPINOS, Jorge – *O Presidencialismo do Estado Novo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1978, p. 33.

⁷⁰¹ CAZETTA, Felipe Azevedo – Integralismo Lusitano e Nacional Sindicalismo: movimentos de extrema-direita em contato com ditaduras em Portugal (1913-1932). *Cadernos de História*. 16:24 (2015), p. 43.

⁷⁰² MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 27 de fevereiro de 1933.

⁷⁰³ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria na reserva Alípio José da Cruz Oliveira*. (Divisão 33, caixa 405, número 38). Cadastro político que enuncia a ação conspiratória desenvolvida por Alípio Oliveira.

entre junho e julho, se reuniu com Francisco Cunha Aragão e para discutir a penetração dos ideais anti situacionistas no Porto e um potencial auxílio da Aviação⁷⁰⁴ –, Ernesto de Almeida, Adão Carrapatoso, ou Alcídio Almeida, em ligação constante com alguns dos indivíduos responsáveis por atuar em Viana do Castelo, como Ernesto Sardinha e Joaquim Mendes Bragança⁷⁰⁵. A obliteração do comité neste último distrito foi sentida em diversas localidades, como Ponte de Lima, onde se pedia auxílio urgente⁷⁰⁶ para manter um núcleo harmonioso de combate à Ditadura. A situação era preocupante e levava vários opositores a reformulações constantes de estratégia. Por exemplo, em setembro, Rodrigo Alves, um dos organizadores de Viana, pedia a Manuel António Correia uma intervenção mais musculada na região, pelo receio de que os «chefes republicanos» não cumprissem «com os seus deveres», o que o Tenente imputou à avaliação de Bernardino Machado⁷⁰⁷.

Enquanto isso, em Viseu, ao longo dos meses, foram detidos nomes conhecidos da resistência⁷⁰⁸, como o Primeiro-sargento José Maria Videira, um dos implicados na revolta de Chaves de 1926, que fez uma campanha contra a Ditadura por se tratar de um «governo de força, sem a força do direito»⁷⁰⁹, o que era extensível a todos os «desordeiros profissionais»⁷¹⁰. A confiança da Situação no controlo de Coimbra, ao culminar no ajuntamento de vários resistentes, levou ao desenvolvimento de uma rede contestatária coesa e que fará oposição forte às manifestações do movimento nacional-sindicalista. Em 21 de maio de 1933, foi realizada na cidade uma homenagem a José Falcão, apoiante do 31 de Janeiro em Coimbra, por iniciativa do Centro Republicano Académico, organização que, nos meses precedentes, se havia expandido no seio das associações republicanas. Apesar de ser propagado que «09 se deu qualquer incidente

⁷⁰⁴ AHM – Processo político do Tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão. (Divisão 33, caixa 405, número 35). Cadastro político de Francisco Cunha Aragão entre 1931 e 1933.

⁷⁰⁵ AHM – *Processo político do Tenente de Artilharia Adão Inácio Carrapatoso*. (Divisão 33, caixa 404, número 10). Circular do Ministério da Guerra, de 13 de julho de 1933, a solicitar um conjunto de alterações de residências.

⁷⁰⁶ CC – FBM – Carta de Rodrigo Almeida a Bernardino Machado, 23 de agosto de 1933.

⁷⁰⁷ CC – FBM – Carta de José Valente Fiuza a Bernardino Machado, 23 de setembro de 1933.

⁷⁰⁸ CC – FBM – Carta de Abel Ribeiro Marques Pinto a Bernardino Machado, 31 de julho de 1933.

⁷⁰⁹ AHM – *Processo político do Sargento-ajudante Manuel Baptista*. (Divisão 33, caixa 406, número 40). Auto de defesa de José Maria Videira.

⁷¹⁰ Sem comentários – Ordem de serviço de 2-6-33. *A Verdade*. Sem local, n.º 1, julho de 1933, p. 4.

digno de nota»⁷¹¹, sob a liderança de Abel Marques Pinto, um conjunto de republicanos tentaram travar um banquete de confraternização nacional-sindicalista que ocorria ao mesmo tempo que a homenagem aludida anteriormente⁷¹². Na Figueira da Foz, as redes existentes foram igualmente alvo de maturações distintas, nomeadamente desde fevereiro de 1927; nessa circunstância, surgia um dos líderes desse movimento contestatário, Jaime Avelino, que era responsável por reuniões com «elementos contrários à situação» para ultimar a revolta⁷¹³.

A conjuntura complexa apresentada aos resistentes republicanos suscitou novos projetos de criação de órgãos de imprensa para ativar a propaganda. Em junho, Fernando Marques apresentou a sua ideia de editar um semanário republicano intitulado *A Portuguesa*, para trabalhar «em prol da República»⁷¹⁴, mas esbarrou nas dificuldades de gerir os poucos recursos. Concomitantemente, em torno de Armando Cortesão, surgia a iniciativa de publicar um novo jornal clandestino em que colaborariam os nomes mais protuberantes da oposição republicana, embora alguns tivessem dúvidas quanto à sua participação, como Jaime Cortesão⁷¹⁵, desacreditando no sucesso da empreitada perante a falta de meios financeiros⁷¹⁶. Foi preciso esperar até julho para que surgisse o primeiro número, que conferiu atenção à vaga de prisões em Viseu, referidas atrás. *A Verdade* gravitou, ao longo da sua existência (que se estendeu por onze números, vários dos quais editados na Imprensa da Universidade de Coimbra⁷¹⁷), na defesa de «uma nova ordem»⁷¹⁸ a resultar de uma revolução generalizada, como já era respaldado pelo núcleo de Bernardino Machado, Afonso Costa e Domingues dos

⁷¹¹ Diário de Coimbra. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 121, 23 de maio de 1933, p. 2.

⁷¹² CC – FBM – Carta de Abel Ribeiro Marques Pinto a Bernardino Machado, 31 de julho de 1933.

⁷¹³ AHM – *Processo político do Capitão Jaime Borges Lemos Avelino*. (Divisão 33, caixa 405, número 37). Nota do Ministério da Guerra, datada de 21 de setembro de 1933, a solicitar a alteração de residência de Jaime Avelino pelas suas atitudes contestatárias.

⁷¹⁴ CC – FBM – Carta de Fernando Marques a Bernardino Machado, 6 de junho de 1933.

⁷¹⁵ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 7 de maio de 1933. Além dessas dúvidas quanto à colaboração no periódico, é curioso que Bernardino Machado, uns meses volvidos, tenha declarado que não sabia quem eram os autores d' *A Verdade*, embora esse periódico fosse «uma grande força moral». MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 7 de outubro de 1933.

⁷¹⁶ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 17 de maio de 1933.

⁷¹⁷ VILAÇA, Alberto – O jornal republicano clandestino *A Verdade*. *Revista de História das Ideias*. 23 (2002), p. 451.

⁷¹⁸ O passado não voltará. *A Verdade*. Coimbra, n.º 2, agosto de 1933, p. 6.

Santos, e em que os civis teriam a supremacia em detrimento dos militares, apesar do potencial apoio que o Exército deveria dar a sublevações para o bem do país⁷¹⁹. Como expectável, eram inexistentes as referências concretas às estratégias, introduzindo ideias propagandísticas e críticas aos elementos do governo, mormente Salazar, alvo primordial das «contudente[s]» observações dos colaboradores⁷²⁰.

Entre avanços e recuos⁷²¹, tudo apontava para a incapacidade da oposição em derrotar um regime consolidado; como António de Sousa Rosa escrevia em meados de setembro, parecia que a causa republicana estava «fortemente comprometida»⁷²², mesmo com o grupo de Madrid a conseguir empréstimos para subsidiar a luta, fator que será continuamente motivo de discórdia⁷²³. Deve ainda ser destacada a evolução das forças policiais⁷²⁴ que culmina na criação, em 29 de agosto de 1933, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), atuante numa «tripla lógica»: a prevenção, a vigilância e a punição⁷²⁵. Organismo essencial na arquitetura de poderes posta em prática por Salazar, alguns dos seus principais alvos serão o reviralhismo, o comunismo e as forças sindicais revolucionárias, num contexto de maturação de uma «solução corporativa» que liga sindicatos socialistas, comunistas e independentes sob uma presuntiva liderança da CGT⁷²⁶.

⁷¹⁹ Carta a um oficial do Exército. *A Verdade*. Coimbra, n.º 2, agosto de 1933, p. 1; Carta a um oficial da Situação. *A Verdade*. Coimbra, n.º 5, 5 de outubro de 1933, p. 3.

⁷²⁰ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 1 de outubro de 1933.

⁷²¹ Um dos recuos foi a impossibilidade de consumir uma revolta esperada para o verão de 1933. FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político*, p. 483. Outro fator de preocupação era a diluição da Aliança Republicana-Socialista, fortalecida pelo afastamento do Partido Socialista, «autodissolvido», a partir de setembro de 1933, pese embora a sua manutenção para todos os efeitos até 1934, como comprova uma minuta de Afonso Costa e Domingues dos Santos a Cunha Leal: CC – FBM – Comunicação a Cunha Leal, 4 de maio de 1934; sobre o estado do PS, MARTINS, Susana – *Socialistas na oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa dos Livros, 2005, p. 29.

⁷²² MBM – Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado, 15 de setembro de 1933.

⁷²³ PAULO, Heloísa – O Republicanismo e a Oposição exilada: combates e crises. *Estudos do século XX*. 10 (2010), p. 427.

⁷²⁴ Era premente, no dealbar do Estado Novo, centralizar os corpos policiais e dotá-los de armamento moderno; foi o caso da PSP, que recebeu, em 1933, «metralhadoras de mão». PALACIOS CEREZALES, Diego – *Polícia y represión en la dictadura portuguesa, 1926-1974*. In MARCO, Jorge; SILVEIRA, Hélder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (Org.) – *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX. Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 168.

⁷²⁵ PIMENTEL, Irene Flunser – *O essencial sobre a PIDE*, p. 33.

⁷²⁶ GUIMARÃES, Paulo – Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938). In GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes; PALACIOS CEREZALES, Diego (Ed.) – *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la*

Entretanto, preparava-se uma revolução que virá a ter uma antecipação decisiva para o desmantelamento da resistência republicana. O último trimestre de 1933 merece, portanto, uma atenção pormenorizada.

3.4. As consequências do malogro da insurreição de Bragança de 1933

As porfiadas tentativas de formular o caminho unívoco para o derrube do Estado Novo encontraram um terreno fértil em outubro de 1933. Secundarizada pela historiografia, que valoriza mais o gorado movimento revolucionário em novembro e a greve geral de janeiro de 1934, a revolta de Bragança deve ser vista sob um olhar atento.

Ao contrário do que Fernando Rosas apresentou em diversos trabalhos⁷²⁷, e como já se encontra esclarecido⁷²⁸, esta foi uma revolta ocorrida na madrugada de 27 de outubro de 1933, com epicentro em Infantaria 10, sediado em Bragança, onde conspirava a Liga da Mocidade Livre, em que participava Manuel Ribeiro Lage⁷²⁹. O principal instigador da sedição, o Primeiro-sargento Manuel Duarte Sacavém, servia em Metralhadoras 1, em Sacavém, onde se envolveu em conspirações diversas, acabando fixado num regimento geograficamente distante, que veio a ser Infantaria 10⁷³⁰.

O movimento em si é fácil de descrever. À meia-noite de 27 de outubro de 1933, um conjunto de Sargentos de Infantaria 10, secundados por vários civis e por oficiais do Regimento de Infantaria 9 (Lamego) – embora muitos que se comprometeram a dirigir

década de 1930. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. Consultou-se a versão em português disponibilizada pelo autor – p. 18.

⁷²⁷ A título de exemplo: ROSAS, Fernando (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994, Vol. 7, p. 227; ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 67. Além de Fernando Rosas, também Irene Flunser Pimentel indica uma data errada. PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura*, p. 156.

⁷²⁸ Destaquem-se os seguintes trabalhos: FARINHA, Luís – *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura Militar e o Estado Novo*, p. 221; LAGE, Maria Otília Pereira – *Vivências e memórias da I Guerra Mundial: o Capitão Lage. Biografia e história*. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís Alberto, et al. (Coord.) – *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*. Porto: CITCEM, 2015, p. 326; BARREIROS, José António – *Criminalização política e defesa do Estado. Análise Social*. XVIII:72-73-74 (1982), p. 822.

⁷²⁹ LAGE, Maria Otília Pereira – *Vivências e memórias da I Guerra Mundial: o Capitão Lage*, p. 326.

⁷³⁰ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento cadete Manuel Duarte Sacavém*. (Divisão 33, caixa 414, número 254). Motivado pela ação preventiva desempenhada pelo comando de Metralhadoras 1, Manuel Duarte Sacavém não foi o único a ser punido e recolocado em Bragança; juntamente, foi outro oficial, Teófilo Mascarenhas Neto, que, a julgar pela ausência de informações, não terá participado na sedição.

a Bragança não o fizeram, o caso de António Diniz, Segundo-sargento artífice⁷³¹ – assaltaram o quartel para depor o seu comando, aproveitando que alguns dos líderes da GNR de Bragança estavam em Mirandela para efetuar uma inspeção e que a estação telegráfica desta localidade havia encerrado as suas atividades às 21 horas⁷³². O grupo, cuja liderança coube a Manuel Duarte Sacavém, o Primeiro-cabo João Francisco Canuto e Ernesto Mascarenhas, atacou a sentinela para forçar a sua entrada na sede do regimento, e o oficial de dia, António Evangelista Rodrigues – já referido pela sua lealdade ao regime em abril de 1931 –, foi assassinado por Mascarenhas, que o tentava desarmar⁷³³. Esse ato, accidental ou não, levou a que as forças de segurança, rapidamente convocadas, efetuassem as detenções dos indivíduos diretamente implicados, pelo que o movimento foi abortado. Às 5 horas de 27 de outubro, Salvador Teixeira, governador civil de Bragança, pedia reforços policiais para, mesmo com a sedição terminada, se proceder ao «completo apuramento [das] responsabilidades»⁷³⁴.

Existia uma clara intenção de transformar Infantaria 10 no reduto de uma rede conspiratória que envolvia vários territórios: Braga, Chaves, Vila Real, Guarda e, principalmente, o Porto, que se tornaria o centro nevrálgico dessa contestação. Existia um eixo bastante claro que ligava essas localidades e que se articulava em torno de António Cordeiro e Luís Emílio Seca, elementos preponderantes na oposição a norte do Douro⁷³⁵. Duas semanas antes da insubordinação, em 8 de outubro, António Cordeiro deslocou-se a Bragança e estabeleceu contactos com oficiais do regimento brigantino e com pelo menos um oficial de Infantaria 8 (Braga), para alinhar «assuntos importantes» para a revolta⁷³⁶, o que transparece as intenções de a secundar noutros

⁷³¹ AHM – *Processo do Segundo-sargento artífice António Diniz*. (Divisão 33, caixa 414, número 257). Este oficial, que residia em Penafiel, foi deslocado para Infantaria 9 com fixação de residência em Régua, pelo que não terá conseguido escapar à vigilância apertada.

⁷³² TT – MI – GM – *Relatório sobre os acontecimentos de Bragança*. (PT-TT-MI-GM-4-12-373). Relatório de 21 de novembro de 1933 sobre a ação de alguns Sargentos na repressão do movimento.

⁷³³ TT – Ordem de Serviço 59 da PVDE, 1 de novembro de 1933.

⁷³⁴ TT – MI – GM – *Levantamento revolucionário tendo sido morto o oficial de dia, 27 de outubro de 1933*. (PT/TT/MI-GM/004-27/46). Telegrama oficial de Bragança para Ministério do Interior, emitido às 18h50.

⁷³⁵ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 11). Cadastro político de António Norberto de Matos Cordeiro entre 1930 e 1933.

⁷³⁶ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 11). Cadastro político de António Norberto de Matos Cordeiro entre 1930 e 1933.

pontos geográficos. Braga e Chaves eram encarados como os territórios mais propensos a aderir a esta contestação⁷³⁷, o que levou o regime a precaver-se ao longo do dia para travar qualquer levantamento, o que foi desnecessário perante a falta de manifestações em toda a região norte. De facto, as autoridades competentes na Guarda, por exemplo, declararam, tão rapidamente quanto possível, sossego absoluto no distrito⁷³⁸, enquanto Montalvão Machado, governador civil de Vila Real (e que, recorde-se, foi um importante ativo no reviralhismo em fevereiro de 1927), na manhã de 27 de outubro, também informou que todo o distrito estava em total sossego e sem manejos revolucionários⁷³⁹.

Apesar da anuência de vários militares, foi uma ação maioritariamente composta por civis, arregimentados em parte por um alfaiate residente em Bragança, Abel Garcia⁷⁴⁰. Horas antes do assalto, foi efetuada uma reunião na Capela de São Sebastião com a participação de alguns estudantes, como Eduardo Augusto de Carvalho – que, mesmo declarando «ter ideias democráticas e ser desafeto à atual situação política», acabou por não ter uma participação direta na revolta, fazendo a guarda aos insurretos⁷⁴¹– e Armando Augusto Faria, este da Universidade do Porto. De resto, foram vários os que, mesmo sem participar no movimento, apoiaram a sua prossecução, culpa que se imputa, por exemplo, a Gualdino César Afonso, oficial de 19 anos cooptado por João Francisco Canuto para apoiar a revolta⁷⁴².

Embora a rede conspiratória se tenha estendido apenas pelo Norte, o que não é alheio à maior penetração de armamento proveniente de Espanha⁷⁴³, outras regiões adotaram celeremente medidas de prevenção que visavam evitar qualquer tipo de iniciativa anti situacionista. Como referia um telegrama da GNR, forças fiéis da capital

⁷³⁷ TT – MI – GM – *Levantamento revolucionário tendo sido morto o oficial de dia*. (PT/TT/MI-GM/004-27/46).

⁷³⁸ TT – MI – GM – *Informação de que há sossego absoluto no distrito* [da Guarda]. (PT/TT/MI-GM/004 32/21). Telegrama do distrito da Guarda a declarar sossego em todo o distrito.

⁷³⁹ TT – MI – GM – *Aborto de tentativa revolucionária, 27 de outubro de 1933*. (PT/TT/MI-GM/004-40/55). Telegrama de Montalvão Machado, governador civil de Vila Real, a declarar sossego em todo o distrito.

⁷⁴⁰ TT – Processo da PVDE de Eduardo Augusto de Carvalho.

⁷⁴¹ TT – Processo da PVDE de Eduardo Augusto de Carvalho.

⁷⁴² TT – Processo da PVDE de Gualdino César Afonso.

⁷⁴³ FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 221.

informavam que em Beja era essencial proceder à prisão de «elementos militares implicados» pela arregimentação civil e militar efetuada por um Capitão que lá servia⁷⁴⁴.

Afonso Costa, ao justificar «o levantamento de Bragança», indicou que a revolução foi adiada sem grandes motivos, sem haver uma comunicação rápida com o núcleo brigantino⁷⁴⁵. Chama a atenção a campanha que os republicanos desenvolveram para, de alguma forma, retirar o foco negativo da insurreição, novo episódio do «martírio» republicano⁷⁴⁶, sugerindo que o assassinato do oficial de dia havia sido cometido «por um padre» a serviço de Salazar, narrativa repetida por Afonso Costa em entrevista concedida ao jornalista brasileiro José Jobim no ano seguinte⁷⁴⁷.

Nos dias seguintes, foram ordenadas várias detenções no Porto e em Vila Real. Logo em 27 de outubro, por exemplo, foram presos pela PVDE, no Porto, Alcídio Augusto Lopes de Almeida, Luís Emílio dos Santos Seca e Horácio Ribeiro Ernesto de Almeida e, em Vila Real, César Augusto Machado e Jaime Horácio Pinto Guedes⁷⁴⁸; na zona de Viseu, foi detido o Sargento-ajudante Manuel Baptista⁷⁴⁹. As duas dezenas de implicados foram transferidas para o Porto, onde podiam ser mais controlados pelo poder político. Os julgamentos no Tribunal Militar Territorial iniciaram-se em 27 de novembro, e, em geral, as punições foram relativamente pouco duras, à exceção do instigador da revolta e do assassino da sentinela, condenados a oito anos de prisão⁷⁵⁰.

Após a derrota do movimento, uma peça num contexto mais amplo, foi decretado o transporte de alguns suspeitos, caso de Ernesto Almeida, que, em 10 de novembro de 1933, foi remanejado do Porto para Santarém⁷⁵¹. Na semana seguinte, por

⁷⁴⁴ TT – MI – GM – Insubordinação de Sargentos em Bragança. (PT-TT-MI-GM/004-12/362).

⁷⁴⁵ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 29 de outubro de 1933.

⁷⁴⁶ CC – FBM – Carta de Ferreira Martins a Bernardino Machado, 17 de novembro de 1933.

⁷⁴⁷ CC – FBM – Carta de Tércio da Silva Miranda a Bernardino Machado, 30 de outubro de 1933; JOBIM, José – *A verdade sobre Salazar. Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Afonso Costa (ex- primeiro ministro de Portugal)*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934, p. 100.

⁷⁴⁸ AHM – *Processo político do Capitão de Infantaria Alcídio Augusto Lopes de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 6). Informação de 27 de outubro de 1933 a relatar uma série de prisões devido aos acontecimentos de Bragança.

⁷⁴⁹ AHM – *Processo político do Sargento-ajudante Manuel Baptista*. (Divisão 33, caixa 406, número 40).

⁷⁵⁰ AHM – *Processo político do Primeiro-sargento cadete Manuel Duarte Sacavém*. (Divisão 33, caixa 414, número 254). Indicação dos principais implicados no Regimento de Infantaria 10 e respetivas punições.

⁷⁵¹ AHM – *Processo político do Tenente Ernesto Horácio Ribeiro de Almeida*. (Divisão 33, caixa 404, número 1). Informação da transferência do Porto para Santarém.

ordem do ofício 710 da PVDE, de 18 de novembro de 1933, foram dezenas os indivíduos deslocados para Peniche, como Alcídio Almeida, António Matos Cordeiro, Manuel Baptista, Francisco Horta Catarino ou Henrique de Sousa Guerra, então com residência fixada em Gouveia e muito vigiado desde setembro de 1933⁷⁵², num total de cerca de 150 oficiais nessa circunstância⁷⁵³. Para salvaguardar novas falhas na defesa no distrito e gerir mais eficazmente os movimentos transfronteiriços, em 13 de novembro de 1933, foi aceite um pedido de troca das secções da GNR em Bragança e em Mirandela⁷⁵⁴.

Concomitantemente a este acontecimento, apesar de não haver uma relação direta, no Escalhão, distrito da Guarda, foi descoberta a ação favorável aos revoltosos desempenhada pelo sapateiro Augusto César Henriques, que acabou detido em 29 de outubro por, a pedido de alguns anti situacionistas, ter facilitado a fuga de Armando Cortesão para Espanha⁷⁵⁵, então investigado por ser o paladino da edição d' *A Verdade*.

Uma semana após a revolta de Bragança, em 6 de novembro, o Ministério da Justiça promulgou um decreto-lei que corrigia alguma folga que o decreto n.º 21 942, de 5 de dezembro do ano anterior, trazia quanto aos «delitos políticos». Com efeito, o próprio ato de se declarar contrário ao governo vigente era equivalente a executar um qualquer tipo de atentado, pelo que, nesse decreto, aumentavam as penas contra a rebelião e os motins e surgiam novas cláusulas quanto aos julgamentos⁷⁵⁶. De igual modo, era um ataque ao sindicalismo pela equivalência da greve ao ato de rebelião.

Apesar da conjuntura negativa, os planos para a revolução geral mantinham-se, continuando a ser pedidos reforços para a secundar. De Ponte de Lima, por exemplo, surgiam referências a um núcleo organizado que, sozinho, estava na iminência de se dissolver⁷⁵⁷; a persistência nessa requisição é sintomática da fragmentação que grassava nas hostes reviralhistas. Mais a Sul, em Viseu, Aquilino Ribeiro deu conta que figuras

⁷⁵² AHM – *Processo político do Capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra*. (Divisão 33, caixa 409, número 129). Pedido de apresentação de Sousa Guerra em Peniche.

⁷⁵³ FARINHA, Luís – *O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 222.

⁷⁵⁴ TT – Ministério do Interior (MI) – Gabinete do Ministro (GM) – *Troca dos comandantes da secção da GNR de Bragança e Mirandela*. (PT-TT-MI-GM/004-27/54).

⁷⁵⁵ TT – Processo da PVDE de Augusto César Henriques.

⁷⁵⁶ *Diário do Governo* – Primeira Série, número 253, 6 de novembro de 1933. Decreto n.º 20 643.

⁷⁵⁷ CC – FBM – Carta de José Valente Fiuza a Bernardino Machado, 21 de novembro de 1933.

notáveis da região continuavam dispostas a auxiliar os revoltosos, entre os quais António Mota, um dos líderes do 20 de julho⁷⁵⁸, fator que justificou uma ação preventiva concertada por parte das forças do regime, visto esse alinhamento e a persistência de propaganda anti situacionista sobretudo vocacionada à população escolar⁷⁵⁹.

Após alguns atrasos, a revolução que unia todo o país estaria para eclodir em 21 de novembro de 1933, liderada por Sarmento de Beires, então com «ligações desde oficiais do Exército até aos legionários vermelhos»⁷⁶⁰, e Ribeiro de Carvalho. No entanto, resultante da precipitação com que eclodiu o levantamento em Bragança e da situação tumultuosa que se vivia em Espanha⁷⁶¹ – numa nota oficiosa de Salazar, em 27 de novembro de 1933, surge patente a relação entre a proximidade do ato eleitoral no país vizinho e o aumento do «movimento» transfronteiriço e subsequente maior contrabando de armamento, além das entradas ilegais de portugueses e espanhóis para secundar a insurreição⁷⁶² –, a PVDE estava consciente dos planos e das redes mais ativas, atuantes com maior preponderância na região de Lisboa, conseguindo deter o comité central e, assim, barrar a prossecução do movimento sem qualquer manifestação concreta dos poucos setores que ainda se mantinham desfavoráveis à Ditadura.

Continuava a haver esperança na «força política republicana»⁷⁶³, mas começava a ser demasiado perceptível que era impossível obter uma vitória isoladamente. As forças portuguesas sofreram ainda um outro revés com as eleições ocorridas em novembro de 1933 em Espanha e que carimbaram uma inclinação para a direita através da vitória de

⁷⁵⁸ CC – FBM – Carta de Aquilino Ribeiro a Bernardino Machado, 19 de novembro de 1933.

⁷⁵⁹ AHM – *Processo político do Tenente picador António Santos*. (Divisão 33, caixa 409, número 123).

⁷⁶⁰ TT – *Informação da PIDE sobre José Manuel Sarmento de Beires*. (PT-TT-AOS-D-G-008-004-00050).

⁷⁶¹ Os relatos d' *O Comércio do Porto* são descritivos da conjuntura tumultuosa vivida em Espanha perante as eleições convocadas para 19 de novembro de 1933 e que justificou um conjunto de ações preventivas por parte do regime português, que acreditava haver planos para uma revolução conjunta por parte das oposições dos dois países (PATRIARCA, Fátima – *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pp. 200-201). Na página inicial da edição de dia 19, *O Comércio do Porto* mencionava a paralisação dos transportes em Barcelona, a detenção de bombistas, estado de prevenção geral em algumas províncias, como Córdova, e tiroteios, curiosamente destacando a intolerância de anticomunistas quanto à realização de «uma reunião socialista». Hoje – Eleições em Espanha. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 275, 19 de novembro de 1933, p. 1.

⁷⁶² Ordem pública – uma nota oficiosa. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 282, 28 de novembro de 1933, p. 7.

⁷⁶³ MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 25 de novembro de 1933.

forças conservadoras com um ascendente da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas, CEDA, liderada por Gil Robles, coligação esta que recorrentemente mostrava a sua admiração por Oliveira Salazar⁷⁶⁴.

Tendo em vista estas considerações, convém vincar a importância da revolta de Bragança no contexto da resistência republicana. Em primeiro lugar, não se pode reduzir a ação de uma rede conspiratória ampla a um mero «esboço»⁷⁶⁵ ou a uma insubordinação inconsequente, como descreviam os jornais coevos a partir de uma nota oficiosa⁷⁶⁶, pois representava o produto de dois anos de trabalho que deveria ter desencadeado em todo o país um movimento, pese embora a inexistência do comando único. Mas mais importante ainda é o significado da sua derrota, que marcou o término de um ciclo da oposição anti ditatorial liderado pelos republicanos. O reviralhismo, se resistiu ao malogro de 1931, agonizou nos anos seguintes e, não aguentando o fiasco do outono de 1933, deixou de ser uma alternativa verosímil, abrindo caminho a uma transformação substancial no âmbito da luta contra a Ditadura caracterizada pela ascensão do Partido Comunista. Desta maneira, nos anos seguintes assistir-se-á formação de alianças sincréticas com diversas fações, inclusive de cariz fascista, com o objetivo de derrotar o Estado Novo e, concretamente, Oliveira Salazar.

O movimento operário, com alguns dos seus setores em conversações prolongadas desde julho com as fações republicanas mais moderadas⁷⁶⁷, desenvolvia nesta época uma acirrada contestação ao controlo dos sindicatos iniciado em setembro de 1933 pela publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e a criação dos Sindicatos Nacionais, das Casas do Povo e do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, medidas conducentes ao desenvolvimento do corporativismo e que, conseqüentemente, visavam liquidar o sindicalismo organizado⁷⁶⁸.

⁷⁶⁴ OLIVEIRA, César – *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1986, p. 191.

⁷⁶⁵ BARREIROS, José António – Criminalização política e defesa do Estado. *Análise Social*. XVIII:72-73-74 (1982), p. 822.

⁷⁶⁶ Por exemplo: Nota oficiosa – A sublevação de Bragança. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 3937, 28 de outubro de 1933, p. 8; Ordem pública. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 256, 28 de outubro de 1933, p. 1.

⁷⁶⁷ PATRIARCA, Fátima – *Sindicatos contra Salazar*, p. 166.

⁷⁶⁸ ROSAS, Fernando – *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019, p. 165.

Apesar da recusa em efetuar coligações formais com os republicanos, dominava a ideia de interajuda com a simultaneidade da revolução reviralista e da greve geral – daí a similitude, durante setembro e outubro, entre o recrudescimento das conspirações militares e as greves sindicais⁷⁶⁹. Portanto, o desastre do outono foi igualmente um revés para os operários, que compreenderam que só com a secundarização dos conflitos entre anarquistas e comunistas e ulterior concertação de esforços é que estimulariam uma ação coesa contra a Ditadura. Foi neste seguimento que construiu «uma frente unitária» dos sindicatos: «anarquistas, comunistas, reformistas e independentes»⁷⁷⁰. Havia, então, um debate acerca da natureza da ação a desencadear por parte dessas organizações; José de Sousa, o secretário sindical do PCP e responsável pela ascendência do partido «na Comissão Nacional de Frente Única»⁷⁷¹, propunha um movimento legal e pacífico, enquanto a maioria defendia uma greve revolucionária.

Foi esta última via que saiu vitoriosa e, em 18 de janeiro de 1934, foi desencadeada a «primeira e única revolta armada do operariado»⁷⁷², com o seu epicentro a ser a Marinha Grande, conhecida pela indústria vidreira, em que comunistas efetuaram a ocupação de edifícios essenciais para a governação, embora o governo declarasse *a posteriori* que a revolta havia sido «imediatamente jugulada»⁷⁷³. Existiram ramificações significativas em Coimbra, cidade onde explodiu uma bomba, Leiria e Lisboa. O Porto, por seu turno, não conheceu «qualquer alteração da ordem»⁷⁷⁴. O malogro da iniciativa pode ser justificado, mais uma vez, pela antecipação das forças policiais, cientes do aviso de greve e rapidamente colocadas em prevenção, assim como a incapacidade de controlar as vias de comunicação e criar uma estratégia coesa em

⁷⁶⁹ NUNES, João Arsénio – A fascização do Estado e a política do PCP (a propósito do 18 de Janeiro de 1934). In NUNES, João Arsénio – *Comunismo e antifascismo: alguns ensaios*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2017, p. 390. Tese de Doutoramento.

⁷⁷⁰ NUNES, João Arsénio – Da política «classe contra classe» às origens da estratégia antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-1935). In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982, p. 70.

⁷⁷¹ MADEIRA, João – *História do PCP*, p. 41.

⁷⁷² MATOS, Márcio José Monteiro – *Organização da Clandestinidade Política do PCP*, p. 18.

⁷⁷³ Ordem pública. Um plano de greve geral no País, que fracassou por completo. Alteração da ordem na Marinha Grande. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 17, 19 de janeiro de 1934, p. 1.

⁷⁷⁴ Ordem pública. Um plano de greve geral no País, que fracassou por completo. No Porto. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 17, 19 de janeiro de 1934, p. 1.

todo o país. Para cessar as hostilidades, o regime empregou uma verdadeira “mão de ferro”, prendendo centenas de indivíduos, inclusive em localidades sem manifestações grevistas⁷⁷⁵.

A antecipação dos republicanos em fomentar a sua revolução⁷⁷⁶ sem ser consubstanciada pela ação dos sindicatos foi causa necessária para o insucesso da greve geral revolucionária. Horta Catarino, nas suas memórias deste período, descreveu de forma clara essa relação: se o governo, entre outubro e novembro, não tivesse prendido centenas de indivíduos, estes, «em janeiro de 1934, [teriam] secundado o esforço dos operários» para atingir o objetivo de retoma da democracia⁷⁷⁷. Posta essa incapacidade dos pró-democráticos⁷⁷⁸, o regime saiu fortalecido, bem como a sua política corporativa, visto «o desaparecimento da corrente anarco-sindicalista enquanto força representativa e atuante no seio do movimento operário»⁷⁷⁹ e o colapso da organização do PCP que havia sido encetada em 1929.

Chama a atenção como *A Verdade* fez eco das «notícias horrorosas»⁷⁸⁰ que descreviam a repressão pós-greve geral, forma de aproximar os operários aos republicanos. Esta estratégia será, posteriormente, vincada como essencial para a deposição do Estado Novo, pese embora o tom crítico de Afonso Costa a esse setor que, ao se mostrar disposto «a marchar com os primeiros que atacarem o Salazar», não se inibia de se aliar aos monárquicos e, curiosamente, aos «budas»⁷⁸¹. A nona edição do

⁷⁷⁵ PATRIARCA, Fátima – *Sindicatos contra Salazar*, p. 458.

⁷⁷⁶ César de Oliveira tece uma relação direta entre a derrota da greve geral e a incapacidade que ocorreu de não haver simultaneidade na revolução militar, acrescentando que o 18 de janeiro deve ser interpretado como o término de um ciclo na oposição em que «as forças democráticas e operárias» perderam a sua capacidade de conjurar contra a Ditadura (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, Vol. 12, pp. 30-31). Apesar da aproximação formal destes setores, as visões diferentes dos vários blocos travaram uma aliança efetiva entre republicanos, comunistas e anarquistas. De igual modo, embora sem resultados, virão a eclodir ainda revoltas militares e será criada uma frente que unirá os dois primeiros setores referidos. Tendo por base estes fatores, privilegia-se, nesta dissertação, uma interpretação diferente da apresentada pelo autor.

⁷⁷⁷ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978, p. 38.

⁷⁷⁸ CC – FBM – Carta de Teixeira Machado a Bernardino Machado, 23 de janeiro de 1934.

⁷⁷⁹ FREIRE, João Brito – Dezoito de janeiro de 1934. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, 1996, Vol. 1, p. 263.

⁷⁸⁰ Última hora. *A Verdade*. [Coimbra], n.º 9, janeiro de 1934, p. 10.

⁷⁸¹ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 21 de fevereiro de 1934. Um comentário mais amigável teve Bernardino Machado, que considerava que muitos contestavam a «escravização

jornal clandestino apresentou um conjunto de elementos iconográficos que caracterizavam a violência usada contra os grevistas. Além de uma mão a pingar sangue, na página de rosto, alude-se a uma exposição de Salazar aos seus congéneres italiano e alemão, respetivamente Mussolini e Hitler, em que se evidenciam as formas de tortura adotadas, como o uso de chicotes e o corte de membros⁷⁸² (Anexos 5 e 6).

Nesse mesmo número d' *A Verdade*, era exposta uma circular assinada por Bernardino Machado, estratégia gizada por Afonso Costa para evitar a associação desse manifesto a grupos políticos⁷⁸³, mas que, na realidade, era a síntese de contributos de um conjunto de personalidades, mormente de Afonso Costa e Armando Cortesão, e cuja preparação remonta aos finais de 1933. A *Declaração Prévia*, como foi titulada, usando a mesma retórica dos prospectos produzidos desde 1926⁷⁸⁴, tinha dois propósitos fundamentais: concertar internamente os setores republicanos, reconstruindo a frente única, posto o aumento da importância do setor estritamente militar, e demonstrar à Situação que, apesar do aparente abatimento, os opositores liberais mantinham-se ativos e decididos a derrotar o regime. Esta declaração esbarrou logo num desafio que tinha a ver com o suprarreferido grupo consignado à ação militar. Se era tido como essencial que Ribeiro de Carvalho, enquanto arregimentador dessa facção, assinasse a declaração⁷⁸⁵, este manifestou-se contra a utilização do seu nome para fins políticos porque considerava que essa via estava fadada a uma derrota⁷⁸⁶.

sindicalista» que o regime propunha e eram, por conseguinte, um ativo que contrastava com a inércia republicana. MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 7 de fevereiro de 1934.

⁷⁸² Elemento iconográfico. *A Verdade*. [Coimbra], n.º 9, janeiro de 1934, pp. 4-5. A aproximação entre Salazar e Mussolini era um dos pilares da argumentação de Afonso Costa, que entendia que, apesar de o ditador português usar a violência para liquidar os seus opositores, não passava de mimetizar os princípios do poder do seu congénere italiano que tencionava, sem sucesso, implementar uma forma de «estatismo fascista», como expôs na entrevista a José Jobim, o que comprova o alinhamento de Armando Cortesão a esse núcleo minimamente consensual da resistência. JOBIM, José – *A verdade sobre Salazar. Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Afonso Costa (ex-primeiro ministro de Portugal)*, p. 17.

⁷⁸³ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 11 de janeiro de 1934.

⁷⁸⁴ A argumentação é similar à dos anteriores manifestos. Critica-se o falso aspeto legal da legislação e da Constituição (uma necessária evolução, em função do plebiscito do ano anterior), os métodos coercitivos adotados pelo regime, a perseguição aos democráticos, a distorção da justiça, terminando com um libelo: era hora dos opositores à Ditadura demonstrarem que não concordavam mais com «os atos monstruosos duma facção reacionária». Declaração prévia. *A Verdade*. [Coimbra], n.º 9, janeiro de 1934, p. 1.

⁷⁸⁵ CC – Carta de Bernardino Machado a Ribeiro de Carvalho, 1 de janeiro de 1934.

⁷⁸⁶ CC – Carta de Ribeiro de Carvalho a Bernardino Machado, 6 de janeiro de 1934.

Para evitar a permanência de elos conspiratórios, no Norte, durante o primeiro trimestre de 1934, foram efetuados relatórios sobre conhecidos opositores e possíveis contratemplos. O Tenente Matos Cordeiro foi um dos alvos dessa prevenção e, em fevereiro, foi declarado como um elemento «indesejável em todo o Norte do país»⁷⁸⁷, assim como Joaquim de Castro, Alferes inválido, era apontado como um fabricante de bombas para o que usava como fachada uma oficina⁷⁸⁸; um dos líderes portuenses do 20 de julho, António de Jesus Vieira, «pelo seu irrequietismo revolucionário», era também visto como pernicioso⁷⁸⁹. Em Coimbra, em 6 de janeiro de 1934, foi descoberta «uma tipografia clandestina» que estava envolvida na impressão de vários títulos, entre os quais presumivelmente *A Verdade*, e cujos membros preparavam o 18 de janeiro⁷⁹⁰.

De igual modo, havia consciência das inter-relações entre os portugueses e os espanhóis, não obstante o fortalecimento do governo pela coligação de direita. Contudo, a deslocação da esquerda hispânica para a oposição enriqueceu as relações da resistência. Por exemplo, em meados de janeiro, a polícia informava que Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão, que lideravam as conspirações no interior do país, estavam a reunir-se regularmente em Madrid, sobretudo na Granja del Henar, onde estabeleciam planos para uma revolução⁷⁹¹. Havia, porém, alguma incapacidade em obter apoios por parte dos políticos espanhóis, mais predispostos a aliar-se com os Budas e, mais preocupante, um estado geral de desorientação nas esquerdas ibéricas⁷⁹² (e, em perspectiva lata, europeias) enquanto as direitas pareciam bem encaminhadas para se consolidarem, como em Portugal.

Parecia ser o momento para alianças com outras forças político-sociais.

⁷⁸⁷ AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria António Norberto Matos Cordeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 11). Relatório a caracterizar a inconveniência da fixação no Norte, em fevereiro de 1934.

⁷⁸⁸ AHM – *Processo político do Alferes reformado António de Jesus Vieira*. (Divisão 33, caixa 404, número 2). Relatório sobre o papel anti situacionista desempenhado por Joaquim de Castro.

⁷⁸⁹ AHM – *Processo político do Alferes reformado António de Jesus Vieira*. (Divisão 33, caixa 404, número 2). Relatório sobre o papel anti situacionista desempenhado por António de Jesus Vieira.

⁷⁹⁰ Processo de Arnaldo Simões Januário. In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Presos políticos no regime fascista, 1932-1935*. Mem Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1981, Vol. 1, p. 75.

⁷⁹¹ AHM – *Processo político do Tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão*. (Divisão 33, caixa 405, número 35). Descrição da atuação em Espanha, entre 1934 e 1935. O café Granja del Henar era um conhecido local de tertúlias políticas e culturais, e muito frequentado por emigrados portugueses.

⁷⁹² MBM – Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado, 15 de março de 1934.

4. Mobilização contra Salazar – a oposição face à consolidação do regime (1934-1938)

4.1. O dilema republicano num sistema de alianças políticas

O controlo da oposição pela Situação era cada vez mais claro e, no caso dos republicanos, a crise era profunda e colocava em causa os princípios em que se baseavam. As mudanças acabaram por se materializar ao nível da atuação, com a secundarização aparente da atividade conspirativa – pelo menos para a maioria dos setores – e uma maior aposta na divulgação e crítica ideológica⁷⁹³. Continuavam, todavia, os apelos para que se criasse um comando militar único em todo o território, favorecido pelo ressurgimento do Comité Político Revolucionário em torno de Bernardino Machado, figura relativamente consensual entre os diversos núcleos⁷⁹⁴.

As iniciativas planeadas em meados de 1934 não saíram do papel pelas crescentes divergências entre os líderes republicanos, cada vez mais com trocas de acusações quanto à conduta de alguns elementos; a descrença no estabelecimento de «uma forte coesão»⁷⁹⁵ era cada vez maior, até pela incapacidade de encontrar uma solução satisfatória que unisse as outras forças que se opunham ao governo, com as maiores dificuldades a respeitar ao Partido Comunista e ao Nacional-Sindicalismo.

O primeiro, que já tinha um historial de auxílio ao republicanismo, continuava incipiente na oposição, já que era alvo fácil frequente da prevenção dirigida pela PVDE⁷⁹⁶ e porque saíra prejudicado do 18 de janeiro; até mesmo o *Avante!* não tinha a projeção

⁷⁹³ Este capítulo pretende discutir as consequências das revoltas de Mendes Norton e a de Coimbra, enquadrando-as no contexto geral das oposições, mesmo tendo como principal preocupação a Frente Popular e a atuação republicana nesse organismo.

⁷⁹⁴ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 28 de abril de 1934; MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 4 de maio de 1934; CC – FBM – Carta de Gonçalo Monteiro Filipe e outros a Bernardino Machado, 24 de maio de 1934; CC – FBM – Carta de António Bento Godinho, João Tiago Coelho e outros a Bernardino Machado, 26 de maio de 1934; CC – FBM – Carta de Júlio Lapa a Bernardino Machado, 7 de junho de 1934.

⁷⁹⁵ CC – FBM – Carta de Bernardino Machado a [Sebastião Costa], 2 de julho de 1934.

⁷⁹⁶ MATOS, Márcio José Monteiro – *Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 21. Dissertação de Mestrado.

que se tende a divulgar, focando-se, então, em empreender uma «luta ideológica e organizativa» com os reviralhistas⁷⁹⁷, o que dilucida a relutância de alguns republicanos em aliar-se aos comunistas. No entanto, existia um “braço direito” do PCP, a Organização Revolucionária da Armada (ORA), com forte implementação entre os comunistas, e que desempenhará papel de relevo.

No caso do Nacional-Sindicalismo, aproximava-se uma cisão entre os que se dispunham a ir ao encontro dos princípios de Oliveira Salazar, acabando «canalizados para instituições secundárias do regime»⁷⁹⁸, e os que criticavam abertamente o governo e os seus mecanismos de sustentação, como a censura e a União Nacional, liderados por Rolão Preto e Alberto de Monsaraz. Por ser um setor mais radical, havia em alguns republicanos a inquietação que havia por alguns quanto a uma aliança que poderia aparentar duplicidade de critérios e agravar o descrédito da causa republicana.

Entretanto, surgiram planos para criar um organismo de concertação dos esforços de centenas de Sargentos, aproveitando a herança de um plano similar que havia sido gizado por um oficial envolvido na revolta de Chaves de 1926, José Maria Videira⁷⁹⁹. A Organização Revolucionária dos Sargentos (ORS), liderada por esse oficial e com uma participação ativa de Francisco Horta Catarino, colocar-se-á ao dispor dos republicanos, apesar de múltiplas dificuldades na sua implementação e em ir além da capital, com manifestações capilares a estenderem-se apenas até Mafra⁸⁰⁰.

Os contratemplos impostos aos republicanos conheceram outra dimensão no segundo semestre de 1934. São consabidos os debates que opunham os Budas à facção de Ribeiro de Carvalho, «grupos irreduzíveis e que se odeiam de morte»⁸⁰¹, respetivamente focados na «mobilização revolucionária», com a integração dos

⁷⁹⁷ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, p. 224.

⁷⁹⁸ PINTO, António Costa – *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.) – *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 30.

⁷⁹⁹ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978, p. 38.

⁸⁰⁰ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*, 1978, p. 44.

⁸⁰¹ AHM – *Processo político do Tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão*. (Divisão 33, caixa 405, número 35). Cadastro político de Cunha Aragão entre 1934 e 1935.

exilados, e na revolução centrada nos militares e nos que estavam dentro do país⁸⁰². Muitos resistentes atribuíam aos Budas, envolvidos com os republicanos espanhóis, a causa da incapacidade da oposição delinear um projeto coeso, levando a que «a fogueira revolucionária» só servisse para «queimar republicanos»⁸⁰³. Decorrente das inter-relações estabelecidas, ocorreu o conhecido “caso Turquesa”, quando as autoridades espanholas, em setembro de 1934, apreenderam armamento destinada a uma revolta contra o governo desse país⁸⁰⁴, muito dele emprestado pelos Budas aos socialistas, concretamente Indalécio Prieto e Horácio Echevarrieta⁸⁰⁵. Pese embora este desaire, na madrugada de 5 de outubro, eclodiu uma «revolução marxista»⁸⁰⁶ que, na verdade, era uma reação das forças de esquerda a um possível golpe da direita radical (os falangistas), alimentada pela possível integração dos elementos da Confederação Espanhola de Direitas Autónomas num governo de Lerroux, elemento do Partido Radical⁸⁰⁷. A revolta das Astúrias foi sufocada ao cabo de poucos dias, culminando numa forte repressão dos implicados, o que fez os portugueses compreenderem que a boa notícia que esperavam não viria no imediato.

Cedo se descobriu o papel ativo dos Budas, empenhados em apoiar «as ameaças revolucionárias dos socialistas»⁸⁰⁸ espanhóis, na mira de alcançar vantagens *a posteriori* para a luta em Portugal. Estes acontecimentos foram instrumentalizados pelo regime para atacar o bloco reviralista como um todo, que envolveu nomes sem qualquer participação nas iniciativas, como Bernardino Machado e Afonso Costa⁸⁰⁹. O governo

⁸⁰² PAULO, Heloísa – O Republicanismo e a oposição exilada: combates e crises. *Estudos do século XX*. 10 (2010), p. 424.

⁸⁰³ ALVES, Ferro – *Os Budas e o Contrabando de Armas*. Lisboa, 1935, p. 138.

⁸⁰⁴ PAULO, Heloísa – Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939). *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras*. 7:2 (2018), p. 119.

⁸⁰⁵ El jefe del gobierno anuncia la detencion del millonario Echevarrieta. *El Pueblo Gallego*. Vigo, n.º 3263, 16 de setembro de 1934, p. 1. Comprovante da participação portuguesa, Alberto Moura Pinto acabou detido.

⁸⁰⁶ *La revolución de octubre en España. La rebelión del gobierno de la generalidad*. Madrid: Bolaños y Aguilar, 1934, p. 20.

⁸⁰⁷ BEEVOR, Antony – *A Guerra Civil de Espanha, 1936-1939*. Lisboa: Bertrand Editora, 2022, p. 46; Graves acontecimentos em Espanha – A greve geral assumiu caráter revolucionário. Estalou uma revolta nas Astúrias que o Governo não conseguiu dominar. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 4271, 6 de outubro de 1934, p. 11.

⁸⁰⁸ ALVES, Ferro – *Os Budas e o Contrabando de Armas*. Lisboa, 1935, p. 134.

⁸⁰⁹ CC – FBM – Carta de Manuel José de Serpa Viana a Bernardino Machado, 18 de setembro de 1934.

português precaveu-se para estorvar a disseminação de focos revolucionários, esperando algumas reformulações oposicionistas⁸¹⁰, que se manifestaram sobretudo ao nível da propaganda. Pela fronteira de Valença entravam panfletos clandestinos destinados ao Porto, apesar dos rápidos entraves impostos pelas autoridades⁸¹¹, que nesta localidade desconfiavam da conviência do comandante militar, Manuel Joaquim Domingues, que concedia licenças de transporte a indivíduos suspeitos⁸¹².

Dados estes acontecimentos, os republicanos tenderam a descer na restauração de uma República⁸¹³, até porque a União Nacional era o único agrupamento partidário reconhecido nas eleições legislativas convocadas para dezembro de 1934, garantindo os 90 deputados. O cenário era positivo para o regime, apesar das críticas da direita radical (mesmo entre a deslocada para a esfera governamental)⁸¹⁴.

Cientes da impossibilidade de lutarem autonomamente, os republicanos consciencializaram-se da impreteribilidade de alianças com os outros setores, desencadeando dois agrupamentos. O primeiro, maioritário, ia ao encontro do programa teorizado por Afonso Costa já desde 1927, o qual acreditava que, sem abdicar dos princípios basilares do republicanismo, devia consumir-se uma união com as forças de esquerda, apesar das dissonâncias existentes, com os comunistas, socialistas e anarcossindicalistas a submeter-se à liderança dos republicanos na luta contra o regime – este caminho materializou-se na Frente Popular, embora com algumas exceções. Já o

⁸¹⁰ Dentro das reformulações em causa, surgia um encontro na fronteira luso-espanhola que foi apontado pelas autoridades madrilenas como um acontecimento que deveria sobressaltar o governo português. CC – FBM – Carta de Aquilino Ribeiro a Bernardino Machado, 1 de dezembro de 1934.

⁸¹¹ CC – FBM – Carta de Augusto Alves Dinis a Bernardino Machado, 15 de outubro de 1934; CC – FBM – Carta de Augusto Alves Dinis a Bernardino Machado, 28 de novembro de 1934.

⁸¹² AHM – *Processo político do Tenente de Infantaria Manuel Joaquim Domingues*. (Divisão 33, caixa 406, número 49). Carta de junho de 1934 sobre a ação desempenhada por esse Tenente.

⁸¹³ MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 31 de maio de 1934. Machado era um dos mais acometidos de desânimo, nesta conjuntura, enquanto Jaime Cortesão, mesmo reclamando da escassez de informações de Portugal, acreditava que havia motivos de esperança. BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 27 de dezembro de 1934.

⁸¹⁴ PINTO, António Costa – As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social*. XVII: 116-117 (1992), p. 591. Não houve uma alteração na classificação formal da União Nacional, que, para todos os efeitos, continuava sem ser um partido, tendo como principal intuito compilar as restantes forças para o desenvolvimento de «uma nova identidade política». PINTO, António Costa (Coord.) – *O Estado Novo de Salazar. Uma terceira via autoritária na era do fascismo*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 27.

segundo, minoritário, liderado por Ribeiro de Carvalho e os setores militares, recusava uma alteração da estratégia-chave republicana e propunha-se seguir a linha *putschista*, ainda que sem a organização dos republicanos⁸¹⁵. Deste grupo surgiu a proposta de aliança a setores mais aguerridos, como os camisas azuis ou os monárquicos, deixando para depois da vitória a resolução dos interesses de cada grupo. Mesmo desconhecendo-se alguns dos meandros dessa aproximação⁸¹⁶, o certo é que Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão aproveitaram algum descontentamento no seio do Exército quanto ao início da reforma deste corpo⁸¹⁷. Entre 1934 e 1935, foram realizados alguns encontros para alinhar a revolução⁸¹⁸, aproveitando-se a manutenção de organizações nacionais-sindicalistas suficientemente coesas e que, no caso do Norte, tinha a sua principal expressão no Porto e em Vila Real, onde as forças de segurança faziam um controlo mais apertado⁸¹⁹.

O segundo semestre de 1935 foi peculiar no âmbito do Revirinho, porque enquanto se começava a delinear a Frente Popular, ocorreu uma revolta resultante da aliança nacional-sindicalista com a participação de alguns setores republicanos.

4.2. A Frente Popular – o agrupamento das esquerdas e o seu colapso

Em 1935, o cenário político europeu dividia-se entre o avanço dos fascismos e dos autoritarismos de direita (onde se incluía Portugal), a resistência das democracias

⁸¹⁵ MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 19 de junho de 1935. Nesta carta, Machado reflete acerca de uma epístola que Ribeiro de Carvalho lhe havia dirigido com este tom acusatório.

⁸¹⁶ Deveu-se a Vasco da Gama Fernandes uma reunião entre Cunha Leal e Rolão Preto, então exilados em Espanha, indo ao encontro dos contactos prévios com o grupo mais ligado à instituição militar. FERNANDES, Vasco da Gama – *Depoimento Inacabado – Memórias*, p. 55.

⁸¹⁷ Como afirmava Roberto Queiroz, devia manter-se a «esperança» no derrube do regime porque «sobretudo o Exército e a Marinha» estavam atentos quanto à política que Salazar queria adotar. MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 17 de fevereiro de 1935; MBM – Carta de Roberto Queirós a Bernardino Machado, 14 de maio de 1935; MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 8 de julho de 1935. O governo, compreendendo que o país estava atrasado em matéria militar, demonstrou paulatinamente um suposto interesse em qualificar esse grupo, por via de um método ambivalente que consistia na valorização das suas condições sem um reforço excessivo que pudesse levar a novas ingerências na vida política, como era exemplo o próprio 28 de Maio. SENA, Rui Alexandre Dias – *As reformas militares do século XX – da I República ao fim do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 38-39. Dissertação de Mestrado.

⁸¹⁸ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, 2017, pp. 237-238.

⁸¹⁹ PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis*, p. 312.

liberais e o temido comunismo. Nesse ano, por intermédio do Komintern (Internacional Comunista, 1919-1943), desenvolveu-se uma estratégia de combate ao perigo fascista: o frentismo. Em 1928, no VI Congresso, a Internacional propagou uma aversão a alianças com a social-democracia ou com o socialismo, com esse «ultrasectarismo» a ser visto como uma das causas do crescimento da direita⁸²⁰. Neste sentido, no VII Congresso, Dimitrov expôs a premência de uma aliança entre comunistas, anarquistas, funcionários públicos e comerciantes para influenciar «os outros estratos dos trabalhadores»⁸²¹.

O parco peso dos setores avançados fazia do caso português particular. Os socialistas, condenados a um fracasso endógeno e exógeno pelos impactos negativos advindos da sua última conferência, em 1933 (em função das pesadas críticas feitas à restante oposição e posterior consideração de alinhamento à retórica do regime)⁸²², não podiam ser relevantes. Por sua vez, os comunistas aceitavam contactos com os liberais, apesar de uma melhoria nas suas condições que conduziu a uma nova série do *Avante!*, plataforma de crítica à «política corporativa»⁸²³.

Antes mesmo do início do congresso do Komintern, em finais de julho, já corriam rumores de que a coligação da oposição democrática estava pronta, indo ao encontro do profrentismo do 18 de janeiro⁸²⁴ e da criação da Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo (LPCGF), em 1934⁸²⁵. Em maio de 1935, por exemplo, o PCP negava o «fundamento» dessas notícias devido ao seu desinteresse em favorecer o Revirvalho,

⁸²⁰ BARRETT, James R. – Rethinking the Popular Front. *Rethinking Marxism*. 21:4 (2009), p. 532.

⁸²¹ DIMITROV, Georgi – *The Fascist Offensive and the Tasks of the Communist International in the Struggle of the Working Class against Fascism. Main Report delivered at the Seventh World Congress of the Communist International*, 2 de agosto de 1935.

⁸²² FARINHA, Luís – *Ramada Curto*, p. 177.

⁸²³ MADEIRA, João – *História do PCP*, 2013, p. 45; NUNES, João Arsénio – La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais (1926-1935). In NUNES, João Arsénio – *Comunismo e antifascismo: alguns ensaios*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2017, p. 421.

⁸²⁴ PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. 3.ª Ed. Lisboa: Temas & Debates, 2000, Vol. 1, p. 161.

⁸²⁵ A LPCGF resultou dos princípios do Congresso Internacional de Amesterdão de 1932. O Komintern, através de Münzenberg, almejou mobilizar os setores intelectuais e sociais europeus a combater a ameaça de um novo conflito mundial pela união de todos os setores antifascistas. (FURET, François – *Le Passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XX^e siècle*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1995, p. 356). Bento de Jesus Caraça, intelectual marxista, fundou a LPCGF para a prossecução de uma falange ampla e apartidária e combater a governação salazarista, para o que concorria o seu jornal, o *Front Mundial*. Ephemera – Bases para a organização da Liga contra a guerra imperialista e contra o fascismo, 1934/1935.

mas sim o seu desenvolvimento⁸²⁶, embora fizesse eco de algumas informações do Komintern sobre o avanço do corporativismo, incoerência facilmente perceptível⁸²⁷. Os republicanos preferiam, nesta fase, promover a sua esperança num «verdadeiro movimento de salvação nacional englobando todas as classes do país», situação justificada pelo alvoroço suscitado pela «invasão de entidades suspeitas nos arraiais republicanos», à esquerda e à direita⁸²⁸. Desta forma, o «conformismo acomodático»⁸²⁹ derivava de uma inadequação às novas circunstâncias, já que se mantinham núcleos revirahistas ativos, como na Sertã, distrito de Castelo Branco, onde na sede do registo civil local se desenvolvera, em 1935, um grupo conspiratório amplo⁸³⁰.

Mal acabou o congresso internacional, em agosto de 1935, o PCP aproximou-se dos vários grupos da oposição para desenvolver a frente única. Sobressaíram duas ausências: os anarquistas da CGT, sem se recuperar da repressão pós-18 de janeiro, e os republicanos conservadores, satisfeitos com os avanços insurrecionais dos nacionais-sindicalistas⁸³¹. Além dos indivíduos que gravitavam em torno de Cunha Aragão e Ribeiro de Carvalho, encontravam-se António Sérgio e a facção de Cunha Leal, que tinha como missão criar um programa mínimo em que constava a retoma da vivência constitucional, o fim da censura e da polícia política e, sem discussão, a manutenção da República⁸³².

Em maio de 1935, sob liderança do General Mendes Norton, esteve para eclodir uma revolta, mas a PVDE rapidamente decretou «prevenção rigorosa» em todo o

⁸²⁶ Os novos boatos de “entendimento”. *Avante!* Sem local, n.º 7, maio de 1935, p. 5.

⁸²⁷ Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista. Resolução do Secretariado do Partido Comunista Português – (S.P.I.C). *Avante!* Sem local, n.º 6, abril de 1935, pp. 2-3.

⁸²⁸ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 20 de abril de 1935; MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 4 de julho de 1935. Os únicos setores republicanos inclinados, desde 1933, a uma frente única à esquerda eram os mais próximos de ideias socialistas, articulados em torno de Domingues dos Santos e Afonso Costa; ainda antes da revolta de Bragança, já havia um «Projeto de Plataforma da Frente Única das Forças Motoras Populares da Democracia». QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos*, p. 199.

⁸²⁹ MBM – Carta de Augusto Alves Dinis a Bernardino Machado, 21 de julho de 1935. Este sentimento de desânimo encontra-se igualmente plasmado em MBM – Carta de Lago Cerqueira a Bernardino Machado, 6 de junho de 1934.

⁸³⁰ AHM – *Processo do Major Luís de Sousa Ribeiro*. (Divisão 33, caixa 404, número 7).

⁸³¹ Neste grupo, muitos indivíduos não concordavam com as alianças com grupos democráticos, o que veio a comprometer os golpes. PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis*, p. 320.

⁸³² FERNANDES, Vasco da Gama – *Depoimento Inacabado – Memórias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975, p. 55.

país⁸³³, o que não dificultou a prossecução das conspirações. Assim, em 26 de agosto, voltaram a surgir boatos de alteração da ordem⁸³⁴ que culminaram na prisão de um dos principais homens da facção de Ribeiro de Carvalho, Abílio dos Reis Morais⁸³⁵. Com o controlo efetuado pelas autoridades, foi decidido que era altura de adiar o movimento, e os republicanos, com poucos operacionais e com a ORS decapitada, encontravam-se pouco colaborantes, aspeto realçado nas notas do governo⁸³⁶. Foi preciso esperar até 10 de setembro para que voltasse a sair à rua um golpe que abrangeu sobretudo a zona de Lisboa⁸³⁷ e que, novamente liderado por Mendes Norton, procurou sublevar o navio *Bartolomeu Dias*, atracado no Tejo, e convencer o Presidente da República a aderir ao movimento. Sem surpresa, à derrota seguiu-se mais uma vaga de repressão.

Os republicanos não conferiram grande atenção ao fiasco do movimento e focaram-se na constituição da Frente Popular, apesar da dificuldade em contactar os núcleos exilados, como exibem os comentários de Jaime Cortesão ao seu irmão, Armando, sobre a constituição «demorada» desse organismo⁸³⁸ (Anexo 7). As observações dos comunistas foram mais acutilantes, anotando que a colaboração entre fascistas e liberais era sinal de que «a burguesia», amedrontada com o crescimento relativo do partido, estava em profunda contradição⁸³⁹, atacando o grupo republicano apesar de precisar dele para efetivar a organização frentista. De igual modo, o PCP obliterava a inflexão de alguns indivíduos, como Cunha Leal, que passaram a mostrar

⁸³³ Ordem pública. O Governo tomou ontem precauções militares por ter conhecimento de que se preparava um movimento revolucionário. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 4491, 21 de maio de 1935, p. 5.

⁸³⁴ MENEZES, Luís – A revolta Mendes Norton de 1935. *Cadernos Vianenses*. 44 (2010), p. 277.

⁸³⁵ TT – Processo político de Abílio dos Reis Morais. (PT-TT-PIDE-E-010-9-1760).

⁸³⁶ Tentativa de alteração da ordem pública. Nota oficiosa da Presidência do Conselho. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 4604, 11 de setembro de 1935, p. 5.

⁸³⁷ Luís Miguel Menezes, no estudo referido, ao descrever as unidades militares favoráveis ou coniventes com o movimento, indica que houve planos para assaltar a Companhia do Trem Hipomóvel da Póvoa de Varzim, afirmação não sustentada e que a presente investigação não conseguiu confirmar.

⁸³⁸ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 6 de novembro de 1935. Acerca da necessidade de uma organização que dirigisse os esforços dos republicanos, então meros «espectadores» do *status quo*, vide BDUC – EAC – Carta de Cunha Leal a Armando Cortesão, 29 de setembro de 1935.

⁸³⁹ Face à nova curva do caminho. Os choques no seio das forças de apoio da Ditadura. *Avante!* [Portugal], n.º 12, outubro de 1935, p. 1. Além do crescimento do PCP não ser tão significativo quanto propagado, ele sofreu um duro revés nos finais de 1935 quando Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça, os seus principais dirigentes, foram detidos, o que o fez mergulhar numa crise de que só se recomporia no início da década de 1940. PITA, António Pedro – O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 40 (1994), pp. 100-101.

maior confiança na luta anti ditatorial⁸⁴⁰. Além disso, a situação internacional complexa oferecia motivos para temer, porque em Espanha e França perdiam-se paulatinamente apoios⁸⁴¹ e os conflitos avolumavam-se.

O núcleo central republicano (Bernardino Machado, Afonso Costa e José Domingues dos Santos) foi o responsável pela concretização de uma plataforma efetiva. Entre os últimos meses de 1935 e os iniciais do ano seguinte, Machado realizou conferências em Madrid⁸⁴², onde abordou a necessidade da adesão do maior número possível de pessoas para confrontar a Ditadura, concertando-se com Afonso Costa que, receoso da sua conjuntura, criticava a divisão republicana e os apoios a outras causas além da demoliberal⁸⁴³. Já Domingues dos Santos vinha a esboçar uma aproximação aos métodos gizados pelo PCP, condição que motivou a sua maior relação com um dirigente da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP), Pável⁸⁴⁴.

Em fevereiro de 1936, era já anunciada a constituição da Frente, «instrumento do povo para a sua libertação das garras da fome e da reação»⁸⁴⁵, acompanhada de apelos para a união de todos em prol da causa comum: o derrube de Salazar. Todavia, a criação da Frente era irreal, pois os republicanos, sem sequer resolver as dissensões que os opunham (amplificadas pela falta de concordância quanto ao caminho a seguir⁸⁴⁶), ainda não haviam acordado a proposta de programa⁸⁴⁷. Desta forma, mesmo com a iniciativa a partir do PCP, cedo foi dominada pelos republicanos.

A criação da Frente Popular seguiu o exemplo das suas congéneres francesa e espanhola. Neste país, sob liderança de Manuel Azaña e Largo Caballero (líder dos

⁸⁴⁰ Face à nova curva do caminho. Os choques no seio das forças de apoio da Ditadura. *Avante!* [Portugal], n.º 12, outubro de 1935, p. 1; BDUC – EAC – Carta de Cunha Leal a Armando Cortesão, 13 de novembro de 1935.

⁸⁴¹ Após a derrota da revolta de outubro de 1934, Jaime Cortesão deslocou-se para França. MBM – Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa, 20 de outubro de 1935.

⁸⁴² MBM – Carta de Sebastião Maximiano Almeida a Bernardino Machado, 26 de novembro de 1935.

⁸⁴³ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 21 de agosto de 1935.

⁸⁴⁴ QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos*, 2012, p. 200.

⁸⁴⁵ A Frente Popular. *Avante!* [Portugal], n.º 16, fevereiro de 1936, p. 5.

⁸⁴⁶ Pode apontar-se como exemplo a forma pejorativa como Jaime Cortesão descreve Cunha Leal e a sua ação, que não beneficiava «ninguém». BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 11 de janeiro de 1936. Por outro lado, Ribeiro de Carvalho continuava a defender a impreteribilidade da revolução. BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 11 de maio de 1936.

⁸⁴⁷ MBM – Excerto de carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 19 de fevereiro de 1936.

socialistas, então o maior partido à esquerda), constituiu-se uma organização frentista que, unindo esse setor com anarquistas e comunistas⁸⁴⁸, visava disputar eleições em fevereiro de 1936, contra os setores conservadores, também ele coligados sob uma Frente Nacional. A Frente Popular, apesar de alguns problemas, apresentou um programa progressista, vencendo com a maioria absoluta⁸⁴⁹, o que foi visto, à semelhança de 1931, como um ótimo presságio pelos opositores em Portugal e como um perigo pelo governo português; após a vitória da esquerda no país vizinho, um jornal defensor dos princípios do Estado Novo declarou que os «elementos subversivos às ordens de Moscovo» se apresentavam mais favorecidos⁸⁵⁰, já que, depois das dificuldades impostas pelo governo de direita espanhol⁸⁵¹, os exilados portugueses voltavam a ter uma ampla plataforma para a sua luta.

Essa alteração não bastou para travar o processo «caótico»⁸⁵² que foi a criação da Frente Popular Portuguesa, obliterando os reviralhistas o apoio que duas organizações colaterais lhe ofereciam: o Bloco Académico Antifascista (BAAF) e a Ação Anticlerical e Antifascista (AAA). A primeira reunia estudantes de vários quadrantes políticos, mimetizando mecanismos já existentes e tentando esvaziar a Ação Escolar de Vanguarda, aderindo à FJCP em 1936⁸⁵³. Já a AAA, com ligações à Maçonaria, era liderada por Basílio Lopes Pereira e a sua atuação estendia-se por áreas como Viseu, Coimbra e Figueira da Foz, manifestando proximidade à matriz republicana⁸⁵⁴. Havia

⁸⁴⁸ A julgar pelos candidatos que foram selecionados nos comités locais, os comunistas «dispunham de menos apoio do que proclamavam». PRESTON, Paul – *The coming of Spanish Civil War. Reform, Reaction and Revolution in The Second Republic*. 2.ª Ed. Londres: Routledge, 1994, p. 234.

⁸⁴⁹ BEEVOR, Antony – *A Guerra Civil de Espanha, 1936-1939*. Lisboa: Bertrand Editora, 2022, p. 50; AGUDO, Manuel Amorós – El origen del Frente Popular en 1936: el caso del frentepopulismo en Almería. *Historia Actual On-line*. 58:2 (2022), p. 18.

⁸⁵⁰ Propaganda dissolvente. *O Comércio de Guimarães*. Guimarães, n.º 4930, 28 de fevereiro de 1936, p. 1.

⁸⁵¹ CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio*, 2017, p. 269.

⁸⁵² BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 11 de janeiro de 1936.

⁸⁵³ MADEIRA, João – *História do PCP*, p. 49.

⁸⁵⁴ LOPES, António Joaquim Rodrigues – *A Maçonaria Portuguesa, 1926-1974: as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2021, pp. 387-388; SILVA, Armando Malheiro da – Para a História da Oposição ao Estado Novo. A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1989, p. 331; VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria em Portugal: 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, p. 742.

ainda o apoio da LPCGF, que, «sem distinção de partidos ou de tendências»⁸⁵⁵, estava disposta a colaborar na promoção da Frente, e do Socorro Vermelho Internacional, que pedia a Bernardino Machado para enriquecer o seu boletim antifascista⁸⁵⁶, prova de uma reaproximação dessa instituição ao núcleo central da oposição.

A hegemonia republicana revelou-se, desde logo, na conceção do programa e dos manifestos propagandísticos, em que se evidenciava a orientação que norteara a maioria dos *putschs* desde 1927. Como referiu Afonso Manta, o PCP estava «a reboque dos elementos da burguesia liberal e da pequena burguesia»⁸⁵⁷, embora as condições discutidas e ulteriormente aprovadas correspondessem, *grosso modo*, às reivindicações de toda a oposição, como o fim das perseguições por motivos políticos, o alargamento das campanhas de alfabetismo (em última instância, a valorização do sistema educativo), ou a atribuição de um maior peso aos sindicatos e às instituições representantes dos trabalhadores. Este último caso era difícil de concertar, já que o PCP tinha interesse em criar sindicatos únicos, resolvendo a sua debilidade de atuação no meio laboral⁸⁵⁸, o que não era prioridade para o conjunto central da Frente; no entanto, foi estabelecida uma «política social»⁸⁵⁹ consensual, como a criação de salários mínimos, o aumento da proteção dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma política centralizada que evitasse grandes dualidades de critérios. A grande polémica suscitada por este programa conjunto, porém, tinha a ver com as colónias. Enquanto os republicanos vincavam que o espaço colonial era essencial para o país, os comunistas, desde o seu primeiro congresso (1923), viviam num impasse quanto ao lugar do colonialismo na sua doutrina – o Komintern apelava, num âmbito global, à defesa da

⁸⁵⁵ Resoluções do 2.º pleno da L.C.G.C.F., realizado em outubro – a tática e os objetivos da L.C.G.C.F. In MANTA, L. H. Afonso – *A frente popular antifascista em Portugal: documentos da história do movimento operário português: 1935-1937*. [Lisboa]: Assírio & Alvim, 1976, p. 92.

⁸⁵⁶ MBM – Carta de Augusto Duarte Reis a Bernardino Machado, 20 de abril de 1936.

⁸⁵⁷ Algumas questões relativas à frente popular anti-fascista, em 1935-1937 (introdução aos documentos). In MANTA, L. H. Afonso – *A frente popular antifascista em Portugal: documentos da história do movimento operário português: 1935-1937*. [Lisboa]: Assírio & Alvim, 1976, p.36.

⁸⁵⁸ Por uma C.G.T. única! Por um reforço da atividade Sindical! *Avante!* Portugal, n.º 18, junho de 1936, p. 1.

⁸⁵⁹ O programa da Frente Popular Antifascista. In MANTA, L. H. Afonso – *A frente popular antifascista em Portugal: documentos da história do movimento operário português: 1935-1937*. [Lisboa]: Assírio & Alvim, 1976, p. 62.

independência das colónias, mas o PCP tinha «persistentemente posições de nacionalismo colonial»⁸⁶⁰. O programa da FPP era claro quanto a isso: o país compunha-se desses territórios e não havia planos para o modificar, o que desmentia as teorias do governo salazarista quanto ao suposto interesse destes grupos em abrir mão das colónias, prejudicando «o prestígio de Portugal»⁸⁶¹.

Constituída *de jure* em meados de 1936, a Frente Popular foi logo confrontada com a eclosão de uma guerra civil no país vizinho. O governo espanhol, em poucos meses, viveu uma situação muito complexa, muito em parte por problemas internos, pois os socialistas estavam em conflito latente pela existência de duas fações que opunham Largo Caballero a Indalécio Prieto e que levaram a que o Presidente da República fosse obrigado a ceder o seu cargo a Azaña⁸⁶². O crescente peso do Exército em Espanha fez com que Caballero, Ministro da Guerra, controlasse com mão de ferro essa instituição, o que suscitou uma reação dos militares, descontentes com o rumo da política e com a inação da direita; além disso, os setores tradicionais, como a Igreja, também eram críticos das reformas progressivas que a esquerda queria implementar⁸⁶³. Assim surgiram as condições para o *alzamiento*, que se iniciou entre 17 e 18 de julho de 1936, primeiro com a insurreição do exército espanhol atuante em Marrocos e rapidamente expandida para o continente, e tinha como principal premissa anular as medidas favoráveis aos trabalhadores e anticlericais⁸⁶⁴. Era o início de um conflito que, por três anos, opôs os franquistas aos republicanos.

A guerra evidenciou a polarização da política portuguesa. O governo, insatisfeito com a proximidade do “perigo vermelho” e conseqüente apoio material à oposição, apoiou os rebeldes que passaram a ser liderados por Francisco Franco, pois a sua vitória

⁸⁶⁰ ROSAS, Fernando – Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista de História das Ideias*. 17 (1995), p. 22.

⁸⁶¹ Ephemera – *Ao Povo Português!* Um documento da Frente Popular Portuguesa, setembro de 1936.

⁸⁶² OLIVEIRA, Luís Soares – *Guerra Civil de Espanha: intervenção e não intervenção europeia*. Lisboa: Prefácio, 2009, p. 28.

⁸⁶³ A historiografia revisionista imputa a culpa da guerra às forças governamentais. GARCÍA, Hugo – La historiografía de la Guerra Civil en el nuevo siglo. *Ayer*. 62 (2006), p. 288.

⁸⁶⁴ GRAHAM, Helen – *The Spanish Civil War. A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005, p. 19.

constituía «condição da estabilidade» do Estado Novo⁸⁶⁵. Salazar já estaria ao corrente da preparação de um movimento militar nesse país, apoiando-o sobretudo numa esfera política e diplomática⁸⁶⁶. Além disso, houve milhares de voluntários a apoiar os insurretos (alguns dos quais integrados em mecanismos do governo), os designados “viriatos”, um batalhão heterogéneo com elementos radicais, anticomunistas ou católicos⁸⁶⁷. O que atrás se referiu não deve ser desvinculado de um contexto que Nuno Severiano Teixeira caracterizou como «no limite da ambiguidade»⁸⁶⁸, uma vez que Inglaterra manifestava interesse em que Portugal se mantivesse neutral – o que garantia a autonomia dos espaços coloniais. Esta opção foi parcialmente seguida, já que Portugal aderiu ao Comité de Londres com algum atraso, tolerando manobras nas fronteiras e favorecendo, na SDN, os interesses dos rebeldes.

Inversamente, a grande maioria da oposição de esquerda, inclusive os setores que recusavam aderir à FPP, posicionou-se a favor dos governamentais, lançando apelos para o apoio financeiro e militar da defesa do regime e aconselhando a paralisação dos trabalhos fabris, o fortalecimento de doações à Cruz Vermelha e à ida para Espanha para

⁸⁶⁵ OLIVEIRA, César de – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 140. À época, esse assunto era igualmente percecionado. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) fazia eco, no último trimestre do ano, de um artigo da *Contemporary Review* em que se comentavam alguns riscos cometidos pelo governo português quanto ao conflito espanhol; além do favorecimento da oposição, estava em causa o império colonial e esse projeto mencionava que a opção mais inteligente seria «uma rígida neutralidade» pelo risco de um governo rebelde se aliar ao bloco germano-italiano e da inação de Inglaterra para com Portugal. TT – AOS – *Publicação de artigo, na revista "Contemporary Review"* [sic.] *sobre Portugal e a guerra civil de Espanha*. (PT/TT/AOS/D-J/004/0010/00007).

⁸⁶⁶ Encontra-se conhecida a campanha favorável da Rádio Clube de Portugal e dos grandes órgãos de imprensa aos rebeldes. Dentro do apoio dado por Portugal aos franquistas, qual «retaguarda de apoio logístico», houve uma facilitação das comunicações dos rebeldes com o governo hitleriano, que via no colapso da democracia espanhola uma importante condição para o seu favorecimento, em particular no caso de um conflito mundial, visto que a esquerda tendia a orientar-se diplomaticamente para França. OLIVEIRA, César de – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, pp. 151-154; PAYNE, Stanley – *Franco and Hitler. Spain, Germany, and World War II*. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 21; PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – *Contra las «mentiras de Madrid»*. Portugal y las emisiones radiofónicas durante la Guerra Civil Española, *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras*. 7:2 (2018), p. 99; PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – *Salazar y el Fascismo Español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 127.

⁸⁶⁷ O número de “viriatos” ficou entre os 5 000 e 10 000. PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – *Salazar y los «viriatos»*. Los combatientes portugueses en la guerra civil Española: prensa y propaganda. *Spagna contemporanea*. 47 (2015), p. 13; OTHERN, Christopher – *Franco's international brigades: foreign volunteers and fascist dictators in the Spanish Civil War*. Londres: Reportage Press, 2008, pp. 79-80.

⁸⁶⁸ TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, p. 476.

lutar contra os rebeldes⁸⁶⁹. O apoio logístico dado aos governamentais corrobora a hipótese avançada da manutenção da supremacia republicana, porque, com efeito, foram centenas os exilados com «confiança na vitória» a combater em várias frentes em Espanha⁸⁷⁰, levando ao recrudescimento das conspirações em Portugal. Visto que a maioria dos combatentes pertencia ao amplo espectro das sensibilidades republicanas, as estratégias gizadas pelos núcleos exilados apresentaram grande relevância. Como era mais difícil atuar em Madrid devido ao cerco dos rebeldes, os Budas (sobretudo Jaime Cortesão e Jaime de Moraes) deslocaram o seu centro de atuação para Barcelona, estabelecendo na Catalunha uma sucursal da Frente Popular com maior independência quanto aos comunistas, encontrando-se no Estado-Maior da Catalunha Alexandrino dos Santos, em íntima relação com César de Almeida e Moura Pinto⁸⁷¹. Essa autonomia para com o PCP justifica-se por estes terem uma maior ligação com a congénere do Socorro Vermelho Internacional, mais estruturada em Madrid.

O crescimento das conspirações militares em solo português processou-se, numa primeira instância, em articulação com os membros mais importantes da FPP, todos pertencentes ao Revirvalho. De facto, Américo Sanches – que viria a ser o emissário da União dos Combatentes da República Aliança Liberal (UCRAL) em Paris – e Manuel António Correia, ainda em finais de 1936, apresentavam a plausibilidade de um movimento que «prontamente» derrubasse a Ditadura, favorecida pelo alinhamento total da aviação à causa e pela inexistência de defesa antiaérea na capital, permitindo um ataque pelo ar. Além disso, o regime não poderia reagir ao armamento potente que a FPP teria ao seu dispor, como descrevia o Tenente Correia⁸⁷², que, noutra relatório, considerava que fora de Lisboa havia uma ampla franja revolucionária pronta a insurgir-se. No caso do Norte, as unidades de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Bragança ou Vila Real teriam «elementos mais que suficientes» para a vitória e o apoio da Marinha⁸⁷³ e

⁸⁶⁹ Ephemera – *Que fazer?* Manifesto da Frente Popular Portuguesa.

⁸⁷⁰ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 11 de novembro de 1936.

⁸⁷¹ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 11 de novembro de 1936.

⁸⁷² CC – FAC – Carta de Américo Sanches aos Membros Supremos da FPP, 19 de dezembro de 1936.

⁸⁷³ A Organização Revolucionária da Armada, em 1935, perdeu um importante conjunto de membros e ficou parcialmente neutralizada, não obstante a contestação de alguns ativos à política governamental que desencadeou, em setembro de 1936, a designada Revolta dos Marinheiros, «num quadro de grande

da Aviação⁸⁷⁴. Apesar de o relatório não detalhar os ativos, é inegável que, no caso de Viana, a fronteira de Monção e Melgaço favorecia a causa revolucionária. Em agosto de 1936, foi descoberto nesta última localidade «material de guerra» oriundo de Espanha e que deveria ser usado no âmbito de uma revolução em Portugal⁸⁷⁵. A preocupação do regime com a fronteira era tanta que, pouco a pouco, foram afastados vários elementos das guarnições de Viana; em setembro desse ano, por exemplo, Alfredo Emílio Cardoso foi um dos visados por essa ação preventiva⁸⁷⁶.

É curioso que os relatórios feitos para a FPP não mencionassem o Porto, visto que Alberto Emídio Midões e Alfredo Fonseca Campelo aproveitaram a eclosão do conflito em Espanha para retomar conspirações (descobertas por intermédio da prisão de um seu correligionário, Álvaro da Assunção, em outubro de 1936)⁸⁷⁷ (Anexo 8) e pela existência de um núcleo organizado do SVI com ramificações em algum do oficialato⁸⁷⁸, além de grupos civis com participação de maçons⁸⁷⁹. Já em fevereiro de 1937, foram

empatia pela Espanha republicana» e como antecedente de uma radicalização de alguns setores da Frente Popular, em que se pressupunha a chegada aos Açores para fixar um governo provisório. Os propósitos de arregimentar mais reforços foram gorados e o governo dominou rapidamente a situação, acabando por prender centenas de sublevados e transportá-los para uma «colónia penal», o Tarrafal. Uma nota oficiosa do governo. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 4962, 9 de setembro de 1936, p. 5; OLIVEIRA, Luísa Tiago de – Uma cultura de resistência. A Revolta dos Marinheiros de 1936. *Ler História*. 82 (2023), p. 225.

⁸⁷⁴ CC – FAC – Carta de Manuel António Correia à Direção Suprema da Frente Popular Portuguesa, 1 de dezembro de 1936. Havia ainda ligação da FPP com a ORS, então, «inoperante», através de alguns delegados comunistas que faziam ainda a ponte com a ORA. A ação pouco vinculativa dos republicanos para com essas organizações suplementares levou ao seu alinhamento às fações comunistas. CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978, p. 62.

⁸⁷⁵ TT – PIDE – Relatórios de processos-crime da Delegação do Porto, 1936-1938, f. 653. (PT/TT/PIDE-DP/D/003/0001).

⁸⁷⁶ AHM – *Processo político do Segundo-sargento Alfredo Emílio Cardoso*. (Divisão 33, caixa 409, número 131). Informação de setembro de 1936 sobre papel anti situacionista do Sargento.

⁸⁷⁷ TT – PIDE – Relatórios de processos-crime da Delegação do Porto, 1936-1938, f. 613. (PT/TT/PIDE-DP/D/003/0001). Processo de outubro de 1936. Ao contrário do que Afonso Costa dizia numa carta a Bernardino Machado, em julho de 1935, o «velho e valoroso republicano» Alberto Midões não fora assassinado a mando da polícia política. Prova da centralidade deste comerciante na região do Porto, atribuíam-se à sua suposta morte um valor significativo. Contudo, a informação estava errada, visto que Alberto Midões foi detido em maio de 1935 e foi libertado cerca de dois meses depois, em 1 de julho de 1935. MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 28 de julho de 1935; TT – Processo político de Alberto Emídio Midões. (PT-TT-PIDE-E-010-1-197).

⁸⁷⁸ TT – PIDE – Relatórios de processos-crime da Delegação do Porto, 1936-1938, ff. 427-481. (PT/TT/PIDE-DP/D/003/0001). Autos de investigação acerca da implantação do SVI e da Frente Popular no norte de Portugal, 1936.

⁸⁷⁹ TT – PIDE – Relatórios de processos-crime da Delegação do Porto, 1936-1938, f. 614. (PT/TT/PIDE-DP/D/003/0001). Averiguação da implantação de grupos civis em Campanhã, em setembro de 1936.

detidas em Matosinhos onze pessoas (das quais é relevante mencionar a presença de três mulheres), com ligações ao Partido Socialista, pelo «fretamento de uma traineira», conduzida por Benjamim Pereira, Tenente reformado da Administração Naval, para buscar Ribeiro de Carvalho a Marrocos para liderar uma insurreição⁸⁸⁰. De qualquer modo, com toda a precaução, preparava-se a revolução para a qual faltava um chefe, falha que os representantes da UCRAL apontavam como fácil de colmatar⁸⁸¹. No entanto, o nome mais consensual, Ribeiro de Carvalho, não tinha interesse nessa função e os republicanos perdiam constantemente a esperança no General⁸⁸².

A PVDE, numa época de crescimento do processo de internacionalização das polícias⁸⁸³, conhecia satisfatoriamente as movimentações dos opositores em Espanha, rejubilando com as dissensões que grassavam no seu seio. A polícia política, em junho de 1937, evidenciou que Ribeiro de Carvalho, com Cunha Aragão em Madrid, criticou Domingues dos Santos, líder da emigração em Paris, por querer «ser o Lenin português», e informou que, se a guerra se prolongasse, poderia fixar-se no Brasil⁸⁸⁴. A polícia política tinha ainda preocupação com o peso dos Budas, com grande implementação nos meios políticos do país vizinho e a fazer diligências para a contração de um empréstimo que, em caso de vitória dos “comunistas”, levaria a «uma nova origem de conflitos» em Portugal⁸⁸⁵. Havia ainda, por parte do regime, conhecimento das iniciativas dos exilados

⁸⁸⁰ TT – PIDE – Relatórios de processos-crime da Delegação do Porto, 1936-1938, ff. 416-420.

(PT/TT/PIDE-DP/D/003/0001). Investigação sobre auxílios a Ribeiro de Carvalho entre 1936 e 1937.

⁸⁸¹ CC – FAC – Carta de Danton, Gomes Freire e Máximo [representantes da UCRAL] a Afonso Costa, 22 de março de 1937.

⁸⁸² CC – Relatório de Roberto Queirós, delegado do Comité de Ação, sobre a oposição, 3 de abril de 1937.

⁸⁸³ No limiar do século XX, houve uma transmutação do papel atribuído às autoridades policiais, que deixavam de estar confinadas às fronteiras nacionais e podiam estabelecer inter-relações com as suas congéneres, consubstanciando a transformação do crime «numa questão internacional». Após a Primeira Guerra Mundial, houve uma clara «articulação internacional» que era visível na Europa e concretamente na Península Ibérica. KNEPPER, Paul – *The invention of International Crime. A global issue in the making, 1881-1914*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010, p. 193; GONÇALVES, Gonçalo Rocha; FARIA, Fábio Alexandre – Crime transnacional, anticomunismo e a cooperação policial ibérica (1925-1939). In HARO, Jesús Movellán; GUTIÉRREZ, Raquel Irisarri; TORRES, Luis Fernández – *Miradas al pasado, miradas al presente. Nuevos horizontes de la historiografía contemporánea. Actas del XVI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2024, p. 210.

⁸⁸⁴ TT – AOS – *A Guerra Civil de Espanha, o envolvimento de portugueses na mesma e as atividades subversivas em Portugal*. (PT/TT/AOS/D-G/008/0002/00003).

⁸⁸⁵ TT – AOS – *A Guerra Civil de Espanha, o envolvimento de portugueses na mesma e as atividades subversivas em Portugal*. (PT/TT/AOS/D-G/008/0002/00003).

portugueses quanto à obtenção de um empréstimo por parte dos governamentais espanhóis, respirando com algum alívio quando compreendeu a pluralidade de opiniões no seio do governo de Azaña quanto a esse assunto. Tal percepção encontrava-se igualmente plasmada num relatório do Comité de Ação, que entendia haver «três correntes» quanto a esse assunto⁸⁸⁶: a de Largo Caballero, favorável à causa oposicionista; a dos comunistas e anarcossindicalistas, sem posição definida, e a terceira, liderada por Indalécio Prieto, que não via no antifascismo português vantagens concretas. No entanto, a FPP conseguiu receber cerca de seis milhões de francos por intermédio do embaixador espanhol em Paris, Luis Araquistain⁸⁸⁷.

Era indubitável que a Frente tinha maior fixação no estrangeiro, principalmente em Espanha e França, aproveitando o prestígio de que Bernardino Machado, Afonso Costa e José Domingues dos Santos gozavam. Em setembro de 1936, foi solicitada a colaboração deste último num órgão de propaganda antifascista internacional, onde efetuou uma promoção da Frente Popular constituída, enquanto Bernardino continuava a receber atenção dos periódicos internacionais, sobretudo os espanhóis⁸⁸⁸. Uma dimensão menos considerada diz respeito à campanha que a FPP dinamizou noutros países, a exemplo de uma exposição feita ao governo da Argentina em que se denunciava o apoio dado pelo governo a uma revolta contra o governo de Azaña e que deveria suscitar punições da Sociedade das Nações que devia agir para a «condenação dos regimes fascistas»⁸⁸⁹. A criação de uma milícia por parte da Ditadura, a Legião Portuguesa, apoiada pela Mocidade Portuguesa, corroboram essas acusações, precisamente num contexto de agitação internacional e de fascização do regime⁸⁹⁰.

⁸⁸⁶ CC – FAC – *Insucesso do empréstimo pedido ao governo espanhol republicano*. Relatório do Comité de Ação, 4 de maio de 1937.

⁸⁸⁷ CC – FAC – Carta da Frente Popular Portuguesa a Luis Araquistain, abril de 1937.

⁸⁸⁸ Em setembro de 1936, as declarações críticas de Bernardino Machado ao «favoritismo» dado pela Ditadura portuguesa às fações insurrecionais foram consideradas por vários títulos de imprensa de Madrid como uma prova de coragem pela contestação à «tirania clerical e fascista». En torno a la “neutralidad”. Importantes declaraciones del ex presidente de la República portuguesa don Bernardino Machado. *La Libertad*. Madrid, n.º 5131, 9 de setembro de 1936, p. 3; Bernardino Machado habla de la lucha heroica del pueblo español y de la dictadura portuguesa. *La Libertad*. Madrid, n.º 5132, 10 de setembro de 1936, p. 3.

⁸⁸⁹ TT – AOS – *Atuação da Frente Popular Portuguesa*. (PT/TT/AOS/D-J/004/0010/00006).

⁸⁹⁰ RODRIGUES, Luís Nuno – «A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936. *Análise Social*. XXX: 30 (1995), p. 100.

É indubitável o peso dos setores republicanos na FPP⁸⁹¹, «robustecida com a adesão de todas [as] forças da corrente anti-fascista»⁸⁹². Deveu-se a José Domingues dos Santos, desde logo, o projeto de publicação de uma revista, a *Espagne-France*, e os «apelos» feitos pelos representantes comunistas acabavam por ser secundarizados porque Afonso Costa aconselhava sempre à discussão com Bernardino Machado e Domingues dos Santos, então envolto nos referidos projetos e a adiar «sucessivamente» uma conferência⁸⁹³.

Com uma atuação paralela à FPP, Afonso Costa e Domingues dos Santos criaram um Comité de Ação – o Comité de Paris – que tinha como intuito compilar os desejos de todos os grupos antifascistas, o que pode ser interpretado à luz da resistência de muitos setores em aderir a uma organização que, no terreno, não tinha uma implantação coerente, pese embora houvesse organizações regionais que estariam a trabalhar para a preparação da revolução⁸⁹⁴. Em finais de janeiro de 1937, de facto, foram emitidos dois manifestos de cariz similar: enquanto Bernardino Machado, em representação mais clara da FPP, considerava que os nacionalistas portugueses estavam a vender a Nação aos fascistas como forma de garantia dos interesses das fações mais tradicionais, exigindo uma ação concertada do Exército⁸⁹⁵, Afonso Costa e Domingues dos Santos, em nome desse Comité, exortavam a todos os setores que se associassem à luta, sem acarretar uma associação mais formal à Frente⁸⁹⁶.

Por ordem dos republicanos, Roberto Queiroz efetuou uma missão⁸⁹⁷ que implicou a sua vinda a Portugal por dois meses, para compreender as condições no

⁸⁹¹ António José Queiroz já lançara pistas quanto à preponderância republicana na FPP, demonstrando que a incapacidade de união dos Budas e do grupo de Ribeiro de Carvalho foi um dos maiores obstáculos ao seu sucesso. QUEIROZ, António José – Os Budas e a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo: Convergências e Divergências no Reviralhismo dos Anos 30. *Boletim Cultural*. IV: 10-11 (2016-2017), p. 183.

⁸⁹² CC – FAC – Carta de Danton, Gomes Freire e Máximo [representantes da UCRAL] a Afonso Costa, 22 de março de 1937.

⁸⁹³ MBM – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 2 de dezembro de 1936.

⁸⁹⁴ CC – FAC – Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado, 26 de janeiro de 1937; CC – FAC – Carta de Manuel António Correia a Afonso Costa, 24 de fevereiro de 1937.

⁸⁹⁵ CC – FBM – *Pela Independência e pela Integridade de Portugal. Manifesto à Nação*, janeiro de 1937.

⁸⁹⁶ CC – FAC – *Apelo a Todos os Liberais e Anti-fascistas*, 25 de janeiro de 1937.

⁸⁹⁷ A missão de Roberto Queiroz em 1937 encontra-se já considerada em CLÍMACO, Cristina – Le cas Roberto de Melo Queiroz. Les solidarités antifascistes pendant la Guerre d’Espagne. *Exils et migrations*

terreno. Intercetado, acabou por se deslocar para Marrocos. Esta diligência transverberou a existência de núcleos relativamente bem organizados. A comissão distrital do Porto do PRED, uma das poucas com uma atuação concertada na região, era um desses casos; embora o partido não fosse capaz de atividades tangíveis⁸⁹⁸, António Resende e Pina de Moraes assumiam a liderança na região e, por isso, foram escolhidos como delegados regionais no encontro com Roberto Queiroz, bem como Crispiniano da Fonseca, do Marco de Canaveses⁸⁹⁹. No Minho, em Famalicão, em fevereiro de 1937, Domingos Pereira, Daniel Rodrigues e Azeredo Dantas representavam alguns setores do PRP na definição de um delegado desse partido na Frente Popular e no Comité de Ação⁹⁰⁰. Nessa mesma época, paralelamente ao retorno de Roberto Queiroz a Portugal, regressaram ainda, por iniciativa do PCP, Álvaro Cunhal e Francisco Paula de Oliveira⁹⁰¹, o que evidencia a incipiência da FPP enquanto arregimentadora das diversas fações e que a ascendência republicana manifestada nesta missão só se manifestou em torno da maior facilidade de contacto com o Exército.

Mesmo com estas dificuldades, a FPP teve capacidade de penetrar nos meios estudantis através do BAAF, cujo periódico de divulgação, o *Barricada*, incluía entrevistas com os vultos republicanos e apelos de sublevação e greve contra o governo salazarista e a Mocidade Portuguesa, sobressaindo um pendor ideológico marxista que levava a considerações favoráveis ao regime soviético⁹⁰². Essa secundarização dos comunistas, inclusive em território português, ocasionava que dessem a entender que

ibériques au XX^e siècle. 8 (2016). Na presente investigação pretende-se sobretudo realçar alguns dados inéditos, como os apoios verificados a Norte do Douro.

⁸⁹⁸ QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 190.

⁸⁹⁹ CC – FAC – Relatório de Roberto Queiroz, 3 de abril de 1937.

⁹⁰⁰ CC – FAC – Relatório de Roberto Queiroz, 3 de abril de 1937.

⁹⁰¹ Francisco Paula de Oliveira foi inicialmente um dos interlocutores de Domingues dos Santos. MADEIRA, João – *História do PCP*, pp. 50-51.

⁹⁰² O núcleo central do BAAF tinha ligações com Afonso Costa e Domingues dos Santos, enviando-lhes os números dos jornais e pedindo colaboração para os seguintes. CC – FAC – Carta de Carlos Oliveira a [Afonso Costa], 30 de março de 1937. Nesta carta, em anexo, estavam os números 5 e 6 do *Barricada*.

não havia a consumação da frente, quando, pouco depois, agradeciam o papel uniformizador de Domingues dos Santos⁹⁰³.

A radicalização da oposição, nestes primeiros anos do regime, conheceu em 1937 um ponto alto. Perante a incerteza dos golpes militares, cresceu a defesa das «milícias armadas»⁹⁰⁴, em que algumas organizações ligadas à FPP pontificavam. O Comité de Barcelona, nomeadamente Jaime de Morais, e um dos colíderes da AAA, o “Silva da Madeira”, estavam desde 1936 a preparar uma série de atentados bombistas, à moda anarquista⁹⁰⁵ e numa linha distinta da revolução que estava a ser projetada de forma centralizada. Criticada pelo PCP, que recusava «puro terrorismo»⁹⁰⁶, e ignorada pelos “reviralhistas” mais moderados, esta estratégia teve um primeiro impacto com «atentados terroristas» que consistiram na colocação de bombas em vários centros de apoio ao poder, como o Ministério da Educação Nacional, a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português e fábricas de armamento, em 20 de janeiro, e novas explosões no dia seguinte no Ministério da Guerra⁹⁰⁷. O falecimento de Afonso Costa, em 11 de maio, favoreceu essa situação ao traduzir uma maior conflituosidade entre as duas forças principais da Frente Popular, ao contrário do que pensava Jaime Cortesão, que acreditava que, «longe de representar uma perda sensível», colocaria finalmente as condições para o derrube de Salazar⁹⁰⁸, convicção associada ao silenciamento dos comunistas, como os próprios transpareciam numa homenagem feita a Afonso Costa⁹⁰⁹.

⁹⁰³ Pela criação dum autêntico movimento de Frente Popular. *Avante*. [Portugal], n.º 31, segunda quinzena de março de 1937, p. 1; União! União de todo o povo para esmagar o fascismo assassino!!! *Avante!* [Portugal], n.º 32, primeira quinzena de abril de 1937, p. 1.

⁹⁰⁴ Du PC du Portugal. Activité du Parti, 14 de maio de 1937 *apud* PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. 3.ª Ed. Lisboa: Temas & Debates, 2000, Vol. 1, p. 297.

⁹⁰⁵ António Araújo sugere que, além do alinhamento de uma estratégia comum com a Confederação Geral do Trabalho em Espanha, tencionava criar-se um distanciamento para com o PCP, o que justifica igualmente a constante recusa em aderir à Frente Popular. ARAÚJO, António – *Matar o Salazar. O atentado de julho de 1937*. Lisboa: Tinta da China, 2017, pp. 32-34.

⁹⁰⁶ A propósito das explosões das bombas. *Avante!* Portugal, n.º 28, primeira quinzena de fevereiro de 1937, p. 1.

⁹⁰⁷ Os atentados terroristas de ontem. O país condena a manobra criminosa que se pôs em prática para desnortear a opinião pública. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 5091, 21 de janeiro de 1937, p. 1.

⁹⁰⁸ BDUC – EAC – Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 31 de maio de 1937.

⁹⁰⁹ Doutor Afonso Costa. *Avante!* Portugal, n.º 35, terceira semana de maio de 1937, p. 3.

A FPP robustecia-se paulatinamente em Paris (com o auxílio da Federação dos Emigrados Portugueses em França⁹¹⁰), onde residia o seu líder incontestável, Bernardino Machado, e onde Domingues dos Santos iniciou a publicação do seu órgão oficial, o *Unir*, que deveria disciplinar o povo português e estimular as adesões à luta que tinha de ir além da clandestinidade de outras organizações existentes⁹¹¹, com esse núcleo francês a ser fortalecido pela fixação de comunistas portugueses⁹¹². Entretanto, no interior, sob liderança do anarquista Emídio Santana, em 4 de julho de 1937, ocorria um atentado a Salazar que, fracassando, levou à consolidação do ditador no poder, com a opinião pública a indicar, em traços gerais, que era incompreensível «o ódio dos assassinos» ao homem que impusera ordem ao país⁹¹³. A forma como os anarquistas agiam nesta época evidenciava a incapacidade da Frente Popular em ser mais do que uma organização existente no papel e dominar as perspectivas divergentes. Os republicanos, em geral, continuavam a defender o imediatismo de uma revolta militar que era impreterível para «a Revolução pacífica [e] construtiva»⁹¹⁴, o maior objetivo da Frente: a transformação de uma população pouco favorecida e pouco culta numa transformada pela educação e pelo trabalho abundante, enquanto os comunistas recusavam um *putsch*.

As dificuldades dos exilados em manter a preponderância no seio da oposição cresciam paulatinamente. Mesmo os setores que estavam na dependência da Frente Popular, em que pontificavam Manuel António Correia e Américo Sanches, começavam a se desgastar pela inação dos exilados, que nada faziam de concreto para o objetivo comum⁹¹⁵. A vontade de lutar contra a Ditadura era manifesta e conheceu um incremento com a consumação do domínio das Forças Armadas pelo governo, gerado

⁹¹⁰ CLÍMACO, Cristina – A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939). In PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; HOHLFELDT, António (Coord.) – *Para uma história do jornalismo português no mundo*. Lisboa: ICNOVA, 2021, p. 66.

⁹¹¹ Frente Popular. *Unir*. Paris, n.º 2, 9 de julho de 1937, p. 1. Como já fora realçado em estudos precedentes, era visto positivamente o esforço por não expor especificidades dos grupos da FPP.

⁹¹² PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, 2000, Vol. 1, p. 243.

⁹¹³ “Somos indestrutíveis porque a Providência assim o determina e, na terra, vós o quereis”. *O Comércio de Guimarães*. Guimarães, n.º 5001, 9 de julho de 1937, p. 1.

⁹¹⁴ A nossa revolução: revolução armada e revolução construtiva. *Unir*. Paris, n.º 6, 14 de agosto de 1937, p. 1.

⁹¹⁵ Aspeto realçado em FARINHA, Luís – *O Revirvalho*, 1998, p. 249; CC – FMM – Carta do PCP à FPP, 17 de julho de 1937.

pelas reformas militares de 1937. A «politização civil sobre o poder militar»⁹¹⁶ não foi unanimemente aceite e as concessões de Salazar quanto à modernização da instituição acabaram minoradas perante a contestação ao que alguns setores das Forças Armadas encaravam como a desvalorização do seu papel social⁹¹⁷.

O ano de 1938 foi decisivo para a Frente Popular e a oposição republicana num todo, levando a paradoxos difíceis de esclarecer. Se os democráticos já criticavam a aliança com forças de direita radical, essa desaprovação aumentou quando começou a envolver os monárquicos liderados por Paiva Couceiro, levando a situações pouco expectáveis, como indivíduos próximos do comunismo a apoiar alianças fortes com esse grupo⁹¹⁸. Desde finais de 1937 que recrudesceram as conspirações militares, com quatro grandes núcleos sob vigilância particular: nacionais-sindicalistas, monárquicos, anarquistas e republicanos conservadores⁹¹⁹. Em março do ano seguinte, Paiva Couceiro foi detido quando tentava passar a fronteira do Minho e, nos meses ulteriores, foram efetuadas várias prisões, como a de Norberto Guimarães. Assim, o movimento, planeado para 24 de maio de 1938, não se efetivou pelo estado de alerta, apesar de Porto e Coimbra (o planeado epicentro da intentona em que Metralhadoras 2 teria um papel essencial e para onde se dirigiram Manuel António Correia e Francisco Horta Catarino, por exemplo⁹²⁰) estarem articulados pelo nacional-sindicalista Fernando Queiroga, que acabou detido em dezembro e, após breve fuga, recapturado no ano seguinte⁹²¹. A imprensa não fez eco da intentona, apesar de um periódico conimbricense considerar que as «ilusões doutrinárias», continuavam a cegar vários grupos quanto à prioridade: «a salvaguarda do sossego, da ordem e do progresso»⁹²². Em geral, a Frente

⁹¹⁶ SENA, Rui Alexandre Dias – *As reformas militares do século XX – da I República ao fim do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 44. Dissertação de Mestrado.

⁹¹⁷ Tome-se como exemplo o discurso de Ricardo Durão aquando do 11.º aniversário da derrota da revolta de fevereiro, em 7 de fevereiro de 1938 *apud* FARINHA, Luís – *O Revivalho*, 1998, p. 248.

⁹¹⁸ CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revivalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978, p. 134.

⁹¹⁹ Em 1936, um movimento entre republicanos, monárquicos e nacionais-sindicalistas foi abortado na sua fase preparatória. PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis*, p. 332.

⁹²⁰ FARIA, Telmo – *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*. 2.ª Ed. Lisboa: Aletheia Editores, 2011, p. 233; CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revivalho*, 1978, p. 77.

⁹²¹ TT – Processo de Fernando Gualter Queiroga Chaves. (PIDE-E-010-56-11022); FARINHA, Luís – *Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio*. *Penélope*. 16 (1995), pp. 88-89.

⁹²² Crónica semanal. Deixemo-nos estar!!! *Gazeta de Coimbra*. Coimbra, n.º 3797, 4 de junho de 1938, p.1.

Popular Portuguesa teve uma atitude difusa quanto a este movimento militar; se havia críticas veladas a alianças com setores radicais, havia igualmente elogios à figura de Paiva Couceiro⁹²³, inclusive no *Avante!*, o que evidencia a impossibilidade de concertação, apesar das palavras ponderadas de Bernardino Machado⁹²⁴.

Os Budas⁹²⁵, mercê da participação nos meios militares governamentais e da sua fixação em Barcelona (incluindo César de Almeida, um dos principais estrategistas militares), passaram a conceber, sob liderança de Jaime de Morais, um plano revolucionário conjunto que, derrotando o governo de Salazar, levaria ao domínio dos rebeldes em Espanha. O Plano Lusitânia consistiria no desembarque em Portugal de algumas centenas de homens, fortemente armados (já que o Exército tinha um déficit de armamento moderno⁹²⁶) e que seriam integrados num grupo de combate controlado por Oliveira Pio, iniciando uma revolta tautócrona aos avanços republicanos em Espanha. Este plano teria o apoio dos exilados em Paris, que desembarcariam em Tróia, constituindo-se o mais brevemente possível um governo provisório que levaria à reforma das Forças Armadas, à dissolução da GNR e à retoma da vida constitucional⁹²⁷.

No entanto, a FPP desabou no último trimestre de 1938, quando os republicanos afastaram os comunistas do *Unir* – cujo subtítulo se transformou de «Semanário da Frente Popular Portuguesa» em «Jornal da Democracia Portuguesa» – e passaram a controlar o organismo, o que, segundo César de Oliveira, levou ao afastamento de

⁹²³ A prisão de Paiva Couceiro. *Avante!* Portugal, n.º 75, terceira semana de 1938, p. 2.

⁹²⁴ CC – FBM – *Manifesto de Bernardino Machado intitulado “1 de Janeiro de 1938. Saudação à democracia portuguesa”*.

⁹²⁵ A ligação de vários Budas à resistência anti ditatorial em Espanha estava arraigada; no verão de 1937, Jaime Cortesão foi um dos participantes do Segundo Congresso Internacional de Escritores Antifascistas, onde se apresentou como delegado da FPP e deixou clara a persistência dos vínculos revolucionários em Portugal. (OLIVEIRA, César de – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 270). Em Barcelona, foi também criada a União dos Antifascistas Portugueses no início da guerra civil, que unia republicanos defensores do socialismo e do republicanismo. PAULO, Heloísa – *Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exilés portugais et les républicains espagnols (1931-1939)*. *Exils et migrations ibériques au XX^e siècle*. 8 (2016), p. 40.

⁹²⁶ Santos Costa, no início da sua colaboração com Salazar, em 1934, venceu esse atraso do Exército, que era incapaz de «instruir, mobilizar [e] cobrir», pela falta de armamento sofisticado que estava disponível em vários países europeus. OLIVEIRA, Luís – *As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 2002-2004, p. 22. Trabalho de Especialização.

⁹²⁷ O que foi o “Plano Lusitânia”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 21 456, 14 de maio de 1984, pp. 2, 4.

centenas de oficiais⁹²⁸. Esta explicação parece pouco satisfatória porque, mesmo com um núcleo comunista amplo, os filiados aos setores republicanos também o eram e, nesta altura, o PCP vivia uma crise profunda⁹²⁹. Seja como for, mais importante para o desastre do Plano Lusitânia foi a alteração significativa no curso do conflito no país vizinho⁹³⁰ que levou a que, em finais de 1938, o Ebro estivesse praticamente dominado pelos rebeldes, divididos em seis frentes e com muito mais armamento do que os republicanos, consumando o domínio da Catalunha nos inícios de 1939, ofensiva que pode ser lida como um último sopro da resistência governamental⁹³¹.

O colapso do Plano Lusitânia contribuiu para a falência da FPP e, num todo, da resistência republicana. Muitos esforços militares foram empregues em Espanha, deixando sem resposta as potencialidades oferecidas em Portugal. Esta questão pode ser sintomática da incapacidade dos grupos de exilados se adaptarem a algumas alterações e justificar a paulatina decadência da sua penetração nos meios mais predispostos a combater o regime. Outro fator que concorreu para uma perda qualitativa no contexto da oposição foi o desaparecimento de personalidades marcantes do republicanismo português e de militares que tinham o seu posicionamento bem vincado, como Alfredo Chaves ou Nuno Cruz. A Segunda Guerra Mundial deu um fugaz reimpulso aos republicanos, com Bernardino Machado a produzir a Declaração de Tours (emitida em 25 de setembro de 1939) que expunha o alinhamento dos opositores à Inglaterra na luta mundial contra o fascismo. A agitação social crescente (com greves e

⁹²⁸ OLIVEIRA, César de – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1987, p. 278.

⁹²⁹ A prisão do Secretariado do partido leva à suspensão do *Avante!*, pois a PVDE conhecia as suas tipografias, e o Komintern, insatisfeito com «os numerosos desastres ocorridos na atividade do PCP», retirou o seu apoio à direção. NUNES, João Arsénio – *PCP 1926-1974*. In NUNES, João Arsénio – *Comunismo e antifascismo: alguns ensaios*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2017, p. 214.

⁹³⁰ Um dos fatores que mais contribuiu para a balança pender para os rebeldes em 1938 foi a quebra do apoio dado pela URSS aos republicanos e que se materializava em armamento moderno (assunção discutível, já que muito do material era «de má qualidade») e aviões – levando a interpretações recentes que desmitificam a responsabilidade do auxílio alemão e italiano, que se manteve constantemente. HOWSON, Gerald – *Armas para Espanha. La historia no contada de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Ediciones Península, 2000, pp. 350-351; GARCÍA, Hugo – *La historiografía de la Guerra Civil en el nuevo siglo*. *Ayer*. 62 (2006), p. 291. Não é de descurar que os republicanos portugueses acreditassem que o apoio soviético à causa republicana espanhola poderia ser extensível à sua própria luta, o que cedo foi descartado, pois compreenderam que «a Ditadura Soviética» só queria «se apoderar a pouco e pouco» do governo espanhol. CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirinho*, 1978, p. 75.

⁹³¹ GRAHAM, Helen – *The Spanish Civil War*, 2005, p. 109.

motins constantes) não foi acompanhada pela retoma da linha militar, opção tradicional do reviralhismo. Este bloco acabou por perder a hegemonia no contexto da oposição, com uma alteração dos atores político-sociais e da estratégia na resistência ao Estado Novo que terá a sua prossecução em 1943, com a criação de um movimento sincrético, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF).

O Norte, nesta fase da resistência republicana, mostrou-se pouco ativo, o que encontra várias razões. Uma delas tem a ver com a deslocação de indivíduos suspeitos para outras áreas, que travava as redes ativas no terreno de prosseguirem os seus planos conspiratórios, a exemplo da prisão, em fevereiro de 1937, de mais de dez pessoas por um plano que envolvia Ribeiro de Carvalho. Outro ponto que pode expor uma certa inércia das forças do Norte concerne ao paulatino declínio da influência reviralista em favor da comunista, com a própria PVDE a estar mais atenta às movimentações do PCP, sobretudo quanto à divulgação do *Avante!*, enquanto os republicanos se mostravam incapazes de ir ao encontro das necessidades encontradas no terreno. Um outro fator interposto, de resto, desde finais dos anos 1920 era a maior aposta na zona de capital em detrimento de outras. A uma primeira vista, e pese embora o controlo feito pela Ditadura, é incompreensível como é que os relatórios feitos no continente, por intermédio de Manuel António Correia e Américo Sanches, ao notar as múltiplas potencialidades que se ofereciam, por exemplo, em Viana do Castelo ou Vila Real, não suscitaram planos concretos para uma sublevação, situação que, aliás, se arrastou na elaboração do Plano Lusitânia. Em suma, para a secundarização do Norte nesta fase da resistência republicana, contribuíram fatores internos e externos.

Considerações Finais

Concomitantemente à intervenção das Forças Armadas que desembocou num golpe militar delineado pela unificação das direitas, os republicanos começaram a preparação de uma revolução para retomar a vivência constitucional e almejaram corrigir, fora de tempo, a passividade com que o governo democrático encarou os atos precedentes de 1925. No entanto, enfraquecidos pelas suas próprias dissensões e sem se adaptar ao desenvolvimento de novas tendências (internas e externas), foi difícil para os republicanos unir-se a outras forças, superando a herança difícil das medidas governativas tomadas ao longo dos anos anteriores. Um dos primeiros problemas colocados aos republicanos foi superar o ressentimento que as restantes fações tinham do partido dominante e que suscitou, numa fase novel do regime, alguma satisfação pelo fim da hegemonia dos democráticos ter terminado, sobretudo porque se acreditava que a ditadura seria transitória, expectativas que cedo se desfizeram, sobretudo com uma sequência de dois golpes (em junho e julho de 1926) que culminou com a vitória da fação de Óscar Carmona e o afastamento de Gomes da Costa.

Enquanto a maioria dos partidos republicanos tentava criar sinergias e a União Liberal Republicana, de Cunha Leal, se mantinha favorável à Ditadura, as divisões que afetaram o Exército levaram vários setores a apoiar conspirações para retomar a vivência constitucional. A intentona de Chaves, em setembro de 1926, apesar de ser a gênese da primeira fase da resistência, teve objetivos distintos dos movimentos seguintes, dada a concordância com a intervenção militar na política e as vincadas críticas à sua deslegitimação pelo afastamento de Gomes da Costa. Esta investigação apurou que havia uma rede localizada a norte do Douro e que Alfredo Chaves, habitualmente referido como o seu líder, era na verdade um agente do Comité Revolucionário do Norte, cujo prócere era o Coronel Mineiro de Almeida.

A rápida derrota da revolta de setembro de 1926 não obrigou a postergar a preparação de uma revolução anti ditatorial que, sob a liderança dos republicanos articulados com vários militares críticos do rumo da política, deveria eclodir em todo o território. Este trabalho visou elucidar o papel dos agentes da política local na oposição

à Ditadura a partir do caso de Alfredo Fonseca Campelo, governador de Matosinhos, cedo desligado desse cargo. Mercê da divulgação de um conjunto documental recentemente descoberto, foi possível esclarecer a função decisiva de Fernandes Varão nas conspirações que envolveram as regiões do Porto e de Vila Real e a forma como a rede gizada atuou de forma célere perante os necessários reajustes. Do mesmo modo, a dissertação densificou o conhecimento sobre a interseção feita com a guarnição de Lamego e demonstrou que Braga, numa primeira fase, teve núcleos conspirativos relevantes, todavia descobertos antes da eclosão da revolta. Identicamente, contribuiu para esclarecer alguns pontos relativos à fase prévia à revolução, ao apresentar o papel de um conjunto de reuniões que ocorreu na segunda quinzena de janeiro de 1927 no Norte. O regime, minimamente conhecedor dos avanços dos resistentes, desmantelou alguns núcleos, como o de Viana, aspeto não plasmado em estudos precedentes.

A grande revolta levada a cabo pelo Revirvalho iniciou-se em 3 de fevereiro de 1927, no Porto, cidade para onde convergiram unidades militares de várias regiões. Os homens do Norte tentaram gerir a inércia das forças de Lisboa em se sublevar, mas capitularam na madrugada de 8 de fevereiro, na mesma altura que a capital se insurgia. Com este desfasamento, o movimento foi totalmente liquidado no dia seguinte. Esta dissertação apurou que, na “Semana Sangrenta”, a Igreja teve alguma influência na arregimentação de reforços, sobretudo em Guimarães, com a integração de párocos e outros elementos a si associados na coluna insurrecional, e que núcleos ligados à administração municipal desempenharam papéis relevantes em Mesão Frio, Murça, Valença, Ponte da Barca e Oliveira de Azeméis. Foi ainda possível evidenciar que o comité de Penafiel teve ascendente sobre os núcleos de Amarante e Baião e que, junto ao Mondego, a resistência se deveu a núcleos de industriais e comerciantes. Num outro sentido, esclareceu-se a reconfiguração dos vínculos revolucionários em Chaves e as razões para a incapacidade dos comités de Bragança, Viseu e da Guarda.

Decorrente da derrota da revolta de fevereiro de 1927, foram milhares os que se viram detidos, deportados ou exilados, o que não inibiu a reconfiguração no território continental de uma série de grupos revolucionários que tencionaram, de forma célere, ir ao encontro das diretrizes da oposição, aproveitando o surgimento da Liga de Defesa

da República e a sua relativa porosidade. Estes avanços foram manifestados igualmente no âmbito da propaganda clandestina, com uma profusão de periódicos que lograram transmitir informações não veiculadas na imprensa legal.

O Porto foi uma das cidades com maior concentração *putschista*, facto comprovado pela existência de um Grupo Revolucionário Republicano – cuja ação foi analisada neste estudo – de índole sincrética, designadamente com a inclusão de comunistas e próximo das forças de esquerda para que a Liga de Paris se inclinou, muito por influência de Afonso Costa, no segundo semestre de 1927.

Perante um certo atavismo na concertação estratégica, os reviralhistas adiaram *sine dia* a eclosão do novo movimento revolucionário, até porque não havia consenso sobre o seu epicentro, o que propiciou o descrédito na Liga de Paris e nos seus líderes. A investigação realizada densificou o conhecimento da conjuntura prévia à Revolta do Castelo, com a elucidação da existência de núcleos conspirativos ativos em Viseu e Coimbra, associados aos partidos republicanos e desvendados ainda nos finais de 1927, e no Porto, localidade na qual entre janeiro e fevereiro de 1928 se denotaram focos insurrecionais ativos, mediante a profusão de armamento diverso associado ao grupo de Alcídio Lopes de Almeida e que culminou na eclosão de um atentado bombista. Os progressos revolucionários foram parcialmente atrasados pela prisão, em Lisboa, dos membros do Comité Central que atuavam nas diversas regiões do país no final de abril, pese embora a rápida nomeação de Norberto Guimarães e António Resende enquanto delegados atuantes a norte do Douro.

Quando surgiram as condições para uma revolta, esta concentrou-se sobretudo em Lisboa, ao contrário do que acontecera em 1927. O Porto viu o seu comité decapitado logo no dia inicial, impedindo a atuação dos núcleos compostos por algumas freguesias (aspeto anteriormente não identificado), enquanto Viana do Castelo e Braga pouco puderam fazer para apoiar a insurreição. As maiores manifestações na região norte ocorreram entre os distritos de Viseu e da Guarda, onde houve uma especial confluência entre civis e militares; esta investigação mostra que Mangualde foi uma das localidades mais importantes neste processo e apura ainda que Coimbra tinha planos

bastante avançados quanto à nomeação de novos quadros para liderar a região através de alguns núcleos.

Após a fácil derrota da Revolta do Castelo, surgiu a iniciativa de constituir um comité único, com pouco sucesso, aliás, pela habitual dificuldade em reunir todos os partidos de cariz republicano e conciliar com os demais setores oposicionistas, também eles envoltos em crises internas. Apesar desses obstáculos, foram realizadas missões no terreno, mas que não conseguiram driblar a vigilância policial, o que provocou reajustes no programa gizado pelos republicanos em 1929. A investigação constatou que no Porto, nesse ano, se mantiveram operacionais reviralhistas relevantes, como Raul Vidal e Pissara de Almeida, que procuraram reproduzir as diretrizes emanadas centralmente, e que, em Viana do Castelo, nos inícios do ano seguinte, surgiu uma organização de inculcação dos princípios republicanos, a Liga da Mocidade Republicana, ligada a indivíduos ativos no reviralhismo, como o advogado Alexandre de Córdova.

O ano de 1930, apesar da contenção e da forma resumida como costuma ser apresentado no contexto da resistência, conheceu múltiplos ajustamentos. No primeiro semestre, Penafiel e Porto apresentaram comités relativamente ativos que se articulavam com os seus congéneres minhotos, mormente os de Famalicão e Guimarães, e com a rede organizada em torno de Basílio Lopes Pereira, vórtice congregador do Porto, Aveiro, Viseu e Coimbra, numa conjuntura de crescimento paulatino da defesa da luta na via eleitoral. Entre avanços e recuos, a revolução prevista para o segundo semestre do ano não se concretizou, desaproveitando o trabalho que pequenos grupos realizaram, a exemplo de Chaves, onde surgiu a associação de defesa dos presos políticos Socorro Republicano, e particularmente os deportados nos espaços coloniais.

Mercê de uma breve contestação à política fiscal na Madeira, em fevereiro de 1931, o governo não conseguiu manobrar a efervescência insurrecional. Com efeito, a persistência dos vínculos partidários era especialmente ativa, no caso do norte do país, em Guimarães e em Penafiel, e foi nesse seguimento que, em abril de 1931, se iniciou um movimento que se manteve atuante durante cerca de um mês. Ao contrário do que a bibliografia consagrou, existiram ecos revolucionários relevantes a norte do Mondego particularmente expressivos, numa primeira fase, no âmbito dos regimentos militares.

Penafiel e Ovar foram os casos mais ativos, respetivamente constituídos em torno de Infantaria 6 (que a própria polícia conhecia como “Regimento Refugio”) e da Companhia de Tiro da vila, em íntima relação com Infantaria 19, localizado em Aveiro. Os revoltosos estavam cientes da importância de ter no Porto um centro logístico e foi nesse sentido que Alfredo Chaves se deslocou para esta cidade, onde acabou detido, o que redundou na inoperacionalidade dos grupos arregimentados.

A impossível união dos revoltosos teve um efeito desmobilizador nos republicanos que atuavam no continente, apesar dos ecos favoráveis vindos de Espanha com a implantação da Segunda República e do apoio dos estudantes das três Academias. De forma tardia, os resistentes procuraram sublevar o continente no Dia do Trabalhador, mas apenas consumaram o esgotamento da estratégia do movimento antirregime. No Norte, as maiores manifestações foram tidas no Porto, em Aveiro e em Viseu, cidade na qual existia um núcleo contestatário, que esta investigação identificou: o Centro Republicano, especialmente dinamizado pela população estudantil.

A repressão que se abateu sobre a resistência republicana foi difícil de superar e enleou a ação da Aliança Republicana-Socialista, que unia os socialistas com algumas fações republicanas lideradas por Norton de Matos. O mais notório entrave, contudo, foi o impacto de outra revolta, em agosto de 1931. A investigação realizada evidenciou mais amplamente que a organização insurrecional no Norte, além da tentativa de assalto à Serra do Pilar, implicou diretamente Infantaria 6, de Penafiel, onde houve planos para o transformar na sede logística dos revoltosos. Bernardino Machado, confrontado com os crescentes impasses no bloco reviralista, convocou a Conferência de Beyris, realizada entre 22 e 23 de novembro de 1931, para estabelecer um comando único, mas cujos resultados não foram significativos.

Nesta conjuntura, durante os dois anos seguintes, imperou a dificuldade de materializar atitudes oposicionistas, não obstante a existência de comités localizados em zonas como Guimarães e Penafiel. Todavia, em Coimbra, mercê de uma maior confiança na atuação policial e na sua consolidação, a Situação permitiu a alteração de residência de indivíduos suspeitos. Seja como for, no segundo semestre de 1932, surgiram projetos concretos de articulação do interior e do exterior que implicaram a

fixação, em vários pontos estratégicos, de uma malha revolucionária em que surgiram os nomes mais ilustres da luta; exemplo disso foi a assunção de Camilo Cortesão como um dos líderes da rede atuante no Porto e em Braga, no mês de setembro, Domingos Pereira, César de Almeida e Nuno Cruz reuniram-se. Apesar disso, permaneceram dificuldades no âmbito da resistência, mormente a disputa entre os grupos exilados e um conjunto de detenções perto da fronteira.

1933 começou com maus auspícios pelas múltiplas detenções realizadas, apesar da presente investigação ter ampliado o conhecimento das fações atuantes à época. Se já era conhecido que, no Porto, o grupo de Nuno Cruz e Oliveira Pio foi travado pela polícia em fevereiro desse ano, a que se seguiu a prisão de Martins de Lima e Camilo Cortesão, não havia sido dilucidada a presença de outra facção ligada a Ribeiro de Carvalho com Luís Emílio Seca a ser o seu principal agente, atuante na periferia do Porto. Na mesma época, Valença apresentou núcleos políticos ativos e colaboradores, nomeadamente a partir da ARS, a querer sublevar a região da fronteira.

Os meses seguintes ditaram várias reconfigurações das redes de oposição formaram uma rede ampla que unia os distritos do Porto e Viana, mas que cedo foi descoberta. Luís Seca, no verão de 1933, foi o responsável pelo estabelecimento de contactos com as forças da Aviação e, a partir das ações de Ernesto de Almeida e Adão Carrapatoso, a realização de um trabalho constante com o comité de Viana, apesar da secundarização das suas potencialidades por parte do núcleo central da oposição. Já em Coimbra, o núcleo republicano estruturado em torno do Centro Republicano Académico insurgiu-se contra os avanços do Nacional-Sindicalismo, mas sem resultados.

Tradicionalmente reduzida a uma mera antecipação de um movimento maior, a revolta de Bragança, de outubro de 1933, como se pode concluir nesta dissertação, implicou uma preparação ativa a norte do Douro e que se estruturou em torno do Sargento Manuel Duarte Sacavém, transferido de Sacavém para Bragança. Os sublevados pretendiam que o arco conspirativo abrangesse Vila Real, Braga, Chaves e ainda o Porto, para o que esperaram os apoios concretos de Lamego, que não se concretizou, e de Penafiel. Sobre este caso, a investigação contribuiu para elucidar a preparação da conspiração, apurando nomeadamente que, no início do mês de outubro,

António Cordeiro viajou para Bragança, onde se reuniu com oficiais de Infantaria 10. O malogro desta intentona marcou, mais do que o colapso de outra iniciativa, o fim da autonomia republicana num processo *putschista*, levando à paralisação de alguns núcleos (por exemplo, o de Ponte de Lima), em função da musculada repressão e da incapacidade de apoiar as estratégias de comunistas e anarquistas, que prepararam uma greve geral, facilmente dominada pelo regime. Nessa conjuntura, a polícia continuou a conhecer a conduta de elementos associados ao reviralhismo, como um dos líderes do 20 de julho no Porto, António de Jesus Vieira.

A conjuntura negativa para a oposição liberal impeliu os republicanos a proceder a uma alteração qualitativa da sua atuação que impactou na inutilização operativa de organizações como a Organização Revolucionária dos Sargentos. As divergências entre os republicanos foram alimentadas pela participação dos Budas em atos conspirativos em Espanha que, falhando, levaram o regime português a estar mais atento às fronteiras, intercetando, no último semestre de 1934, um pequeno núcleo reviralista que atuava em Valença a partir da permissividade de um comandante militar.

Em 1935, confrontado com o avanço dos autoritarismos de direita, o Komintern apelou à união dos comunistas com forças sociais-democratas e socialistas para refrear essa marcha. A estratégia das frentes populares, se já tinha antecedentes concretos em Portugal, como a Liga Portuguesa Contra a Guerra e Contra o Fascismo, criada em 1934, implicou uma nova cisão entre os republicanos, com alguns a criticarem a crescente penetração de outros elementos no seu seio e outros a serem contrários à criação de uma frente popular, preferindo aliar-se aos Nacionais-Sindicalistas na preparação de uma insurreição, que veio a eclodir – e a fracassar – em setembro desse ano.

Apesar de os republicanos conservadores e os anarquistas da Confederação-Geral do Trabalho ignorarem os esforços de aproximação do Partido Comunista, responsável pelo início das diligências para a prossecução da Frente Popular Portuguesa, nos meses finais de 1935 havia razões para crer no sucesso da frente pela ação conciliadora das personalidades mais moderadas no seio do reviralhismo. Bernardino Machado, Afonso Costa e Domingues dos Santos, com métodos distintos, promoveram a FPP e transformaram-na numa extensão das suas reivindicações. O programa da

Frente Popular manifestou as dificuldades do PCP se autonomizar, com as suas reivindicações a ser absorvidas pelas dos republicanos.

A FPP foi confrontada com a Guerra Civil Espanhola, que evidenciou a fratura da sociedade portuguesa, com o governo a apoiar os rebeldes e os opositores liberais os legitimistas. Enquanto muitos foram lutar em Espanha, surgiu um novo ímpeto insurrecional em Portugal. A partir da ação de Américo Sanches e Manuel António Correia, em íntima relação com Afonso Costa, os republicanos acreditavam no sucesso de uma sedição apoiada pela Aviação. Nos meses finais de 1936 e iniciais do ano seguinte, indo ao encontro dos relatórios feitos para a FPP, Viana do Castelo esteve particularmente ativa nessas conspirações, mercê da permeabilidade da fronteira e da receção de armamento. Por outro lado, o Porto apareceu com núcleos igualmente ativos, mas sem o seu reconhecimento pelos interlocutores de Afonso Costa. Em torno de Alberto Emídio Midões e Alfredo Fonseca Campelo, com efeito, foi alinhavado um conjunto de planos que acabaram abortados devido à rápida atuação da PVDE, inclusive alguns em que membros do residual Partido Socialista tiveram participação ativa.

Além da disputa entre o Revirinho e o PCP, acumulavam-se debates profundos entre os próprios republicanos e poucos efeitos práticos teve a missão de Roberto Queiroz de entrar em Portugal para compreender os possíveis suportes para a revolução. Todavia, evidenciou a manutenção, no Norte, de uma malha razoavelmente densa tanto da Esquerda Democrática como do Partido Democrático. Outro entrave à prevalência da FPP residiu na radicalização de vários setores que efetuaram atentados à bomba, o que criou um ambiente de atemorização social, contribuindo para consolidar Salazar e o seu governo no poder, numa conjuntura em que o falecimento de Afonso Costa adensou a separação entre republicanos e comunistas.

O ano de 1938 marcou o fim *de jure* da FPP e, de forma mais ampla, da resistência republicana enquanto um processo plausível. Além da derrota de uma nova intentona sincrética entre monárquicos, republicanos conservadores e nacionais-sindicalistas, em maio de 1938, surgiram dissensões quanto ao jornal de propaganda da Frente, o *Unir*, desembocando no afastamento dos comunistas, e colapsou um plano conjunto com o governo de Azaña. O Plano Lusitânia, que deveria congregar portugueses e espanhóis,

falhou a sua aplicabilidade aquando dos avanços dos rebeldes na Catalunha e, assim, os revoltosos desperdiçaram as possibilidades apresentadas no território português. O reviralhismo perdeu nesse contexto a sua supremacia e a eclosão da Segunda Guerra Mundial também não concorreu para o seu revigoramento.

Considerando os resultados obtidos na dissertação, pode refletir-se sobre os principais indicadores da anomia do reviralhismo. Um dos mais prementes foi a incapacidade da sua liderança se regenerar e acompanhar novas tendências políticas e sociais, acabando por relegar a sua luta a uma esfera estritamente militar que, esgotando a sua exequibilidade, culminou no descrédito nas ações desencadeadas. Como referiu Rui Ramos, a própria odisseia republicana tem de ser colocada no seu contexto dada a conceção «fundamentalmente substantiva»⁹³² que os antigos governantes tinham da democracia, cujos alicerces excluía todos os atores que, de alguma forma, se pudessem insurgir contra os princípios que se pretendiam universais. O ressentimento quanto a essa situação também contribuiu para o esgotamento da Frente Popular, numa primeira instância, pela impossibilidade de conciliar agendas distintas que apenas convergiam na necessidade de derrubar uma ditadura que se consolidou perante a contestação das forças de esquerda e de direita. Um último indicador, indissociável dos restantes, foi o crescente afastamento dos militares mais ligados ao Revirvalho da esfera das Forças Armadas, o que ajudou a Situação a controlar eficazmente ecos de conflitualidade, relegando essas vozes à clandestinidade e subsequente dificuldade de atuação, inclusive num panorama propagandístico.

Numa ótica geral, pode afirmar-se que as redes conspiratórias do Norte acompanharam de perto as decisões tomadas pelos exilados e pelos militares presentes no terreno. Contudo, perderam sucessivamente centralidade na prossecução da marcha revolucionária. Sobretudo na preparação da revolta de fevereiro de 1927 foi essencial o peso das localidades a norte do Douro, pelo que foi essa região que constituiu o seu centro e acolheu as manifestações mais ativas. Apesar do seu insucesso, a Situação começou a estar mais atenta aos resistentes e, de forma relativamente incompreensível,

⁹³² RAMOS, Rui – O fim da República. *Análise Social*. XXXIV: 153 (2000), p. 1061.

os reviralhistas mostraram-se tão dominados pela ideia do ataque à capital que descuraram a hipótese de sucesso a partir de uma iniciativa simultânea e conjunta em outros pontos geográficos. O vigor dos núcleos atuantes, contudo, não estremeceu visivelmente até 1933, já que a receção de um conjunto distinto de opositores estimulou novas insurreições num momento em que, no resto do país, os revoltosos pouco faziam objetivamente. Considerando que houve uma certa alteração da estratégia oposicionista a partir de 1934, o Norte continuou particularmente ativo tanto no que diz respeito às hostes que compunham a malha revolucionária como no âmbito partidário. No entanto, o Revirvalho já não tinha tanta predominância e foram os nacionais-sindicalistas os responsáveis por arregimentar unidades militares, dada a maior preocupação do regime com os republicanos, como comprovam os atos de Fernando Queiroga aquando da intentona de Coimbra, em 1938. Apesar dessa circunstância, o norte do país dispôs de uma implantação diversificada de opositores desaproveitada.

Esta dissertação confere atenção a uma região que, nos trabalhos existentes, tem sido vista como um polo secundário da oposição perante uma mais forte densidade insurrecional no Sul, o que oblitera dinâmicas próprias e organizações que, com maior ou menor intensidade, explicitavam os princípios arrazoados pela heterogénea resistência e, em concreto, delinear mecanismos para consumir a queda da Ditadura.

Pode afirmar-se que, em traços gerais, os resultados da investigação realizada corroboram a bibliografia existente, apesar de algumas exceções. Talvez uma das principais tenha a ver com a revolta de abril de 1931, acerca da qual aqui se refuta a teoria da inércia do norte do país quanto a secundar no apoio aos esforços insurrecionais. Com efeito, logo desde o seu início, afloraram nichos revolucionários com dimensão variável, mas que tiveram um claro propósito de sublevar as unidades militares e dificultar a defesa empreendida pelo regime. Outra questão em que se diverge da literatura sobre a matéria prende-se com a revolta de Bragança de 1933 que, mais do que algo que obstruiu o movimento central liderado por Sarmento de Beires, demonstrou os efeitos da política defensiva do recém instaurado Estado Novo em concentrar centenas de opositores em regiões mais periféricas e que tinha a intenção de se materializar numa frente única profundamente ativa a norte do Douro, merecendo

uma análise autónoma e fora desse eixo reductor. Também se densificou a discussão concernente à Frente Popular, pois, se é indubitável ter sido uma iniciativa que partiu dos comunistas, estes cedo perderam a sua liderança para aqueles que tinham maior capacidade organizativa e de gestão, os republicanos, pelo que a FPP não deve ser encarada como um primeiro estágio do pioneirismo do PCP na oposição à Ditadura.

Confrontando a problemática da investigação com o seu resultado, pode afirmar-se que foram alcançadas respostas satisfatórias à maioria das questões norteadoras. Demonstrou-se que, no norte do país, a liderança das redes conspiratórias tendeu a estar entregue a militares, com os civis a secundar esses esforços e, sobretudo nas fases iniciais, a ter papéis de relevo na arregimentação de outros apoios, explicando-se com algum detalhe a articulação da maioria dos movimentos existentes e o carácter da Frente Popular. Com uma resposta menos clara, ficou a elucidação das revoltas de 1931 no Norte. Tendo em conta que, entre abril e maio, houve unidades parcialmente envolvidas nos atos insurrecionais, não se deve imputar diretamente a culpa do seu fracasso ao que ocorria nesta região que o próprio núcleo duro da resistência relegava para segundo plano. Esta consideração parece mais lógica quanto à revolta de agosto, que acabou por ter poucas manifestações insurrecionais na área geográfica em estudo.

A investigação padeceu de algumas contrariedades que não permitiram uma total cobertura dos tópicos propostos. É impossível não referir as obras de ampliação da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) e subsequente inacessibilidade a várias fontes, nomeadamente periódicos (não obstante a cobertura realizada ser razoável) e alguns registos memorialísticos. Se o acesso a essa documentação tivesse sido viável, poderiam ter sido feitos mais reajustes de acordo com as necessidades sentidas ao longo da conceção da investigação. Parcialmente em decorrência desse facto, surgiu outro problema que inicialmente foi difícil de superar: a impossibilidade de consultar todos os números d' *O Comércio do Porto*. Se é verdade que o Arquivo Sophia de Mello Breyner tem um número considerável de edições digitalizadas, muitas não se encontram (designadamente para o arco cronológico em causa) e, nesse sentido, deve ser destacado o trabalho que a BPMP iniciou em 2024 quanto à disponibilização de cerca de 4 000 números, a maioria para os anos de 1923 a 1934.

Outro assunto que dificultou a conceção da investigação foi o processo de inventariação do Museu Bernardino Machado, em Famalicão, em que apenas se apresentaram disponíveis cerca de 10 000 documentos para consulta, dos quais só 10% relativos a este período; deste modo, apesar da sistemática iniciativa em triangular os assuntos com bibliografia que trabalha fontes deste arquivo, podem ter sido descurados aspetos relevantes para a clarificação das redes conspiratórias do Norte. Uma debilidade “externa” tem a ver com a impossibilidade de consulta aprofundada dos arquivos policiais de 1926 a 1932, depositados na Torre do Tombo, pela inexistência de descrição arquivística e limitações à sua consulta. Dados os propósitos da dissertação, essas fontes poderiam fornecer dados relevantes, embora os processos digitalizados, os cadastros militares e um número considerável de cartas e relatórios contarem com indicações nesse sentido, pelo que essa condicionante foi minimizada. Por fim, nem todos os tópicos inicialmente pensados acabaram por ser trabalhados, mormente dois: a articulação da Revolta de Mendes Norton na região geográfica em análise e o período agónico do Revirvalho, entre 1938 e 1940.

Apesar das limitações mencionadas, considera-se que os objetivos da investigação foram atingidos, não obstante a consulta de um vasto *corpus* documental num curto período tenha implicado a opção pela análise extensiva que secundariza alguns aspetos. Ainda assim, acredita-se que ficaram esclarecidos os papéis desempenhados por alguns dos mais proeminentes atores das redes revirvalhistas atuantes no Norte e vários episódios desse processo multidirecional. Também se aprofundaram as relações estabelecidas com diversos meios espanhóis, utilizando periódicos anteriormente não trabalhados nesta esfera. Noutra âmbito, avolumou-se o conhecimento da Frente Popular, caracterizando a sua matriz amplamente republicana e clarificando algumas diligências como os relatórios realizados.

Para investigações ulteriores, ficam várias pistas de trabalho suscitadas pela riqueza de problemas que o assunto encerra. Desde logo, o aprofundamento da revolta de Mendes Norton e da intentona de Coimbra, em particular a primeira, cuja articulação com o Norte continua por dilucidar. Noutra sentido, acerca dos argumentos da oposição republicana, poderia ser interessante focalizar os programas de índole económica,

visíveis com maior intensidade desde a chegada de Salazar ao Ministério das Finanças, utilizando publicações feitas por resistentes como Armando Cortesão e *A Verdade*.

Subsiste um défice de estudos quanto ao papel da mulher na resistência republicana. Claro está que os conjuntos documentais constituem um entrave, que pode, todavia, ser esbatido a partir da triangulação das fontes disponíveis. Os processos criminais trazem indicações quanto a funções que as mulheres desempenharam, como a entrega de manifestos e jornais ou a comunicação de informações, o que pode ser relacionado com a correspondência existente.

Em particular nas últimas duas décadas, no âmbito de um ressurgimento do foco na história militar e das comemorações do centenário da Grande Guerra, começou a enfatizar-se o fenómeno da paramilitarização como uma das principais consequências desse conflito. O caso português ainda não foi alvo de um estudo sistemático, à semelhança dos realizados, entre outros, para a Rússia bolchevique⁹³³ e para a Alemanha de Weimar⁹³⁴, pelo que a profusão de armamento e a presença dos civis armados merecem estudos que densificarão a compreensão e a discussão do Revirinho.

Entre os periódicos consultados na investigação, destacam-se dois títulos que carecem de estudos pormenorizados. O *Diário do Porto*, como caracterizado quanto às perceções da revolta de fevereiro⁹³⁵, foi crítico da Ditadura e da sua instauração, podendo dar pistas importantes para o conhecimento dos meses posteriores ao golpe (apesar de a sua publicação terminar em julho de 1927). Já com uma filiação ao Partido Democrático, o jornal *A Montanha* foi trabalhado sobretudo no âmbito do lastro temporal da Primeira República⁹³⁶, quando, como foi referido no terceiro capítulo, passou paulatinamente a criticar as ações da oposição, expondo a paulatina perda de fé de certos meios republicanos na sua vitória.

⁹³³ A título de exemplo: FIGES, Orlando – The Red Army and Mass Mobilization during the Russian Civil War, 1918-1920. *Past & Present*. 129 (1990).

⁹³⁴ Aponte-se o seguinte trabalho: GERWARTH, Robert; HORNE, John – The Great War and Paramilitarism in Europe, 1917-1923. *Contemporary European History*. 19:3 (2010).

⁹³⁵ SILVA, Daniel – Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa. *Omni Tempore*. 9 (2024).

⁹³⁶ QUEIROZ, António José – *O jornal português A Montanha e as relações luso-espanholas (1911-1926)*. Amarante: Edições do Tâmega, 1997.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes arquivísticas

Arquivo Digital do Ministério das Finanças. *Fundo da Direção-Geral da Contabilidade Pública*. Documentação sobre as despesas resultantes do movimento militar da Madeira.

Arquivo Distrital do Porto. *Fundo Vítor Manuel Rodrigues Ranita*. *Telegramas reportando eventos da revolta militar de 1927*.

Arquivo Histórico-Militar. *Fundo Direção de Justiça e Disciplina*. Processos militares individuais. *Fundo Governo Militar de Lisboa*. *Apuramento dos acontecimentos de 3 a 7 de Fevereiro de 1927*. Correspondência. Relatórios das unidades militares.

Arquivo Municipal de Matosinhos. *Fundo José Domingues dos Santos*. Correspondência. Registos da Delegação Municipal de Penafiel do Partido Democrático.

Arquivo Municipal de Ponte de Lima. *Casa Norton de Matos*. Correspondência. Diários de Norton de Matos.

Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra. Epistolário Armando Cortesão. Correspondência. Telegramas.

Biblioteca Municipal de Vila Real. *Fundo Major Fernandes Varão*. Correspondência sobre a preparação do movimento de fevereiro de 1927.

Casa Comum. *Fundo Afonso Costa*. Correspondência. Relatórios da Conferência de Beyris. Relatórios da Frente Popular. *Fundo Alberto Pedroso*. Manifestos. *Fundo Bernardino Machado*. Circulares. Correspondência. Estatutos. Manifestos. Relatórios. *Fundo Francisco Lyon de Castro*. Manifestos. *Fundo Jaime Carvalhão Duarte*. Manifestos. *Fundo Manuel Mendes*. Correspondência.

Ephemera. Discursos. Folhetos propagandísticos.

Ministério da Guerra. Ordens do Exército.

Torre do Tombo. *Arquivo Oliveira Salazar*. Correspondência oficial e particular. Negócios Estrangeiros – informações sobre a Guerra Civil de Espanha. Política Nacional. *Arquivo do Ministério do Interior*. Gabinete do Ministro. Manifestações revolucionárias em

territórios diversos. *Arquivo da PIDE/DGS*. Ordens de serviço da PVDE. Processos criminais. Propaganda apreendida. Relatórios de processos-crime.

Fontes hemerográficas

Imprensa periódica clandestina:

Avante! S/l, 1935-1938.

Barricada. S/l, 1936-1937.

Facho (O). Porto, 1927.

Lanterna (A). Lisboa, 1927-1929.

Libelo (O). Lisboa, 1926-1927.

Liberdade (A). S/l, 1930.

Pelourinho (O). Lisboa, 1926.

Revolta (A). Lisboa, 1926.

Revolta (A). Lisboa, 1927.

Unir. Paris, 1937-1938.

Verdade (A). Coimbra, 1933-1934.

Victória (A). Lisboa, 1927.

Imprensa periódica legal:

Comércio de Guimarães (O). Guimarães, 1926-1938.

Comércio do Porto (O). Porto, 1926-1938.

Comércio do Porto – Edição da Tarde (O). Porto, 1926-1931.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1926-1938.

Diário de Notícias. Lisboa, 1928-1931.

Diário do Porto. Porto, 1926-1927.

Ecos de Guimarães. Guimarães, 1927-1928.

Gazeta de Coimbra (A). Coimbra, 1926-1938.

Heraldo de Madrid (El). Madrid, 1926-1938.

Imparcial (El). Madrid, 1928.

Liberal (El). Madrid, 1928.

Libertad (La). Madrid, 1928-1936.
Montanha (A). Porto, 1926-1936.
Povo do Norte (O). Vila Real, 1926-1931.
Pueblo Gallego (El). Vigo, 1926-1938.
Região Flaviense (A). Chaves, 1926.

Outras fontes impressas

Registos memorialísticos:

La revolución de octubre en España. La rebelión del gobierno de la generalidad. Madrid: Bolaños y Aguilar, 1934.

ALVES, Ferro – *A Mornaça: a revolta nos Açores e Madeira em 1931*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1935.

ALVES, Ferro – *Os Budas e o Contrabando de Armas*. Lisboa, 1935.

CASTELHANO, Mário Duarte – *Quatro Anos de Deportação*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

CATARINO, Francisco Horta – *Falando do Revirvalho*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1978.

DIMITROV, Georgi – *The Fascist Offensive and the Tasks of the Communist International in the Struggle of the Working Class against Fascism. Main Report delivered at the Seventh World Congress of the Communist International*. [Em linha]. 2 de agosto de 1935. [Consult. 4 fev. 2025]. Disponível em https://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/08_02.htm.

FERNANDES, Vasco da Gama – *Depoimento Inacabado – Memórias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.

JOBIM, José – *A verdade sobre Salazar*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934.

LEAL, Francisco Pinto Cunha – *Coisas de tempos idos. As minhas memórias – Arrastado pela fúria do tufão. De 28 de Maio de 1926 a 4 de Dezembro de 1930*. Lisboa: Edição do autor, Vol. 3, 1968.

LIMA, Diogo Martins de – *A revolução do 3 de fevereiro*. In MOUTINHO, José Viale – *A sala dos espelhos*. Porto: Lello & Irmão, 1993, pp. 43-55.

MELO, Roberto Sampaio e – *O Cerco do Porto. Ataques e contra-ataques pela República*. Porto: Tipografia Gonçalves, 1927.

PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2.ª Ed. Porto: Inova, 1974.

VARÃO, António Fernandes – *Revoltas contra a Ditadura nas Ilhas Adjacentes e Colónias em Abril de 1931 (Provas)*. Dactilografado, c. 1945.

Coletâneas documentais:

A revolta constitucional de fevereiro de 1927: ecos na Póvoa de Varzim: Dossier. Póvoa de Varzim: Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, 2023.

CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio – António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Revista de História das Ideias*. 5 (1983) 951-1016. ISSN 0870-0958.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (Org.) – *Os Estudantes no regime fascista*. Mem-Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1983.

Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (Org.) – *Presos Políticos do Regime Fascista – Volume 1 (1932-1935)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981.

Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (Org.) – *Presos Políticos do Regime Fascista – Volume 2 (1936-1939)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1982.

MANTA, L. H. Afonso – *A frente popular antifascista em Portugal: documentos da história do movimento operário português: 1935-1937*. [Lisboa]: Assírio & Alvim, 1976.

MARQUES, A. H. Oliveira – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976.

MARQUES, A. H. Oliveira – *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990.

MARQUES, A. H. Oliveira – *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973.

MARQUES, A. H. Oliveira – *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

NEVES, Elísio Amaral – Na Defesa da República: a participação de Vila Real no movimento de 3 a 7 de fevereiro de 1927 – documentação secreta. *Cadernos da Biblioteca de Vila Real*. Vila Real. 6 (2016).

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e notas políticas, 1928 a 1966 – Obra completa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

SÉRGIO, António; SANTOS, Fernando Piteira – *Correspondência para Raul Proença*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

SILVA, Francisco Ribeiro da (Coord.) – *Coronel Hélder Ribeiro: correspondência recebida (1902-1931) e notas biográficas*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

SOARES, João – *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné: 4 de abril a 2 de maio de 1931*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.

Bibliografia

AGUDO, Manuel Amorós – El origen del Frente Popular en 1936: el caso del frentepopulismo en Almería. *Historia Actual On-line*. [Em linha]. 58:2 (2022) 9-26. [Consult. 27 set. 2024]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8502735>. ISSN 1696-2060.

ALMEIDA, Tiago Manuel Rosa – *A Revolução de 14 de Maio de 1915 – Justificações e Dinâmicas*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. [Consult. 20 out. 2024]. Disponível em https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/24323/1/ulfl207964_tm.pdf.

Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, António – *Matar o Salazar. O atentado de julho de 1937*. Lisboa: Tinta da China, 2017. ISBN 978-989-671-404-8.

BANDEIRA, Filomena – A oposição externa à ditadura: a revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa. In *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987. Vol. 2, pp. 29-46.

BARREIROS, José António – Criminalização política e defesa do Estado. *Análise Social*. [Em linha]. XVIII: 72-73-74 (1982) 813-828. [Consult. 16 jan. 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41010358>. ISSN 0003-2573.

BARRETT, James R. – Rethinking the Popular Front. *Rethinking Marxism*. [Em linha]. 21:4 (2009) 531-550. [Consult. 4 fev. 2025]. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08935690903145671>. ISSN 0893-5696.

BEEVOR, Antony – *A Guerra Civil de Espanha, 1936-1939*. Lisboa: Bertrand Editora, 2022. ISBN 978-972-25-3547-2.

BERMEO, Nancy – Getting mad or going mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras. *Penélope*. [Em linha]. 19-20 (1998) 11-42. [Consult. 18 out. 2024]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655675>. ISSN 0871-7486.

BOAVIDA, Ana M. Caiado – Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil. *Análise Social*. [Em linha]. XIX: 77-78-79 (1983) 743-756. [Consult. 12 jan. 2024]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41010428>. ISSN 0003-2573.

BOTELHO, Nuno – A participação de Vila Real na revolta de 3 a 7 de fevereiro de 1927. In NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A. M. Pires (Coord.) – *Vila Real. História ao Café*. [Em linha]. 2.ª Ed. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2021. [Consult. 5 fev. 2024]. Pp. 73-76. Disponível em https://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/publicacoes/historia_cafe_2.pdf.

CABRAL, Manuel Villaverde – A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo). *Análise Social*. 15:58 (1979) 373-392. ISSN 0003-2573.

CALDEIRA, Arlindo Manuel – O partido de Salazar: antecedentes, organizações e funções da União Nacional (1926-34). *Análise Social*. [Em linha]. XXII: 94 (1986) 943-977. [Consult. 14 dez. 2024]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41010598>. ISSN 0003-2573.

CAMPENHOUDT, Luc Van; MARQUET, Jacques; QUIVY, Raymond – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2019. ISBN 978-989-616-929-9.

CAMPINOS, Jorge – *O Presidencialismo do Estado Novo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1978. s/ ISBN.

CARDOSO, José Luís – Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *Análise Social*. [Em linha]. XLVII: 203 (2012) 370-400. [Consult. 18 dez. 2024]. Disponível em <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/6763>. ISSN 0003-2573.

CASANOVA, Julián; GIL ANDRÉS, Carlos – *Breve Historia de España en el siglo XX*. Barcelona: Editorial Planeta, 2012. ISBN 978-84-344-0068-9.

CAZETTA, Felipe Azevedo – Integralismo Lusitano e Nacional Sindicalismo: movimentos de extrema-direita em contato com ditaduras em Portugal (1913-1932). *Cadernos de História*. [Em linha]. 16:24 (2015) 30-50. [Consult. 13 abr. 2024]. Disponível em [https://www.academia.edu/66431257/Integralismo Lusitano e Nacional Sindicalismo o movimentos de extrema direita em contato com ditaduras em Portugal 1913 1932 1](https://www.academia.edu/66431257/Integralismo_Lusitano_e_Nacional_Sindicalismo_o_movimentos_de_extrema_direita_em_contato_com_ditaduras_em_Portugal_1913_1932_1). ISSN 1679-5636.

CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*. 2.ª Ed. Porto: Sextante Editora, 2010. ISBN 978-989-644-597-3.

CLÍMACO, Cristina – A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939). In PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; HOHLFELDT, António (Coord.) – *Para uma história do jornalismo português no mundo*. [Em linha]. Lisboa: ICNOVA, 2021. [Consult. 14 set. 2023]. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/113682/1/Cole%25C3%25A7%25C3%25A3oICNOVA3_texto2.pdf. ISBN 978-989-9048-08-9. Pp. 40-88.

CLÍMACO, Cristina – L’espace frontalier espanhol: plateforme arrière de l’opposition portugaise (1927-1936). *Cahiers de Civilisation Espagnole Contemporaine*. [Em linha]. 18 (2017). [Consult. 10 jan. 2024]. Disponível em <https://journals.openedition.org/ccec/6456>. ISSN 1957-7761.

CLÍMACO, Cristina – Le cas Roberto de Melo Queiroz. Les solidarités antifascistes pendant la Guerre d’Espagne. *Exils et migrations ibériques au XX^e siècle*. [Em linha]. 8 (2016) 44-67. [Consult. 23 mar. 2024]. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-exils-et-migrations-iberiques-2016-1-page-44?lang=fr>. ISSN 1245-2300.

CLÍMACO, Cristina – O exílio português em Espanha: entre solidariedade e repressão (1927-1936). *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*. [Em linha]. 22: 2.ª série (2018) 47-71. [Consult. 30 abr. 2024]. Disponível em https://www.academia.edu/37621836/Revista_transfronteriza_O_PELOURINHO_n%C3%BAm_22_Emigraci%C3%B3n_exilio_y_represi%C3%B3n_en_la_Raya_luso_esp%C3%B1ola. ISSN 1136-1670.

CLÍMACO, Cristina – Os Portugueses na Resistência. In VAZ, Manuel Dias (Dir.) – *Os estrangeiros na resistência*. [Em linha]. Bordéus: Editions Quatorze, 2024. [Consult. 21

nov. 2024]. Disponível em <http://www.sousamendes.org/pdf/OsEstrangeirosNaResistencia.pdf>. ISBN 978-249-045-823-3. Pp. 19-24.

CLÍMACO, Cristina – Portugal within the European Antifascist Movement, 1922-1939. In GARCIA, Hugo; YUSTA, Mercedes; TABET, Xavier; *et al.* (Coord.) – *Rethinking Antifascism. History, Memory and Politics, 1922 to the Present*. Nova Iorque/Oxford: Berghahn, 2016. ISBN 978-1-78533-138-1. Cap. 6.

CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*. Lisboa: Edições Colibri, 2017. ISBN 978-989-689-4016.

COSTA, António Luís Pinto da – A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. [Em linha]. 5 (1990) 247-274. [Consult. 15 set. 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/6691>. s/ ISSN.

CRUZ, Manuel Braga da – Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*. XVIII: 72-73-74 (1982) 773-794. ISSN 0003-2573.

DELAUNAY, Jean-Marc – La Ligue de defense des droits de l’ homme et du citoyen et les affaires espagnoles au début du XXe siècle. *Relations internationales*. [Em linha]. 3 (2007) 27-38. [Consult. 17 dez. 2024]. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-relations-internationales-2007-3-page-27?lang=fr>. ISSN 2105-2654.

DREYFUS, Michel – La Ligue des droits de l’homme: 120 ans d’ histoires. *Histoire@Politique*. [Em linha]. (2019) [Consult. 17 dez. 2024]. Disponível em <https://journals.openedition.org/histoirepolitique/1383>. ISSN 1954-3670.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony – *História do Século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. ISBN 972-20-0843-9. Vol. 1.

FARIA, Telmo – *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*. 2.ª Ed. Lisboa: Alétheia Editores, 2011. ISBN 978-989-622-343-4.

FARINHA, Luís – “Agora ou nunca”: combates pela Liberdade nos Açores. A Revolta de 1931. In *Os Açores e a Revolta de 1931 – comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75.º aniversário*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008. ISBN 978-972-921-381-6. Pp. 7-18.

FARINHA, Luís – *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político – Estudo biográfico (1888-1970)*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003. [Consult. 26 set. 2023]. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/117491/1/Farinha_Cunha%20Leal.pdf. Tese de Doutoramento.

FARINHA, Luís – Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio. *Penélope*. [Em linha]. 16 (1995) 87-105. [Consult. 5 dez. 2023]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656597>. ISSN 0871-7486.

FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1385-5.

FARINHA, Luís – *Ramada Curto. Republicano, socialista, laico*. Lisboa: Assembleia da República, 2014. ISBN 978-972-556-619-0.

FARINHA, Luís – Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936). *Revista de Estudios Extremeños*. [Em linha]. LXXI: número extraordinário (2015) 307-326. [Consult. 17 set. 2023]. Disponível em [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3737432/Republicanos Portugueses ... Lu s Farinha.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3737432/Republicanos_Portugueses...Lu_s_Farinha.pdf). ISSN 0210-2854.

FERREIRA, Anderson Albérico; SARMIENTO, Érica – Institucionalização da cultura na Segunda República Espanhola: a criação de uma política cultural reformadora (1931-1933). In SARMIENTO, Érica; FERNÁNDEZ, Alejandro – *Reflexiones sobre Historia de España. Política, Cultura y Relaciones con Latinoamérica*. Divinópolis – MG: Meus Ritmos, 2023. Pp. 19-56. ISBN 978-65-00-66034-0.

FERREIRA, José Medeiros – *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. ISBN 972-33-0867-3.

FIGES, Orlando – The Red Army and Mass Mobilization during the Russian Civil War, 1918-1920. *Past & Present*. [Em linha]. 129 (1990) 168-211. [Consult. 17 abr. 2025]. Disponível em <https://sites.bu.edu/revolutionaryrussia/files/2013/09/Red-Army-Mass-Mobilization.pdf>. ISSN 0031-2746.

FONTES, Jorge – O exílio lusitano no Brasil em oposição ao Estado Novo português. In PAÇO, António Simões do; FONTES, Jorge; CABREIRA, Pamela Peres, *et al.* (Coord.) – *O 25 de Abril começou em África*. [Em linha]. Famalicão: Húmus, 2019. [Consult. 30 dez. 2024]. Disponível em <https://raquelcardeiravarela.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/04/o-25-de-abril-comecou-em-africa.pdf>. ISBN 978-989-755-460-5. Pp. 213-221.

FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN 978-989-26-0034-5.

FREIRE, João Brito – Dezoito de janeiro de 1934. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, 1996. ISBN 972-42-1404-4. Vol. 1.

FREITAS, Duarte Miguel – Banco Sardinha (1931-1933). In FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (Coord.) – *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2013. ISBN 978-972-27-222-3. Vol. 1, pp. 386-392.

FURET, François – *Le Passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XX^e siècle*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1995. ISSN 978-2-253-90476-2.

GABRIEL, Pere – Sociedad, gobierno y política (1902-1931). In BAHAMONDE, Ángel (Coord.) – *Historia de España. Siglo XX (1875-1939)*. Madrid: Catedra, 2005. ISBN 84-376-1814-2. 2.ª parte, pp. 301-537.

GARCÍA, Hugo – La historiografía de la Guerra Civil en el nuevo siglo. *Ayer*. [Em linha]. 62 (2006) 285-305. [Consult. 10 fev. 2025]. Disponível em <https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/garcia-la-historiografia-de-la-guerra-civil-en-el-nuevo-siglo>. ISSN 1134-2277.

GERWARTH, Robert; HORNE, John – The Great War and Paramilitarism in Europe, 1917-1923. *Contemporary European History*. [Em linha]. 19:3 (2010) 267-273. [Consult. 17 abr. 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20749813>. ISSN 0960-7773.

GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, Carla; SOUSA, Jorge Pedro (Org.) – *Para uma História do Jornalismo em*

Portugal. [Em Linha]. Lisboa: ICNOVA, 2020. [Consult. 16 set. 2023]. Disponível em https://www.academia.edu/43097333/A_IMPrensa_DI%C3%81RIA_DO_PORTO_NA_DITADURA_MILITAR_1926_1927. ISBN 978-989-54285-9-5. Pp. 179-203.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha; FARIA, Fábio Alexandre – Crime transnacional, anticomunismo e a cooperação policial ibérica (1925-1939). In HARO, Jesús Movellán; GUTIÉRREZ, Raquel Irisarri; TORRES, Luis Fernández – *Miradas al pasado, miradas al presente. Nuevos horizontes de la historiografía contemporánea. Actas del XVI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2024. ISBN 978-84-09-56520-7. Pp. 209-217.

GRAHAM, Helen – *The Spanish Civil War. A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. ISBN 0-19-280377-8.

GUIMARÃES, Paulo – Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938). [Em linha]. [Consult. 30 set. 2023]. Disponível em https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf. Originalmente publicado em GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes; PALACIOS CEREZALES, Diego (Ed.) – *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

HOWSON, Gerald – *Armas para España. La historia no contada de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Ediciones Península, 2000. ISBN 84-8307-304-8.

JANEIRO, Helena Pinto – A aliança republicano-socialista no rescaldo da I República. In ROLLO, Maria Fernanda – *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*. Lisboa: Assembleia da República, 2012. ISBN 978-972-556-604-6. Pp. 75-82.

KEEGAN, John – *A Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora, 2014. ISBN 978-972-0-04625-3.

KNEPPER, Paul – *The invention of International Crime. A global issue in the making, 1881-1914*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 978-0-230-23818-3.

LAGE, Maria Otília Pereira – Vivências e memórias da I Guerra Mundial: o capitão Lage. Biografia e história. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís

Alberto *et al.* (Coord.) – *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*. Porto: CITCEM, 2015. ISBN 978-989-8351-34-0. Pp. 309-329.

LARANJO, David Miguel – *A política externa portuguesa na Ditadura Militar: as relações com Espanha (1926-1930)*. [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2008. [Consult. 14 nov. 2023]. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1139>. Dissertação de Mestrado.

LEAL, Ernesto Castro – O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926). In SILVA, Armando Malheiro da; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano – *República, Republicanismo e Republicanos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-989-26-0497-8. Pp. 245-272.

LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português, 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-48-5.

LOPES, António Joaquim Rodrigues – *A Maçonaria Portuguesa, 1926-1974 – as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2021. [Consult. 29 nov. 2023]. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/54716/1/ulflairlopes_td.pdf. Tese de Doutoramento.

LOPES, Filipa Sousa – *Momentos da Oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*. Gaia: Editora Ausência, 2004. ISBN 989553077-3.

MADEIRA, João – *História do PCP*. Lisboa: Tinta da China, 2013. ISBN 978-989-671-197-7.

MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio – a Génese do Estado Novo. O golpe militar e a ascensão do autoritarismo*. Lisboa: Clube do Autor, 2016. ISBN 978-989-724-294-6.

MADUREIRA, Arnaldo – *A formação histórica do Salazarismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. ISBN 972-24-1118-7.

MADUREIRA, Arnaldo – *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*. Lisboa: Presença, 1978. Vol. 1.

MADUREIRA, Arnaldo – *Salazar e a Igreja, 1928-1932*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. ISBN 978-972-241-628-3.

MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. 5.ª Ed. Lisboa: Palas Editores, 1978. Vol. II.

MARTINS, Susana – *Socialistas na oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa dos Livros, 2005. ISBN 978-972-461-589-9.

MATOS, Márcio José Monteiro – *Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015. [Consult. 21 out. 2024]. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/17315/1/Tese%20%28revisto%29.pdf>.
Dissertação de Mestrado.

MELO, Francisco Lopes – 1931: O ano de todas as revoltas. *Biblioteca Digital do Ministério das Finanças*. [Em linha]. 2008. [Consult. 13 out. 2023]. Disponível em https://www.sgmf.gov.pt/media/dados/PDF/ARQ/ESTUDOS/ARQ_EST_1931.pdf. s/ ISSN.

MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar. Uma biografia política*. Lisboa: Dom Quixote, 2009, s/ ISBN. Vol. 1.

MENEZES, Luís – A Revolta Mendes Norton de 1935. *Cadernos Vianenses*. [Em linha]. 44 (2010) 257-293. [Consult. 25 nov. 2023]. Disponível em <http://vctopac.bibliopolis.info/OPAC/documentos/VianadoCastelo/20110106121628.pdf>. ISSN 0871-4282.

MOTA, Francisco Teixeira da – *Henrique Galvão. Um herói português*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011. ISBN 978-989-555-827-8.

NAVARRO, Bruno J. – *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011. ISBN 978-972-556-582-7.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – *História da economia mundial contemporânea*. Lisboa: Presença, 1998. ISBN 978-972-232-155-6.

NUNES, João Arsénio – *Comunismo e antifascismo: alguns ensaios*. [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2017. [Consult. 29 nov. 2023]. Disponível em <https://www.iscte-iul.pt/tese/9878>. Tese de Doutoramento.

NUNES, João Arsénio – Da política «classe contra classe» às origens da estratégia antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-

1935). In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76.

OLIVEIRA, César de – *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1986.

OLIVEIRA, César de – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987. s/ ISBN.

OLIVEIRA, Luís – *As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas*.

[Em linha]. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 2002-2004. [Consult. 21 fev. 2025]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11857>. Trabalho de Especialização.

OLIVEIRA, Luís Soares de – *Guerra Civil de Espanha. Intervenção e não intervenção europeia*. Lisboa: Editora Prefácio, 2009. ISBN 978-989-652-004-5.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de – Uma cultura de resistência. A Revolta dos Marinheiros de 1936. *Ler História*. [Em linha]. 82 (2023) 217-237. [Consult. 18 fev. 2025]. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/11811>. ISSN 0870-6182.

OTHEN, Christopher – *Franco's international brigades: foreign volunteers and fascist dictators in the Spanish Civil War*. Londres: Reportage Press, 2008. ISBN 978-0-9558302-6-6.

PALACIOS CEREZALES, Diego – Polícia y repressão en la Dictadura Portuguesa, 1926-1974. In MARCO, Jorge; MANSAN, Jaime; SILVEIRA, Helder – *Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero-Americanas no Século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. ISBN 978-85-397-0679-2. Pp. 163-183.

PASSMORE, Kevin – *Fascism. A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002. ISBN 0-19-280155-4.

PAULO, Heloísa – Da Revolução ao Exílio: Trajectórias de vida e de combate. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010. ISBN 978-972-798-271-4. Cap. V, pp. 97-130.

PAULO, Heloísa – O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. *Revista da USP*. [Em linha]. 23:2 (2013) 33-50. [Consult. 30 dez. 2024]. Disponível em <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/56872>. ISSN 2525-6009.

PAULO, Heloísa – O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do século XX*. [Em linha]. 7 (2007) 61-76. [Consult. 30 dez. 2024]. Disponível em https://www.uc.pt/site/assets/files/1059999/revista_7.pdf. ISSN 1645-3530.

PAULO, Heloísa – O Republicanismo e a Oposição exilada: combates e crises. *Estudos do século XX*. [Em linha]. 10 (2010) 423-436. [Consult. 13 set. 2024]. Disponível em https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/36453/1/o_republicanismo_e_a_oposicao_exilada.pdf. ISSN 1645-3530.

PAULO, Heloísa – Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939). *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras*. [Em linha]. 7: 2.ª série (2018) 115-125. [Consult. 24 abr. 2024]. Disponível em <https://proa.ua.pt/index.php/rual/issue/download/825/165>. ISSN 0870-1547.

PAULO, Heloísa – Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exilés portugais et les républicains espagnols (1931-1939). *L'historiographie portugaise et les études sur les relations Portugal-Espagne au XX e siècle. Exils et migrations ibériques aux XX^e siècle*. 1:8 (2016) 26-43. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=EMI_008_0026&download=1&from-feuilleter=1. ISSN 1245-2300.

PATRIARCA, Fátima – *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000. ISBN 972-671-062-6.

PAXTON, Robert – *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. ISBN 978-85-7753-014-4.

PAYNE, Stanley – *Franco and Hitler. Spain, Germany, and World War II*. New Haven: Yale University Press, 2008. ISBN 978-0-300-12282-4.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – Contra las «mentiras de Madrid». Portugal y las emisiones radiofónicas durante la Guerra Civil Española. *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras*. [Em linha]. 7: 2.ª série (2018) 97-114. Disponível em <https://proa.ua.pt/index.php/rual/issue/download/825/165>. ISSN 0870-1547.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – *Salazar y el Fascismo Español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. ISBN 978-989-26-1344-4.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – Salazar y los «viriatos». Los combatientes portugueses en la guerra civil Española: prensa y propaganda. *Spagna contemporanea*. [Em linha]. 47 (2015) 7-24. Disponível em <https://www.spagnacontemporanea.it/index.php/spacon/article/download/175/107>.

ISSN 1121-7480.

PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. 3.ª Ed. Lisboa: Temas & Debates, 2000. ISBN 972-759-150-7. Vol. 1.

PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014. ISBN 978-972-661-226-6.

PIMENTEL, Irene Flunser – *O essencial sobre a PIDE*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2024. ISBN 978-972-27-3151-5.

PINTO, Ana Catarina – *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda republicana e o bloco radical*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011. ISBN 978-989-658-124-4.

PINTO, António Costa – As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social*. [Em linha]. XVII: 116-117 (1992) 575-613. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em <https://www.istor.org/stable/41010924>. ISSN 0003-2573.

PINTO, António Costa – Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República. *Penélope*. [Em linha]. 19-20 (1998) 43-70. [Consult. 18 abr. 2025]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655679>. ISSN 0871-7486.

PINTO, António Costa – *O Estado Novo de Salazar. Uma terceira via autoritária na era do fascismo*. Coimbra: Edições 70, 2022. ISBN 978-972-442-614-3.

PINTO, António Costa – O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In MARTINHO; Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.) – *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no*

Varguismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 978-972-671-212-1. Pp. 25-49.

PINTO, António Costa – *Os Camisas-Azuis. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. ISBN 978-85-397-0740-9.

PINTO, Ricardo Leite – União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo. *Polis*. [Em linha]. 4-5 (1995) 131-260. [Consult. 10 out. 2023]. Disponível em <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/5062>. ISSN 0872-8208.

PIRES, Ana Paula – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011. ISBN 978-989-658-128-2.

PITA, António Pedro – O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha]. 40 (1994) 89-108. [Consult. 4 fev. 2025]. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11593/1/O%20Marxismo%20na%20Constituicao%20Ideologica%20e%20Politica%20no%20PCP.pdf>. ISSN 0254-1106.

PRESTON, Paul – *The coming of Spanish Civil War. Reform, Reaction and Revolution in The Second Republic*. 2.ª Ed. Londres: Routledge, 1994. ISBN 0-203-39289-2.

QUEIROZ, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. ISBN 978-972-241-590-3.

QUEIROZ, António José – As eleições legislativas de 1925. *Revista da Faculdade de Letras – História*. [Em linha]. III:11 (2010) 63-94. [Consult. 1 fev. 2025]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9007.pdf>. ISSN 0871-164X.

QUEIROZ, António José – *José Domingues dos Santos. O defensor do povo (1887-1958)*. Lisboa: Assembleia da República, 2012. ISBN 978-972-556-595-7.

QUEIROZ, António José – Os Budas e a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo: Convergências e Divergências no Reviralhismo dos Anos 30. *Boletim Cultural*. [Em linha]. IV: 10-11 (2016-2017). [Consult. 5 mai. 2024]. Disponível em <https://famalicao.org/inweb/ficha.aspx?ns=510000&id=1934&c=BIBLIOGRAFIA&grupo=Documentos&lang=PO>. ISSN 0871-3308.

QUEIROZ, António José – *O Círculo Eleitoral de Penafiel (1911-1925)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2021. ISBN 978-972-95876-9-6.

QUEIROZ, António José – *O jornal portuense A Montanha e as relações luso-espanholas (1911-1926)*. Amarante: Edições do Tâmega, 1997. ISBN 978-972-947-019-6.

QUEIROZ, António José – *Um ilustre penafidelense. Dr. Joaquim Cotta (1873-1957)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, 2019. ISBN 978-972-95876-7-2.

RAMOS, Rui (Coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)*; MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 978-972-330-988-1. Vol. 6.

RAMOS, Rui – O fim da República. *Análise Social*. [Em linha]. XXXIV: 153 (2000) 1059-1082. [Consult. 18 abr. 2025]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/download/37798/26128/169348>. ISSN 0003-2573.

REIS, Célia – *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0736-8.

RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Grávida, 1994. ISBN 978-972-662-375-5.

RODRIGUES, Luís Nuno – «A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936. *Análise Social*. [Em linha]. XXX: 130 (1995) 91-119. [Consult. 10 fev. 2025]. Disponível em https://www.jstor.org/stable/41011080?read-now=1&seq=20#page_scan_tab_contents. ISSN 0003-2573.

ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926. Como Venceu e Porque se Perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018. ISBN 978-972-2253-676-9.

ROSAS, Fernando – Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista de História das Ideias*. [Em linha]. 17 (1995) 19-32. [Consult. 20 fev. 2025]. Disponível em https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/41946/1/estado_novo_imperio_e_ideologia_imperial.pdf. ISSN 0870-0958.

- ROSAS, Fernando – Os quatro regimes. In ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira *et al.* – *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2021. ISBN 978-989-671-589-2. Pp. 17-115.
- ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder – a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012. ISBN 978-989-671-140-5.
- ROSAS, Fernando – *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019. ISBN 978-989-671-484-0.
- ROSAS, Fernando (Coord.) – O Estado Novo. In MATTOSO, José (Dir.) – História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 972-42-0916-4. Vol. 7.
- SÁ, Victor de – Reflexão (cronológica) sobre o Sidonismo. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. [Em linha]. 6 (1989) 355-361. [Consult. 22 out. 2024]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2148.pdf>. ISSN 0871-164X.
- SALDANHA, Ana Maria – O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações. *Temporalidades – Revista de História*. [Em linha]. 10:2 (2018) 34-57. [Consult. 27 dez. 2024]. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6094/pdf>. ISSN 1984-6150.
- SARDICA, José Miguel – O crepúsculo do republicanismo militar conservador: José Vicente de Freitas perante a Constituição de 1933. *Ler História*. [Em linha]. 75 (2019) 17-40. [Consult. 28 dez. 2024]. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5385>. ISSN 0870-6182.
- SENA, Rui Alexandre Dias – *As reformas militares do século XX – da I República ao fim do Estado Novo*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. [Consult. 3 out. 2023]. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/5511/1/Reformas%20Militares%20do%20S%C3%A9culo%20XX%20Portugu%C3%AAs.pdf>. Dissertação de Mestrado.
- SEQUEIRA, Carla – *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM, 2014. ISBN 978-989-8351-32-6.
- SEQUEIRA, João Luís – *João Pina de Moraes. Vida, pensamento e obra*. Porto: Caixotim, 2007. ISBN 978-989-810-013-9.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. ISBN 972-23-1558-7. Vol. XII.

SILVA, Armando Malheiro da – *Para a História da Oposição ao Estado Novo. A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949)*. [Em linha]. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1989. [Consult. 20 set. 2024]. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/39063>. s/ ISBN.

SILVA, Armando Malheiro da; CORDEIRO, Carlos; TORRAL, Luís Filipe Reis – A República de António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921). In SILVA, Armando Malheiro da; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano – *República, Republicanismo e Republicanos. Brasil, Portugal, Itália*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-989-26-0497-8. Pp. 425-457.

SILVA, Daniel – Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa. *Omni Tempore*. [Em linha]. 9 (2024) 121-145. [Consult. 26 mar. 2025]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/20415.pdf>. ISBN 978-989-9133-33-8.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017. ISBN 978-989-626-831-2.

TELO, António José – *Primeira República I: do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010. ISBN 978-972-234-417-3.

TELO, António José – Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa* [Em linha]. 139 (2014) 8-33. [Consult. 24 out. 2024]. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22979/1/NeD139_AntonioJoseTelo.pdf. ISSN 2183-9662.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1350-2.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *A relação peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Cosmos, 1998. ISBN 972-762-096-5.

VALENTE, Augusto José Monteiro – O General Sousa Dias e a «Revolução» de Fevereiro de 1927. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010. ISBN 978-972-798-271-4. Cap. IV, pp. 83-96.

VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria em Portugal: 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. ISBN 978-989-644-613-0.

VENTURA, A. C. Quaresma – *Misericórdia – Obra da Figueira. Evolução Histórica: Originalidade e Modernidade*. [Em linha]. Figueira da Foz: Offsetarte, 2014. Disponível em <https://mof.pt/wp-content/uploads/2021/07/LivroEVOHistoricaMOF.pdf>. [Consult. 9 nov. 2024].

VILAÇA, Alberto – O jornal republicano clandestino A Verdade. *Revista de História das Ideias*. 23 (2002) 449-470. ISSN 0870-0958.

Anexos

Anexo 1 – Carta de António Resende a Fernandes Varão, 1926

Meu Ex.^{mo} amigo

O portador desta, meu muito amigo, Dr. Nicolau Carneiro tem necessidade, pela sua situação política, de que V. Ex.^a lhe dispense a sua proteção nas próximas inspeções em Paços de Ferreira. Peço, pois, com todo o interesse, não só pessoal mas político, que V. Ex.^a lhe preste todo o seu valioso auxílio.

Com a maior consideração e estima,

De V. Ex.^a

Muito amigo

António Resende

(Fonte: Biblioteca Municipal de Vila Real – Fundo Major Fernandes Varão – Carta de António Resende a António Fernandes Varão, 1926).

Anexo 2 – Carta de Jaime de Morais para Fernandes Varão, 15 de janeiro de 1927

Meu caro amigo Varão (V. Real)

Respondo á sua carta.

Continuo a ter as instruções dadas – as unidades da antiga 6.^a, reforçadas com Infantaria 9 (e G.NRR de Lamego), forma um grupo que distintamente se organiza e actua pela forma que lhe fôr indicada pelo C.M.C. [Comité Militar Central].

Claro está que mantém com o Porto todas as ligações, pois em mil hipóteses com essa guarnição, bem como com as do Minho, terá que agir.

Mas, repito, há muitas possibilidades de ter que intervir rapidamente na linha do Mondego, cooperando com as unidades das antigas 2.^a e 5.^a.

Não se esqueça Tras-os-Montes que a guarnição do Porto sofre duas fôrtes influencias – uma nossa, a do anjo bom, outra de um conluio governamental-Lealista, que póde dificultar ahi imenso a nossa acção.

Assim, repito: os nossos amigos, formando o comité que melhor entenderem, põem-se imediatamente em contacto, alem de com as guarn. de Vila Rial, Chaves e Bragança, com as guarnições de Amarante e Lamego (e se mesmo julgarem util uma ligação com Penafiel, isso não será mau de todo.

O nosso objectivo é concentrar o máximo 12 horas depois da hora H, um destacamento mixto na Regoa, dispondo de todos os camions da região vinhateira, que mobilisam logo, composto de 1 divisão pelo menos de art. (no caso de não haver munições no Grupo de Mont. 3, que venham as peças, pois municiam-se em Vizeu, Coimbra, Figueira ou Porto – nos tratamos disso logo) um forte pelotão de cav. (todos os cavalos de cav.6, seja em Chaves seja em Bragança e ainda os cavalos que a Guardhi [sic.] tenha-se necesario [sic.] transformar esse pelotão num pequeno esquadrão; 6 pequenas companhia de inf., assim organizadas: uma com todo o pessoal do 9 (Lamego); 1 com todo o pessoal do 10 (Bragança); 1 com todo o pessoal do 13 (V.R.); 2 com o efetivo de caç. 3 (Chaves); uma com os elementos dispersos, mas rapidamente reunidos, das companhias de G.N.R. de Vila Rial, Chaves e Lamego.

Um total, ahi, de 2 peças, 30/40 cavalos, 500 infantas, com as metralhadoras lieiras [sic.] das diversas unidades (a proposito – vejo que o 13 tem poucas munições de met. lig. – em Chaves ha bastantes; e em Bragança, também? – caso não as tenham precisam de algumas? Diga precisamente o calibre).

Nas sedes do 10, 13 e 9 fica um pequeno núcleo, com 1 of. da mais inteira confiança, a fim de mobilisar o que possivel fôr, até ao limite do numero das praças de inf. que marcharam no total sobre a Régua; mas esta mobilisação nada tem com o deslocamento imediato dessas unidades sobre a Régua.

Todo o cuidado imediato na organização dos comboyos nas linhas do Douro (Tua e Livração), Corgo (Chaves e Vila Rial), C. Nacional (Brag^a).

Eu sei bem a falta que ahi lhes farão os tens. Madeira e Alberto Maria; diga-lhes, porem, que sentimos a sua falta aqui, resp. no 1 e em caç. 5. Em caso, porém, de extrema conveniência ficão ahi.

Peço para transmitir tudo ao Pires Falcão, combinando com ele toda a ação.

Informações de carater ultra reservado só para si e P.F.: tudo devem preparar para a hipotese do dia D ser daqui a 8 dias – assim peço uma informação definitiva e decisiva sobre todo o serviço de que incumbimos os nossos bons amigos da antiga 6.^a.

Não pérca é vista o problema de Lamego, pois Lamego fica no caminho de Vizeu.

Seguem as cifras combinadas com os meus amigos, ficando a seu cargo transmiti-las já para as diversas guarnições do sector e especialmente ao P.F.

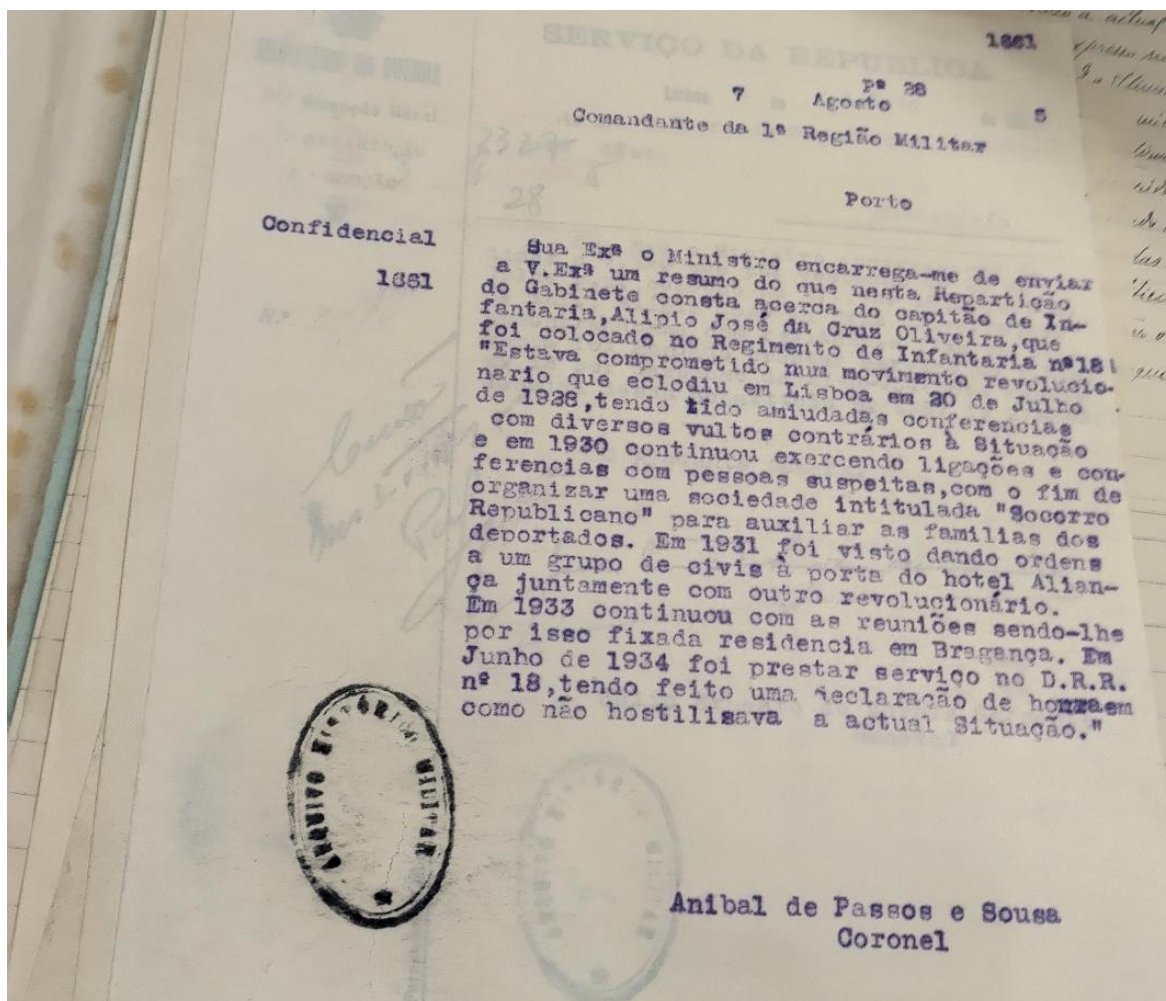
X... Vila Real

Maria Helena está melhor

Significa – movimento marcado para dia depois de amanhã tarde. Logo recebido este telegrama V. envia logo a Lisboa um delegado da 6.^a para receber instruções e indicações exacta para hora precisa e instruções para a acção dahi.

(Fonte: Biblioteca Municipal de Vila Real – Fundo Major Fernandes Varão – Carta de Jaime de Moraes a António Fernandes Varão, de 15 de janeiro de 1927)

Anexo 4 – Relatório militar do Capitão Alípio Oliveira, 1928-1935 (1.ª folha)



(Fonte: AHM – Processo político do Capitão de Infantaria na reserva Alípio José da Cruz Oliveira. [Divisão 33, caixa 405, número 38]).

Anexo 7 – Carta de Cunha Leal para Armando Cortesão, 29 de setembro de 1935

Recebi e agradeço a sua carta de 22 do corrente.

O artigo de V.ª Ex.ª sai na revista de 1 de outubro, devendo ser-lhe enviado, bem como os números seguintes, para o que já dei para Lisboa as instruções necessárias. Pergunta V.ª Ex.ª se deve alguma coisa pela separata. Escusado será dizer-lhe que nada deve e que, pelo contrário, somos nós quem lhe está obrigado pelo magnífico artigo com que valorizou a nossa revista.

Lamento muito que nos não possa honrar com artigos de carácter internacional pelas razões expostas na sua carta. Se, porém, quisesse ter a gentileza de me enviar qualquer estudo sobre o assunto que entendesse, ficar-lhe-ia muito reconhecido.

Em Portugal continua o processo de decomposição da Ditadura e agora sob uma forma mais acelerada. É lastimável que nós, os republicanos, não tenhamos uma organização eficiente, porque assim estamos limitados a ser espectadores interessados.

Desejo-lhe as maiores felicidades.

Dê-me sempre o prazer das suas notícias.

Com a maior consideração e estima, me subscrevo de V.ª Ex.ª

Cunha Leal

(Fonte: Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra – Epistolário Armando Cortesão – Carta de Cunha Leal a Armando Cortesão, 29 de setembro de 1935).

Anexo 8 – Processo criminal civil de Alberto Emídio Midões

N.º 197

Nome e alcunha *Alberto Emídio Midões*

Estado *Lisboa* Profissão *Comerciante*

Naturalidade *Lisboa* (49 anos) 21 de Nov.º 1882

Filiação *Valentim José Midões e Guilhermina de Jesus Midões*

Residência *R. Brit. Capelo Matosinhos*


Outras indicações *Proc.º nº 5.55/37*

Numero do processo de valores ou documentos apreendidos *Solto*

BIOGRAFIA PRISIONAL

De procaução-pa em S.ª sessão de 15-X-34 e mandado para o Aljube em 17-XI-34. Restituido a liberdade em 14-XII-34. Preso pela A.R.V. do Porto em 21-5-35, por estar envolvido em manobras revolucionarias, dando entrada no Aljube do Porto. Restituido a liberdade em 1-7-35. Preso novamente pelo Delegação do Porto em 5-5-37, para averiguações (c.º 128) Restituido a liberdade em 2-8-37 (c.º 248).

Sinais particulares *2*



Altura *1,74*

Cor *Natural*

Nacionalidade

Mod. 194

(Fonte: Torre do Tombo – Processo político de Alberto Emídio Midões. [PT-TT-PIDE-E-010-1-197]).